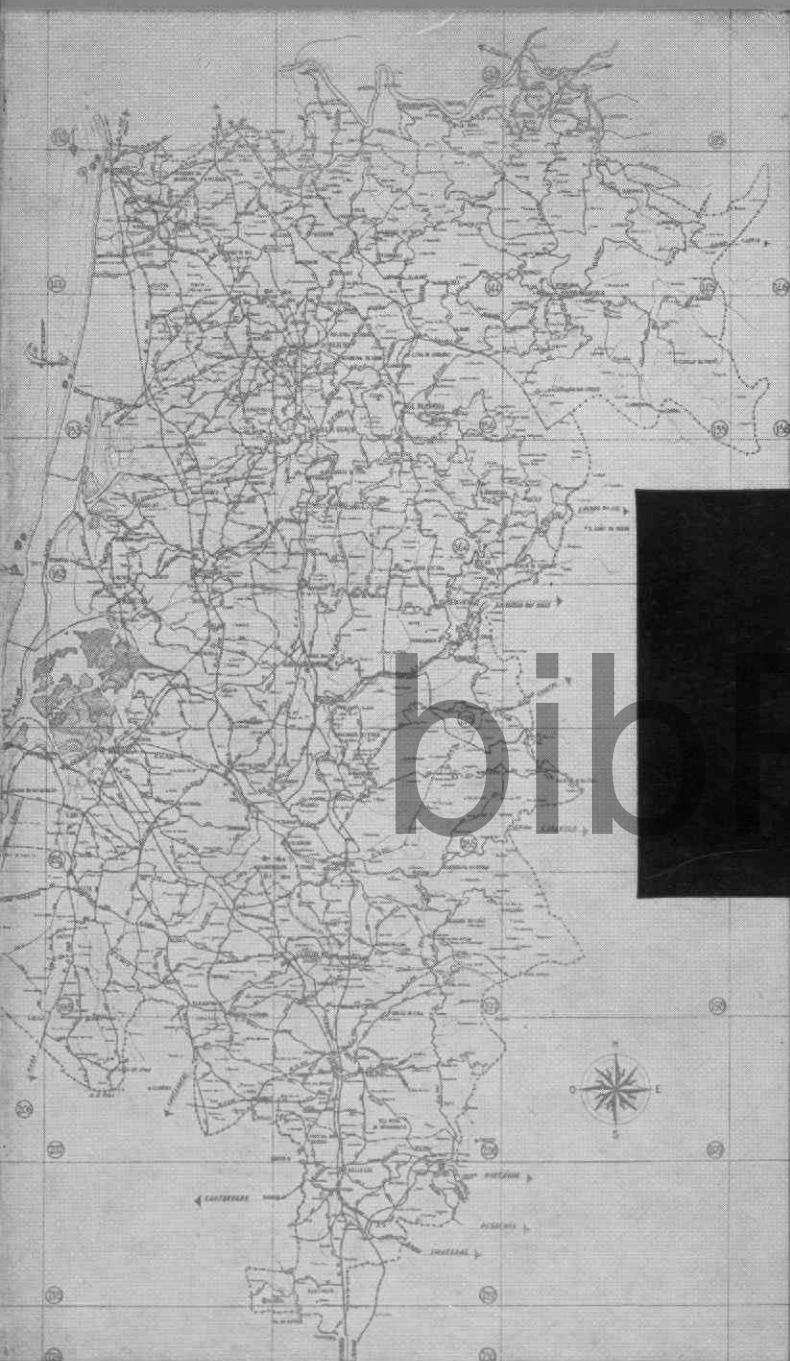




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



FL/D
9089
149

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE
DA



INTERDITO
AO
EMPRESTIMO

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA



Número avulso

*A Direcção da Revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

1207
1208
1209

AVEIRO
1.º DE SET
DISTRITO



PROPRIEDADE
E SIGA
DIREÇÃO

INTERMUNICIPAL
DE AVEIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA



The background of the image features a repeating pattern of small, light-colored crests. A single, larger crest is centered behind the text. The crests are arranged in a grid-like fashion, with the central crest being the most prominent.

bibRIA

A Vila Maruja

Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim

Aqui há uns sessenta anos, quem visitasse a vila de Ílhavo, poderia muito bem afirmar:

— Que estranha e singular é esta terra!

Situada entre a fidalga e vetusta vila de Vagos e a bonita e donairosa cidade de Aveiro, em nada se parecia, nem com uma nem com outra.

O urbanismo era diferente, como diferente era também a maneira de viver, de falar e até mesmo o modo de caminhar dos seus habitantes.

As várias artérias da vila, que partiam da Praça Alexandre da Conceição — hoje, Praça da República — desenhavam como que uma estrela do mar e em todas elas se notava e ainda nota, uma espécie de enclaves — os característicos becos e os compridos e estreitos carris, alguns deles formando autênticos labirintos — que comportavam mais casas e habitantes do que as próprias ruas.

A gente de Ílhavo, embora não tendo espírito associativo, era comunicativa, franca e acolhedora e vivia em terra com o pensamento no mar; os homens, que nunca sentiam chão firme debaixo dos pés, caminhavam na rua, balanceando-se, como num convés de navio; todas as pessoas falavam com um sotaque especial, claro e cantarolado, trocando as terminações «es por as», nos plurais dos vocábulos e vocalizando o «l» final das palavras, pronúncia esta que as tornava conhecidas em toda a parte.

Nas conversas, umas vezes alteravam a voz, como se quisessem sobrepor-se ao marulhar das ondas gigantes e outras vezes o seu modo de falar era suave e meigo, como meigas são, em dias de mar mansinho, as pequenas marolas que veem beijar as areias da praia.

O semblante das mulheres — na maioria formosas — era prazenteiro e sorridente, mas nos seus olhos — tão sentimentais, bonitos e expressivos — notava-se uma certa melancolia e tristeza, provocadas pela saudade dos que andavam embarcados.

Mas qual seria a razão de tudo isto? Não na sei.

Talvez que, em tempos muito remotos, quando ainda não existia o cordão de areia que deu origem à Ria de Aveiro, este aglomerado habitacional, pela sua situação geográfica, implantado mesmo à entrada do grande golfo, onde ia desaguar o Rio Vouga, e também devido à índole marítima dos homens que aí habitavam — já então ocupados em pequenas navegações — fosse aquele que maiores contactos teve e mais estreitas ligações estabeleceu com os navegadores Fenícios, Gregos e



Lugre PATACHO.

Cartagineses, os quais, nas suas andanças pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico, um dia aqui aportaram, vindos do Sul.

É também natural que alguns desses audaciosos marinheiros aqui permanecessem durante longas temporadas, se mesclassem e cruzassem com as habitantes e até mesmo se enraizassem nesta terra, dando origem a uma bela e aventureira raça de nautas, que se distingue de todas as outras do litoral português.

De resto, está comprovado por documentos históricos, muito anteriores aos séculos XI e XII, que já nessas antigas épocas a povoação de Ílhavo, primeiramente com a designação de ILLAUUM, depois ILIAUO e, mais tarde, ILLIABUM, possuía um certo e determinado valor, como o demonstra o facto de el-rei D. Dinis, no ano de 1296 a ter elevado à categoria de vila e lhe haver concedido a Carta de Foral.

A verdade, porém, é que, entre a onomástica ilhavense se encontravam e ainda encontram famílias com a designação de «Helenos», «Gregos», «Menícios», «Tróias», «Maurícios» e até «Menícios Tróias», nomes estes que poderão muito bem ter ascendência grega, fenícia ou cartagineza.

É também verdade que entre a população de Ílhavo aparecem bastantes tipos com vincados caracteres somáticos e étnicos dos povos do Mediterrâneo Oriental, o que levou o ilustre escritor Dr. Jaime de Magalhães Lima, no seu brilhante estudo etnográfico «OS POVOS DO BAIXO VOUGA» a retratar a gente de Ílhavo da seguinte maneira:

«Alta, leve, medianamente abonada de carnes — a obesidade pouco a molesta — olhos negros, cabelos pretos frequentemente ondeados — os cabelos loiros mostram-se em minoria notável — a gente de Ílhavo, enquanto pela destreza e pela tez morena e suas qualidades ancilares e associadas habituais respira brisas do oriente e do Mediterrâneo, trazidas de todas as suas praias quer africanas, quer asiáticas, toda se funda em impulsos de graça».

E ainda: «A gente de Ílhavo não tira os olhos do mar, não sabe viver sem armadores de navios. Ainda mesmo no tempo da maior decadência da marinha de vela, hoje reanimada nas águas do Vouga pela pesca do bacalhau, nunca Ílhavo deixou de trazer no mar gente sua e barcos seus, para a pesca ou para o comércio. E o que étnicamente é mais significativo, o marítimo que povoa a vila, não se mistura senão acidentalmente com o lavrador que povoa e cultiva os campos contíguos. Em regra, o pescador desta região, se não tem trabalho na ria ou no mar, ou se a pesca escasseia, pede esmola, mas não procura trabalho na terra, que aliás nem ama nem conhece.

A filha do marítimo não procura o filho do lavrador para se casar, como o filho do lavrador desconfia da

ventura de tomar para mulher a filha do marítimo, por mais linda que ela seja. Mimosa dos regalos que o pai lhe traz das terras distantes a que abordou, a filha do marítimo jamais poderá afeiçoar-se às escravidões agrícolas e nem com elas poderia, por minguia de forças físicas; musa do mar, não suportaria a sorte de escrava do chão.».

Na realidade, a gente de Ílhavo, apesar de, com o andar dos tempos e com o desenvolvimento do comércio e da indústria, haver perdido algumas daquelas qualidades que a ligavam profundamente às lides marítimas, ainda hoje se pode afirmar, sem receio de contestação, que a tendência do ilhavense se inclina para a vida do mar.

E a prova desta asserção é nos dada pelo seguinte facto:

Em todos os navios de qualquer porto do continente português encontram-se homens de Ílhavo e até entre os emigrantes, espalhados por várias nações da Europa, das Américas, da África e mesmo da Oceania, a maior parte deles são marinheiros ou pescadores, ou exercem outros mesteres relacionados com a navegação.

No entanto, em tempos mais recuados, os homens de quase todas as famílias da parte baixa da vila eram marítimos e essa vocação marinheira transmitia-se de pais para filhos e para netos.

Como prova do que afirmo, está, como exemplo, a minha família, em que apenas eu — por virtude da Escola Náutica se encontrar encerrada quando completei o Curso Geral dos Liceus — não segui a carreira da marinha, pois todos os outros, desde os meus bisavós até ao meu filho, foram mestres, oficiais e Capitães de navios, tendo alguns deles percorrido vários oceanos, entrado em portos de muitos países e conhecido gente de toda a parte do mundo.

O que aconteceu com a minha família, não obstante o meu avô paterno ter perdido a vida num naufrágio, deu-se também com dezenas de outras, cujo espírito marítimo e aventureiro não se obliterou apesar dos perigos das duas últimas conflagrações mundiais, em que um elevado número de ilhavenses, cujos navios que tripulavam sofreram torpedeamentos, pagaram com a vida a ousadia de se meterem ao mar em tempos de guerra submarina.

O perigo, porém, não se encontrava apenas na guerra, mas também e principalmente nas intempéries — por vezes medonhas tempestades, com furiosas rajadas de vento e mar de vagas alterosas — as quais, mormente na época da navegação à vela, punham em grave risco os pequenos iates e chalupas que, nos tempos em que ainda não havia combóios e a costa portuguesa não era iluminada com faróis, quais almoçaves do mar, faziam todos os transportes de merca-

dórias de uns portos para outros, desde Caminha até Vila Real de Santo António.

Mais tarde, os mesmos perigos e outros ainda maiores, devido a navegarem em zonas de ciclones, estavam sujeitos os grandes e belos veleiros de arte redonda —as Barcas e as Galeras das demoradas viagens de longo curso—que tinham a Cidade Invicta como principal porto de armamento e para cujas equipagens, pelos seus profundos conhecimentos de marinharia, era sempre recrutado um elevado número de oficiais e marinheiros naturais da vila maruja.

Quantos naufrágios de que houve notícia vieram enlutar a terra dos ílhavos e quantos pais, quantas viúvas e órfãos, por nunca haverem tido conhecimento

mar varre o tombadilho e enrola um ou mais; uma fúria ciclónica e pronto, lá vai o veleiro e a tripulação inteira; e sempre assim, nas diversíssimas maneiras e jeitos que o mar sabe.

Homens, homens é a semente que ali se emprega.

E será por isso que os íncolas de certas povoações não se inquietam enquanto o não navegam.

É que é lá, é nele, que jazem os seus mortos.

... Será que sentem no mesmo mar, que subjugam, a força e a fala, o gesto e a voz dos homens que lá andam diluídos e frutificantes?...

Então, será porventura esta a razão dos filhos de ílhavo, desde há tantos e tantos anos, nunca haverem deixado de ser atraídos pelo mar? Quem sabe!?



Barcas e Galeras de longo curso.

da tragédia, na mais cruel das dores, esperaram uma vida inteira que os seus entes queridos regressassem a casa!

Estes tristes acontecimentos deram motivo a que, a propósito de certa passagem duma obra, em que o autor refere: «O campo onde se colhe sem semear, que é o oceano», o Prof. Doutor Fernando Magano, cujo Pai também morreu num naufrágio, tecesse o seguinte comentário:

O campo onde se colhe sem semear, que é o oceano

«Sim e não. Não se emprega, certamente, no oceano a semente da terra, senão que nele se semeiam homens.

... Encapela-se a onda na borda da areia e lá vão barcos e redes e alguns da companhia; uma volta do

O que sabemos pela tradição oral e por documentos conhecidos desde o século XVIII, é que os ílhavos foram sempre dados às empresas marítimas, tanto no que diz respeito à navegação de comércio, como às fainas pesqueiras.

Mas nunca esses destemidos homens se confinaram à costa da região de Aveiro. O seu espírito de aventura incitou-os a entrar pelo mar dentro, a princípio para navegar de cabo a cabo, em busca de novos portos que os pudessem recolher, fugidos do temporal e, outras vezes, à descoberta de abrigadas baías e enseadas, onde, com maior segurança e proveito, pudessem exercer a sua trabalhosa e arriscada profissão.

Desta maneira, fundaram diversas colónias de pescadores, que, mais tarde, deram origem a grandes



povoações, algumas das quais, como a Nazaré, Costa da Caparica e Vila Nova de Galé, na península de Tróia, pela sua beleza e situação geográfica, com um mar manso e muito azul, se transformaram em concorridas estâncias de veraneio e turismo.

E assim, os usos e costumes, os nomes, o arrojo e o destemor das pessoas, o modo de falar, os tipos de embarcação e de redes e até as casinhas, sempre muito limpas e caiadinhos de branco, algumas delas metidas em becos e em carris, como na vila maruja, atestam, ainda hoje, a passagem dos Ílhavos por todo o litoral português, desde Matosinhos, Afurada e Cova, na Costa de Lavos da Figueira da Foz, até Olhão e outras praias da costa Algarvia.

Dos homens que, durante o verão, pescavam na Torreira, em S. Jacinto, e, mais tarde, na Costa Nova do Prado, muitos deles, no fim do Outono, partiam em bandos e a pé, pela borda mar, ou embarcados em pequenas enviadas, a fim de fazerem a safra do sável, no Tejo e no Sado, tendo a maior parte ficado por aquelas paragens, onde, na enseada entre o Cabo Espichel e o Cabo da Roca e na enseada de Setúbal, se dedicavam à pesca da sardinha. Para isso, serviam-se de umas bateiras com a proa e a popa terminadas em bico recurvado, que tinham a designação de «Ílhavas», e usavam umas redes chamadas «Tarrafas», que eram formadas por duas mangas de trinta ou quarenta

metros de comprimento, ligadas por um quadrado, também de rede, no centro do qual se abria o saco.

Este processo de pesca, que empregava um grande número de braços, era de grande utilidade, pois que abastecia a população de Lisboa de uma alimentação barata, que ia socorrer as classes menos abastadas.

Contudo, estas redes, para se tornarem consistentes, tinham de ser encascadas, isto é, tinham que ser metidas numa infusão de cascas de carvalho até ficarem com um tom acastanhado e fortes.

Esta operação era sempre realizada num extenso areal existente a Norte da barra de Lisboa.

Ora, de tempos a tempos, os pescadores, nos seus barcos, quando passavam à fala, perguntavam uns aos outros: «Amanhã encascais?»

Se a resposta era afirmativa, no dia seguinte ali se reuniam várias bateiras, a fim dos seus tripulantes procederem à mesma operação.

E tantas vezes e durante tantos anos usaram a expressão «amanhã encascais», que esta última palavra deixou de significar uma acção, para designar o local onde se realizava a mesma acção. Para isso, o prefixo «en» antes de se transformar na proposição «em», separou-se do termo «Cascais». Depois esta palavra deu origem ao topónimo pelo qual começou a ser conhecido aquele lugar, que, por virtude das suas extraordinárias belezas naturais e das infra-estruturas aí realizadas, se transformou na sede de um dos concelhos mais bonitos, atraentes e progressivos do nosso país.

A um daqueles destemidos pescadores, enaltecendo a sua coragem e ousadia e simbolizando nele todos os outros, se refere o ilustre escritor «Alexandre da Conceição», nascido em Ílhavo no ano de 1842, na primeira parte do seu belo conto «Thomé Ronca», do qual transcrevo o seguinte excerto.

... «Nos estaleiros de Aveiro e de Ílhavo constroem-se uns barcos de fundo chato, muito apreciados pelos pescadores do Tejo e que vão para ali pelo mar, carregados de sal ou de madeira, tripulados apenas por dois homens, que levam por único instrumento náutico um relógio de sol de trinta reis. Chamam a estes barcos «enviadas».

Um dia o Thomé Ronca, com o auxílio de algumas moedas que pediu emprestadas, comprou uma enviada, carregou-a de sal, arranjou um companheiro de viagem — o João Chinha — e deliberou levar o barco ao Tejo.

A enviada saíu uma madrugada da Malhada de Ílhavo e dirigiu-se para a barra, a fim de esperar ali a maré e o vento favorável. Eram oito horas da manhã quando o Ronca e o Chinha chegaram ao forte da barra de Aveiro. A maré estava quase no preamar, mas um vento fresco de Oeste, ponteiro à barra, impedia a saída da enviada, que só pode navegar para Lisboa com um bom vento norte. O Ronca ficou desesperado



com o contratempo, mas deliberou esperar pelo vento, visto que não tinha outro remédio. O João Chinha notou, porém, que lhe tinha esquecido a almotolia com azeite, tempero indispensável a um pescador e propoz ao arrais para ir a Ílhavo buscá-la numa carreira. O Thomé Ronca concordou e o Chinha partiu para Ílhavo a buscar o azeite.

Passada meia hora e quando a maré já começava a descer, o vento rondou para o Norte e o Thomé Ronca meditou dois minutos no caso, rogou duas pragas pela demora do Chinha, que ainda não tinha tempo sequer de ter chegado a Ílhavo, esperou impaciente mais três ou quatro minutos e depois tranquilamente e resolutamente poz todas as couzas em ordem: amarrou a vela, prendeu-lhe a ponta da escota, içou-a no mastro, colocou-se ao leme e sahiu a barra fora, sòzinho, a caminho de Lisboa, onde só aportava daí a dois dias!

Quando o Chinha, às dez horas, voltou à barra e soube que o arrais tinha saído sozinho com a enviada, limitou-se a dizer, depois de dois segundos de pasmo:

—o raio do home quer dar cabo da enviada! Como diabo há-de aquele malvado governar-se sem azeite?

E voltou para Ílhavo, apreensivo, meditando nas dificuldades em que o arrais se havia de ver ... sem a almotolia!.

Uma grande parte dos pescadores a que acima me referi, fixaram-se em Lisboa, nos bairros da Madragoa e de Santos, perto do Estuário, enquanto outros escolheram a praia de Sesimbra para nela exercerem a sua perigosa actividade, nas artes e armações, chegando muitos a desempenhar as funções de arrais dos barcos e de mandadores das companhias.

Estes homens, que em Ílhavo eram designados por «Sesimbrões» só vinham à sua terra pelo Natal e nos fins do mês de Agosto, para tomar parte na procissão do Senhor Jesus dos Navegantes, cuja festa tinha lugar, como ainda hoje, no primeiro domingo de Setembro.

Ora, entre as pessoas que foram a pé para Lisboa, contava-se um jovem casal—o Manuel Simões, que veio a ser arrais duma fragata do Tejo e a Maria Manuela do Nascimento, a qual, segundo reza a tradição, foi, naquela época, a varina mais bonita da Ribeira de Lisboa.

Deste casamento, no ano de 1734 nasceu um filho que se chamou Francisco Manuel do Nascimento.



Este menino, com o auxílio do seu padrinho e protector — o patrão-mor das fragatas reais — conseguiu ingressar num Seminário, onde, pela sua vigorosa inteligência e afincada força de vontade, concluiu um curso brilhante e, depois de ser padre, tornou-se um dos maiores cultores e mestres da Língua Portuguesa.

Brilhou nas reuniões da Marquesa de Alorna que, segundo o costume arcádico, lhe deu o nome de Filinto Elísio e fundou em Lisboa uma sociedade literária, à qual, talvez pelo salgado sangue ilhavense que lhe corria nas veias, atribuiu a designação de «Academia da Ribeira das Naus».

Com o decorrer dos tempos, embora alguns dos descendentes desses humildes pescadores inveredassem pelo caminho das Letras e das Artes, a maioria seguiu

América do Norte, do Brasil e de outras nações, sem receio de subir pelos enfrexates das alcatroadas enxárcias, mesmo quando o vento desabrido lançava os seus lúgubres zumbidos por entre os cabos e os restos de velas, que, em estilhas, tinham sido levadas pela força da trabuzana. Outros, profundos conhecedores dos mares, dos bancos, dos ventos, das névoas e dos gelos do Atlântico-Norte e do Ártico, dedicaram-se à pesca do bacalhau, na Terra Nova e na Groenlândia, sendo marinheiros-pescadores, oficiais, pilotos e capitães de quase todos os famosos Lugres que tinham a sua inscrição nas Capitanias de Aveiro, Figueira da Foz, Porto, Lisboa, Viana do Castelo e até Caminha e Portimão e cujos pescadores eram recrutados em muitas das praias e póvoas do litoral português.



Navio bacalhoeiro junto a uma ilha de gelo.

a tradição marítima dos seus antepassados, deixando, no entanto, de ser os pobres trabalhadores das bateiras e da xávega, para se tornarem destemidos marinheiros, mestres de pesca e capitães do mar alto, que iam desempenhar as suas arriscadas funções para as águas do Cabo Juby, do Cabo Branco e das costas da Mauritânia, onde a pesca era muito rica e abundante.

Dos que ficaram em Ilhavo, mesmo na época em que apareceram os primeiros navios a vapor, muitos não abandonaram a navegação à vela e continuaram nas suas perigosas viagens, a bordo dos airoso PATACHOS, BRIGUES E ESCUNAS, escalando os portos do Norte da Europa, do Mediterrâneo, das Ilhas da Madeira, dos Açores, das Canárias, das Antilhas, da

Este facto provocou a admiração do insigne escritor «Allan Villiers» — um dos maiores nomes da literatura do mar e dos navios — o qual, quando descreve a epopeia dos pescadores portugueses nos Bancos da Terra Nova e da Groenlândia, no seu maravilhoso livro «A Campanha do Argus», afirma que de Ilhavo vão mais capitães para os Bancos do que de qualquer parte do mundo, tecendo-lhe elogiosas referências, pela sua competência, arrojo, temeridade e espírito de sacrifício.

Contudo, na grande crise da marinha de vela, uns quantos oficiais da vila maruja, por não terem jeito para o comércio ou para a indústria, nem saberem cultivar a terra, não encontraram outro remédio senão emigrar para o Brasil, onde, continuando a tradição

ilhavense, começaram a tripular pequenos vapores atingindo, em breve tempo, os postos de comando dos melhores cargueiros e paquetes da marinha brasileira.

Os que ficaram por cá, sentindo-se desempregados e sem vocação para outra coisa que não fosse a dos trabalhos do mar, lá foram também para os vapores. E a muitos dos que eram pilotos, tanto durante a Primeira República, nos Transportes Marítimos do Estado, como depois da renovação da marinha Mercante, nas várias Empresas de Navegação, pela sua probidade, galhardia e competência, foi-lhes entregue o comando de diversos navios, de entre os quais o «Vera-Cruz» que, na altura, era o maior, mais belo e mais luxuoso paquete da frota nacional.

Claro que estes homens — os marinheiros, os oficiais e os capitães — encontravam um firme apoio nas suas dedicadas esposas e mães, que, numa estoicidade extraordinária, suportavam as ausências com resignação, esperando ansiosamente o dia em que, lá longe, no largo oceano, comessem a surgir as velas brancas ou os penachos de fumo dos navios que traziam os seus maridos e filhos, para, em alegria e prazer, passarem uma boa temporada na sua companhia.

Eram umas mulheres admiráveis e, como ninguém, sabiam cumprir todos os deveres de donas de casa, uma vez que os maridos — valentes, destemidos, cumpridores e grandes chefes a bordo — em terra, pelo pouco tempo que aqui passavam, sentiam-se estranhos e desinteressados e entregavam às esposas todos os

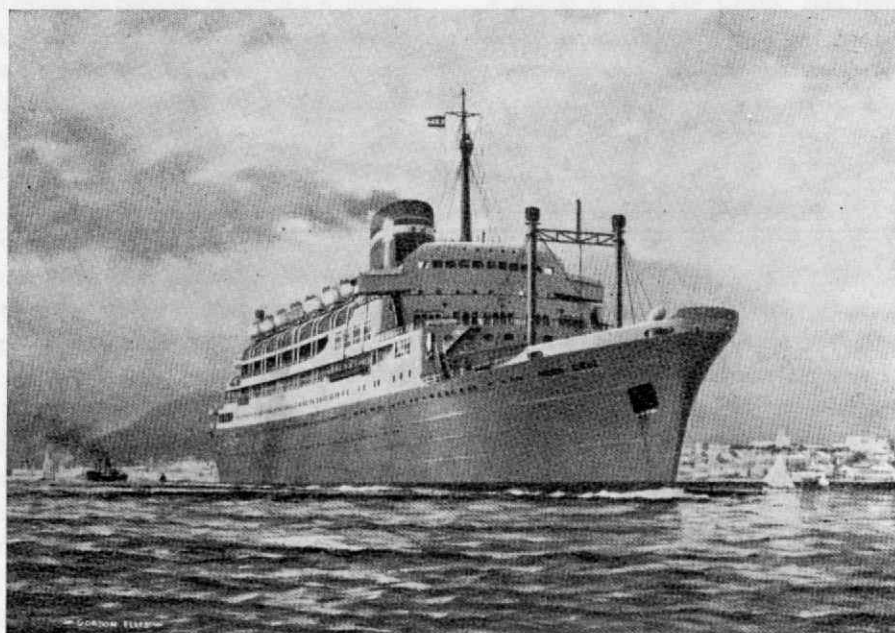
encargos da economia da casa e da educação dos filhos.

E elas, compenetradas dos seus deveres de mulheres de embarcações, tomavam essa responsabilidade não como sacrifício, mas sim como uma leal colaboração aos homens que as amavam e que, por elas e pelos filhos, sofriam as saudades, as tormentas, as aflições dos maus tempos e as enervantes arrelias das calmas, dos ventos contrários e das viagens demoradas.

Mas, apesar de tudo, o seu coração estava tranquilo, pois sabiam que as suas fiéis e dedicadas esposas lhes governavam a casa com zelo, e lhes criavam os filhos com autoridade e amor.

Era assim mesmo. Essas maravilhosas mães, tão diligentes e carinhosas, é que, administrando os dinheiros com austeridade, faziam as despesas com a alimentação, compravam os vestidos, os fatos e tudo o mais que os filhos necessitavam, levavam-nos à Primeira Comunhão, tiravam-lhes as cédulas nas Capitánias e conseguiam-lhes os primeiros empregos de futuros marinheiros, matriculavam-nos nas escolas, nos colégios e nos liceus, aconselhavam-nos os bons caminhos a seguir, incutiam-lhes coragem nos seus desalentos e ensinavam-nos a respeitar e amar os seus pais, que andavam ausentes, por esses mares de Cristo.

Eis a razão pela qual, as pessoas daquela época sentiam tanto respeito e veneração pelos pais e tão grande amizade e carinho pelas suas mães, que amavam enternecidamente, por mais humildes que elas fossem.



Paquete «VERA CRUZ».

Desse terno sentimento se apercebeu, com certeza, o venerado Bispo de Aveiro, pois que, na brilhante homilia que proferiu na missa do dia em que foi inaugurada a estátua de D. Manuel Trindade Salgueiro — desde pequeno órfão de pai, arrebatado pelo mar traçoeiro, no naufrágio da BARCA «HELENA», ao referir-se aos sacrifícios que sua mãe — tão humilde e pobrezinha — foi obrigada a sujeitar-se para criar e educar o seu filho e também à ternura, ao carinho e ao amor com que ele lhe pagou todas as dores, sofrimentos e privações que ela passou, não se esqueceu

de pronunciar, para exemplo das novas gerações, estas contentuosas palavras, tão sensíveis ao coração dos ilhavenses:

«As mulheres de Ílhavo, ao passarem com seus filhos pela mão, junto à estátua de bronze, que ali fica, na Praça, poderão muito bem dizer: Olhai, meus filhos, esta é a imagem de um homem que foi muito amigo da sua Mãe».

Ílhavo, Maio de 1984».

bibRIA

Nos 150 anos da "Banda Amizade" — Aveiro

— PALESTRA PROFERIDA NO SALÃO
DA "BANDA AMIZADE"

Por João Gonçalves Gaspar



No dia 21 de Janeiro de 1961, ao comemorar o 126.º aniversário da sua existência, a «Banda Amizade» inaugurava a nova sede, no coração de Albói; e fazia-o com o hastear da bandeira, com a bênção do edifício e com uma sessão solene. Estiveram presentes as autoridades civis, militares e judiciais da nossa Terra, o bispo de Aveiro D. Domingos da Apresentação Fernandes, muitos amigos e o povo — o povo que sentia que o júbilo também era seu.

Como qualquer um, aqui me confundi então no meio de todos, comungando da alegria desta prestimosa corporação; aqui ouvi palavras belas no belo discurso do Dr. David Cristo, que historiou as diversas fases da campanha da construção da sede, que destacou os preciosos auxílios do Ministério das Obras Públicas e do Governo Civil de Aveiro, que enalteceu tantas generosidades ocultas, que elogiou o entusiasmo contagiante de um grupo de pessoas dedicadas e amigas. Citaram-se nomes, descerraram-se retratos, homenagearam-se benfeitores. A hora era de festa.

Passaram-se quase vinte e quatro anos. Encontra-se novamente em festa a «Banda Amizade», porque está a comemorar precisamente o seu sesquicentenário; é louvável e justo lembrar de forma solene a singular efeméride de uma colectividade que, desde há muito, faz parte do nosso panorama citadino e social. Mas hoje não é o emérito aveirense e ilustre orador de então que vos fala; e podia ser; todos nós nos deixaríamos prender pelo seu verbo fluente. Agora quem vos fala, vivendo convosco estes momentos agradáveis, é apenas um simples amigo de Aveiro, que às vezes se entretém a folhear alfarrábios ou a interpretar escritos, na ânsia de descobrir coisas velhas de outros tempos, e vai rabiscando tais memórias para a «memória» da sua e vossa Terra. Só me pergunto a mim mesmo se um porta-voz mais capaz não podia ter sido convidado para, nesta circunstância, falar sobre quem merecia melhor tratamento. Oxalá que a «Música Velha» vos

apareça, ao menos, sem as rugas das canseiras e sem as brancas da velhice; que ela, apesar dos anos que já são tantos, se vos apresente no vigor da idade sempre jovem e na juventude da pujança sempre vigorosa.

O programa das comemorações estende-se por vários dias, de 18 a 25 de Novembro; os números também são diversos e diversificados, desde o desfile de bandas de música, um concerto, um espectáculo e exposições, até à Eucaristia e à romagem aos cemitérios da cidade. Todavia, este que estamos a viver ocorre no próprio dia aniversário — o mesmo dia em que a Igreja Católica celebra Santa Cecília. O culto desta Virgem e Mártir romana, que deu o nome a uma basílica construída em Roma no século V, difundiu-se amplamente a partir da narração do seu martírio, em que ela é exaltada como exemplo perfeito de mulher cristã, abraçando a virtude e dando a vida por Cristo. Nas mencionadas actas se diz que, no dia das núpcias com Valeriano, enquanto se ouviam os acordes musicais, ela cantava no seu coração o hino da pureza, sendo, por isso, oficialmente proclamada no século XVI como padroeira dos músicos.

Cento e cinquenta anos da «Banda Amizade»! Contudo, por incrível que nos pareça, a data da sua fundação não é testificada com rigor histórico. Acontece assim frequentemente. Um homem não se torna herói logo ao nascer, nem uma colectividade se enobrece quando se institui; são-no passadas dezenas de anos. Depois, ao procurar pormenores dos seus primórdios, quicá mesmo documentos dos seus antecedentes ou das suas origens, deparamos com dúvidas insolúveis ou sem respostas convincentes para variadas interrogações. É o caso.

Segundo João Calisto Grilo, de Lisboa, que se dedicou ao estudo das sociedades filarmónicas, a nossa «Banda Amizade» haveria iniciado a sua marcha histórica em Novembro de 1834. «Terá sido — diz ele — a

primeira filarmónica aveirense com carácter popular». António dos Santos Lé, conhecido e credenciado professor de música e regente em Aveiro, tendo sido solicitado por Pedro de Freitas a dar a sua opinião autorizada, apenas se limitou a informar, em 1942: — «A Banda Amizade é a mais antiga desta cidade, pois tem mais de cem anos de existência». Nesta ocasião — 1942 — havia em Aveiro, além da referida, a Banda do Asilo-Escola Distrital, a Banda da Escola Musical de José Estêvão e a Banda dos Bombeiros Novos.

Se estendermos o nosso olhar pelo distrito de Aveiro, verificaremos que a «Banda Amizade», além de ser — como se disse — a mais antiga da cidade, se encontra outrossim no grupo das filarmónicas mais antigas das nossas terras. Vejamos estes exemplos: — A de Figueiredo do Burgo, no concelho de Arouca, foi fundada em 1740 e primeiramente regida pelo Padre Custódio José Gomes, pároco da freguesia do Burgo, a que pertence aquela povoação; a de Arrifana já é referida em documentos de 1770; da de São Tiago de Riba-Ul se diz que tomou parte nas invasões napoleónicas, acompanhando as tropas anglo-lusas; a de Ovar iniciou a sua actuação 1811; a da vila de Arouca conta os anos a partir de 1825; finalmente, as de São João de Loure e da Fábrica da Vista Alegre nasceram em 1826. Logo em seguida... vem a «Banda Amizade».

Quem se debruçar carinhosamente sobre a vida de tantas filarmónicas e grupos musicais que se mantêm em cidades, vilas e aldeias, à custa dos maiores sacrifícios e de tão grandes dedicações, descobrirá certamente, por um lado, o extraordinário contributo que eles dão na educação musical de inúmeras pessoas, e, por outra parte, a notável acção que o espírito popular tem desempenhado nessas modestas mas simpáticas colectividades. Como escreveu Pedro de Freitas, no seu livro «História da Música Popular em Portugal», elas são «pedaços da alma portuguesa que falam directamente ao público, apresentando claro o seu íntimo para lhe dizer que constituem uma parte importante de utilidade pública e de força viva da Nação; representam a sinceridade de um povo, as penetrantes vibrações de uma força dinâmica que não pode nem deve ser obliterada por um plano de inferiorização que ateste vergonha, falta de civilização e de cultura». Não é verdade que o seu próprio repertório tantas vezes se situa ao nível de trechos de música popular ou nela inspirados, de transcrições de selecções de ópera, opereta e zarzuela, e também composições dos seus regentes?...

Mas... falar da «Banda Amizade» leva-nos a abordar o tema da Música; e falar sobre Música é discorrer sobre uma expressão de Arte cuja definição objectiva, válida e tranquilizadora não é fácil nem cómoda. Desde

sempre, filósofos e estetas o têm tentado com expressões que falham por incompletas, parcelares ou unilaterais, não abarcando a totalidade do conceito.

No século V, Santo Agostinho dizia ser a Música a «Arte de bem movimentar os sons»; mas tal definição apenas se fixa no aspecto técnico da questão. Descartes, no século XVII, escreveria que «o fim da Música é deleitar-nos e desperta em nós diversos sentimentos»; mas o filósofo atendeu à sua finalidade e não tocou na sua essência. Leibnitz, mais tarde, explicou-a como «um exercício inconsciente de Aritmética de uma alma que não sabe como se enumerar»; tais palavras, porém, parecem-nos obscuras e, de maneira vaga, respeitam ao aspecto matemático da Música. Para Rameau, ela é «a Arte de combinar os sons de uma forma agradável ao ouvido»; eis aqui um critério não muito rico, antes hedonístico e pobre. Vendo na Música uma «arquitectura de sons», Madame Stael escapava-se à dificuldade, afirmando o mesmo por outras palavras.

Por seu turno, os psicólogos — como Kant, Hegel, Wundt... — tratando a Música como «linguagem do sentimento e da emoção», viam-lhe os efeitos sem cuidar do seu mecanismo. Os metafísicos — como Schopenhauer — considerando a Música como manifestação de uma realidade ultra-sensível e ultra-racional, colocavam-na, sem o pretender, acima da sua condição humana. Para Combarieu, ao contrário, a Música é «a Arte de pensar com os sons» — definição ambiciosa que possui o mérito de reivindicar para ela uma qualidade «racional».

Em face desta flutuação de critérios, destas tentativas de definição, logo nos apercebemos da dificuldade em dizer o que é a Música — movimento racional e combinação agradável de sons, que nos deleita os sentidos e nos desperta sentimentos interiores. Enfim, a Música é ciência e arte; como ciência pertence aos domínios da acústica e vive da sua matéria específica, que é o som e a escrita; como arte, situa-se no âmbito das manifestações do espírito, cuja interpretação pertence à estética, e, realizando-se sob o signo do espírito, nasce da inspiração e afirma-se na exteriorização.

Estudando as origens da Música, também nos deparemos diante de enigmas sem solução. A quem dar razão? Às teogonias antigas — e até a certas metafísicas modernas — que consideravam a Música de origem divina ou transcendente? Aos que a filiam em práticas mágicas? Aos que afirmam ser ela uma simples imitação da natureza? A Rousseau e a Spencer que a derivavam da linguagem humana? A Stumpf que a entroncava nos gritos de guerra do homem primitivo?

Talvez algumas destas teorias tenham parcelas de verdade. O que é certo, porém, é que, desde a Alta Antiguidade, senão mesmo desde os mais recuados ves-

tígios do homem sobre a Terra, se considerou a Música como manifestação artística. Dos tempos pré-históricos vêm-nos documentos fósseis que testemunham a sua existência. Depois, as mais velhas civilizações dos tempos históricos não só estimaram como ainda praticaram a Música; isso nos é atestado pelas figurações esculpidas em monumentos, pelas lendas passadas de geração em geração e pelos escritos que nos chegaram, referentes aos Egípcios, aos Sumérios, aos Babilónios, aos Chineses, aos Hindús, aos Hebreus, etc. Em todos estes povos, a Música chegou mesmo a ter um lugar marcadamente sagrado e os seus dois mais importantes ramos — o vocal e o instrumental — já aí se achavam representados.

Fixando-nos na Grécia Antiga, vemos que grandes filósofos — como Platão e Aristóteles — chamaram a atenção para os efeitos da Música na formação da pessoa humana e focaram o seu valor educativo. De facto, tal era a importância na educação que a sua aprendizagem fazia parte das disciplinas pedagógicas. Além disso, a Música ocupava outrossim lugar primordial no culto religioso e era elemento imprescindível nos jogos, que os Gregos cultivavam com tanto entusiasmo. A sua função era ainda prioritária na tragédia ateniense — a maior criação do Génio Grego. A música coral desempenhava em toda a vida social um papel de grande relevo; mas não esqueçamos que os Gregos também conheceram a música instrumental. Conferindo-lhe embora um lugar secundário, serviram-se dela para acompanhar o canto, a recitação e a dança. Os instrumentos predilectos eram a flauta, a lira e a cítara.

Para estudar a civilização hebraica — de que herdamos muita coisa — temos de percorrer as páginas da Bíblia. Também aí descobriremos qual o valor que os Hebreus atribuíam à Música, nas manifestações da sua vida religiosa e social.

A Bíblia não é primariamente um livro nem de história de uma civilização nem de qualquer ciência; é essencialmente um livro onde palpita uma mensagem sobrenatural — a mensagem de Deus à Humanidade e o seu desígnio salvador para com os homens de todos os tempos. Apesar disso, nela encontramos elementos e narrações históricas, informações geográficas, alusões a progressos e retrocessos de civilizações. No caso que concretamente hoje nos prende a atenção, verificamos que em várias páginas, acidentalmente e mesmo propositadamente, há referências à Música, seja ao canto, seja mesmo a diversos instrumentos musicais. Aduzo uns simples exemplos que, além de amenizarem esta desenxabida charla, nos levam a concluir que o canto acompanhava a vida de Israel; mas, mais do que no canto profano, a índole própria deste povo manifes-

tava-se no canto religioso, que veio a ser representado sobretudo pelos salmos.

O povo hebreu, cujos antepassados se haviam fixado a oriente do rio Nilo, no Egipto, sentindo o despertar da sua identidade nacional, desejou decididamente deixar o trabalho escravo que suportava em terra estrangeira, libertar-se do domínio dos Faraós e construir livremente o seu próprio futuro. Favorecido providencialmente por lavé, seu Deus, e guiado sabiamente por Moisés, aí pelos finais do século XIII antes de Cristo avançou pelo deserto do Sinai em direcção à terra outrora prometida por Deus aos seus avoengos. Era o Êxodo, cheio de dificuldades mas rico de experiências humanas, sociais e religiosas, onde se formou a consciência de um povo, constituído embora por doze tribos. Em certa ocasião, houve que atravessar um braço de Mar Vermelho. O facto foi visto em coincidências tão extraordinárias que seria lembrado e contado através das gerações como o grande prodígio de Deus. Era a almejada libertação. Os próprios Egípcios, que entretanto se tinham lançado na perseguição dos Israelitas, entrando no mar, aí encontraram a derrota e a morte. Em agradecimento a Deus, Moisés e os Hebreus entoaram um cântico de louvor. Por sua vez, Maria, irmã de Moisés, tocava um adufe e todas as mulheres a seguiam, na mesma atitude, cantando e dançando. Imaginemos a festa popular, após o desaparecimento do terrível pesadelo, enriquecida com o rufar dos adufes. (Êxodo, cap. 14 e 15).

Terminada a travessia do deserto após a saída do Egipto, os Israelitas, agora sob a chefia de Josué, sucessor de Moisés, dispunham-se a entrar definitivamente na terra prometida — a Palestina. Para isso, era primeiramente necessário tomar a antiquíssima e bem muralhada cidade de Jericó, nas margens do rio Jordão; seria a porta de entrada no desejado território. Josué reuniu os sacerdotes e disse-lhes: — Tomai a arca da aliança — arca que continha as tábuas de pedra onde estava esculpida a lei de Deus promulgada no Sinai — tomai a arca da aliança e sete de vós toquem sete trombetas à frente da arca do Senhor. Depois disse ao povo: — Avante! Dai a volta à cidade, com os guerreiros, marchando à frente da arca do Senhor. Quando Josué acabou de falar, os sete sacerdotes, levando as sete trombetas, puseram-se em marcha, tocando esses instrumentos, e a arca seguiu-os. E assim aconteceu durante sete dias. Ao sétimo dia, a cidade foi tomada pelos Israelitas. O facto aconteceu à volta de 1180 antes de Cristo. A música serviu para entusiasmar os sitiadores, animando-os e encorajando-os na sua valentia (Josué, cap. 6).

Passaram-se quase cento e cinquenta anos. O rei David, em 1005 antes de Cristo, conquistou a cidade de Jerusalém e logo procurou fazer dela a capital política

e religiosa. Entendeu, pois, que, entre as iniciativas a concretizar, era urgente mandar transportar para lá a arca da aliança — objecto sagrado que se tornara centro de singular devoção e meta de piedosas peregrinações. Foi uma ocasião de grande festa; e o cortejo foi extraordinariamente solene. Enquanto a arca era conduzida, David e todo o povo dançavam diante do Senhor, ao som dos instrumentos — harpas, cítaras, tamborins, sistros e címbalos. Não faltaram também as velhas trombetas, no meio dos gritos de alegria. O acontecimento constituiu um marco miliário na história de Israel (2 Samuel, cap. 6; 1 Crónicas, cap. 15).

Quando o mesmo rei pretendeu organizar o culto litúrgico em Jerusalém, prestou especial atenção ao canto e à música. Assim, logo separou alguns homens para «profetizarem ao som da harpa, da cítara e dos címbalos» e para «cantarem os louvores ao Senhor»; e não apenas separou, mas também lhes deu uma hierarquia, com chefes. Eram duzentas e oitenta e oito pessoas, que passaram a prestar serviço ordenadamente, depois de tiradas as sortes — em número de vinte e quatro — sem acepção de pessoas, pequenos e grandes, mestres e discípulos. Descobre-se facilmente que, na liturgia real, havia grupos corais, acompanhados pelo som dos instrumentos, certamente a causarem inveja a tantos coros dos nossos dias (1 Crónicas, cap. 25).

Na história de Israel, nem tudo foram rosas; também houve tempos difíceis de crise nacional... que a vida das nações, como a dos homens tem dias luminosos de sol e dias pardacentos de névens carregadas. No ano de 722 antes de Cristo, o Reino do Norte caiu sob o poderio da Síria e muitas pessoas foram deportadas e outras fugiram para o Reino do Sul; este, por seu turno, em 586 foi vencido pelo rei da Babilónia, cujo exército saqueou Jerusalém e levou, como reféns, os seus melhores habitantes. Os judeus exilados, longe da Pátria subjugada, roídos pela saudade e pela tristeza, lançavam então desabafos como este: — «Junto dos rios da Babilónia estávamos sentados e chorosos, lembrando-nos de Sião. Ali, sobre os salgueiros, suspendemos as nossas harpas. Era lá que os nossos carcereiros nos pediam cânticos. Como havíamos de cantar cânticos do Senhor numa terra alheia? Se de ti, Jerusalém, me esquecer, fique ressequida a minha mão direita, pegue-se à boca a minha língua! Não havia lugar para o júbilo». É que a Música, se vulgarmente transmite alegria, também manifesta os íntimos sentimentos de quem a executa. As harpas não se dedilhavam; aguardavam o dia da nova libertação para o suspirado regresso a Jerusalém e à Pátria, que viria a acontecer após o decreto de Ciro, em 538 antes de Cristo (Salmo 137 / 136).

A alma de Israel, diante das maravilhas de Deus, louvava-O efusivamente. E não apenas com palavras. E não apenas com o canto. No Salmo 150 — o último

dos salmos — com entusiasmo se recomenda que se acompanhe o louvor com trombetas, com harpas e com cítaras, com tambores, com instrumentos de corda e com flautas, com címbalos sonoros e retumbantes... Uma autêntica orquestra, com numerosos e variados instrumentos, devia enriquecer o canto nas grandes solenidades do Povo de Deus.

Muitos séculos decorridos, na chamada Idade Média, a Música é, quase exclusivamente, a Música da Igreja Cristã, que foi a instituição sob cuja égide ela, como outros valores do património cultural da Humanidade, tomou um incremento em que veio a assentar todo o desenvolvimento posterior da Arte dos Sons, pelo menos na Europa. As três principais fontes da Música da Igreja Latina foram: a música hebraica da Sinagoga, através dos salmos bíblicos adoptados já pelos primeiros cristãos; a música oriental, que lhe forneceu as suas características inconfundíveis de espiritualidade; e a música grega, que lhe transmitiu a teoria e as bases científicas. Tal música, que era monódica, difundiu-se por todo o Ocidente, através de missionários-cantores, que levavam os livros próprios. Aprendia-se de cor; só mais tarde é que começaram a aparecer sistemas de escrita musical.

A grande reforma levada a cabo por S. Gregório Magno, papa de 590 a 604, fez com que se designasse com o seu nome a mais importante criação da música cristã litúrgica, que é ao mesmo tempo um dos maiores monumentos da história da Música, pela sua perfeita constituição e pela sua alta expressividade — o Canto Gregoriano. O repertório dos cânticos da Igreja era vastíssimo e adaptado inteiramente a todas as múltiplas cerimónias e festas do ano, tanto para os textos do Missal como para os do Ofício; era o mais rico e o mais artístico manancial melódico. Dele derivou toda a música erudita, para não dizer simplesmente toda a música conhecida em países cristãos. Dele ressuma um alto valor religioso... e espiritual.

Por volta do século IX, dá-se um abalo na secular estrutura musical da Igreja; não se sabe bem por que factores, começou a generalizar-se o hábito de cantar em várias vozes. Marcava-se assim um passo importante e registava-se uma revolução decisiva no processo musical; ao lado da música monódica, apareceu a polifonia, ou seja, a sobreposição de vários sons ou mesmo de várias melodias, num relacionamento sistemático. Contudo, não falecem suspeitas de que na Antiguidade teriam existido certas manifestações de concomitância de vozes ou sons diferentes — como as tradições célticas à base da gaita de foles, canto de uma voz repetida por outra de ornatos, etc..

Não me vou perder nos diversos pormenores da história da Música nos últimos séculos... mesmo dessa

música popular que simultaneamente se desenvolveu ao lado da música oficial da Igreja. Mas não posso deixar de fazer referência a alguma coisa que se passou no nosso País. O «Cancioneiro da Ajuda», por exemplo, interessa-nos não só para o estudo da iluminação, mas ainda como fonte da história da Música em Portugal, entre as tão raras fontes que existem relativas a este período, até D. João I. Os documentos musicais dos primeiros séculos da história portuguesa desapareceram, e todavia nós temos a certeza de que a Música ocupou no País o seu lugar no meio das várias artes. Como noutros ramos da Ciência ou da Arte, este rectângulo à beira do Atlântico não se podia mesmo isolar do resto da Península que, até antes da independência, tem no elenco dos seus compositores nomes eminentes, como o enciclopedista arcebispo de Sevilha Santo Isidoro, musicólogo e musicógrafo que compôs diversos hinos, S. Bráulio, bispo de Saragoça, que escreveu vários cantos religiosos, sem falar no enorme contingente de artistas de Toledo. Entre os nossos documentos musicais, talvez do século X, pode citar-se um hino a Santa Luzia, em gregoriano, um «Cerimonial», que é um precioso códice contendo muitos cantos sacros notados por meio de pontos simples e neumas, e ainda dois fragmentos de textos de uma Missa, descobertos na Biblioteca Nacional, também escritos em neumas. Os cantares profanos, as danças, os romances... formaram um repertório variado que, conjuntamente com certas melodias litúrgicas, são elementos originários importantes do drama lírico nacional. Durante o século XIII haveríamos de possuir, como os outros países hispânicos, a nossa música religiosa, as nossas canções, as nossas danças populares.

No reinado de D. Dinis, no ensino universitário, a Música veio reunir-se às outras duas artes, suas irmãs — a Lógica e a Gramática — tendo também a sua cadeira privativa. A música que o Rei Trovador escreveu para as suas canções certamente que se perdeu; mas ela transparece no ritmo dos seus versos. Quem não o sentirá na cadência, quase de hino, destas palavras sem notação: — Quer'eu em maneira de provençal // fazer agora um cantar d'amor?»

No decorrer dos anos, é de anotar outrossim a presença das correntes do Renascimento Italiano, que rapidamente irradiaram pela Europa e acabaram mesmo por influenciar a Música da Igreja e por motivar um verdadeiro renascimento desta, o qual culminou na grande escola dos polifonistas dos séculos XV e XVI, a chamada escola franco-flamenga ou estilo «cappella» — composição só para vozes, sem qualquer espécie de acompanhamento instrumental.

Em Portugal, o nome do Infante D. Henrique, como protector da Universidade, é inseparável da história das reformas de estudos. Foram então aumentadas as cáte-

dras universitárias, para que a escola, ainda em Lisboa, se tornasse similar das universidades europeias. Passaram a ensinar as sete artes liberais: Gramática, Lógica e Retórica («Trivium»); e Aritmética, Música, Geometria e Astrologia («Quadrivium»). Do elenco começaram a fazer parte a Medicina, a Teologia, o Direito Canónico, a Filosofia Natural e Moral e as Leis. A partir de 1431, a Universidade de Lisboa encetara uma nova fase. Segundo os estatutos de 1598, reformados 1612, os estudos da Universidade, já em Coimbra, foram divididos por quatro Faculdades — Teologia, Cânones, Leis e Medicina; para além disso, o quadro comportava cursos menores, entre os quais uma cadeira de Música, ao lado das de Matemática, de Artes, de Hebreu, de Grego e de Latim. Pormenor também interessante na nossa história quinhentista é verificar que os músicos da Capela Real acompanharam El-Rei D. Sebastião ao norte de África, em 1578, juntando-se aos respectivos capelães, sob a orientação do deão D. António de Meneses, da Casa de Tarouca. Por vontade do Monarca, era seu dever a celebração conveniente dos Ofícios Divinos durante a expedição, para que nada faltasse... até na comemoração festiva da vitória que jamais chegaria, pois os sonhos reais ficaram sepultados em Alcácer-Quibir.

Posteriormente, nos finais do século XVI e nos princípios do seguinte, a Música consegue de novo aliar instrumentos e vozes e avançar afoitamente no caminho da Música Moderna.

Sem conhecimento nem sensibilidade que me autorizem a familiarizar com os grandes expoentes da Música, mal ousa pronunciar e recordar os nomes de Palestrina, Victória, Vivaldi, Bach, Haendel, Boccherini, Haydn, Mozart, Beethoven, Schubert, Shumann, Mendelssohn, Berlioz, Liszt, Chopin, Brahms, Rossini, Wagner, Verdi, Strawinsky, Debussy, Ravel... Lorenzo Perosi, na música sacra polifónica... e de toda uma riquíssima teoria de compositores, maestros e intérpretes da Música, cujo número nos surpreende e cuja obra nos causa compreensível admiração e nos provoca sentimentos inenarráveis.

Circunscrevendo-nos à nossa Pátria e perscrutando um pouco o ambiente em que a Música se desenvolveu entre nós nos tempos modernos, forçoso é lembrar D. Pedro Cristo, de Santa Cruz de Coimbra, egrégio representante da pureza polifónica de Palestrina, e até El-Rei D. João IV, a quem se atribuem composições diversas; nomeadamente na música instrumental, não se podem esquecer Duarte Lobo, que passa por ser um dos melhores músicos portugueses, Marcos António Portugal, considerado o nosso maior compositor de ópera, Scarlati, organista e cravista excepcional e grande impulsor da introdução da música italiana em Portugal, Francisco António de Almeida, autor de música reli-

giosa e de óperas que alcançaram grande popularidade, Carlos de Seixas, autor de música instrumental e afamado compositor de tecla para cravo e órgão, João Domingos Bontempo, pianista, compositor e pedagogo notável, fundador do Conservatório em Lisboa, criador da nossa moderna música instrumental e fomentador da cultura sinfónica e de câmara em Portugal, e Alfredo Keil, compositor de ópera, a quem se deve a música do nosso hino nacional.

El-Rei D. João V ascendeu ao trono em Dezembro de 1706 e reinou durante quarenta e quatro anos, imprimindo rara vitalidade ao seu governo, tanto sob o ponto de vista de cultura erudita, como sob o ponto de vista artístico. Para o comprovar, bastará citar de passagem a criação da Academia Real da História Portuguesa e o esplendor da basílica de Mafra, da capela de S. João Baptista, em Lisboa, e da biblioteca da Universidade de Coimbra. O Monarca Magnânimo, como seu avô D. João IV, também sobremaneira apreciava a Música. Deliciava-se com a pompa das cerimónias e do canto dos «te-deum», dos espectáculos de ópera, dos serões nas academias de música. No Paço, deu vida ao corpo de cantores — a Capela Real — imitando certamente as demais Cortes da Europa, neste século XVIII. Seu filho e sucessor, D. José I, herdaria do pai o gosto entusiástico pela Música, a admiração pelos «virtuosos» do canto. Gastou enormes somas com o teatro de ópera, construído à beira do rio Tejo, que o terramoto de 1755 havia de destruir. Mandou vir da Itália cantores e dançarinos famosos, contratava mestres de capela e compositores.

Na música instrumental dos últimos tempos do século XIX e dos princípios do actual, distinguem-se, entre nós, os nomes de José Viana da Mota, pianista de reputação europeia, que procurou criar um estilo nacional mediante o recurso à música popular, de Rui Coelho, que emergiu também como compositor de ópera, de Lima Fragoso, músico de reais qualidades que faleceu na flor da idade, e de Luís de Freitas Branco, que pertence já aos nossos dias. E não seria imperdoável esquecer Miguel de Oliveira e Sousa Morais, exímios compositores de rapsódias portuguesas, e outrossim Ildio Costa, felizmente ainda vivo, cujas obras as nossas filarmónicas conhecem e executam?

Mas... desculpem-me o desvanecimento; talvez ele tenha a utilidade de servir de prefácio, longo embora, ao desenvolvimento do tema a que me propus: a «Banda Amizade» no contexto musical de Aveiro.

Uma outra novidade do século XVI foi o aparecimento das bandas militares ou regimentais, constituídas então unicamente por instrumentos de palheta, sopro e percussão; lembremos, porém, que antigamente a palavra «banda» designou outras espécies de conjuntos: os famosos «Vinte e Quatro Violinos de Luís XIV» foram

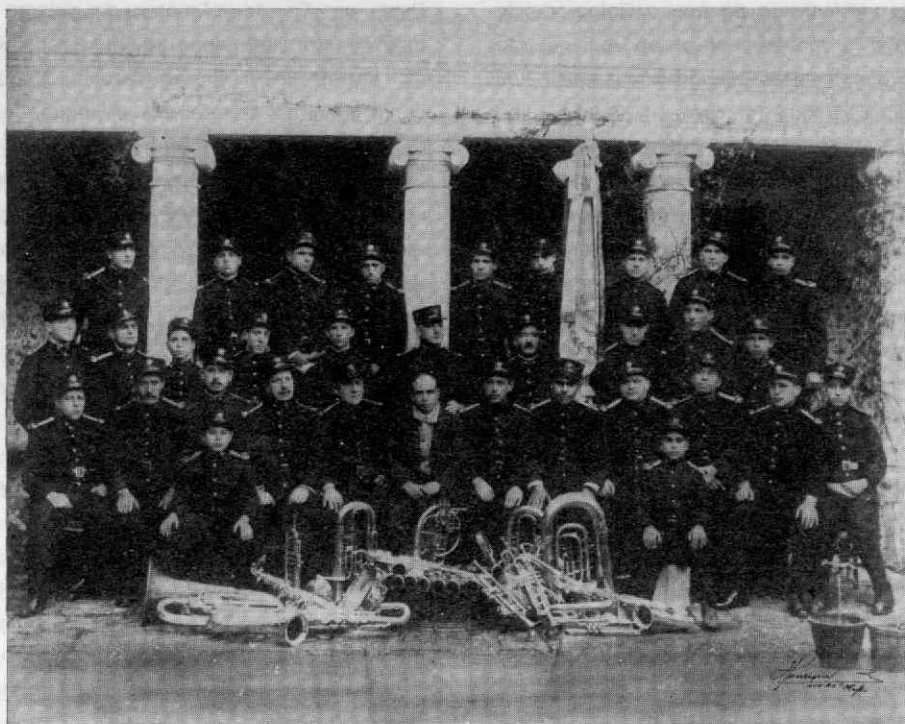
chamados «Grande Bande du Roi» e os «Vinte e Quatro Fiddlers» de Carlos II de Inglaterra denominaram-se «The King's Private Band». E, se recuamos no tempo, deparamos com grupos ou bandos de músicos com a função de animar os que combatiam, excitando-lhes o ardor bélico ou glorificando o triunfo dos vencedores. Limitando-nos à nossa história, não ignoramos que já o cronista Fernão Lopes cita os trombeteiros de El-Rei D. Pedro I, como componentes de grupos musicais, compostos por instrumentos de sopro, que o monarca português do distante século XIV tinha ao seu serviço. Chamaram-lhe o rei jogral; de facto, este soberano tinha extremos de alegria e passava, altas horas da noite, pelas ruas de Lisboa, acompanhado dos seus trombeteiros a dançar, despertando toda a gente que corria às janelas para o ver folião, talvez mimando a rir a sua grande dor.

Durante muito tempo, a música militar não conheceu organização nem repertórios próprios; reduzia-se a certos toques breves e empregava apenas os instrumentos de percussão. Foi nos finais de seiscentos e durante o século XVIII que tal música tomou forma e se individualizou, surgindo então as primeiras bandas, sobretudo com pífaros, oboés, trombetas e tambores, cujo leque instrumental se foi alargando aos clarinetes, às trompas e aos fagotes. As marchas, as aberturas, os passadobles faziam parte dos seus repertórios nos concertos públicos. Vieram depois os flautins, as flautas, as requintas, os baixos, os saxofones, os cornetins, os bombardinos, os trombones, os contrabaixos, o bombo, os rufos, os pratos, os ferrinhos... Todos esses instrumentos, acrescidos aos anteriores, constituiriam as bandas militares, que se vulgarizaram por todo o século XIX; quase não se concebia um regimento ou um simples destacamento que não tivesse o seu agrupamento musical.

Para o gosto da música no Exército concorreu muito a presença das tropas britânicas em Portugal. Deve-se até ao Beresford um novo regulamento que mandava pagar trezentos réis a cada músico, uns e outros com direito a farda, soldo e pão, enquanto durasse o tempo de ajuste. Todavia, para cercear despesas, em 1813 entendeu-se manter as bandas apenas nos regimentos de Infantaria e nos batalhões de Caçadores.

As bandas militares foram uma das formas — e de grande importância — da divulgação da música sinfónica instrumental e das filarmónicas civis e populares.

Fixando-nos em Aveiro, sabemos que em todos os conventos, na igreja da Misericórdia e na matriz da Vila — Cidade depois de 1759 — se cultivava a música litúrgica. É disso valioso e inegável testemunho a bela colecção de antifonários de coro setecentistas, escritos à mão, que foi propriedade do Convento do Carmo e hoje se encontra na nossa catedral; também nos fica-



Banda Amizade — Início do século XX.

ram dois livros musicados de antfonas, ambos provenientes do Convento Dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia, com a data de 1795; e, mais antigo, precisamente do século XV, é o «Temporale» coral, da Madre Maria de Ataíde, que foi do Mosteiro de Jesus e se conserva no Museu Nacional de Aveiro. E não sabemos nós que a Princesa Santa Joana, já vivendo em Aveiro, comprou ao Convento dos Dominicanos de Benfica um magnífico breviário de estante e um «Diurnale», ambos escritos à mão e em pergaminho, para servirem no coro do Mosteiro de Jesus? E quem não recorda, ao menos por ouvir contar, a extrema beleza e a harmoniosa melodia com que se cantava, ao anoitecer, nos conventos da Ordem dos Pregadores, a última oração da tarde — a «Salve Regina» — dirigida à Mãe de Cristo, a Senhora do Rosário? Assim era por aqui.

Mas Aveiro não se deliciava apenas com o canto gregoriano, nos templos conventuais. Vem de longe a notícia da existência de agremiações musicais entre nós. Segundo a Crónica dos Carmelitas, em 1622, na festa que se fez no Convento do Carmo, por ocasião da canonização de Santa Teresa de Jesus, participou a melhor música da terra, sem dúvida de orquestra ou de capela, uma vez que nesse tempo os agrupamentos musicais somente eram constituídos por pífaros e tambores. Em 1668, havia em Aveiro uma corporação de chameleiros que ganhara, na festa de S. Miguel, a irrisória quantia de quatrocentos réis.

A igreja de S. Miguel tinha uma colegiada, composta de cinco beneficiados, um tesoureiro e um menino de

coro, os quais rezavam ou cantavam as Horas Canónicas, como nas catedrais e nas colegiadas insignes. Não se sabe quando foi instituída, mas já existia antes de 1562, a avaliar pelos registos de óbito de diversos beneficiados. A corporação assistia a todas as festividades da igreja respectiva e ainda de algumas outras igrejas. Foi extinta em 1803 pelo Bispo de Aveiro, D. António José Cordeiro, que encorporou os bens nos da Sé, «sortindo assim nesta parte seu efeito a bula da criação deste Bispado»; já então se achavam vagos todos ou quase todos os lugares desta corporação. A própria festa do Arcanjo Padroeiro era precedida de vistosa iluminação, música e fogo de artifício; e a Confraria de Nossa Senhora da Graça — a mais respeitável confraria sedeadada na matriz — realizava anualmente em 8 de Setembro a solenidade da sua Titular, cuja novena era acompanhada a órgão e em cuja procissão tocavam os gaiteiros.

Em 1685, foi criado um coro na igreja da Misericórdia, que existiu até 1838. Começou por ser formado por quatro capelães e dois meninos de coro, com o dever de rezarem todos os dias o Ofício Divino e a Missa — esta cantada aos domingos; em 1801, passou a ser composto por oito capelães, quatro meninos de coro, um organista e um turiferário, para servirem à maneira de colegiada, alternadamente e por turnos ou semanas, conforme os estatutos, sendo-lhe acrescida a obrigação de assistirem às funções episcopais e eclesiásticas que fossem feitas pelos Bispos da Diocese, uma vez que a igreja também era ao tempo a catedral.

De 1742 temos a referência de que a Colegiada de S. Miguel continuava a manter um grupo musical, de que havia sido um dos mestres, em anos passados, um certo Padre Luís Simões, que falecera em 24 de Julho de 1727, sendo sepultado no dia seguinte, dentro do mesmo templo. Todavia, desde aquela data de 1742 até 1817, nenhum documento ou alusão revela a existência de qualquer agrupamento musical em Aveiro. Neste ano, porém, instituiu-se uma orquestra de sacerdotes, com a finalidade de se solenizarem digna e convenientemente as festas litúrgicas na sé, que continuava sendo a igreja da Misericórdia; imitava certamente a do Arcebispo de Braga, criada para abrilhantar as festividades religiosas. Regia-a o Padre José Joaquim Plácido (ou Padre José dos Santos Silva, segundo Rangel de Quadros) — vulgarmente conhecido por Padre José Parracho — que, morando na freguesia da Vera-Cruz, veio a finar-se em 10 de Janeiro de 1854. Era irmão do distinto juriconsulto aveirense Joaquim António Plácido, nascido em 1772 e morto em 1852, e tio de José Maria Plácido, filho do anterior e, como ele, hábil causídico, nascido em 1820 e falecido em 1878, que excelentemente tocava violão e guitarra, para regalo de quantos o ouviam. Aquele sacerdote foi um dos últimos beneficiados da Colegiada da Misericórdia; quando esta corporação foi extinta em 1838, ficou sendo capelão da missa chamada das onze horas, na mesma igreja. No seu tempo, era não só um bom cantochanista, mas também um bom músico para canto e para instrumental, chegando a tocar diversos instrumentos, sem desmerecer dos pergaminhos familiares. Ensinou nessa arte muitas pessoas de ambos os sexos e, desde 1830 até à morte, foi professor de cantochão no Seminário de Aveiro; além disso, deixou várias composições musicais, próprias para igreja. Apesar de viver pobremente e, nos últimos anos, tolhido do reumatismo, sabia contar anedotas com graça e dispor bem as pessoas que dele se abeiravam. Teve como aluno, nas primeiras lições de música, o então menino de coro da igreja da Misericórdia, José Pinheiro Nobre — o «Marcela» — que depois foi discípulo do espanhol Cléder, exímio tocador de trombone de varas.

Mas... voltemos atrás.

Por um documento de 8 de Janeiro de 1675, sabe-se que, já antes desta data, se realizava em Aveiro a procissão das cinzas, ao iniciar a Quaresma, a qual viria a fazer-se pela última vez em 19 de Fevereiro de 1969; dificuldades da Ordem Terceira de S. Francisco, em consequência da falta de irmãos ou de voluntários para a organização do cortejo, levaram a respectiva direcção, no ano seguinte, a suspender este acto litúrgico tradicional. Por outro documento, de 1 de Abril de 1683, julga-se que, desde o seu início, a referida procissão costumava sair da igreja do Convento da Madre de

Deus, em Sá, de religiosas da mesma Ordem Terceira, mas de clausura, onde também recolhia.

Entretanto, a Ordem Terceira Secular lançou-se na construção do seu templo privativo, junto do Convento de Santo António, o qual foi benzido em 1682; e, por um inventário dos móveis da mesma Ordem, parece que em 1726 já a procissão saía deste templo, ia ao das religiosas atrás mencionadas e voltava para o de S. Francisco. Extinto o Convento de Sá em 1885, então o cortejo religioso passou a ter como limite a igreja do Carmo.

A que propósito, porém, é para aqui chamada a secular procissão das cinzas? Apenas por isto. É que tomava parte no préstito uma charanga, de pouquíssimos instrumentos como era uso, formada por alunos actuais e antigos das aulas que os frades franciscanos de Santo António mantinham nos baixos do seu claustro. Como se coadunava bem com o espírito de S. Francisco de Assis um agrupamento musical... mesmo que ele casualmente se incorporasse numa procissão de penitência!...

De facto, o «Poverello» não compreendia como pudesse alguém deixar de ser alegre, cumprindo o seus deveres para consigo, para com os outros e para com Deus, numa atitude pronta de constante serviço. Achava que, vivendo assim, os homens deviam mesmo deixar transparecer o júbilo interior na sua maneira de ser e de viver, sem qualquer sombra de hipocrisia. Cristianismo é mensagem de amor; a alegria deve distinguir aquele faz da vida um perene sorriso bom e acolhedor. S. Francisco sorria aos desamparados e aos tristes, levando-lhes, num gesto de carinho fraterno, a manifestação do seu grande afecto; e dizia aos companheiros que não vivessem na tristeza para nunca a manifestarem, que fossem alegres como as aves do céu para abrirem horizontes aos deprimidos e aos desesperados. A música, na expressão vocal ou instrumental, entrava assim no leque de actividades dos franciscanos, como auxiliar importante na vivência da alegria; uma charanga no cenóbio dos frades menores não secularizava o ambiente, antes lhe emprestava um ar de festa.

... Até que, em fins de Maio de 1834, foi extinto compulsivamente o Convento de Santo António pelo inapelável decreto de Joaquim António de Aguiar — o «Mata-Frades». Com a retirada dos religiosos franciscanos, suspendiam-se não só o curso de teologia que por eles era ministrado, mas também a única escola de instrução primária da Cidade, as aulas de latim, filosofia, retórica, francês, geometria, geografia e história, as lições de música para os rapazes da charanga, e o ensino do canto gregoriano destinado aos que seguiam a vida conventual.

Na reforma militar de El-Rei D. Sebastião, Aveiro passou a dispor de um Terço de Ordenanças. Mais tarde, porém, precisamente em 1641, D. João IV des-

tinhou-lhe quatro Companhias de Ordenanças para o serviço de cada uma das freguesias da Vila, sendo também contemplada com um Regimento de Melícias. Tal organização militar perdurou até 1806.

Agora... uma curiosidade. Na velha igreja paroquial da Vera-Cruz estava sedeada a Irmandade do Senhor Jesus do Bendito, cuja festa anual decorria no primeiro domingo depois de 26 de Dezembro — ou mesmo no dia 1 de Janeiro — para se aproveitar a ornamentação que tinha servido na entrega dos ramos do Senhor Sacramento. Essa festa do Senhor Jesus do Bendito teve início em 1810, decorrendo neste e nos anos próximos com extrema simplicidade; a entrega dos ramos era apenas acompanhada por tambores e pífaros e subiam ao ar unicamente foguetes de estalo.

Em Aveiro, não se sabe porquê, os Regimentos de Milícias foram popularmente denominados com a alcunha de «Filipes» e os instrumentos que usavam nas suas marchas e manifestações eram habitualmente tambores e pífaros. A semelhança da música talvez originasse o epíteto dado a esta irmandade por ocasião das entregas dos ramos: a Irmandade dos Filipes.

Em princípio de 1834, organizou-se, em diversas localidades do País, a chamada «Guarda Nacional» que, em Aveiro e Ílhavo, teve existência jurídica por decreto de 29 de Março desse ano. José Pinheiro Nobre — o tal menino de coro da igreja da Misericórdia e pequeno discípulo do Padre Parracho — contava agora treze anos e era um já apreciável executante de trompa; nesta qualidade, fazia parte da banda daquela «Guarda Nacional», ao mesmo tempo que prosseguia no estudo de música com D. Rumán Avias, de naturalidade espanhola, que foi mestre da banda do Regimento de Caçadores n.º 28. Como este o como Cléder — outro espanhol já referido na qualidade de seu professor — foi depois José Pinheiro Nobre notável executante de trombone de varas. Entretanto, antes dos meados do ano, terminava a charanga de Santo António, mas permaneciam os hábitos musicais fomentados e cultivados pelos franciscanos.

Nem todos os corpos militares tinham bandas privadas; por vezes, as filarmónicas eram contratadas por períodos anuais. José Pinheiro Nobre, findo o contrato com a «Guarda Nacional», foi para o Regimento de Viana do Castelo; todavia, transferida esta unidade para Viseu, ele continuaria naquela cidade, ao serviço de um novo Regimento, aí instalado. Contudo, após sucessivos contratos que ali assinara, José Pinheiro Nobre regressava a Aveiro, em 1844. Dois anos depois, juntando-se ao Padre João de Pinho, reagrupou a antiga «Filarmónica de Aveiro», com os elementos saídos da «Guarda Nacional», então dissolvida; eram quase todos espanhóis e entre eles contava-se o célebre André

Navarro — segundo o depoimento do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa.

Lamento não apresentar qualquer dado histórico que apoditicamente nos certifique a data exacta da fundação da «Música Velha». Se não fosse a afirmação de que José Pinheiro Nobre, em 1846, **reorganizou** a antiga «Filarmónica de Aveiro», concluir-se-ia que esta teria sido fundada em 1846, e não em 1834, como comumente se supõe. Teria sido José Pinheiro Nobre, aos treze anos de idade (1834), o elemento preponderante na fundação da «Música Velha»? A afirmativa não é muito de acreditar.

Agrada-me concluir que a filarmónica, sem solução de continuidade, foi herdeira da tradição franciscana e da actividade dos corpos militares, por um lado, e, por outro, da escola do Padre José Parracho e do entusiasmo de vários naturais de Aveiro ou aqui radicados. Desta forma, a Banda significaria uma decidida aglutinação de boas vontades, quicá com tendência a dispersarem-se; venceu o associativismo, o bairrismo e a dedicação pela música popular.

Conta-se que nos primeiros tempos os músicos, quando saíam para fora de Aveiro, viajavam a pé, em diligência ou a cavalo, conforme podiam arranjar-se. Por esse tempo, eram mais frequentes as idas para o sul. Ao voltarem, a noite ia muito adiantada.

Diz-se que, mesmo não existindo já a porta da Vila — ou porta da Cidade — em frente da Rua do Espírito Santo, aí estava pelo menos o guarda nocturno para fiscalizar as entradas. Então, os bons dos músicos, disciplinados, esperavam uns pelos outros junto da Fonte dos Amores; todos reunidos, encaminhavam-se para Aveiro e, em silêncio para não perturbarem o sossego do burgo, recolhiam a suas casas. Havia a certeza de que nenhum faltava e respeitava-se o descanso dos habitantes da Cidade.

Em 1846, eclodiu no Minho uma rebelião, que ficou conhecida com o nome de «Maria da Fonte». Começou por ser uma pequena arruaça de mulheres, cuja cabecilha foi uma tal «Maria da Fonte» — uma rapariga natural de Fonte Arcada, no concelho da Póvoa de Lanhoso. Esta arruaça teve como causa ou pretexto a não aceitação das leis de Costa Cabral que proibiram os enterramentos dentro das igrejas. A primeira manifestação verificou-se no dia 19 de Março, quando um grupo de mulheres, armadas de chuças e foices, na aldeia de Santo André de Frades, do referido concelho, obrigou o pároco a dar sepultura na igreja ao corpo de uma mulher que ia a enterrar. Os tumultos prosseguiram e, no mês seguinte, alastravam por todo o Minho e Trás-os-Montes, tomando a feição de luta de guerrilhas e de movimento miguelista, perante a intervenção

de uma força de Infantaria, ida de Braga. Apesar dos poderes especiais de que foi dotado, o Governo não conseguiu debelar a rebelião, que se foi alargando; também chegou a Aveiro em 14 de Maio. Perante a gravidade dos acontecimentos, a Rainha D. Maria II demitiu o Ministério, presidido por Costa Cabral, cujo ministro da Justiça era o seu irmão José; fora então vencida a tendência liberal conhecida por «Cartismo».

Contudo, o «Cartismo» voltaria ao poder quando, em 6 de Outubro de 1846, a Soberana confiou o Ministério ao Duque de Saldanha—o que suscitou viva reacção em quase todo o País. Os «Setembristas» ou «Patuleias», que se apoiavam em alguns dos melhores generais portugueses, mantiveram durante oito meses uma guerra civil acesa, com o apoio dos miguelistas. Solicitada pelo Governo a intervenção estrangeira, só a presença de forças inglesas e espanholas ao lado da Rainha terá impedido a vitória dos «Patuleias», obrigados a assinar Convenção de Gramido, em 29 de Junho de 1847, que pôs termo às hostilidades.

Para apoiar a revolução da «Patuleia», formaram-se corpos populares», que logo fundaram bandas privativas ou contrataram bandas civis. Apesar de esse batalhão de populares ser extinto em 23 de Junho de 1847, a filarmónica prosseguiu, sob a mesma batuta, até 26 de Outubro de 1849, data em que José Pinheiro Nobre foi para Anadia dirigir a filarmónica local, de que era protector o Dr. Alexandre Ferreira Seabra, afamado juriconsulto de renome nacional e internacional e o primeiro presidente da Câmara Municipal da sua terra. Entretanto a «Música Velha» lá ia continuando, pior ou melhor, embora sem a batuta de José Pinheiro Nobre.

O Batalhão de Caçadores n.º 28, formado em 1837—que em 1842 passara a ter a n.º 7—possuía, além da banda, uma charanga, composta por corneteiros e por um ou outro músico que comparecia ao toque do recolher. Neste batalhão, que aqui se manteve até Agosto de 1850, houve um mestre de música—um tal Armada—que em Aveiro deixou alguns discípulos de clarinete, entre os quais Francisco da Costa—o «Francisco Serралheiro»—e José Vieira Guimarães.

Em 1 de Junho de 1853, José Pinheiro Nobre regressou a Aveiro e reassumiu a regência da antiga filarmónica que dirigira, depois de por ele **reorganizada** com elementos da «Guarda Nacional» de 1834. Era a que se chamava «Filarmónica de Aveiro»—para nós desde há muito «Música Velha».

Dos regentes que se seguiram destacou apenas quatro nomes, sem menosprezo para nenhum dos outros.

Guilherme Maria Santana, na vida profissional, foi o primeiro e, durante muitos anos, o único distribuidor diário do correio, que houve em Aveiro. Era um artista hábil e prestante. Tinha decidida vocação para a música, deixando algumas composições, entre as quais

ressalta o hino consagrado à memória de José Estêvão Coelho de Magalhães, que foi executado pelas bandas na inauguração da estátua do tribuno, em 12 de Agosto de 1889, e que foi escolhido para hino de Aveiro. Guilherme Maria Santana era igualmente apaixonado pelo teatro, tendo sido autor e actor. Da simpatia que gozava no meio citadino testemunha a homenagem que lhe prestaram em 12 de Fevereiro de 1882, por ocasião do restabelecimento de grave doença; houve Missa solene na igreja da Misericórdia, seguida de banquete. A festa foi promovida pelos membros das filarmónicas da Vista Alegre e Amizade, «em sinal de um íntimo afecto ao artista que tem vinculado o seu nome a muitos melhoramentos desta terra, a feitos de uma abnegação inexcusável»—escreveu Homem Cristo no «Povo de Aveiro», desse dia, onde seguidamente se lê:—«Somos pouco afeiçoados à lisonja; mas também não negamos encómios a quem os merece. Guilherme Maria Santana adquiriu a justa reputação de que goza em diferentes fases da sua vida. Como maestro, tem produzido belíssimas composições musicais, como literato sem pretensões nem reclames tem mostrado quanto vale em modestos dramas que foram levados à cena no antigo teatrinho da Rua do Rato. E, no meio da obscuridade em que nasceu, tem irradiado no pequeno âmbito do nosso Aveiro as cintilações de um espírito, se não perfeitamente cultivado, pouco vulgar em nossa classe artística aveirense».

O Cônego José Joaquim de Carvalho e Góis, que faleceu com 37 anos apenas, era um erudito que ocupou muito do seu tempo a colaborar em revistas religiosas e literárias. Além de se dedicar ao ensino particular, não descuro o ministério sacerdotal, pregando muito não só em Aveiro e terras vizinhas, como ainda em Braga, em Coimbra e no Porto, e leccionando no Seminário de Aveiro. Foi cônego-tesoureiro da Sé do Porto e, com muito acerto e distinção, exerceu o cargo de vigário-geral e governador do Bispado de Aveiro, procedendo a uma profunda reforma no curso eclesiástico e encetando uma visita pastoral a todas as freguesias da Diocese; durante este trabalho, adoeceu na Carregosa, vindo a falecer em Aveiro, no dia 24 de Outubro de 1869. Era muito dado à música; fez diversas composições, tanto para piano como para outros instrumentos, e habilitou para esta arte muitos indivíduos. Em tudo, nunca esperou recompensa dos seus trabalhos; todavia, teve as honras de pregador régio e foi agraciado com diversas condecorações.

Entre os regentes da Banda Amizade conta-se também o Padre Manuel Ferreira Pinto de Sousa, que veio a falecer em Março de 1919. Pároco da freguesia da Vera-Cruz desde 1880, sempre manifestou invulgar zelo pela limpeza e decência nos templos e pela boa organização das festividades religiosas. Morava numa casa contígua ao edifício do liceu, perto dos Paços do Con-

celho, em cujo quintal esteve, durante dezenas de anos, a estátua de pedra representando um homem com uma serpente, a qual pertenceu ao jardim do palácio dos Tavares e hoje se conserva no Museu Nacional. Eminentemente na arte dos sons, compôs alguns trechos musicais.

Sob a maestria de João Pinto de Miranda, a «Banda Amizade» viveu um dos períodos mais esplendores. Se outro testemunho não houvesse, bastaria o facto de, em Janeiro de 1929, já decorridos doze anos após a sua morte, ainda esta corporação se sentir agradecida, recordando a memória do saudoso regente, mandando celebrar Missa por sua alma e promovendo uma piedosa romagem à sepultura. Isto significa alguma coisa. Mas não existe apenas este testemunho. Sabemos como Homem Cristo era exigente em apreciações e parco em elogios. Todavia, após um concerto público em Agosto de 1884, o conhecido jornalista aveirense escreveu: — «A música esteve muito regular, devido aos esforços e boa direcção do nosso amigo João Miranda, que merece louvores pela inteligência e zelo que desenvolve para arrancar a Filarmónica Amizade da miséria acústica em que tem vivido».

Em 1887, tanto a Filarmónica Aveirense como a «Banda Amizade» foram presenteadas com bandeiras próprias, que amigos de uma e de outra mandaram confeccionar. As entregas efectuaram-se em 18 de Setembro, sendo a primeira de manhã, no largo de José Estêvão, e a segunda no jardim público, da parte da tarde. «A ambos os actos, que se realizaram sem incidentes, assistiu numerosa multidão, queimando-se muito fogo» — informava Homem Cristo no dia 23, continuando: — «A bandeira oferecida à Filarmónica Amizade é de **faïlle** azul e branco, franjada de ouro, tendo ao centro uma lira entre duas palmas e a respectiva dedicatória bordada a ouro; está um trabalho bem acabado».

No ano seguinte ocorreu o 54.º aniversário da sua fundação, que a Banda festejou em 25 de Novembro. No jardim de Santo António, onde deu um concerto, apresentou-se com aquela bandeira e estreou um novo fardamento, «que é de lindo gosto e está bem trabalhado, e cujos capacetes, com plumas encarnadas, são muitos vistosos» — escreveria o mesmo jornalista em 9 de Dezembro. «Sob a regência do seu inteligente mestre... a Banda Amizade deliciou-nos com os seus sons harmoniosos», numa «execução excelente e fora do vulgar. É de justiça dizer-se que há muito tempo não a ouvíamos tocar com tanto mimo e correcção, o que mostra a grande competência e o fino gosto do digno regente, João Pinto de Miranda, e bem assim a força de vontade e o muito estudo dos membros que a compõem. Tal como a vimos no dia 25, a Filarmónica Amizade pode colocar-se a par das melhores do Distrito».

Estas palavras de Homem Cristo deixam-nos facilmente concluir que João Pinto de Miranda marcou na história da «Música Velha».

Em Aveiro, prosseguia ao mesmo tempo uma certa tradição musical, alimentada por pessoas dedicadas. Recorde-se, por exemplo, o Dr. Manuel Maria Ribeiro de Carvalho, médico que curava gratuitamente os pobres, que não pedia remuneração aos amigos e que de outras pessoas recebia emolumentos exíguos. Nascido em 1817, morreu em 1881. Era muito amante da música e tocava com perfeição diversos instrumentos, especialmente o rabecão. Compôs não poucas peças musicais que, apesar de simples e de fácil execução, revelavam o talento do autor e acusavam boa harmonia. Em sua própria casa juntava, em certos dias, alguns amigos que aí, sob a sua maestria, tocavam diversos trechos.

Um seu irmão, o Padre Joaquim Manuel de Carvalho e Vale, religioso franciscano, também se distinguiu na arte musical. Ainda novo, no ano de 1857 acabou os seus dias em Lisboa, onde viveu quase sempre.

Mas... como esquecer os nomes dos outros regentes da Banda Amizade, que lhe deram — ou ainda dão — muito da sua devoção e da sua vida?!... Armada, José da Silva, Manuel de Abreu, Gastão, José Matias dos Santos, Manuel Carvalho, António Maria Valério de Sousa Brandão, José Serrano, Manes Nogueira, Alfredo dos Santos, Dr. Vasco Rocha, Alfredo Matias Leal, Armando da Silva, Abel da Silva, António Limas, Américo Amaral, Eduardo Grabato e, actualmente, o Prof. António Duarte Neves. Contudo, se aqui digo em voz alta estes nomes, não é para olvidar os componentes da Banda, desde João de Pinho das Neves Aleluia, que habitualmente tocava contrabaixo de cordas... até a António Limas Júnior, felizmente no meio de nós, músico há 64 anos, tocando qualquer instrumento de palheta mas actualmente «virtuoso» no clarinete... até ao mais humilde executante de pratos, ferrinhos ou bombo... que todos são igualmente necessários. Se aqui digo estes nomes é porque neles se sintetiza o esforço comum de uma colectividade.

Entretanto, surgiu um contratempo em 1855. Alguns elementos da «Filarmónica de Aveiro» recusaram-se a tocar gratuitamente na festividade que a Ordem Terceira de S. Francisco tomara a iniciativa de levar a efeito em honra da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, cujo dogma pontifício havia sido solenemente proclamado em 8 de Dezembro do ano anterior. Em face disso, José Pinheiro Nobre e diversos componentes da referida banda uniram-se à filarmónica da Vista Alegre. Pouco depois, José Pinheiro Nobre, continuando desligado da banda donde saíra, fundava e regia em Aveiro uma nova filarmónica, cuja estreia seria em 12 de Maio de 1856 e à qual dera o título de «Filarmónica Avei-

rense». Em face da ocorrência, e para evitar confusões, a «Filarmónica de Aveiro» passou a designar-se por «Banda Amizade».

Compreende-se o nome escolhido. Os homens que continuaram fiéis à «Música Velha», apesar de outras solicitações e de novos ventos, sentiram-se bem unidos em fraterna amizade e não deixaram a colectividade que gostosamente serviam. Ficou-lhes bem o epíteto que escolheram; ainda hoje — estou certo disso — lhes fica bem o mesmo apelido.

Por motivos que se ignoram, José Pinheiro Nobre, em 1870, abandonou a «Filarmónica Aveirense», que vulgarmente ficou conhecida por «Música Nova». Esta banda, em certa ocasião e por vários anos, teve como regente o Padre Jorge de Pinho Vinagre, muito dado à música, nascido na Vera-Cruz em 1842 e aí falecido em 1913. A ele se deveu a conservação da mesma filarmónica, que teria acabado mais cedo, se não fossem os seus esforços. Isso acarretou-lhe enormes desgostos e trabalhos e não poucos prejuízos pecuniários; por causa de algumas fianças, por vezes comprometeu os seus haveres. Apesar de tudo, a «Música Nova», após várias regências, extinguir-se-ia mais tarde. A «Banda Amizade», por seu turno, também esteve incorporada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (Bombeiros Velhos), desde 1890 até 1918, usando o fardamento dos bombeiros.

Entretanto, a «Música Velha», no desempenho das suas específicas funções, ia tomando parte habitual nas nossas festas religiosas e cívicas e nas nossas manifestações sociais. Muitas dessas presenças foram registadas pela imprensa; apenas se lembram algumas: — Na inauguração do lanço do caminho de ferro Porto-Taveiro, no dia 10 de Abril de 1864; no funeral de José Estêvão Coelho de Magalhães, realizado em Aveiro no dia 16 de Maio de 1864; na recepção aos conhecidos políticos Fontes Pereira de Melo e Casal Ribeiro, nos dias 17 e 18 de Dezembro de 1864; na passagem da Família Real pela estação ferroviária, no dia 15 de Setembro de 1866; na grandiosa manifestação do Rosário, presidida pelo bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, no dia 28 de Outubro de 1883; na soleníssima recepção ao núncio apostólico Mons. Vicente Venutelli, em 14 de Agosto de 1884; na chegada do Regimento de Cavalaria n.º 10, em 18 de Janeiro de 1885; ainda no mesmo ano, no festivo acolhimento a Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens que, em 1877-1880 indo de Benguela às terras de laca, haviam desvendado os segredos do sertão angolano, procuraram balizar para Portugal as nossas terras africanas, estudaram detalhadamente o litoral da Província e, em viagem posterior, chegaram a Quelimane, na costa do Oceano Índico; na recepção ao Dr. Bernardino Machado, ministro das Obras Públicas, em 30 de Agosto de 1893; nas festas da implantação

do Regime Republicano, em Outubro de 1910; em 1928, nas comemorações do primeiro centenário do Movimento Liberal de 16 de Maio de 1828.

... fico-me por aqui, sob pena de enumerar uma série de datas e acontecimentos — série enfadonha, mas datas e acontecimentos que foram horas altas na história de Aveiro e na história da «Banda Amizade».

Tem agora lugar mais uma anotação. É sobre António dos Santos Lé — esse músico-nato e autodidata, executante e compositor, mestre de alunos e maestro de bandas e de orquestras. Com sua energia comunicativa e invulgar sensibilidade, desvendava valores latentes, aglutinava boas vontades e impulsionava titubeantes.

Nascido em Lisboa no ano de 1879, era filho de um homem de Ílhavo; órfão de mãe, veio para Aveiro, ainda criança, para ser internado no Asilo-Escola — hoje Internato Distrital. Desde logo, revelou rara tendência musical; foi aluno da respectiva secção e fez parte da sua banda. Atingindo os 18 anos de idade, saiu do Asilo-Escola e, pouco depois, ingressou na «Banda Amizade», onde se distinguiu como solista de cornetim.

Ao longo da sua vida, que perdurou até 1961, ensinou e criou executantes, a quem insuflava a mais vigorosa interpretação artística e imprimia uma maturidade e uma disciplina raras vezes atingida em meios pequenos. Manifestando-se como ensaiador carismático de grupos filarmónicos, de agrupamentos de corda e de massas corais, dirigiu ainda conjuntos de apoio e de dinamização de grupos cénicos famosos de amadores aveirenses, de revistas e costumes locais, de zarzuelas difíceis; manteve em elevado nível orquestras e coros que realçavam as cerimónias litúrgicas, nomeadamente as da festa de Nossa Senhora das Candeias, tão arreigada na tradição das gentes de «Beira-Mar».

Todavia, falando de António dos Santos Lé, tem de se evocar o seu primo-irmão Álvaro dos Santos Lé, pouco mais novo do que ele; nasceu em 1888, na Rua Direita, em Aveiro, e era filho de Joaquim dos Santos Lé, capitão da Marinha Mercante. Emigrou para o Brasil em 1901. Possuindo alguns conhecimentos de música e reconhecendo que tinha habilidade natural para o canto e boa voz para tenor, dedicou-se à música nas horas de ócio. Depois, entrou decididamente nos palcos, sendo aplaudido pelo público e elogiado pelos críticos. De passagem para a Itália e para a França, e no seu regresso — respectivamente em 1910 e em 1913 — cantou no Teatro Aveirense e em várias igrejas de Aveiro e de Ílhavo.

Neste bosquejo da actividade musical na nossa terra, deparamos com outras bandas que apareceram e desapareceram entre nós — o que prova, pelo menos, uma extraordinária afeição dos Aveirenses pela arte dos sons. Foi a charanga do Asilo-Escola Distrital, organizada em 1889 por José Pinheiro Nobre e depois, em 1908, trans-

formada em banda marcial por António dos Santos Lé; foi a banda da Escola Musical de José Estêvão, de António dos Santos Lé, criada em 1908 após a dissolução da «Filarmónica Aveirense»; foi a banda dos Bombeiros Novos — a «Banda dos Guilhermes» — fundada em 1933 por António de Pinho Nascimento e primeiramente regida por Delfim Matias; foi a banda do Internato Distrital, reactivada por Severino dos Anjos Vieira a partir de 1965.

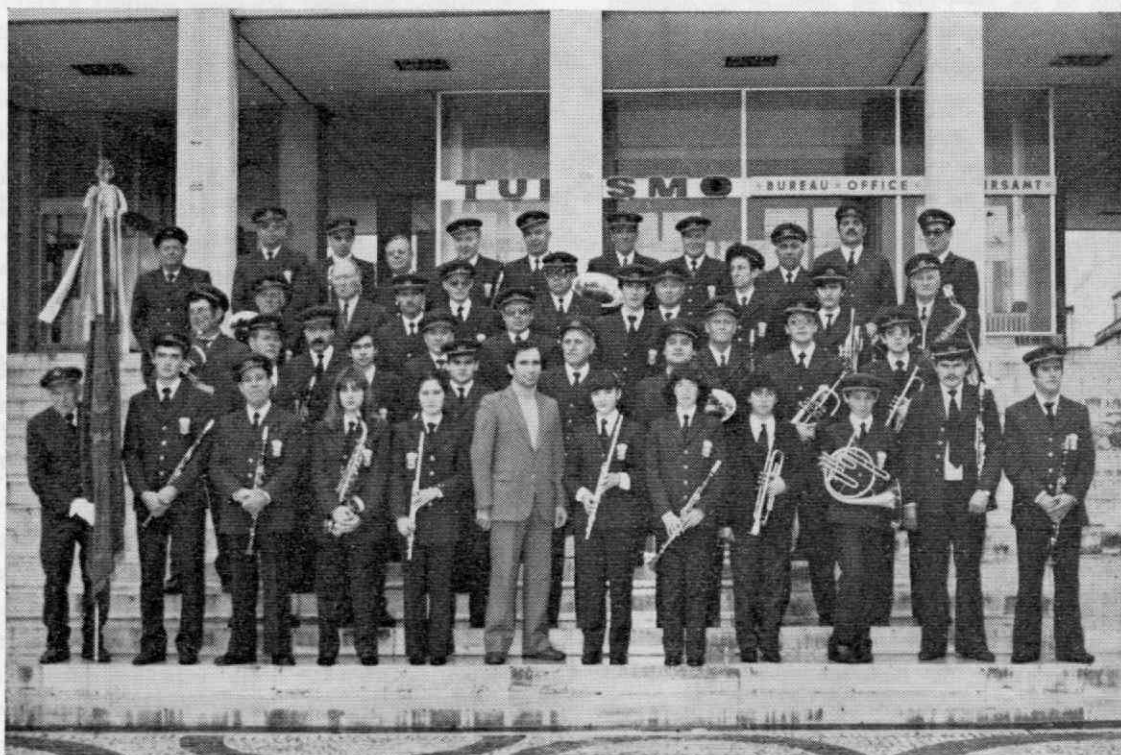
Além disso, também nasceram diversos agrupamentos, como a pequena orquestra, organizada em 1878 e regida pelo Padre Manuel Ferreira Pinto de Sousa, para abrilhantar as festividades religiosas da Associação do Sagrado Coração de Jesus, — ou como o grupo musical, de duração efémera, dirigido pelo Tenente Júlio Augusto Ferreira, formado em 1888 por amadores, com fins unicamente recreativos, denominado «Recreio Musical», — ou como o grupo coral dos alunos do Liceu, incentivado e regido pelo maestro e compositor Padre António Augusto Gonçalves Estêvão, que também chegou a orientar, por algumas vezes, a capela da «Música Velha», — ou ainda como o «Coral Aleluia», cuja fama e arte passaram além fronteiras, fundado e magistralmente dirigido por Carlos Aleluia desde 1944. Não falamos da nova Banda e Escola da Senhora do Álamo, em Esgueira, nem dos recentes corais, cujo valor nós todos conhecemos por experiência.

Por estas palavras desconexas, podemos facilmente concluir que tem sido relevante em Aveiro o gosto, o

carinho e o culto pela Música, ao longo dos últimos séculos. Muitas associações musicais aqui viram a luz do dia e aqui viveram com maior ou menor duração; contudo, a «Banda Amizade» — a filarmónica mais antiga de Aveiro — apesar de momentos de crise e de grandes dificuldades, tem-se mantido, porque alguns homens bons — dirigentes, executantes e amigos — deram-se e dão-se as mãos para conservá-la e fazê-la progredir. Conta cento e cinquenta anos... se é certa a data que se convencionou marcar para o seu nascimento: ANO — 1834; DIA — 22 de Novembro, festa da Santa Cecília.

Todavia, o seu futuro depende dos jovens de agora, da sua generosidade e do seu amor. Neste ambiente citadino e despersonalizante, outras solicitações arrastam a juventude, que prefere geralmente os instrumentos de corda ou — o que é lamentável — as discotecas. A «Música Velha», para continuar a ser nova, precisa de simpatia, da colaboração e da aderência dos jovens, que na sede dispõem gratuitamente de uma escola de música e que aí encontram uma camaradagem sadia entre pessoas de diversas idades. Também aqui se alcança uma real valorização na cultura e na arte musicais. Haja mais jovens nas fileiras da «Banda Amizade»!

Entre as vitórias da «Banda Amizade», na linha das estruturas básicas, releva-se sobremaneira a construção da sede privativa, em cuja campanha de angariação de fundos se lançaram generosamente tanto os corpos



Banda Amizade em 1984.

directivos como os membros da colectividade. Projectado propositadamente para o efeito, o novo e condigno edifício, no Largo do Conselheiro Queirós, no Bairro do Albói, foi inaugurado em 21 de Janeiro de 1961. O acontecimento não podia deixar de ser celebrado com festas invulgares, pois a banda deixava definitivamente as velhas e precárias instalações alugadas na Rua dos Galitos, sucedâneas de outras acanhadas — estas na Rua de 31 de Janeiro. Concretizara-se assim a maior aspiração da «Música Velha».

Mas não foi só desta vez que a Cidade e as povoações vizinhas auxiliaram a prestimosa associação. As diversas campanhas lançadas para a aquisição de instrumentos ou para a compra de novos fardamentos ou para outras finalidades sempre encontraram eco no coração e na generosidade dos Aveirenses. É bom que isto se recorde, para que os presentes e os vindouros imitem os seus antepassados, quando for necessário.

Por seu lado, a «Banda Amizade» tem prestigiado o nome da nossa terra. Entre as mercês honoríficas e prémios alcançados, possui o diploma de sócio benemérito da Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes (Bombeiros Novos), concedido em 11 de Dezembro de 1950; o diploma de sócio benemérito da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro (Bombeiros Velhos), concedido em 30 de Janeiro de 1960; o terceiro prémio na segunda categoria no Grande Concurso Nacional de Filarmónicas e Bandas de Música Cívica, organizado na cidade de Lisboa em 23 de Setembro de 1960 pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho; a medalha de prata da Cidade de Aveiro, atribuída em 1961 pela Câmara Municipal da presidência do Dr. Alberto Souto. Mais ainda: tendo participado no VI Festival Internacional de Música, em Bidingen, na Alemanha Federal, realizado nos dias 25, 26 e 27 de Maio de 1984, onde ficou integrada na II Divisão, a nossa Banda conseguiu: — em concerto, o primeiro prémio (medalha de prata) por ter alcançado a pontuação de 115,7 pontos (a medalha de ouro não foi atribuída por lhe faltarem três décimos na pontuação exigida); em marcha, o terceiro prémio (medalha de bronze) por ter alcançado 109,6 pontos; e ainda o prémio da melhor representação de Portugal. Finalmente, por proposta do presidente, Dr. José Girão Pereira, logo homologada unanimemente pela Vereação, a Edilidade Aveirense concedeu-lhe, em 5 de Novembro corrente, a medalha de ouro da Cidade — o maior galardão do Município. Acrescente-se ainda que o seu nome foi dado a um dos novos arruamentos citadinos, na freguesia da Glória.

Está a falar-vos alguém que, nos anos da infância e da adolescência, se deliciava em acompanhar os

irmãos aos ensaios da filarmónica de Eixo, então regida por João António Salgado; um tocava bombardino e o outro caixa. O ensaio geral era — e ainda é — às sextas-feiras; e o garoto dessa altura suspirava pelo dia — melhor dito, pelo serão — em que pudesse ir deliciar-se com os acordes musicais da banda da terra natal. Entretanto, o seu caminho foi outro: o caminho do Seminário, a vocação do sacerdócio. Se assim não fosse — e foi-o, graças a Deus — decerto que, como os irmãos, entraria a fazer parte da filarmónica, agarrando-se a um dos seus instrumentos.

Terá vindo daí o meu gosto em ouvir e apreciar uma boa execução musical? Não sei; apenas sei — isso sim — que, no escaninho das minhas mais remotas recordações, guardo enternecidamente aquela imagem do petiz na sala dos ensaios da Banda Recreativa Eixense. Hoje, voltando agradavelmente atrás, sinto que revivo.

Neste ano festivo para a «Banda Amizade», precisamente na data em que ela completa o seu sesquicentenário, o que melhor podemos augurar à velha «Filarmónica de Aveiro» é que os seus elementos constituam verdadeiramente uma associação de **amizade** em família, que testemunhem **amizade** aos outros e que difundam **amizade** à sua volta. Eu, por mim, dou razão às palavras de António Feliciano de Castilho, quando escreveu nas «Escavações Poéticas».

— «A Música, essa harmónica linguagem,
Única universal, e sempre clara,
Bem que diversa entre as nações diversas,
É a porteira que franqueia a entrada
Do encantado universo dos delírios...»

Não será isto o que pretendem, como supremo desejo, os componentes da «Música Velha», nas suas andanças pelo País e pela Europa, ao mesmo tempo que levam consigo o nome de Aveiro?

Que a «Banda Amizade» alcance sempre os melhores triunfos. Os seus sucessores são sucessos da Cidade de Aveiro; quando está de parabéns, a Cidade de Aveiro sente-se honrada; ela é imprescindível nas nossas festas, nos nossos cortejos, nas nossas procissões.

Parafraseando palavras da liturgia católica, que a «Banda Amizade» viva por muitos anos, progrida cada vez mais, seja feliz para dar felicidade e que o mal e a discórdia nunca destruam a boa vontade e o trabalho de tantos Aveirenses.

— Que a dominante seja a alegria!...
Que a amizade seja a sinfonia!...

Da Emínio ao Casal de Lausato

— OS PRIMEIROS SENHORES DE ÁGUEDA

Por Deniz de Ramos

1 — ÁGUEDA - EMÍNIO

«Águeda, a feliz sucessora da velha cidade, cuja fundação alguns querem remontar aos recolhidos tempos dos Celtas, Túrdulos e Gregos; (...) Águeda, a antiga Eminium dos Romanos Conquistadores e Godos (...)\", escrevia José Maria Veloso no seu estudo monográfico **Emínio**, publicado nos n.ºs 9, 14 e 25 da revista **Escola Popular**, em 1870 (!). Animado dum fervor bairrista e fantasioso, Velozo, que deve ser considerado o precursor dos historiógrafos de Águeda pela importância que, apesar de tudo, atribui às provas documentais, acreditava convictamente que «**Águeda, a terra da boa fortuna, como significa o termo grego, de que traz a origem**», tivera a «sua fundação 370 anos antes de Christo: que no tempo dos Romanos e Godos fôra cidade Episcopal e populosa: que Alboacem Hibam Allamar, Régulo de Coimbra, em tempo dos moiros fas d'ella Conde a um christão, que a governa, pagando-lhe tributo: e que Dom Affonso I, o Cathólico Rei de Castela e Leão, pelos anos de 740 a povoou novamente, em cujo tempo se chamava Agatha, voz latina, que em Romance soa **Águeda**, como ainda hoje se **appellida**». Velozo acrescenta ainda que «fôra Conde d'Agada um Dom Arias, casado com Dona Aldara, ou Ilduara, a qual foi mãe de Sant'Rosendo, da ilustre família dos Sousas, o primeiro confessor, a quem canonizou a Igreja Romana, no anno do Sr. de 1195».

Foi tal a sua convicção que sugeriu ao senado municipal que o brasão que viesse a adornar a fachada dos novos Paços Municipais (cuja primeira pedra foi lançada em 1860 e que em 1870 ainda se encontrava em construção) ostentasse a inscrição **A Romanis Aeminium** (Foi chamado Emínio pelos romanos). O que orgulhosamente aconteceu: até à sua demolição, o brasão, em pedra de Ançã, talvez da autoria do escultor António da Silva Proa, perpetuava a velha glória de Águeda ser herdeira da cidade histórica.

Fundamentando-se nos textos das crónicas setecentistas e das crónicas da Reconquista e invocando a leitura do **Itinerarium** de Antonino Pio, José Maria Velozo defendeu, com pertinácia, esse privilégio da sua terra. É curioso seguir-se a polémica travada nas páginas da **Escola Popular**. Nela participaram alguns estudiosos da época, entre os quais avultam um anti-quário de Coimbra, de nome António Francisco Barata, e outros, como D. M. Sotto Mayor e o Dr. José Correia de Miranda, de Travassô, que, perfilhando as ideias de José Maria Velozo, rebatem as opiniões do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Francisco de São Luís, de Augusto Soromanho e Hübner.

Entre os vários argumentos, retiravam-se do **Itinerarium** de Antonino Pio, das Crónicas da Reconquista Cristã (**Chronicon Sebastiani** e **Chronicon Albeldense**), dos escritores setecentistas André de Resende, Duarte Nunes de Leão e Frei Bernardo de Brito e da Corografia do Padre António Carvalho da Costa, as conclusões que Sotto Mayor sintetizou: «Do mesmo modo que a antiga cidade de Emínio tomara o nome do Rio que lhe banhava os muros, assim também a nova povoação, que sucedeu, se ficou chamando Águeda, acompanhando ainda o rio na sua mudança de nome».

Vejamos, de perto e por curiosidade, algumas das fontes invocadas, através das quais se pretendeu identificar Águeda com o topónimo Emínio, referenciado nalguns desses documentos.

O geógrafo João Hardino, na sua interpretação e notas a Caio Plínio Segundo, que descrevera a Lusitânia, referindo-se à via militar romana descrita por Antonino Pio, identifica Emínio. Diz: «**Hoje, o seu nome é Águeda**».

O **Chronicon Sebastiani**, ao mencionar as cidades tomadas na campanha de Afonso I (739-757), refere **Lucum, Tuden, Portucalem, Bracaram Metropolitanam, Viseum, Flavias, Agatam**. O **Chronicon Albeldense**, em

vez de **Agatam**, assinala Anégia, o que levaria a admitir-se que Anégia seria outra denominação de Ágata.

André de Resende (1500 - 1573) nos seus **Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae**, publicados postumamente por Diogo Mendes de Vasconcelos, procede à mesma identificação. «**Fuit autem Aeminium eo loci ubi hodie est oppidum dictum Agatha seu Agueda**». Duarte Nunes de Leão (1530 - 1608), na sua obra **Descrição do Reino de Portugal**, cuja primeira edição é de 1610 e a segunda de 1785, escreve, confirmando, assim, a identificação: «(...) o rio Águeda, que leva tanta água como ele (Vouga) se mete ao mar em Aveiro, despojando do nome e das águas ao Águeda, **que antigamente se chamava Eminium, assim como também se chamava uma cidade pela qual ele passava, que já foi episcopal (...)**». Frei Bernardo de Brito (1569 - 1617), em **Geographia Antiga de Lusytania**, tomo I da Monarquia Lusitana, a páginas 5 e 6, ao descrever os Rios «que há na Lusytania, de que os antigos fizeram conta, e da propriedade das suas ágoas» e referindo-se ao Vouga, escreve: «**Depois deste rio (Mondego) celebrão Ptolomeo e Strabão, o Vouga, hum dos quais o chama Vacua, outro Vacuum: he rio muy principal e recolhendo em si as ágoas de muitos rios principalmente de Águeda, que os antigos chamarão Eminium, como diz Ptolomeo, e Antonino Pio, ou Eumínio, segundo Plínio**». O Padre António Carvalho da Costa (1650 - 1715), na sua **Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal** tomo 2.º, p. 128, ao falar de Aveiro, diz: «E que Aveiro conservasse desde então o nome de Talábrica, situada nos Túrduos antigos, junto ao Rio Vouga, se prova do itinerário do Imperador Antonino Pio, **que a demarca duas léguas e meia de Emínio, hoje Águeda (...)**».

Apoiando-se, assim, nestas referências, os defensores da identificação de Águeda com a velha Emínio, fizeram jus ao fervor bairrista de José Maria Vellozo, a ponto de, como se disse, os Paços do Concelho ostentarem, para a posterioridade, a gloriosa legenda e de se ter dado a uma filarmónica da época o nome de Nova Emínio. Isto, entre outras manifestações de entusiasmo que Adolfo Portela descreve no seu livro **Águeda** (2).

A fragilidade evidente desta defesa, perante a frieza da investigação histórica, foi consumada com a descoberta de uma lápide, em 1888, num prédio contíguo ao Arco do Colégio Novo, em Coimbra. A inscrição, na sua tradução, diz o seguinte: «Ao que nasceu para incremento da República, o amado príncipe, nosso Senhor, Flávio Valério Constâncio, pio, feliz, invicto, augusto, pontífice máximo, com o tribúncio poder, pai da pátria, proconsul, os cidadãos de Emínio». Borges de Figueiredo, na **Revista Arqueológica**, a partir deste monumento epigráfico dedicado pelos cidadãos de Emínio ao seu Senhor, desfaz totalmente a velha querela

bairrista: «Temos, pois, finalmente, num monumento epigráfico, testemunha irrecusável da existência de Aeminium no local da moderna Coimbra, monumento que exprime um voto dos seus cidadãos ao Imperador Constâncio I».

Como toda a argumentação se sustentava na identificação de Águeda com a velha Emínio oferecida por leituras apaixonadas e isentas de sólida base documental, levantadas sobre textos a que, hoje em dia, se dá um valor relativo, o assunto encerrou-se. O próprio **Itinerário** de Antonino, apesar de ser a principal fonte literária para o estudo das vias romanas, com a indicação dos percursos e distâncias entre as várias **stationes**, é por demais incompleto e difícil a sua representação cartográfica. (A localização da cidade de Talábrica, por isso mesmo, tem sido objecto de abundante discussão por parte de numerosos arqueólogos e estudiosos). A organização do cadastro das vias romanas tem tido, por base, no momento, os achados arqueológicos, como é exemplo o mapa de Jorge Alarcão, inserto em **Portugal Romano**, a p. 67, e, para o pormenor local, os estudos de António Soares de Sousa Baptista, de Joaquim Soares de Sousa Baptista e João Domingues Arede. Por outro lado, as outras fontes literárias, mesmo André de Resende, apesar de ter sido, entre nós, o primeiro a dedicar-se a buscas arqueoló-



Antigo brasão de Agueda, da autoria de António da Silva Proa.

gicas, não oferecem o rigor histórico que as sustentem. De Resende se fala no seu «pendor para a glorificação nacionalista», a exigir edições críticas dos seus textos; de Frei Bernardo de Brito assinala-se a sua falta de verdade histórica («as suas obras de história são acerbos de fábula no estilo dos romances de cavalaria, abonando-se com documentos frequentemente falsificados, quer pelo próprio autor, quer por outros, como a famosa declaração de Afonso Henriques sobre o milagre de Ourique», na opinião de António José Saraiva). As crónicas da Reconquista, diz o Professor Damião Peres, falta-lhes «um fundamento documental seguro», havendo de ser lidas e interpretadas com precaução.

2— O POVOAMENTO ENTRE O VOUGA E O MONDEGO

Se o sonho de José Maria Velozo se esfumou, e dele só resta o perfume da lenda e o velho brasão de António da Silva Proa, não se diminui, por isso, a ancestralidade da região.

Antes, pelo contrário, são abundantes os documentos históricos que, profusamente, a testemunham. «A preocupação de querer buscar a origem de Águeda ou Agada, nalguma cidade do Império Romano de duvidosa existência, reflexo dos antigos moldes clássicos de fazer história, boa para curiosidades de almanaque, entendemos dever pô-la de parte», escrevia o Conde da Borralha, em apontamento já publicado após a sua morte. Da sua investigação extensa, como na de outros estudiosos da história de Águeda, como António Soares e Joaquim Soares de Sousa Baptista, Serafim Soares da Graça, José Maria Velozo, este também, e Francisco Ladeira e Amaro Neves, é possível levantar com segurança, e apoiá-la documentalmente, a rica história da região que hoje configura o concelho de Águeda. Na recente obra de Francisco Ladeira encontramos uma inventariação copiosíssima das nossas fontes; nos estudos do Conde da Borralha e Sousa Baptista, depara-se-nos, em esforço monográfico, a perspectiva do enquadramento sócio-económico, a urdidura geneológica como base à sua inserção no todo nacional.

Desde a invasão da Península pelos muçulmanos no século VIII, as terras entre Douro e Mondego conheceram sorte diversa. Algumas fontes, como as crónicas afonsinas, dão-nos notícias circunstanciadas e exageradas da agitação provocada pelas razias e algaradas mouras e subsequentes expedições punitivas e acções de povoamento dos cristãos. Iniciada a reconquista, lenta e descontínua, os limites cristãos vão-se alargando. Afonso I atravessou a Galiza e entrou em Braga, Chaves, Porto, Viseu e Águeda e pratica a discutida política do **ermamento**, «uma zona como defesa e barreira, uma cinta de desertos», na expressão de Alexandre Herculano, por impossibilidade de manter a população efectiva

nesses territórios. É a Afonso III que se deve o grande esforço para a libertação do ocidente peninsular. Ocupada a cidade do Porto por Vimara Peres, o domínio cristão estende-se até ao Mondego, encontrando-se restauradas e repovoadas de cristãos, por volta de 880, as cidades de Braga, Chaves, Porto, Coimbra, Viseu e Lamego.

Depois desta primeira reconquista, a região a sul do Douro foi frequentemente assolada por incursões árabes e lutas intestinas, até que recaiu no domínio sarraceno nos fins do séc. X, por acção de Almançor. Os êxitos das armas deste chefe infiel, que retoma Coimbra (987) e alcança o território de Braga, fizeram recuar a fronteira cristã para o Douro e depois para o Mondego, dada a impotência do conde Gonçalo Moniz em assegurar a defesa do condado entre Douro e Mondego. Até à posse de Montemor (1034) por Gonçalo Trastamires e à conquista definitiva de Coimbra (1064) por envolvimento directo de Fernando Magno, toda esta região ficou sob o jugo árabe.

É exactamente deste período conturbado dos séculos X e XI que nos restam numerosos actos de direito privado, como transmissões de bens por venda, doação, testamento ou outro título, bem como, e já desde o séc. IX, doações régias e actos que envolvem pessoas e corporações religiosas. Serão uma reduzidíssima parte dos que terão existido e apenas os que escaparam nos cartórios das corporações religiosas aos estragos do tempo e às devastações dos homens, como refere Gama Barros.

A região entre o Vouga e Mondego e, mais propriamente, a área ora ocupada pelo concelho de Águeda beneficiam exuberantemente desse valioso acervo documental, mercê da acção dos mosteiros do Lorvão e Vacariça que, na zona, detinham copiosa fazenda.

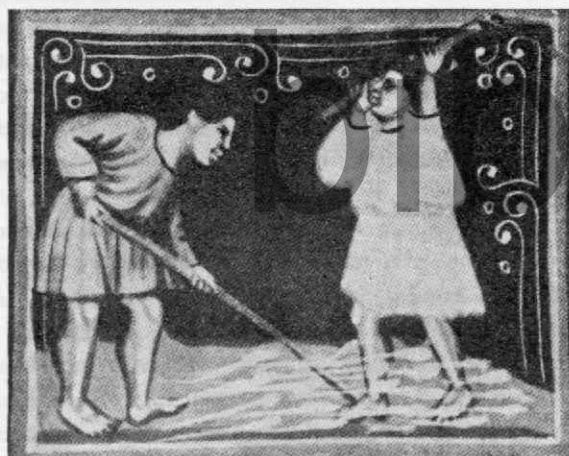
A política do **ermamento** foi tratada por Herculano, que evidenciou a preponderância do elemento moçárabe na população do território onde, no séc. XIII, se constitui Portugal e o próprio Gama Barros encontra, quer nas crónicas afonsinas, quer nos monumentos históricos existentes, razões que atestam a existência, nos séculos X e XI, de «uma sociedade muito mais numerosa do que somos induzidos a julgar pela situação anormal em que ela se encontra» (3), pela multiplicidade dos actos da vida civil que até nós chegaram. (Modernamente, oferece-nos o P. Avelino de Jesus da Costa, num capítulo exaustivo da sua obra **O Bispo do Porto e a organização da Diocese de Braga**, o estado actual das investigações).

A vida e o desenvolvimento das comunidades religiosas contribuíram, assim, para um melhor conhecimento da história regional. No caso da região ao sul do Vouga, «Lorvão quási é a fonte única para estudo desta zona no séc. X», como assinala Ruy de Aze-

vedo ⁽⁴⁾, pois Lorrão atingira a máxima prosperidade precisamente naquele período de crise para as monarquias cristãs e a sua existência continua a ser referenciada em diplomas contemporâneos do domínio muçulmano. O Mosteiro da Vacariça, que sucede àquele cenóbio em importância entre 1002 e 1094, exactamente no tempo em que escasseiam diplomas referentes a Lorrão, constitui uma valiosíssima fonte para a história



CEIFA



DEBULHA



VINDIMA

(Missal Antigo de Lorrão, (n.º 154), fls. 3 v., 4 e 5, A. N. T. T.)

da mesma região, documentando actividades em período da dominação sarracena. Na altura da tomada de Coimbra por Fernando Magno, em 1064, o Mosteiro da Vacariça possuía, entre o Vouga e o Mondego, dezoito **Vilas**.

Apesar do território ao sul do Douro ter experimentado, por mais largo tempo, a instabilidade e as vicissitudes da luta, a multiplicidade de alienações de propriedades, a evidenciar a existência de uma forte classe de proprietários e consequentemente um não menos numeroso grupo de rurais e a prosperidade daqueles dois cenóbios e a veneração dos mesmos padroeiros populares, antes da invasão árabe e na época da reconquista, provam à saciedade a permanência da população entre o Vouga e o Mondego. A população rural demorara nos campos entregue ao seu cultivo, como que indiferente à sorte das armas ou procuraria as matas, à passagem do invasor, para regressar de novo e manter-se ao redor dos centros paroquiais, das igrejas, dos mosteiros, quantas vezes reedificando-os sob a invocação dos antigos titulares. A migração dos cristãos para as Astúrias, que as crónicas afonsinas assinalam após a campanha de Afonso I, deveria limitar-se, na opinião do P. Miguel de Oliveira ⁽⁵⁾, aos habitantes das cidades, aos homens de armas, às classes nobres e abastadas. Magnates como Egas Erotis que, deixando as suas terras do Vouga, se refugia no norte seguro e ali adquire bens; abades de mosteiros poderosos, como o Abade Tudeildo que, deixa Vacariça e procura a segurança do Mosteiro de Leça.

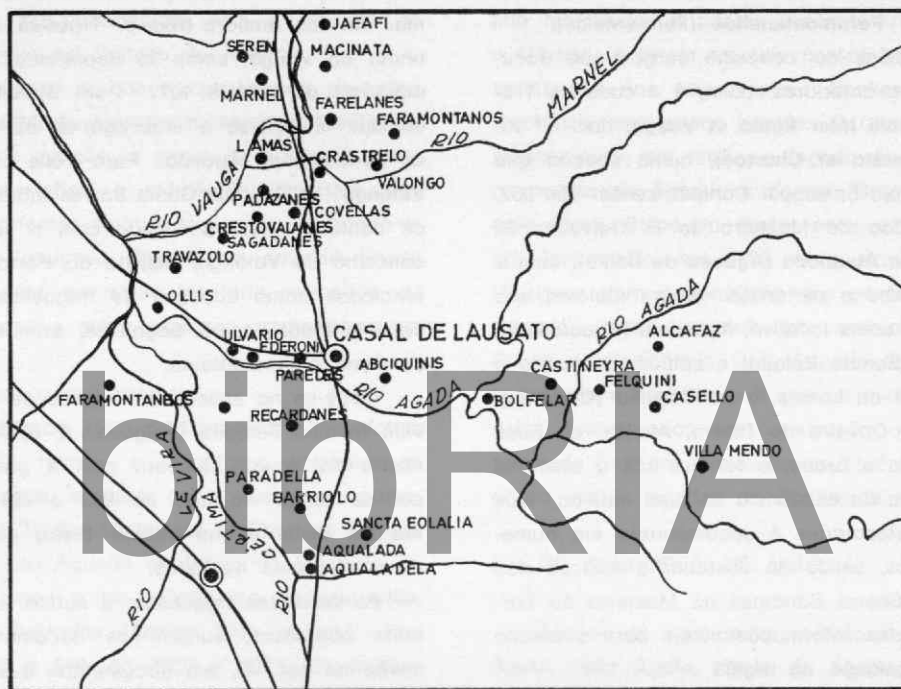
Ruy de Azevedo, a partir dos diplomas referentes a Lorrão e outros do séc. X, esboçou uma carta topográfica com os nomes dos lugares ao sul do Vouga, terras e vilas «na posse total ou parcial do Mosteiro em fins do séc. X», portanto na altura da invasão de Almançor. (Verifica-se que a maior parte das propriedades se situam nos actuais concelhos de Coimbra, Penacova e Mealhada). De Águeda são assinalados **Sancta Eolalia** (Aguada de Cima), **Aqualada** (Aguada de Baixo), **Ulvario** (Casal de Álvaro), **Barriolo** (Barrô), **Paradella** (Paradela, fr. de Espinhel), **Spinelle** (Espinhel), **Recardanes** (Recardães), **Travazolo** (Travassô) e **Lamas** (Lamas). Ruy de Azevedo confessa que não conseguiu identificar diversas «vilas», próximas de Recardães, algumas das quais terão desaparecido ou terão dado lugar a meros sítios ou locais que a memória foi desprezando. Tal não é o caso de **Etronius**, assim grafado no documento de 982 do **Livro dos Testamentos de Lorrão**, mas grafado de maneira diferente em outros diplomas dos Diplomata et Chartae (**Ederoni**, em documentos de 1050 e 1077). Trata-se de Oronhe, lugar da Freguesia de Espinhel.

A propósito do seu esboço topográfico, Azevedo escreve: «Por esta carta (...)descobre-se não só a expansão e riqueza do mosteiro, como o intenso povoamento que grande parte desta zona atingiu no decorrer do

século X; este último ainda se torna mais evidente, através dos documentos, pela existência de inúmeras igrejas dessiminadas por todo o território, e pelo parcelamento da propriedade em algumas regiões, como por exemplo, em Vila Cova e Recardães». E continua: «A toponímia da carta revela ainda, segundo creio, que a quase totalidade das «vilas» já existiam anteriormente à reconquista de Afonso III, pois que se apresenta fortemente romanizada e constituída em grande parte por nomes apelativos. Se, ao contrário, houvesse aí grande despovoamento, seriam as pessoas e povoadores da reconquista que com os seus nomes maior contribuição teriam dado para o onomástico local» (6).

de Santa Eulália, de Rapedelo e o de Belhe, são outros indícios duma população laboriosa. O atravessamento da zona do concelho pelas estradas romana e árabe insinua um determinado desenvolvimento, que os tempos futuros vieram evidenciar.

Aceita-se perfeitamente que na zona entre o Vouga e o Cértima, por força das constantes mutações políticas, a população rareasse e se agrupasse em redor das igrejas ou das áreas mais férteis. Mas, pouco a pouco, com a chegada de novos povoadores, novas terras foram arroteadas e novas culturas introduzidas ou alargadas. Edrisi, que acabara a sua Geografia em Janeiro de 1154, declara que Portugal é terra flores-



Esboço topográfico com as «vilas» documentadas em diplomas dos séculos IX, X e XI.

3 — O CONCELHO DE ÁGUEDA NOS DIPLOMAS DOS SÉCULOS IX AO XI

Seria fastidioso enumerar todos os lugares do actual concelho de Águeda que se encontram referenciados em documentos dos séculos IX ao XI, quer sejam diplomas relativos a comunidades eclesíásticas, com maior incidência para os Mosteiros, quer traduzindo actos do direito privado. Essa exuberância é significativa da antiguidade da região e da sua própria prosperidade, alimentada por uma agricultura localizada nos férteis vales de Águeda, do Cértima, do Marnel e do Vouga. A própria localização dos lugares, ao longo das linhas de água, inculcas, desde logo, a actividade agrícola, de cuja informação os notários da alta Idade Média são avaros, com algumas excepções em Recardães. As referências a portos, no Águeda e no Vouga, o porto

cente, coberta de habitações, de lugares fortes e vilares e parece referir-se à região entre o Mondego e o Minho. Um documento do *Livro dos Testamentos do Lorrão*, que dá notícia dos «passales» que Soeiro Sandines e herdeiros doam em Recardães ao Mosteiro de Lorrão, é prova evidente do parcelamento da propriedade e, por conseguinte, da existência de numerosos proprietários e abundância de culturas, bem como a doação de Enderquina Pala, em Aqualada, de 957, onde a informação se estende até ao comércio e indústria locais.

A área do actual concelho de Águeda limita-se, a norte e a sul, pelo Vouga e pelo Cértima. Nos séculos X e XI, até à conquista definitiva de Coimbra, foi palco constante de instabilidade, bem patente nos documentos. Refira-se que Egas Eriz «lala» ou Egas Erotis, vivendo entre o Douro e o Vouga, certamente na zona do Marnel, se retirou para o norte do Douro durante as invasões

muçulmanas do fim do século X, acompanhado provavelmente de seu filho Gonçalo Viegas, um dos senhores de Águeda. É curioso verificar que da relação de propriedades, de que os documentos de 1050 e 1077 dão notícia, constam os principais lugares do actual concelho. Isto é, aquela poderosa família detinha bens em quase toda a área do actual concelho. Vejamos: **Lamas, Valle Longum** (Valongo), **Faramontanos** (Fermentões), **Jafafi** (Jafafe), **Castrelo** (Toural), **Farelanes** (Cavadas), **Seren** (Serém), **Padazanes** (Pedações), **Segadanes** (Segadães), **Castrovalane** (Castrovães), **Covellas** (Covelas), **Spinelle** (Espinhel), **Ederoni** (Oronhe), **Paradella** (Paradela), **Recardanes** (Recardães), **Casal de Lau-sato** (Águeda), **Abciquinis** (Assequins), **Barriolo** (Barrô), **Bolfear** (Bolfiar) e **Faramontanellos** (Fermentelos).

Outras povoações do concelho surgem-nos documentadas em datas anteriores, como é o caso de Travassô (**Villa Travasolo inter Agato et Vauga**; doc. n.º XI, de 883, dos **Diplomata et Chartae**), numa doação que Afonso III fez à Igreja Episcopal Conimbricense. Em 957, Enderquina Pala doa ao Mosteiro de S. Salvador de Viseu a sua **Villa de Aqualada** (Aguada de Baixo), com a Igreja de S. Martinho e pertences. Nesse diploma são assinalados, ainda, como locativo, Aguadela (**Aqualadela**), Aguada de Cima (**Sancta Eolalia**) e são mencionados o Mosteiro do Marnel ou Lamas, o rio Cértima (**Certoma**). Aveiro, Sangalhos, Oliveira do Bairro, Avelãs, as duas estradas, a romana e árabe, e fornece-nos a preciosa notícia arqueológica da existência de uma mamoa. Nos finais do séc. X, Recardães é documentada em numerosíssimos diplomas, sendo de destacar a relação dos bens doados por Soeiro Sandines ao Mosteiro do Lervão, pela riqueza das informações úteis para o estudo da fixação da população na região.

Procurámos, com os elementos recolhidos da abundante documentação, elaborar um esboço topográfico com os lugares assinalados nos séculos IX, X e XI, para se ter uma ideia mais correcta da ocupação demográfica da área do concelho. Alguns topónimos ainda não conseguimos identificá-los, ou porque cedo tenham desaparecido, como é o caso das **Villas Antolin, Eerus, Nespereira** e **Ventosa**, próximas de Recardães (doc. de 982 do **Livro dos Testamentos de Lervão**), **Arraval** (doc. 1077 dos D.C.); ou porque os seus nomes se tenham modificado com o tempo transcorrido e deles apenas a memória os guarde como locativos: caso de **Belli** (Belhe ou Vila Verde), porto largamente documentado no Rio Vouga, próximo do Marnel. Outros, embora tenham desaparecido, terão dado lugar a povoações novas, que é possível identificar em virtude dos diversos informes, como é o caso, por exemplo, de **Farelanes** (Cavadas).

Ao elaborar o esboço topográfico, aproveitámos a oportunidade para dissipar algumas dúvidas e proceder

a correcções e omissões na relação dos «**nomes de Logares, designados, ou não, como vilas, aos quaes, em nome e em situação, correspondem hoje logares ou terras que são cabeça de freguesia**» que Gama Barros compilou (7).

Gama Barros interroga-se se **Aqualada** seria Aguada de Cima ou de Baixo. É fora de dúvida (a leitura do documento da doação de Enderquina Pala a isso conduz, claramente) que **Aqualada** corresponde à actual sede de freguesia de Aguada de Baixo. O mesmo documento fornece o topónimo para Aguada de Cima (**Sancta Eoíália**), embora haja referências a **Aqualata de susana e de jusana** isto é, a montante e a jusante, a identificar as duas terras. **Macinata** merece a Gama Barros algumas dúvidas, embora frágeis. Trata-se, é óbvio, de Macinhata do Vouga, como se depreende pela análise dos diplomas de 1050 e 1077. Para Spinelle (**Espinhel**), as dúvidas limitam-se a interrogar-se se pertence ou não ao concelho de Águeda. Para **Valle Longum** (1050) ou **Valongo** (1077) é que Gama Barros falhou a identificação, ao confundir esta povoação com o seu homónimo do concelho de Valongo, distrito do Porto. Não são referenciadas como cabeças de freguesias outros lugares documentados, como Segadães, Lamas, Barrô, Aguada de Cima e Fermentelos.

Inclue-se no esboço os lugares de Alcafaz, Caselho, Villa Mendo, Felquini (Falgoselha), e Castineyra (Castanheira do Vouga), embora com a grafia do séc. XIII, por se situar no ano de 963 a carta de foral que Martins Vivas e sua mulher Elvira deram aos povoadores daquelas herdades.

As restantes freguesias e outros lugares, hoje bastante populosos, surgem-nos documentados posteriormente ao séc. XI, em documentos avulsos, particulares e régios e nas Inquirições de 1220, de D. Afonso II, de 1282, de D. Dinis, e no Rol das Cavalarias do Vouga de 1290. (Será interessante elaborar-se uma carta topográfica que acolha, do séc. IX ao XIII, as referências documentais a locais de fixação da população no concelho).

4 — ESTRADAS ROMANAS NO CONCELHO

O Itinerário de Antonino, na parte da Hispânia, que corresponde ao território do nosso País, assinala onze vias, uma das quais, de Olisipo a Bracara Augusta —sede de um dos **conventus iuridici** da província romana Tarraconense—, atravessava a área do concelho de Águeda. Como se sabe, esta relação de vias é muito incompleta pois são numerosos os vestígios e as referências a outras vias, mesmo no nosso concelho. Tal é o caso da via que, partindo do Sardão, seguiria pelo Caramulo a Viseu e a que de Cabeço do Vouga seguira, em parte, o curso do rio, para as Beiras, por A-dos-Ferreiros.

Referências abundantes na documentação da época alto-medieval, juntamente com achados arqueológicos (marcos miliários e troços ou vestígios de calçadas romanas) permitem-nos, com certo rigor, acompanhar o seu traçado. Os levantamentos documentais que constam dos estudos «Estradas romanas no concelho de Águeda», de Sousa Baptista, e «Estradas romanas no distrito de Aveiro», de Domingos Arede, fornecem-nos as pistas indispensáveis para essa cartografia topográfica. Os marcos miliários da Mealhada (com a legenda **César, filho do Divo Augusto, pontífice máximo, com o poder tribunicio, consul eleito, pai da pátria. Milha XIII**) e de Ul (Tibério César Augusto, filho do Divo Augusto, pontífice máximo, no ano V do seu poder tribunicio. Milha XII), denunciam bem o trajecto da principal via romana no Distrito de Aveiro.

A essa via militar há, na documentação posterior, na área do concelho de Águeda, numerosas referências em documentos de doação, a ponto de Sousa Baptista chegar mesmo a definir a existência de duas vias importantes, coincidentes nalguns troços, ou ajustando-se significativamente noutros. Daí, o ter aduzido Sousa Baptista a existência, no nosso território concelhio, de uma estrada romana e outra mourisca, apoiando-se em diplomas vários.

Acompanhemos o seu raciocínio.

Num documento de 1143, da Chancelaria de Afonso Henriques, n.º 125, relativo a Mogofores, assinalam-se a **Carraria Maurisca** e uma outra, pequena, **parva**. Noutro de 957, n.º 73 dos *Diplomata et Chartae*, em que Enderquina Pala doa Aguada de Baixo ao Mosteiro de S. Salvador de Viseu e na delimitação daquela **villa**, surgem as duas estradas (**Ambas illas stratas**). Nos diplomas n.ºs 378 e 549, de 1050 e 1077, do mesmo Arquivo, encontra-se, de novo, referenciada a **estrada maior** na área de Pedações e Lamas e num outro de 1118, publicado por João Pedro Ribeiro nas *Dissertações Cronológicas*, referentes a Albergaria-a-Velha, depara-se nos **super strata** e **sub strata**.

Concluía, assim, Sousa Baptista que, a partir de Mogofores, haveria duas vias, a **mourisca** e a **pequena**, (a romana), que ia a Paredes. Entre Avelãs de Caminho e Aguada, a estrada mourisca seguiria, de perto, o leito romano ou dela se afastava um pouco. Em Águeda, atravessariam o Rio no local onde hoje se ergue a ponte da Landiosa, seguindo pela encosta de Barrô: a árabe, para Randam, Sardão, Águeda e Mourisca; a romana, pelo norte de Barrô e Recardães, atravessando o Rio Águeda na direcção de Paredes e daí a Crastovães, Covelas e Lamas, a nascente da Ponte velha do Marnel, no local onde foi a antiga igreja. As duas estradas juntar-se-iam nos campos entre Mourisca e Pedações. (Num documento de 1103, n.º 102 dos *Documentos Medievais*, faz-se referência à via que segue

para o Vouga, que era, certamente, a velha estrada romana que, de Recardães, atravessava o Rio para Paredes e daí para Crastovães e Vouga, e uma outra, **Via Sautu**, que se dirigia a Viseu, pelo Caramulo, ao longo da margem esquerda do Águeda.

Sousa Baptista procedeu a várias investigações locais e acreditou poder assegurar a verosimilhança da sua tese. Aliás, a própria lenda sobre a passagem por Águeda da Rainha Santa Isabel, no regresso de uma peregrinação a Compostela, ajuda a sustentar a existência de duas estradas que atravessariam Águeda: (**«vinha de S. Tiago, pela estrada do Cruzeiro de Paredes, por ser naquele tempo a melhor»**).⁽⁸⁾

O que se não documenta, nos diplomas aduzidos, são referências a pontes romanas — no Águeda, Vouga e Marnel. A terem existido nesses locais de atravessamento dos rios, nada restou. Conhece-se, sim, legados medievais para essas pontes. O Chantre Gonçalo Gonçalves, doou, em 1262, um legado de 2 e 10 libras para as pontes de Águeda e Vouga. Seu sobrinho, D. Gonçalo Pires, Bispo do Porto, entre 1296 e 1300, deixou em testamento, em 1298, cem morabitinos antigos e 20 libras para acabamento das pontes do Vouga e de Águeda. Estes legados, por vultuosos, avalizam na época a importância vital daquela ligação entre o Sul e o Norte e sugerem-nos que as duas pontes poderiam estar nesses anos em construção ou acabamento. (A ponte de Coimbra iniciou-se em 1132 e foi concluída por altura destes legados do Chantre e do Bispo).

5 — OS SENHORES DE ÁGUEDA

Apesar de numerosas referências ao rio (**ripa de Agata, inter Agata, rivulo de Agada, tras Agada**, e a povoados (muito embora não houvesse inteira correspondência entre as **villas** do século X e as povoações actuais), não nos surge, nesse acerbo documental, qualquer alusão directa a **villa** ou povoação com o nome de Águeda. (No século XII, na carta de Couto de Barrô, aparece designada pela titular da sua igreja, Santa Eulália).

Acreditamos, assim, na peugada do Conde da Borralha, que os documentos de 1050 e 1077 são autênticas certidões do nascimento de Águeda. A sua situação topográfica leva-nos à convicção de que a povoação resultou de um forçoso atravessamento do rio das antigas vias de trânsito. É exactamente o que a interpretação dos textos configura. A descrição do **Casal** permite-nos identificar perfeitamente o local como sendo o espaço onde se ergue a Vila de Águeda.

Quer pela extensa relação de propriedades que Gonçalo Viegas e sua esposa D. Chamoá possuíam na região do Vouga (in riba de Vauga), de que nos dá notícia o documento de 1050, quer do inventário de bens

que Paio Gonçalves prova possuir, adquiridos, quer por herança, desde 1017, quer por presúria (Documento n.º 349 de 1077), consta um Casal com a seguinte descrição: **Et tras Agada Casal de Lausato de ganantia quomodo divide cum ederoni et de alia parte cum abci-quinis per illo fontano que discurri ad illo porto de Santa Eulália**. O casal confrontava, pois, de um lado, com Oronhe (**Ederoni**); do outro, com Assequins (Abci-quinis) pelo ribeirão (**fontano**) que vem desaguar no Rio Águeda, onde haveria um porto fluvial designado de Santa Eulália. A este local, lembra o Conde da Borralha, ainda se chamava, na primeira metade do século XVII, porto do Grajal ou Igreja, conforme se assinala no Tombo da Igreja.

Quando o documento atribui ao porto a designação de Santa Eulália, faz admitir, de imediato, a existência de uma Igreja, capela ou ermitério cujo orago dera o nome ao porto. À volta e à sombra do templo, a população acolher-se-ia, como era natural em períodos de instabilidade e a existência de estradas romanas, forçosamente, depois da reconquista definitiva, haveria de fazer desenvolver o incipiente burgo.

Casal de Lausato, Assequins, Bolfiar, Recardães, Paredes, Oronhe: a importância de Águeda vem-lhe, na opinião de Nogueira Gonçalves, das várzeas que lhe ficam fronteiras e alastram na espraçada bacia que começa um pouco acima da Borralha. Foram elas a causa de se encontrar os nomes locais nos documentos que se reportam à primeira conquista.

No estágio actual dos conhecimentos sobre este período e mercê dos valiosos estudos sobre a nobreza medieval portuguesa, nos últimos anos implementados, com particular relevo para os trabalhos de José Mattoso, é possível conhecer-se, de mais perto, os antigos proprietários do **Casal de Lausato**, ou seja, os primeiros Senhores de Águeda, ou doadores poderosos como Enderquina Pala e Soeiro e Fernando Sandines.

A partir de 1975, «os historiadores tiveram de se voltar de novo para a Genealogia, como o fizeram já, por outras razões, os seus antecessores do século XVII e XVIII», à medida que a História passou a «preocupar-se mais com a compreensão do passado do que com a sua fria reconstituição» (9). O aperfeiçoamento de métodos de investigação, a utilização dos registos paroquiais e outros documentos análogos permitiram aos estudos genealógicos fornecer um prestimoso contributo ao levantamento histórico.

Assim, por exemplo, é possível familiarizarmo-nos com os antigos proprietários do **Casal do Lausato**, definindo-se a sua árvore genealógica, ou com personagens como Enderquina «Palla», que doou Aguada de Baixo, ou com Soeiro e Fernando Sandines que legaram larga fazenda, em Recardães, aos mosteiros de Lorvão

e Vacariça. Os documentos de que se dispõe (10), nuns casos com total segurança, noutros com maior ou menor grau de probabilidade, oferecem elementos suficientes, na opinião de José Mattoso, para se concluir da importância política e social das famílias condaís e da nobreza rural dos séculos IX ao XI e, simultaneamente, lançar luz sobre período tão recuado da nossa história.

A relação de bens de 1050 e o inventário de 1077 transmitem-nos os nomes dos possuidores do **Casal de Lausato**: Egas Erotis (Egas Eriz «lala»), Gonçalo Viegas e Paio Gonçalves. Aparentemente, poder-se-ia concluir tratar-se de família de ricos proprietários, donos de copiosa fazenda **in riba de Vauga** e mais a norte. O estado actual dos conhecimentos permite-nos, porém, aprofundar a linhagem desta rica nobreza rural, tão frequentemente referenciada nos documentos da época. A determinação dos laços de parentesco, as alianças entre famílias, a posição de cada sexo na família e na sociedade, a forma de transmissão dos títulos e patrimónios e as suas relações com o poder político, militar e económico autorizam o investigador a estabelecer os contornos da importância sócio-política destes **Senhores do Marnel**, a partir de Egas Eriz «lala», e, como escreve José Mattoso, de que aproveitamos a investigação, a «servir de base para uma visão mais concreta da classe nobre portuguesa durante os séculos XI e XII».

Quem eram, então, os antigos proprietários do **casal** cujo desenvolvimento terá dado lugar à vila de Águeda?

O estudo daquele medievalista, «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», entre outros trabalhos, oferece alguma informação (11). Vejamos.

Egas Eriz «lala», casado com Ildôncia Fromariques, é conhecido através das referências a ele feitas por seu filho Gonçalo Viegas (documentos 378, 384 e 549 dos *Diplomata et Chartae*). A sua ascendência é motivo de diversas hipóteses. Segundo Luís G. de Azevedo, na sua **História de Portugal**, seria descendente do conde Gonçalo Moniz de Coimbra por intermédio de Era Gonçalves. Mattoso alvitra que há mais probabilidades de Egas «lala» ser descendente de uma outra família, também muito importante na região, a de Gondosendo Eriz, cujas propriedades se conhecem através de um documento do Mosteiro do Pedroso (documento 12, datado nos *Diplomata et Chartae* de 897 mas corrigido para 947 por C. Sanchez Albornoz), estendendo-se do Douro ao Vouga. A sustentar a hipótese, o facto de alguns dos bens de avoenga de Gonçalo Viegas, filho de Egas «lala», terem sido inteiramente de, ou compartilhados, por Condesendo Eriz. É o caso da **Villa** de Recardães, propriedade de Sandino Soares, filho de Soeiro Gondesendes e neto de Gondosendo Eriz.

Admite, pois, José Mattoso que o primeiro ascendente conhecido dos Senhores do Marnel seja filho de

Ero Moniz, acrescentando que o sugerem o patronímico, a época em que viveu e o facto dos seus irmãos (Afonso, Soeiro, Gonçalo e Ledegúndia) aparecerem citados na mesma região. Do que não há dúvidas é que Egas Eriz «lala» pertenceu a um família condal que viveu entre o Douro e o Vouga.

José Mattoso assinala que «examinando a documentação portuguesa hoje existente, podemos identificar umas cinco famílias principais, relativamente conhecidas, e cuja genealogia se pode reconstituir com um mínimo de segurança, e mais umas duas ou três que parecem pertencer ao mesmo nível, mas acerca das quais não se encontra uma documentação suficientemente explícita» (12). Duas delas estão intimamente relacionadas com o condado de Portugal, procedendo uma de Vímara Peres, «o célebre repovoador do Porto, enviado por Afonso III de Leão, em 868, e a outra, de Afonso Betote, repovoador do Minho inferior. Estas duas famílias ter-se-ão unido a uma outra, da qual procede a célebre condessa Mumadona Dias, fundadora do Mosteiro de Guimarães. Esta terceira família aparece muito ligada à história do Mosteiro do Lorvão e possuía avultados bens a sul do Douro e na região do Vouga, tendo decaído social e materialmente. Das restantes famílias condaís com larga expressão na região de entre Douro e Mondego, sobressai a que descende de Ero Fernandes (895-926), irmão do pai de Mumadona Dias e Ximeno Dias. Ero dera origem a um ramo com fortes interesses na região do Vouga, cujos descendentes Sandino Soares e seu filho Fernando Sandines aparecem documentados em doações em Recardães (este, em 981, doa um terço da **villa** de Recardães ao Mosteiro de Lorvão e, no ano seguinte, executou o legado testamentário de seu irmão Soeiro Sandines a favor do mesmo mosteiro. Herdou ainda o Mosteiro de Sever do Vouga, de que Froila Gonçalves se apoderara durante a ocupação muçulmana, que durou até 1017).

Doutro ramo desta família descende Egas Eriz «lala» que, prejudicado gravemente por Froila Gonçalves, um dos filhos do conde Gonçalo Moniz que se havia mancomunado com o «hachib» de Córdoba Almançor, acabaria por recuperar uma parte do património familiar que estaria na origem da linhagem, como atrás se referiu, «que mais tarde haveria de se chamar do Marnel, por fazer deste castelo o seu centro preferido».

Durante as incursões muçulmanas dos fins do séc. X, Egas Eriz fugiu para o norte do Douro (13), regressando alguns anos depois às suas terras.

Gonçalo Viegas, seu filho, terá voltado com ele e desempenhou relevante papel na Reconquista. Após as incursões de Almançor (995 e 997, cedo o território foi reocupado: o conde Mendo Luz tomou Montemor em

Poderia ser o traje de armas dos Senhores do Marnel: «Saio ou cota de malha até aos joelhos, amplo e pouco chegado ao corpo, que o protegia bem da espada e da seta».

(Desenho de Vítor André, in A Sociedade Medieval Portuguesa, de A. H. Oliveira Marques).



1014 ou 1015, expulsando Froila Gonçalves, filho de conde Gonçalo Moniz de Coimbra, que se havia aliado aos ocupantes árabes. Gonçalo Viegas governava, em 1017, Montemor, sob a autoridade de Afonso V e fôra, de certo, colocado no cargo por Mendo Luz (14). Gonçalo Viegas faz largas presúrias na região e herdou de seus ascendentes numerosas propriedades, como facilmente se depreende da relação de bens de 1050, em que pede a Fernando Magno confirmação dos seus bens na vizinhança do Marnel e entre o Vouga e o Douro, bens esses que lhe haviam sido confirmados, em 1017, por Afonso V, ou como se conclui do **Inventário** de 1077 que, para o mesmo efeito, elabora Paio Gonçalves, seu filho. O património de Gonçalves Viegas estender-se-ia desde Sever à Bairrada, localizando-se a maior riqueza fundiária na área do actual concelho de Águeda: Segadães, Lamas, Fermentões, Valongo, Recardães, Fermentelos, Paradela, **Casa de Lausato**, Bolfiar, Serém, Crastovães e Jafafe.

Gonçalo Viegas foi casado com Châmoa Honoriques, possivelmente filha do Honorico Gondendes e de Ausenda Eriz, da Família de Ero Fernandes, prócere da época de Afonso III de Leão. Gonçalo Viegas é referenciado nos documentos entre 1002 e 1057.

De alta linhagem e poderosa personagem da nobreza rural do tempo de Afonso V e Fernando Magno, Gonçalo Viegas terá sido o grande **Senhor do Marnel** e, assim, o possuidor de Águeda, cujo rosto é possível **desenhar** através das informações documentais. Os livros de linhagens chamam-no, mesmo assim, Gonçalo Viegas do Marnel.

Seus filhos **Paio Gonçalves** e **Fernando Gonçalves**, chamados do **Marnel**, tiveram destinos diferentes. Fernando Gonçalves e seus descendentes, pela política de casamentos, acabarão por ligar a família do Marnel à

dos Sousas, de entre Tâmega e Sousa, e por essa via contribuir para o reforço da poderosa fidalguia que esteve na origem da nacionalidade ⁽¹⁵⁾.

Paio Gonçalves, por sua vez, acompanhou seu pai e irmão no governo das suas terras. Casou em primeiras núpcias, com Toda, filha de Gonçalo Trastamires «que foi tronco da poderosa família dos Mendes da Maia» ⁽¹⁶⁾, (Gonçalo Trastamires reconquista, em 1034, Montemor que logo após 1014 ou 1015 deixara de estar na posse dos cristãos). Até à conquista definitiva de Coimbra em 1064 é o Cértima que oferece a fronteira segura, a sul. Para tanto, admite-se, terá contribuído esta poderosa família que com a sua gente terá conseguido manter incólume a sua zona de influência, entre o Cértima e o Vouga. Paio Gonçalves casou, de novo, com Godo Soares, referenciada em documentos entre 1047 e 1056. No inventário de 1077 assinala-se Ermesenda Pais como sua nova mulher.

Entretanto, após a conquista de Coimbra, foi o governo do território entre o Douro e o Mondego entregue a Sesnando, moçárabe que havia colaborado com Fernando Magno na reconquista.

Com os alargados poderes concedidos a Sesnando, a sorte muda para a família do Marnel já que se produziram choques e conflitos entre o moçárabe e as famílias mais importantes da região.

Conhece-se o difícil relacionamento de Paio Gonçalves com Sesnando, «suo inimico» nas palavras do

Inventário de 1077. Como já anotámos, Paio reclama a posse dalguns bens que foram pertença de Egas Eriz, seu avô, e de seu pai e que, em virtude do movimento de presúria implementado por Sesnando, tinham sido apropriados por outros.

Godo Soares foi grande protectora do Mosteiro da Vacariça. Aliás esta família doou avultados bens a mosteiros. (Na região, Vacariça sucedera em importância ao Mosteiro de Lervão que, após ter atingido o máximo da prosperidade no último quartel do século X, entra em decadência).

Parece, pois, serem estes os mais antigos proprietários conhecidos do **Casal de Lausato**, origem da povoação que ganhou o nome do rio e seu desenvolvimento. É evidente que a antiguidade do **casal** remontará ao período anterior a 1017 já que, nesta data, se assinala como adquirido por Gonçalo Viegas (**de ganrantia**). E o que ressalta de toda a documentação aduzida é a importância dessa poderosa família que se ramificou a norte do Douro, constituindo um dos troncos da velha fidalguia que deu origem a Portugal.

É possível, no entanto, aprofundar, em trabalho de maior fôlego, a importância política e social dos **Senhores do Marnel**, os primeiros proprietários documentados do **Casal de Lausato**. E o mesmo se poderá fazer para as diversas formas de senhoriação na zona do actual concelho de Águeda.

NOTAS

(1) — **Escola Popular**, semanário literário, instrutivo e noticioso que se publicou em Águeda de 7 de Maio de 1870 a 25 de Maio de 1871, num total de 52 números. Directores e proprietários: José Ferreira da S. Castro e José Soares de F. e Castro. O estudo de José Maria Velozo é o primeiro ensaio monográfico que se conhece a ponto de Velozo ser considerado o precursor da historiografia aguedense.

(2) — Adolfo Portela, **Águeda — crónica, paisagens, tradições**, Gráfica Ideal, Águeda, 2.ª ed., 1964, pp. 16-26. É evidente que todos estes dados não encontram confirmação documental e revelam, por um lado, a confusão, reinante por longos anos, da identificação de Agada com Emínio.

(3) — Gama Barros, **História da Administração Pública em Portugal**, IV, Sá da Costa, Lisboa, 2.ª ed., p. 12.

(4) — Ruy de Azevedo, **O Mosteiro do Lervão na reconquista cristã**, p. 26. Lisboa, 1933.

(5) — Miguel de Oliveira, **As Paróquias Rurais Portuguesas**, União Gráfica, Lisboa, 1950, pp. 67-81.

(6) — Ruy de Azevedo, op. cit. p. 26.

(7) — Gama Barros, op. cit., pp. 259-275.

(8) — Tombo do Hospital de Águeda, ano de 1639, fls. 31, verso.

(9) — José Mattoso, **A nobreza medieval portuguesa, A família e o poder**, Imprensa Universitária n.º 19, Editorial Estampa, Lisboa, 1981, p. 35.

(10) — «É também a partir deste tempo (866 - 910) que surgem os primeiros monumentos diplomáticos de instituições fundadas no mesmo território, então incorporado na Galiza. Nenhum documento de tal procedência e com data mais recuada merece crédito, como já mostrou Gonzaga de Azevedo», in Ruy de Azevedo, op. cit., p. 19.

(11) — José Mattoso, op. cit., pp. 229 - 338. Outras informações são recolhidas nos ensaios do mesmo medievalista: **Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII**, Guimarães Editores, Lisboa, 1982; **Identificações de um País, ensaio sobre as origens de Portugal, 1096 - 1325**, volume I — Oposição, Editorial Estampa, Lisboa, 1985.

(12) — José Mattoso, **Ricos-Homens (...)**, pp. 20-25.

(13) — Doc. 384 dos *Diplomata et Chartae*: (...) *et consurrexerunt filii ismaelidarum super christianos et exiit ipse domo egas de sua terra antes ipsius gens ismaelitarum et peruenit in terram inter urbium durio et ilmie (...)*.

(14) — A. A. de Sousa Baptista, **Senhores do Marnel**, II, Separata do A. D. A., Aveiro, 1953. (Mendo Luz passou a governar a Terra de Santa Maria e Gonçalo Viegas administrava a região entre esta e a nova fronteira).

(15) — Refere José Mattoso: «Apesar de sabermos que um dos membros da família, Mendo Fernandes, ajudou Afonso Henriques em Guimarães quando aí foi cercado por Afonso VII, em 1127 (DR ref. 30), e que, cinquenta anos mais tarde, ainda tinha energia suficiente para servir o seu rei em Évora (confirmação de DR 49), conhecem-se poucas referências à sua presença na corte» (**Identificação de um País (...)**, p. 182.

(16) — Damião Peres, **Como nasceu Portugal**, Portucalense Editora, Porto, 7.ª ed., 1970, p. 50.

A arte parietal do Dolmen da Aliviada — Escariz

Por Fernando Augusto Pereira da Silva

0. INTRODUÇÃO

Este trabalho que agora apresentamos tem como finalidade científica a de, à luz dos novos dados aportados pelo Dolmen da Aliviada, Escariz, Arouca, procurar uma nova abordagem da arte megalítica deste monumento, baseando-se para tanto nos dados inéditos que foi possível obter, quando procedemos ao estudo e restauro deste monumento, a convite do Instituto Português do Património Cultural.

Pudemos então verificar que, para além daqueles esteios com pinturas e/ou gravuras, estudados por Elisabeth Shee Twohig, outros havia que, por estarem tombados no interior da câmara megalítica, directa-

mente pousados sobre a alterite granítica e, noutro caso, com a face decorada voltada para o interior do tumulus, esta investigadora não pôde assinalar, estudando assim apenas aqueles que se encontravam visíveis, num total de três, atribuindo-os erradamente a um monumento megalítico de corredor de acesso à câmara funerária e que os trabalhos aí levados a cabo viriam a demonstrar estar-se pelo contrário na presença de um dolmen simples, de câmara alongada sub-retangular, formado por nove esteios e um fragmento da lage de cobertura.

Coube-nos assim a nós a fortuna da sua identificação apresentando-se os motivos gravados e pintados nestes esteios, em bom estado de conservação, apre-



Fig. 1 — Localização do Dolmen da Aliviada — Escariz, segundo a Carta Militar de Portugal, Folha 154 — S. João da Madeira, dos S. C. E., na Escala de 1/25 000.

sentando-se a temática extremamente importante para uma melhor compreensão da arte deste monumento, no contexto da arte megalítica peninsular e atlântica.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO E CONDIÇÕES DAS DESCOBERTAS

O Dolmen da Aliviada — Escariz, também conhecido por Mamoa de Aliviada ou Alviada, fica situado na margem direita da estrada n.º 519 que de Nabais leva à povoação de Alagoas, a uma dezena de metros para a direita do «caminho velho» que ligava aquela estrada com a estrada n.º 327 (Fig. 1).

Localizado na parte mais ocidental do Concelho de Arouca, o qual confina, por este lado, com os concelhos vizinhos de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis, está assente num pequeno afloramento granítico à cota de 570 metros, inscrito por sua vez numa grande chã onde se encontram dois outros monumentos a uma distância entre si de pouco mais de cinquenta metros, Mamoa 2 e Mamoa 3, de que um deles foi objecto de intervenção arqueológica durante as férias de verão, a Mamoa 2. Geologicamente este monumento está implantado no granito, muito abundante na região, e que alimenta presentemente a indústria extractiva da pedra, de que se conhecem a laborar algumas dezenas de pedreiras.

Como coordenadas geográficas apresenta as seguintes:

40° 55' 11" Latitude N.,
8° 23' 49" Longitude E.,

segundo a Carta Militar de Portugal, Folha 154 — S. João da Madeira, dos Serviços Cartográficos do Exército, na Escala de 1/25 000 (Fig. 1).

1.1. A mamoa. O tumulus. A câmara megalítica.

Fortemente coberta por vegetação, após o desbaste da mesma pôde-se apreciar o seu recorte sub-elíptico, com um eixo maior de cerca de vinte e sete metros e cerca de vinte e dois metros de eixo menor, orientado aproximadamente de Oeste-Sudeste. Tumulus que poderemos caracterizar de «clássico» já que apresenta a característica cobertura feita à base de elementos pétreos de pequeno e médio tamanho, vulgarmente designada por «couraça lítica» e que entre outras finalidades tinha, por certo, a de proteger o tumulus da erosão, reforçando ao mesmo tempo a monumentalidade do mesmo — casos há em que a couraça lítica de cobertura era constituída por elementos pétreos quartzíticos o que daria a esses monumentos um aspecto «resplandecente» (!), melhor os referenciando na paisagem envolvente.

Internamente, a estrutura do tumulus revela-se mais uma vez de tipologia clássica pois contém, assente sobre uma potência de terra de cerca de cinquenta centímetros, um anel lítico bem compactado, formado por elementos pétreos de pequenas e médias dimensões, que poderemos designar «cairn», com a função de fazer a contrafortagem da câmara megalítica, dando deste modo uma maior robustez ao monumento. Esta coroa lítica de contrafortagem tem também um formato elíptico, com um eixo maior de cerca de 3,50 metros e um eixo menor de cerca de 1,90 metros, com uma espessura, junto aos esteios, de cerca de sessenta centímetros. Como é comum nestas estruturas, o seu recorte é oblíquo, encontrando-se a maior inclinação para a periferia, à qual corresponde uma menor espessura, que se consegue colocando apenas uma fiada de pedras, segundo o pendor das restantes fiadas.

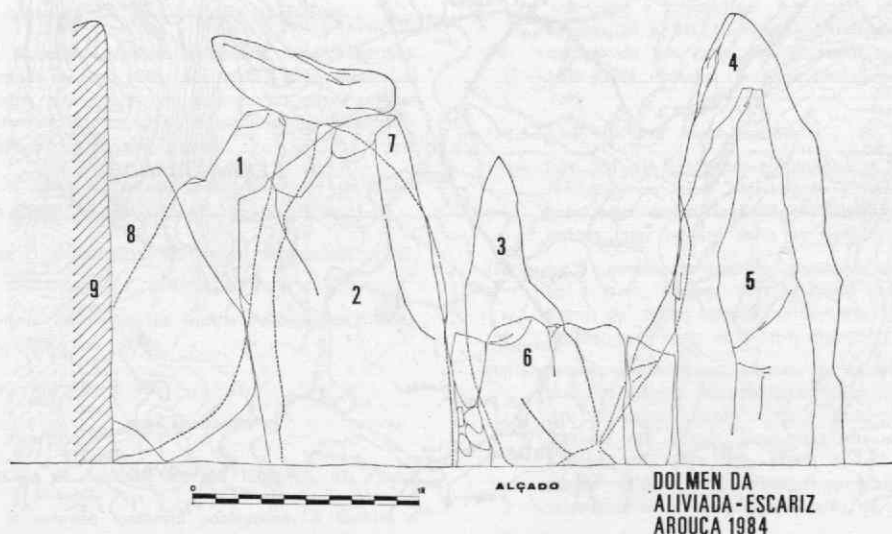


Fig. 2 — Alçado lateral esquerdo do Dolmen da Aliviada — Escariz, Arouca, na Esc. 1/10.

Quanto à câmara propriamente dita, o dolmen, apresentava-se inicialmente como um espaço caótico, atulhado de toda a espécie de imundícies, à mistura com forte vegetação que lhe dava um aspecto de claro abandono, dificilmente se adivinhando o espaço sepulcral. Pois, escavado na década de cinquenta por Pinho Brandão, segundo a metodologia e os critérios científicos da época, foi deixado completamente desprotegido, encarregando-se o Tempo e o Homem de contribuírem para a sua destruição que não deve ter tardado pois, quando Elisabeth Shee o visitou, na década de setenta, para recolher elementos para o seu monumental trabalho sobre a arte megalítica da Europa Ocidental, apenas pôde referir os motivos pintados e gravados de três esteios, numerados da esquerda para a direita, de 1, 2 e 3, sendo levada até no engano perante a existência de uma lage de cabeceira, esteio 2 da numeração de Elisabeth Shee, a referir-se a este monumento como se de um dolmen de corredor se tratasse (2).

O terceiro esteio com decoração pintada e gravada, o n.º 7, já era visível porém, em vez de apresentar a face mais larga voltada para o interior da câmara sepulcral, apresentava a sua espessura, numa posição torsa, para o interior do tumulus, daí que só com a limpeza integral da câmara megalítica se pudesse aperceber que o mesmo apresentava decoração à base de pintura e gravura, de que apenas se podia apreciar o limite exterior, pelo que houve que o remover desta posição e colocá-lo na sua posição original, com a face decorada voltada para o interior, ficando o esteio em posição ligeiramente oblíqua, no alinhamento dos outros esteios.

Com todos os esteios colocados nas suas posições devidas pudemos confirmar o que já antes suspeitávamos: estávamos perante um dolmen simples de câmara alongada, sub-rectangular, formada por nove esteios, sete dos quais ainda apresentando gravuras e/ou pinturas, embora algumas se apresentem de todo

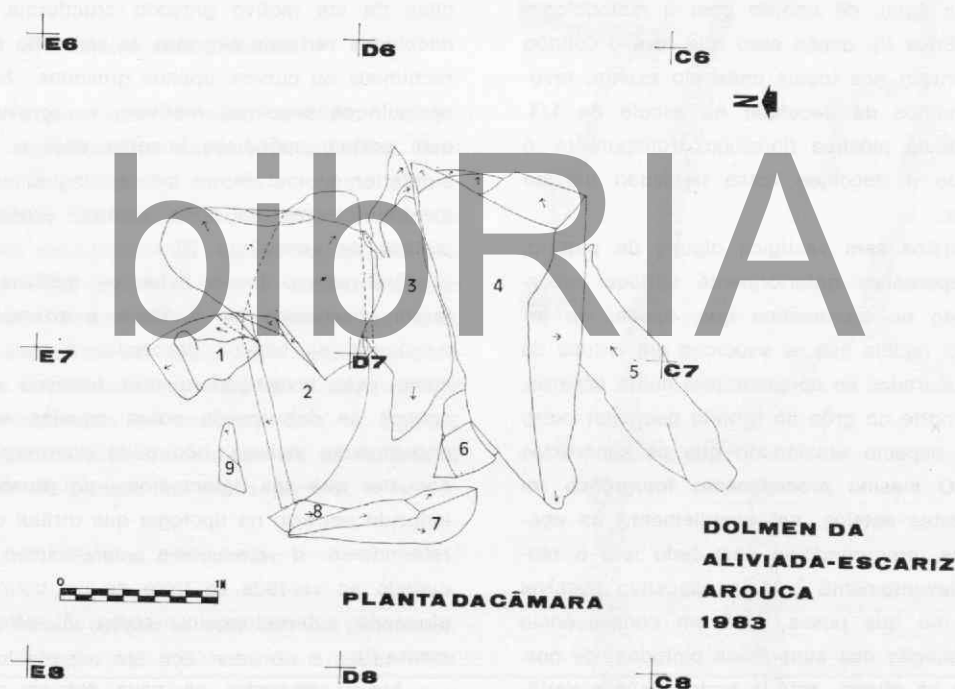


Fig. 3 — Planta da câmara megalítica (Dolmen da Aliviada — Escariz, Arouca), na Esc. 1/20.

Quando iniciamos os trabalhos de limpeza apenas se podiam observar os esteios n.º 1 (3 de E. Shee), 4, 5, 7, 8 (1 de Shee) e 9 (2 de Shee), só se detectando os restantes após as operações de desentulhamento, os quais jaziam tombados de face sobre a alterite granítica de base, amontoados, sem conexão aparente entre si (Fig. 2).

Daqui resultou a descoberta de dois esteios, um com vestígios de pintura quase imperceptíveis, o esteio n.º 6, e um outro com pinturas e gravuras em bom estado de conservação, o n.º 2 (nossa numeração).

ininteligíveis (Fig. 3). É desses motivos decorativo-simbólicos existentes em alguns dos esteios do Dolmen da Aliviada, Escariz, que trataremos a seguir.

2. A ARTE PARIETAL DO DOLMEN DA ALIVIADA — ESCARIZ

2.1. Metodologia aplicada no levantamento das gravuras e das pinturas

Tendo-se deixado previamente secar, ao ar, as faces decoradas dos esteios, foram de seguida limpos cuida-

dosamente com pequenos pincéis macios, de modo a lhes retirar a camada de pó resultante da secagem das terras húmidas que apresentavam, sendo as manchas de terra mais espessas, retiradas com estiletes de madeira de forma a não causar dano algum aos motivos decorativos. Findas estas operações foram os mesmos fotografados com diferentes aberturas do diafragma e diferentes intensidades luminosas. Em resultado pôde-se verificar que nem todos os esteios apresentavam decoração pintada, particularmente aqueles estudados por E. Shee Twohig, dos quais apenas um apresentava pintura, embora esta em muito mau estado devido à humidade que constantemente se verifica no esteio a qual proporciona o desenvolvimento de fungos que «comem» os óxidos ferruginosos que compõem a decoração, razão pela qual se acha muito diminuída a superfície pintada, em claro flagrante com o levantamento feito por essa investigadora — referimo-nos ao esteio n.º 8 (1 de E. Shee).

Depois destas operações foram todos os esteios pulverizados com água, de acordo com a metodologia utilizada por E. Shee (3), acção essa que teve o condão de reavivar a pintura nos locais onde ela existia, favorecendo os trabalhos de decalque na escala de 1/1, utilizando-se película plástica finíssima, transparente, a que permitiu que o decalque fosse realizado até ao mínimo pormenor.

Naqueles esteios sem vestígios alguns de pintura, e depois das operações anteriormente citadas, recorreu-se ao método do bicromático que, apesar de ter resultado, não foi aquele que se esperava em virtude de as superfícies decoradas se apresentarem muito ásperas, quer devido em parte ao grão do granito quer, por outro lado, devido ao aspecto erosionado que as superfícies apresentavam. O mesmo procedimento fotográfico foi utilizado para estes esteios, em complemento às operações anteriores, procurando-se com tudo isto a realização de um levantamento o mais exaustivo possível pois que cada dia que passa trará em consequência uma maior diminuição das superfícies pintadas, de que, a atestar o que se afirma, está o facto por nós verificado, da não existência de pintura alguma nos esteios n.º 9 e n.º 1 (2 e 3 de E. Shee), quando ainda há bem pouco tempo, na década de setenta, a mesma tinha sido referenciada nesses esteios (4).

Daí a urgência na tomada de medidas de protecção e salvaguarda, enquanto é tempo, por parte das entidades competentes, neste caso o Instituto Português do Património Cultural, a quem já enviamos documentação nesse sentido (5).

2.2. Elementos simbólico-decorativos

A arte parietal neste monumento megalítico só se tornaria conhecida a partir dos trabalhos de levanta-

mento levados a cabo, no domínio da «arte megalítica da Europa Ocidental» (6), por Elisabeth Shee Twohig, já que até esse momento se desconhecia por completo a sua existência — Pinho Brandão que escavou este monumento, entre outros, nada referiu sobre o assunto.

Num estudo apresentado ao III Congresso Nacional de Arqueologia, E. Shee vai revelar, pela primeira vez, de que constavam esses elementos simbólico-decorativos (7). Aí apresenta uma reprodução do decalque de um dos esteios que lhe foi dado estudar e que considerou o n.º 1, correspondente ao nosso esteio n.º 8. Nessa reprodução podem-se verificar a existência de linhas onduladas verticais coloridas de vermelho e outras de preto, à mistura com outras linhas apenas gravadas.

Posteriormente, num outro trabalho, vai reproduzir os três esteios, numerados sucessivamente 1, 2 e 3, correspondentes aos numerados por nós de 8, 9 e 1. No seu esteio n.º 2, e que corresponde a uma lage com as funções de lage de cabeceira, vêm-se para além de um motivo gravado cruciforme, várias linhas onduladas verticais pintadas de vermelho e outras linhas rectilíneas ou curvas, apenas gravadas. No esteio n.º 3, assinala os seguintes motivos: «... gravura ovóide, da qual partem apêndices lineares para a parte superior e inferior e, uma forma sub-rectangular, com prolongamentos lineares na parte central, superior e inferior, pintada de vermelho.» (8).

Em resumo foram estes os motivos, apenas, que foram observados por E. Shee, e dizemos apenas pois o número de esteios decorados é bem maior porém, como esta investigadora não escavou o monumento, apenas se debruçando sobre aqueles esteios que se encontravam visíveis, não pôde aperceber a existência daqueles que nós detectamos — daí também o ter sido induzida em erro na tipologia que atribui ao monumento, referindo-se a ele como um dolmen de corredor quando na verdade se trata de um dolmen de câmara alongada sub-rectangular, como já referimos anteriormente (9).

Assim, de entre os nove esteios que formam a câmara megalítica, contam-se sete esteios com gravuras e pinturas, ou só com gravuras ou só com pinturas, assim distribuídos:

A) Esteios com pintura e gravura

O numerado por nós de n.º 1, 3 de Shee, por ela descrito e em que a pintura complementa claramente a gravura ou seja, a pintura preenchia as superfícies gravadas. Hoje, quando começamos o estudo deste monumento, já não são visíveis vestígios alguns de pintura, somente os gravados que, com recurso à metodologia indicada nas páginas precedentes pudemos registar convenientemente.

O esteio n.º 2, que com o seu recorte sub-cónico lembra um menir, apresenta-se igualmente decorado com recurso à pintura e à gravura, distribuindo-se os motivos num continuum crescendo, do topo para a base, de que trataremos quando passarmos à análise dos motivos simbólicos-decorativos. Outro esteio que os trabalhos de estudo da câmara megalítica puseram a descoberto, numerado por nós de n.º 7, apresenta também, na face voltada para o interior do espaço funcional-sagrado, elementos decorativos com recurso à pintura e à gravura.

Um outro esteio que apresenta pintura e gravura, embora esta se reduza a alguns, poucos, pontilhados, que a aspereza do grão do granito não deixa aperceber claramente, é o nosso esteio n.º 8, 1 de E. Shee tendo-se a ele já referido esta investigadora. O terceiro esteio estudado por E. Shee, n.º 9 da nossa numeração, apresenta-se hoje sem vestígios de pintura, tendo nós registado os motivos simbólico-decorativos gravados, recorrendo-se para tal ao decalque, depois de aplicado o bicromático, e à fotografia.

B) Esteios com gravuras

Dos nove esteios que compõem a câmara megalítica, apenas um apresenta unicamente gravados. Trata-se do esteio n.º 5 que, o recorte e alguns pormenores escultóricos, nos levou a considerar tratar-se de um esteio-estela antropomórfica, representando uma deidade feminina. Não podemos afirmar categoricamente que este esteio nunca tenha tido pintura, se teve, porém, ela desapareceu há muito, pois a face gravada apresentava-se coberta de fungos devido a estar voltada para cima, directamente em contacto com os agentes atmosféricos, daí a razão de não termos assinalado o mínimo vestígio de pintura na sua superfície.

C) Esteios com pintura

Um único esteio apresenta esta técnica decorativa, o n.º 6, o qual chegou até nós reduzido a pouco mais de metade do seu tamanho real. A pintura reduz-se a uma pequena mancha de ocre vermelho, indelével, localizada na metade inferior do fragmento de esteio, não permitindo qualquer interpretação, pelo que apenas registámos a sua existência.

Como se pode verificar do exposto, vários são os esteios que apresentam decoração, quer com recurso à pintura quer à gravura. Porém, e até porque E. Shee Twohig já se referiu a alguns deles, apenas nos debruçaremos de forma mais exaustiva sobre aqueles dois por nós assinalados, esteio n.º 2 e n.º 7, embora reproduzamos os estudados por esta investigadora, utilizando para tal os decalques que realizámos, até para dar uma

ideia do estado em que os fomos encontrar, na sua quase totalidade já sem pintura alguma, apenas se mantendo no n.º 8, 1 de E. Shee.

Assim, seguindo na nossa ordenação dos esteios, o movimento dos ponteiros de um relógio, temos os seguintes elementos simbólico-decorativos no esteio n.º 1:



Fig. 4 — Decalque do esteio n.º 1, na Esc. 1/1.

tendo chegado até nós apenas os gravados, podemos aí apreciar, na parte superior deste esteio, uma gravura de contorno sub-ovalado, daí partindo para a parte superior e inferior daquela, dois apêndices lineares. No interior desta gravura assinala-se também um pequeno apêndice linear. Lateralmente partem ainda dois pequenos apêndices os quais se unem formando uma pequena gravura sub-rectangular, acopolada à gravura sub-ovalada. Um outro gravado pode-se ainda verificar, colocado em manifesta oposição a esta gravura. Quando E. Shee estudou este esteio, referiu para além destas gravuras, uma outra mas pintada e que ela descreveu como sendo «... uma forma sub-rectangular, com prolongamentos lineares na parte central, superior e inferior, pintada de vermelho.» ⁽¹⁰⁾, mas que já não existe (Fig. 4).

No esteio n.º 2:

este esteio, um dos por nós assinalados, é talvez o mais importante do conjunto, pelos motivos que apresenta, onde conjuntamente com formas extremamente estilizadas, apresenta outros motivos claramente mais realistas. O próprio esteio apresenta um contorno que leva a que o classifiquemos como esteio-menir, nele se distribuindo os seguintes motivos, do cimo ao fundo: de uma linha horizontal partem, de cada lado, dois apêndices lineares verticais, para cima e, sensivelmente a meio daquela, parte para a zona inferior um outro apêndice vertical, tudo pintado de vermelho. Na metade inferior do esteio temos, para além de motivos ondulados verticais e horizontais pintados de vermelho, uma gravura sub-rectangular, com os sulcos preenchidos de vermelho—em alguns pontos desta gravura pode-se verificar que a pintura a vermelho foi aplicada sobre uma camada de colorante branco e, imediatamente abaixo desta composição, encontramos uma outra mas de feição mais naturalista, e que pode ser interpretada como um barco, tendo imediatamente junto um ginete com o seu cavaleiro, seguindo-se-lhe, na parte inferior do barco, um motivo alado. Também nesta composição, pintada a vermelho, os seus autores utilizaram uma base branca, sobre a qual só então aplicaram o colorante vermelho. É talvez aquele esteio que resume, de modo claro, todas as manifestações simbólicas verificadas neste monumento, reunindo motivos estilizados e naturalistas numa perfeita combinação de valores que nos aparecem quase completamente ininteligíveis (Fig. 5).

O esteio n.º 7, também assinalado por nós, é outro esteio em que a **carga simbólica** se encontra bem vincada nos motivos aí representados: na parte superior do esteio vemos representada uma gravura sub-rectangular, dividida por duas linhas perpendiculares, em quatro pequenos sub-rectângulos de tamanho desigual. Da gravura inicial partem, para a zona superior, sete

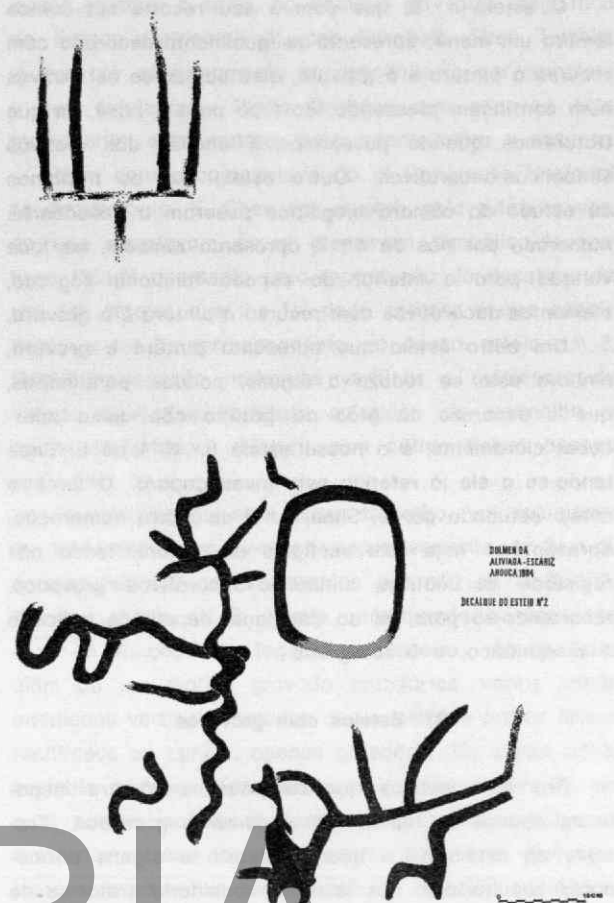


Fig. 5 — Decalque do esteio n.º 2, na Esc. 1/1.

apêndices lineares verticais e, para a zona inferior da gravura, parte um ondulado que arranca de um dos pequenos sub-rectângulos. Lateralmente parte, da gravura sub-rectangular, um apêndice que serve de «apoio» a um ondulado vertical. Na metade inferior do esteio pode-se observar um sub-rectângulo alongado, dividido em três partes desiguais por duas linhas. A zona superior do sub-rectângulo, termina em apêndices arciformes, os quais fecham para o interior do sub-rectângulo, semelhando três arcos. Acopolado àquele, dois outros apêndices em arco parecem dar a entender a existência de uma gravura semelhante que, talvez, tenha sido destruída ou então não tenha sido terminada. Desta segunda gravura parte um apêndice linear vertical, horizontal no topo, donde parece arrancar um ondulado.

Também neste esteio os motivos foram gravados e pintados, havendo que realçar o facto de todos os motivos aqui representados terem sido primeiramente gravados e depois preenchidos os sulcos com colorante vermelho (Fig. 6).

O esteio n.º 8, 1 de E. Shee, é o único dos estudados por esta investigadora que ainda representa vestígios de pintura (Fig. 7), embora esta se reduza a uma pequena superfície, se comparada com aquela que Shee

tinha assinalado. Neste esteio também não nos foi dado verificar a existência de pintura a preto mas tal deve-se possivelmente a este ser um esteio onde se verifica o maior grau de humidade a qual tem aportado a destruição das pinturas. Quanto aos motivos eles resumem-se a linhas onduladas verticais, pintadas de vermelho, enquanto a gravura é testemunhada por alguns, poucos, pontilhados (11).

Outro esteio estudado por Elisabeth Shee Twohig, de que obtivemos um decalque, o esteio n.º 9, 2 de E. Shee, apresenta-se também sem vestígios de pintura. Mesmo quando aquela investigadora o estudou já as zonas pintadas se apresentavam muito diminutas se comparadas com as superfícies gravadas. Podem-se aí ver pequenos apêndices lineares, ondulados, pequenas linhas quebradas, etc. No decalque, das gravuras, que realizamos, pode-se observar no topo do esteio uma gravura que parece semelhar um motivo alado ou um motivo astral, logo seguido de uma representação cruciforme que poderá ser interpretada como um antropomorfo e, em progressão descendente, dois motivos lineares oblíquos junto de um outro motivo gravado de leitura imprecisa, o mesmo acontecendo com o gravado de contorno curvilíneo na base do esteio (Fig. 8) (12).

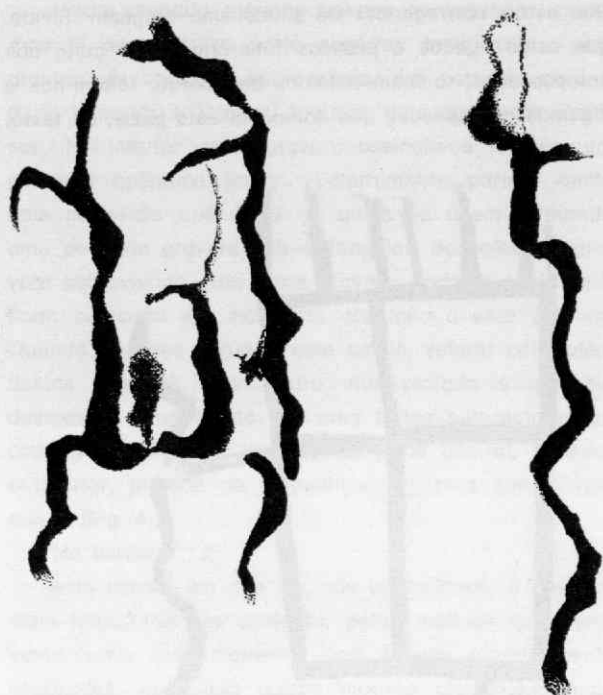
Em resumo são estes os motivos simbólico-decorativos pintados e/ou gravados nos esteios do Dolmen da Aliviada — Éscariz, concelho de Arouca, que nos foram dados observar e que reproduzimos nestas páginas, sem nos atrevermos sequer a procurar possíveis leituras interpretativas que nos poderiam conduzir a caminhos diferentes daqueles por certo trilhados pelos seus construtores. Sendo, como é, qualquer manifestação artística o produto de um determinado contexto económico, social e político, parece-nos abusivo procurar leituras explicativas para estas manifestações simbólicas, quando desconhecemos quase tudo sobre a comunidade ou comunidades humanas que no-las legaram. Mesmo ao nível das suas estruturas funcionais-sagradas, e estamos a referir-nos aos monumentos megalíticos, os nossos conhecimentos são lacunares, como poderíamos entrar no âmago da mentalidade dessas populações sem um conhecimento profundo das mesmas? Parece-nos de todo impossível, a menos que se queira cair no insólito de ilacções impensadas, procurando parentescos de todo inviáveis (13). Do ponto de vista científico parece-nos mais atinado mantermo-nos pela descrição, tão exaustiva quanto os dados o permitirem, de maneira a se possuir um **corpus** o mais completo possível que permita estudos de conjunto, não dissecando motivo a motivo mas tendo em atenção que os motivos representados formam um todo coerente de que nos falta a «chave» para a sua leitura, daí a dificuldade que apresenta a interpretação dos motivos pictóricos, sejam eles de características estilizadas ou naturalistas, pintados ou gravados.

Que estão «carregados» de simbolismo ninguém duvida, que estão ligados a práticas funerárias e/ou culto dos antepassados, também estamos de acordo, faltam-nos é algumas das «peças» que compõem este **puzle**, ou **texto**,



DOLMEN DA
ALIVIADA - ÉSCARIZ
AROUCA 1984
DECALQUE DO ESTEIO N.º 7

Fig. 6 — Decalque do esteio n.º 7, na Esc. 1/1.



DOLMEN DA
ALIVIADA - ESCARIZ
AROUCA 1983

DECALQUE DO ESTEIO N.º 8

bibRIA

Fig. 7 — Decalque do esteio n.º 8, na Esc. 1/1.

como querem alguns investigadores ⁽¹⁴⁾, de maneira a podermos **penetrar** nestas manifestações simbólicas que, tal como a vida e a morte, deveriam estar presentes no dia-à-dia das populações.

Quanto ao ponto de vista cronológico é difícil a datação dos motivos pictóricos já que não há uma distinção clara entre as pinturas e os gravados, verificando-se até uma situação confusa, no dizer de Elisabeth Shee ⁽¹⁵⁾. Tomando como ponto de referência a decoração do Dolmen 1 de Carapito que apresenta uma datação, tomada a partir do nível mais profundo da câmara megalítica, que aponta para o terceiro milénio a. C. (2900 — 40 b. c. (GrN 5110)) ⁽¹⁶⁾, teríamos para o Dolmen da Aliviada e suas manifestações simbólico-artísticas uma cronologia situada entre os finais do IV milénio e inícios-meados do III milénio a. C.. Há porém que ter em atenção que se trata de duas câmaras megalíticas tipologicamente diferentes, pois enquanto o Dolmen 1 de Carapito é uma câmara poligonal, o Dolmen da Aliviada apresenta uma câmara alongada sub-rectangular, o que, numa evolução linear dos monumentos megalíticos, daria uma maior antiguidade ao



DOLMEN DA
ALIVIADA - ESCARIZ
AROUCA 1983

DECALQUE DO ESTEIO N.º 9

Fig. 8 — Decalque do esteio n.º 9, na Esc. 1/1.

primeiro, embora também se possa ter verificado a vivência coetânea de tipologias diversificadas.

Seja como seja a datação de Carapito deve ser tomada em linha de conta, tanto mais que se trata do único monumento decorado, datado, servindo assim de balisagem cronológica para o monumento megalítico de Escariz, à falta de outros dados que permitissem uma melhor clarificação.

3. NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- (1) — Jorge, V. O. (1979), Escavação das mamoads 2 e 3 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), in *Revista de Guimarães*, Vol. LXXXIX, pp. 251-264.
- (2) — Twohig, E. S. (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*.
- (3) — Idem.
- (4) — Shee, E. (1974), Painted megalithic art in Western Iberia, in *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Vol. I, pp. 105-123.
- (5) — Silva, Fernando Augusto P. (1983-84), *O Dolmen Pintado de Escariz — Arouca: Estudo e Protecção (Relatório dos trabalhos de estudo e protecção ...)*. Inédito.
- (6) — Cf. nota 2.
- (7) — Cf. nota 4.
- (8) — Cit. em Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto — Os Monumentos e a sua problemática no contexto Europeu*, Vol. I, Dissertação de Dout. apresentada Fac. Letras do Porto.
- (9) — Cf. nota 5.
- (10) — Cf. nota 8.
- (11) — Cf. nota 2.
- (12) — Idem.
- (13) — Por exemplo, Albuquerque e Castro vai relacionar os ondulos com o símbolo da água nas pinturas egípcias. Cf. «A arte megalítica e as escritas ideográficas», in *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, pp. 251-259; «Um novo aspecto interpretativo da ornamentação dos monumentos megalíticos», in *Revista de Guimarães*, Vol. LXXI, n.º 3-4.
- (14) — Cf. nota 8.
- (15) — Twohig, E. S. (1981), «... the situation is confused, some painting apparently having done before and some after the carving...».
- (16) — Cf. notas 2 e 4 e ainda Shee, E. (1973), *L'Art Mégalithique de L'Europe Occidentale* in, *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de Las Ciencias Historicas. I — Prehistoria e Historia Antigua*, Vol. I, pp. 101-20.

bibRIA



A propósito dos 550 anos da Feira de Março

Por Júlio de Sousa Martins

Uma tradição que se mantém viva ao longo de séculos não pode deixar de ser levada na devida consideração, ao menos pela comunidade em que insere.

É o caso da Feira de Março aveirense, que completa cinco séculos e meio de existência neste ano de 1984.

Assim se explica (e se impõe) que tal efeméride seja devidamente registada, evocando as circunstâncias em que surgiu esse factor de desenvolvimento da então vila de Aveiro, nessa época já a debater-se com as dificuldades de uma barra inconstante, de consequências dramáticas para as actividades sociais e económicas da região.

É pois uma evocação da Feira de Março que a seguir se faz, enquadrando-a em alguns outros aspectos da vida aveirense, não só a nível citadino como distrital.

DE TOMAR A AVEIRO

Durante os reinados de D. Afonso Henriques a D. Fernando, já os diplomas régios garantiam protecção e segurança aos feirantes e às suas mercadorias, isenção de perseguição e penhora, não só durante o prazo da feira mas também desde uns dias antes de principiar até alguns dias depois de ela terminar — podiam ser três, cinco, oito, ou mais, conforme a importância ou o local da feira obrigava os vendedores a uma maior ou menor jornada. Esses mesmos diplomas coustavam (isto é aplicavam um imposto) os feirantes numa quantia determinada, agravando o coutamento com a pena de restituir em dobro aquilo que tivesse tirado a seu dono.

É preciso chegar ao século XV para serem acrescentados os privilégios outorgados anteriormente. Com a **carta de feira franqueada** (1) concedida a Tomar por D. João I, em 1420, aparece uma nova fórmula jurídica.

De facto, a carta de Feira de Tomar constitui, em relação às anteriores, uma autêntica inovação sob o ponto de vista das imunidades aos feirantes.

Note-se, a título de curiosidade, que esse mercê, concedida ao infante D. Henrique, foi da responsabilidade conjunta de D. João I e do então ainda apenas infante D. Duarte que depois, já como soberano, iria dar poder e lugar ao infante D. Pedro da carta da Feira de Março, em Aveiro, catorze anos passados.

A feira franqueada de Tomar foi, de facto, aquela que, pelas suas características, serviu de tipo à de Aveiro, como a outras da mesma época e posteriores.

Repare-se que os privilégios concedidos a Tomar foram, quase palavra por palavra, os mesmos dos atribuídos à Feira de Março. Assim tudo quanto na feira de Tomar se vendesse apenas pagaria meia sisa (2), excepto vinho que se vendesse **atabernado** (isto é nas tabernas) e carne vendida em talho, produtos de que se tinha de pagar sisa inteira. Todos os que fossem à feira não podiam ser desapossados dos seus animais de sela ou de albarda, para qualquer carga, nem poderiam ser obrigados a nenhum serviço na ida, durante ou após a feira, quando regressassem a suas casas. Também não poderiam ser presos, acusados ou demandados por malefícios de que fossem culpados, excepto se perpetrados na feira, na vila ou no seu termo. Não poderiam ser citados nem demandados por dívidas, salvo se contraídas por compras ou vendas na própria feira. Os feirantes poderiam andar armados na feira e utilizarem montada a seu gosto. E ordenava-se aos corredeiros (3) e meirinhos (4), da Corte como do Reino, que não actuassem na feira, onde apenas poderiam ir como compradores ou vendedores.

Como se evidencia, comparando o tipo de privilégios concedidos, as feiras franqueadas de Tomar e de Aveiro eram praticamente gémeas...

O feirante ou mercador conseguia, assim como o tráfico comercial, o seu estatuto de liberdade de acção, com o favor do poder central, que também deste modo foi ganhando mais fortes alicerces.

Também ao infante D. Pedro foram concedidas autorizações idênticas para Montemor-o-Velho (1426) e Penela (1433), além de Aveiro (1434). As razões invo-

cadadas por D. Pedro para que lhe fossem concedidas essas feiras francas assentavam no seu desejo de que se não perdessem as vilas por falta de povoamento, pois que, como no caso específico de Aveiro, estariam **refeces** (moribundas) e **proves** (pobres), situação que esta vila sofria no decurso do século XV, conforme se assinala na **Crónica do mosteiro de Jesus e no Memorial da infanta Santa Joana**.

Foi em 1958 que, pela primeira vez, se tomou conhecimento e se publicou o «registo de nascimento» da Feira de Março, devido aos cuidados de Dulce Alves Souto, então conservadora do Museu de Aveiro. Eis como relata a sua descoberta, em singelo opúsculo editado naquele mesmo ano:

«Um interessante reservado bibliográfico do Museu Regional de Aveiro é o **Livro de Registo da Câmara**, livro que se guarda no Museu desde o tempo do seu primeiro director, o falecido historiador e arqueólogo Marques Gomes.

«Devemos dizer que o volume foi deprimado, tendo-lhe sido subtraída parte da capa e da sua bela ornamentação de bronze, certamente quando, por motivo de derrocadas de telhados do antigo convento e de várias obras, houve deslocacões maciças e apressadas de volumes da biblioteca e do recheio de algumas das salas e dependências do velho edifício.

«Entre os documentos transcritos nesse volume, cujo lugar mais próprio seria o de um arquivo público, deparou-se-nos o traslado da provisão do rei D. Duarte, que criou a muito afamada Feira de Março.

«Logo que concluímos a sua leitura, resolvemos dá-lo à publicidade visto ser inédito e desconhecido da investigação e dos estudos aveirenses e assim o publicámos no n.º 1398 do **Correio do Vouga**, de 17 de Maio último».

Mais adiante, referindo-se a um texto de Eduardo Cerqueira, publicado onze anos antes, Dulce Souto acrescenta: Ora, lendo este trabalho (o de Eduardo Cerqueira) verificamos, com satisfação, que a dúvida, muito justificada, que pôs sobre a data em que (a Feira de Março) foi instituída, teve absoluta razão de ser, porque de facto o privilégio não é de 1430, como vários autores apontam, mas sim de 1444 (sic), ano seguinte ao do começo do reinado de D. Duarte».

Curiosamente, e devido a um desses acidentes que por vezes se abatem sobre quem se dedica a investigações deste género, a única vez em que a autora se refere à data do documento real, no opúsculo em questão, «acontece-lhe» uma **gralha**: **1444**, em vez de 1434,

isto é, realmente, o «ano seguinte, ao do começo do reinado de D. Duarte»...

O assim achado «registo de nascimento» da aveirense Feira de Março viria a ser transcrito no primeiro volume de «Milenário de Aveiro — Colectânea de documentos históricos», organizada por Rocha Madahil. Daí se faz, agora, nova transcrição, seguida da respectiva versão, com grafia e pontuação actualizadas:

«1434, Fevereiro, 27.

Carta de D. Duarte estabelecendo, a pedido do Infante D. Pedro, uma feira em Aveiro, em Maio de cada ano, com a duração de oito dias.

MUSEU REGIONAL DE AVEIRO, livro dos registos da Câmara da Vila de Aveiro, fl. 19 e segs.

Dom duarte pela graca de deus Rej de portugal
E do algarue Senhor de cepta a quantos Esta carta
uirem fazemos Saber que nos auemdo por noso
seruico E bem de nosa terra damos poder E licenca
E lugar ao infamta de Dom pedro meu Sobre todos
muito prezado E amado irmão que Ele mande fazer
E se faca daqui Em diante Em cada hum ano na sua
uila daueiro. E no mes de maio huma feira fran-
queada a qual Se fara por Esta guisa comecar Se
a primeiro dia do dito mes E durara ate dia de São
miguel Seguinte que são oito dias a que nos man-
damos que todos aqueles que a dy[ta] feira vierem
Comprar E uemder quoesquer cousas que SeJam
os que as hñ trouerem a uemder E sobri uemderem
os que as uemderem Como os que as Comprarem
nom pagem mais que a metade da sisa posto que
os que as ditas cousas comprarem ou uederem
SeJam moradores na dita uila daueiro ou Em Seu
termo ou Em outras quaesquer partes que SeJam
E esto Se não Entemda En vinhos que se uedão
atauernados nem E carne que Se uemda a talho
que madamos que destas duas cousas Se pagem
Sisa Em cheo Outro Sim mandamos que os que as
ditas feiras vierem lhes nam SeJão tomadas suas
bestas de sela nem dalbarda pera nenhuas cargas
que SeJam costragidos para nenhuma Siruidão Em-
quanto a dita feira Vierem E em Ela amdarem E
pera Suas cazas tornarem E outro Si mandamos que
nenhuns que a dita feira Vierem nom seJão presos
nem acusados nem demandados por nenhuns male-
ficios Em que SeJam culpados Se os maleficios
forem daqueles Em que nos mandamos que se guar-
dem os coutos dos Estremos Saluo Se estes male-
ficios forem feitos no dito lugar ou seu termo ou
forem feitos nouamente na dita feira que por taes
maleficios Como Estes mandamos que SeJam presos
E se liurem por seu dereito outrosi mandamos que

os que a dita feira Vierem nom SeJam situados nem demandados por nhuas diuidas que deuão nem per Framcas nem por outra nhuma cousa a que SeJam thudos E obryguados Saluo Se forem dividas que deuam de cousas que hy Comprarem ou uenderem na dita fejra outrosi mandamos que os que a dita fejra Vierem Emquanto a dita fejra durar Eles posam trazer suas armas Emquanto na dita feira amdarem outro sim posam amdar na dita feira Em quaesquer bestas que lhes prouer nom Embargando a nosa defesa ordenacam que Em Comtrario desto he feita outrosim mandamos e defemdemos aos nosos coregedores E mejrinhos asi de nosa corte como dos nosos reinos que não Vão a dita fejra por fazer coreicão nem a facão Em a dita feira E Se Eles quizerem hir Vão comprar E uender Se lhes prouer E nam por outra nhua cousa E em testemunho delo mandamos Ser feita Esta carta asinada por nos E aselada de noso Selo pemente damte Em Santarem a uinte E sete dias de feureiro Elrey o mandou martym Gil a fes Era do nasimento de noso Senhor Jhesus Christo de mil E quatro Semtos trinta quatro anos a qual carta lhe aSim confirmamos com Esta lymitação que a nos praz que a dita feira se mude ao primeiro dia de marco asy Como Era do primeiro dia de maio E com Esta limitação mandamos que se cumpra E guarde inteiramente.»

«1434, Fevereiro, 27

Carta de D. Duarte estabelecendo, a pedido do infante D. Pedro, uma feira em Aveiro, em Maio de cada ano, com a duração de oito dias.

MUSEU REGIONAL DE AVEIRO, livro de registos da Câmara da Vila de Aveiro, fl. 19 e segs.

D. Duarte, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, senhor de Ceuta, a quantos esta carta virem fazemos saber que nós, havendo por nosso serviço e bem da nossa terra, damos poder, licença e lugar ao infante D. Pedro, meu sobre todos muito prezado e amado irmão, que mande fazer, e se faça daqui em diante, em cada ano, na sua vila de Aveiro e no mês de Maio, uma feira franca a qual se fará desta maneira, começar no primeiro dia do dito mês e durará até ao dia de S. Miguel, e que são oito dias. Mandamos que todos os que à dita feira vierem comprar e vender quaisquer coisas que sejam, aqueles que aí as trouxerem para vender e que realmente as vendam, os que as venderem como os que as comprarem não paguem mais do que metade da sisa, desde que aqueles que comprarem ou venderem as ditas coisas sejam moradores na vila de Aveiro, no seu termo ou em quaisquer outras

partes. Isto não diz respeito aos vinhos que se vendam em tabernas nem à carne que se venda no talho, porque mandamos que por estas duas coisas se pague sisa inteira. E também mandamos que os que à dita feira vierem, não lhes sejam tomadas suas bestas de sela nem de albarda para cargas, nem constrangidas para qualquer servidão enquanto vierem à feira, nela andarem e até suas casas voltarem. Igualmente mandamos que os que à dita feira vierem não sejam presos, acusados nem demandados por malefícios de que sejam culpados. Se aqueles cometerem malefícios, nós mandamos que se guardem os coutos dos extremos, salvo se estes malefícios forem feitos no dito lugar, ou seu termo, ou forem feitos novamente na dita feira, que por tais malefícios mandamos que sejam presos e se livrem por seu direito. Mandamos também que os que à dita feira vierem não sejam citados nem demandados por dívidas que devam, nem por heranças nem por qualquer outra coisa por que sejam tidos e obrigados, salvo se forem dívidas de coisa que comprarem ou venderem na dita feira. E àqueles que vierem à dita feira, enquanto ela durar, mandamos que possam trazer suas armas, enquanto andarem na feira, e possam também ali andar em quaisquer bestas que lhes aprouver, não embarcando a nossa defesa a ordem que em contrário disto for feito.

Mandamos e proibimos aos corregedores e mejrinhos, tanto da nossa Corte como dos nossos reinos, que não vão à feira para fazer correição (5) nem a façam na dita feira. E se eles aí quizerem ir, que comprem e vendam se lhes aprouver e para mais nenhuma outra coisa. E, em testemunho disto, mandamos fazer esta carta, assinada por nós e selada com o selo pendente. Santarém, aos vinte e sete dias de Fevereiro. El-rei mandou, Martim Gil a fez. Era do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e quatro anos. A qual carta assim confirmamos com esta limitação, que nos apraz: que a dita feira se mude para o primeiro dia de Março, assim como estava no primeiro dia de Maio. Com esta limitação mandamos que se cumpra e guarde inteiramente.»

REFLEXÕES PERTINENTES

O primeiro documento em que há referência à Feira de Março de Aveiro merece algumas reflexões quanto à respectiva interpretação, assim como outras pelo mesmo sugeridas:

Primeiro — Não se trata da **carta de feira** original, porquanto se trata de um traslado (ou traslado: aquilo que se trasladou ou se copiou).

Segundo — Não pode corresponder exactamente ao documento original, por conter elementos que nunca poderiam constar do primitivo texto, como é o caso das suas últimas linhas (a partir de «A qual carta...»), que, a serem do original, funcionariam como uma espécie de **post-scritum** atempado, o que não só não era de uso como também anularia parte importante do texto antecedente, nomeadamente no que respeita à data de realização da Feira e aos seus oito dias a terminar no dia de S. Miguel (dia 8 de Maio); nesse caso teria sido mais lógico e curial escrever de novo o documento, integrando-lhe as modificações.

Terceiro — Aliás, se relemos com atenção a passagem em causa («A qual carta assim confirmamos, com esta limitação que nos apraz...») depara-se-nos a palavra **confirmamos**, o que logo nos remete para data posterior, porque não pode entender-se que D. Duarte confirmasse a ele próprio uma decisão que lhe era devida, logo no mesmo documento em que a exarava.

Quarto — O investigador pode ser induzido em erro ao deparar com a transcrição na colectânea de documentos «Milenário de Aveiro», onde o texto é apresentado sob a data de «1434, Fevereiro, 27» e a designação de «Carta de D. Duarte estabelecendo, a pedido do Infante D. Pedro, uma feira em Aveiro, em Maio de cada ano, com a duração de oito dias» — o que não é correcto, visto tratar-se de um traslado, com um acrescento em relação ao original.

Quinto — O acrescento em questão foi incluído quando da primeira confirmação (conhecida da Feira, feita por D. Manuel I, — e que ratificaria, afinal, uma prática de há já muitos anos, quanto à data do começo da Feira.

Sexto — Apoiando a tese aqui exposta de que a carta apresentada na referida colectânea é realmente um traslado está o facto de todas as transcrições conhecidas provirem das mesmas folhas do **Livro de Registos da Câmara da Vila de Aveiro**.

Sétimo — D. João III reconfirmou, em 1525, um conjunto de três cartas que lhe foi apresentado pelos procuradores de Aveiro, em nome do juiz, dos oficiais e dos homens-bons ⁽⁶⁾ da vila. Essas cartas eram: a primeira, acerca de problemas apresentados a D. Dinis e relacionados com a açougagem, a carceragem e a tavalagem ⁽⁷⁾; a segunda, tratava da concessão da carta de feira de Março a Aveiro, por D. Duarte, a que vimos fazendo referência; e a terceira tinha a ver com a decisão do infante D. Pedro a propósito das limitações à permanência de «pessoas poderosas» em Aveiro.

Oitavo — É fundamental ficar esclarecido que as cartas acima referidas tinham sido, todas elas, anteriormente apresentadas a D. Manuel I, que já as confirmara em 1497, tendo então acrescentado, na referente à Feira de Março a tal «limitação», que se segue à data do reinado de D. Duarte em que fora concedida.

Nono — A terceira carta, que tinha a ver com as «pessoas poderosas», fora passada por D. João II em 1493, que nela faz referência à decisão de seu **avô** (melhor diria **tio-avô**) o infante D. Pedro sobre o assunto, que praticamente D. João II se limitaria a confirmar. Essa carta foi, depois, junta às duas primeiras, para apresentação e confirmação a D. Manuel I. Por sua vez, todas elas viriam a ser apresentadas a D. João III, que as reconfirmaria em 1525.

Décimo — Assim, permite-se o autor chamar a atenção para o facto de entender que é a D. Manuel I e a D. João III (e não a D. João II) que se deve: ao primeiro, a confirmação e o acrescento oficializando o começo da Feira de Março a 1 de Março de cada ano; e ao segundo, a reconfirmação da carta e da «limitação» relacionada com a referida data.

Décimo - primeiro — Assim se julga repor a verdade dos factos, negligenciada por investigadores, nomeadamente relacionando-a demasiada com D. João II, a quem foi atribuída confirmação — que não há conhecimento o monarca ter feito, assim como não se lhe deve (mas sim ao infante D. Pedro) a inicial tomada de posição acerca da presença das «pessoas poderosas» em Aveiro (não propriamente em relação à Feira), e que o «Príncipe Perfeito» se limitou a retomar.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

A localização, em Aveiro, de uma feira anual franqueada (a de Março, tinha as suas vantagens e desvantagens. Entre as primeiras destava-se, para a feira, o facto de ser Aveiro um porto de mar, com importante sector piscatório, — e, para a vila, o de se encontrar nessa época com sérias dificuldades de povoamento, com as salinas em fase de mortório ⁽⁸⁾.

Quanto às eventuais desvantagens, tinham a ver com os diversos tipos de calamidades, principalmente as específicas da região (como peste e inundações, além da imprevisível evolução da barra) que se abateriam sobre Aveiro, até à erradicação das epidemias e à estabilização da barra.

De facto, o transporte das mercadorias e a sua distribuição obrigavam os mercadores a passarem e a permanecerem em determinados pontos mais favoráveis

pela sua situação geográfica e que, por isso, estariam destinados a ser nódulos ou encruzilhadas de trânsito.

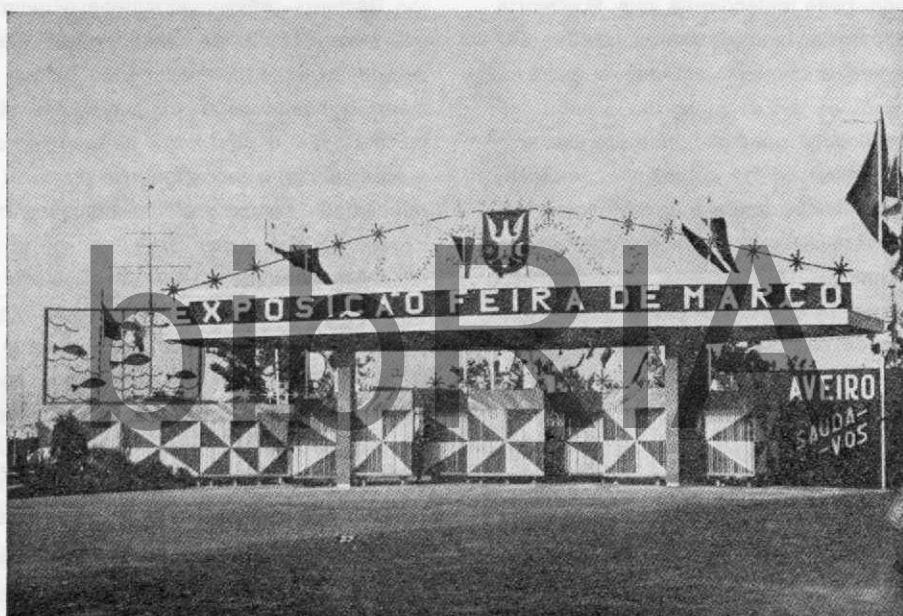
Os locais — **portos marítimos** (em oposição aos **portos secos**, cidades e vilas aduaneiras situadas ao longo da raia com Espanha) ou fluviais, cruzamento das vias naturais de comunicação — onde os comerciantes e as suas mercadorias se concentravam, atraíram os artífices, todos os que eram repelidos pela terra e os que eram despertados pela possibilidade da actividade comercial. Dá-se então um movimento populacional em direcção às vilas que renascem, nomeadamente com o apoio de feiras, francas ou não.

Não sendo Portugal nem zona de grande produção nem de trânsito corrente, éramos apenas uma região

Contudo, enquanto o século XVI avançava, Portugal recuava. Encerrou-se, no final de 1548, a feitoria de Antuérpia — e ficou-se à espera de Alcácer-Quibir.

QUANTO À PRESENÇA DOS PODEROSOS

De qualquer modo, cedo terá sido a Feira franca de Aveiro transferida para Março, atribuindo Frei Luís de Sousa (escrevendo no século XVII) tal decisão ao príncipe D. Duarte, que assim teria satisfeito um pedido dos dominicanos da vila, interessados em valorizar a festa mais solene do mosteiro de S. Domingos, que ocorria a 25 de Março. A Feira teria então passado a começar a 20 daquele mês, prolongando-se até ao dia 27 de Março.



1967 — Exposição — Feira de Março — Fachada principal (aspecto diurno).

de consumo (relativamente pouco importante, dado a superfície e a escassez de população). Assim que a produção portuguesa ultrapassou o mercado nacional, a saída do excedente fez-se logicamente pela via marítima. Por isso, no comércio de Quatrocentos, o nosso país avultou mais como zona de trânsito comercial do que como região de produção.

Aveiro, na navegação entre o Mediterrâneo e o norte da Europa, que lhes deu aso a exercerem uma actividade mercantil intensa e a terem voz activa no comércio internacional. Os comerciantes portugueses concentrados nos centros urbanos do litoral, antes do século XVI, alimentaram e estimularam um movimento mercantil e marítimo, sempre crescente, que conduziu à expansão oceânica durante a dinastia de Avis.

Por outro lado, é da responsabilidade do infante D. Pedro a proibição de que para Aveiro fossem «viver e morar» pessoas poderosas, tanto homens como mulheres, alegando-se que tal se fazia devido ao facto de a maior parte da população ser constituída por mareantes e pescadores, que ganhavam a vida fora de suas casas, assim as deixando desprotegidas, entregues apenas às mulheres da família. Tal proibição não diz respeito apenas ao tempo de duração da Feira, sendo ordenado às «ditas pessoas poderosas» que, quando fossem de caminho não se demorassem na vila mais do que quatro dias. Por outro lado, as razões acima alegadas não podem considerar-se como as mais correctas, até porque incluíam também as mulheres das «pessoas poderosas». O que deveria estar basicamente em causa

era já a aplicação da política que D. Pedro poria mais tarde em acção: a da centralização do poder, com o afastamento da pressão da nobreza de todos os sectores possíveis. Mais tarde, já no tempo de D. João II, voltaria a pôr-se a questão da presença dos poderosos em Aveiro, o que lhes foi também dificultado, sendo de admitir que tal se devesse, pelo menos em parte, à presença da infanta D. Joana e, mais tarde, de D. Jorge de Lencastre, em Aveiro, havendo tendência a formar-se em seu redor como que uma pequena Corte. Daí talvez se entenda melhor a expressão de a princesa, ao referir-se à sua «Lisboa, a pequena».

Outros motivos para não desejar a presença dos fidalgos seria a tendência por alguns manifestada em se mostrarem violentos e prepotentes, nomeadamente por ocasião das feiras, entregando-se a desmandos e tropelias, tais como não pagarem o que adquiriam ou prejudicarem os lugares onde alugavam casa.

(A propósito de casas, saliente-se que as habitações populares de Aveiro foram, durante séculos, construídas de adobes de terra negra, tendo algumas delas resistido até aos nossos dias. O material seguidamente usado foi o de adobes de argamassa, à base de areia e cal, após o que se passou ao tijolo e ao cimento armado).

Em fins do século XV, a população de Aveiro estava reduzida a cerca de três mil habitantes, devido à obstrução da barra e a uma peste provocada pelas águas estagnadas e apodrecidas.

AUGE E DECLÍNEO DE AVEIRO

Devido à descoberta da Terra Nova, pelos portugueses, no ano de 1501, o comércio de Aveiro teve notável desenvolvimento a partir de princípios do século XVI. De facto, para desde logo poderem ali pescar o bacalhau, os aveirenses tiveram necessidade de construir muitos navios e de preparar os respectivos mestres e pilotos.

Em 1552, Aveiro contava com setenta naus, navios e caravelas, com 5100 tonéis de tonelagem total. Uns iam para a Terra Nova, outros dedicavam-se ao comércio com a Galiza, a Irlanda, a Inglaterra, a Flandres e as ilhas portuguesas.

No tempo de D. Manuel I (que reinou entre 1495 e 1521), eram estes alguns dos produtos em circulação na região: pão, vinho, sal, cal, fruta verde e fruta seca, linhaça, legumes, biscoitos, farelos, bagaço de azeitonas, ovos, leite, carqueja, tojo, palha, vassoiras, lenha, gado (bois, vacas, carneiros, porcos, ovelhas, bodes, cabras borregos, cordeiros, cabritos, leitões), caça (coelhos, lebres, perdizes), escravos (?), cavalos, éguas,

asnos, panos (de lã, seda, linho, algodão), couros curtidos ou por curtir, calçado, ferro, aço, produtos de tinturaria, cera, mel, azeite, queijo, manteiga, pez, resina, breu, peles para forros, castanhas, nozes, ameixas, figos, avelãs, lentilhas, mostarda, alhos, cebolas, esparto (planta de cujos caules se fabricam cordas, capachos, etc.), sumagre (planta empregada em tinturaria e curtumes), peixe de mar, do rio, e da ria, marisco, louça e outras peças de barro (vidradas ou não), etc.

De 1522 a 1527 saíram de Aveiro, para diferentes portos, mais de 150 navios.

Cerca de 1530, os navios de Aveiro eram os mais numerosos (44) de entre os portugueses (208) que aportaram em Arnemuiden, na Holanda.

No ano de 1550, a vila de Aveiro tinha mais de mil e trezentos fogos.

Em 1572, o comércio interno e externo de Aveiro atingiu o auge. A vila contava dois mil fogos, dispunha de mais de 50 navios só para a pesca do bacalhau e era também elevado o número de embarcações para o comércio do sal.

A Inglaterra era o principal destinatário do bacalhau pescado pelos aveirenses, devido a contrato para esse fim, pelo que se instalaram na vila agentes comerciais daquele país.

No século XVI, tinha Aveiro cerca de 13 mil habitantes, 150 embarcações próprias — e em alguns anos armou 60 navios para a pesca do bacalhau na Terra Nova.

Em 1572, referia-se D. João Soares, bispo de Coimbra, ao facto de haver na vila de Aveiro «muita gente que nela em contínuo reside», para além dos mercadores que, vindos de outras partes do Reino e do estrangeiro ali iam comerciar, trazendo uns produtos e levando outros, essencialmente por via marítima.

A prosperidade de Aveiro começaria, contudo, a declinar em breve — devido não só à crise iniciada em 1575 com a desastrosa evolução da barra, como também à conjuntura económico-financeira do Reino, a que se acrescentaria a delicada situação causada pela perda da independência, em 1580, que, entre outros aspectos, acarretaria ainda a hostilidade de diversos países em más relações com a Espanha. Apesar de tudo isto, em 1586, Aveiro era o terceiro porto do Reino, mais voltado para a pesca na Terra Nova e o comércio com a Galiza e a Biscaia.

Mas em 1611 já a praça de Aveiro não tinha navios, passando o porto a ser frequentado por navios ingleses, franceses, espanhóis e flamengos.

Curiosamente, Pedro Tavares, senhor de Mira, descrevia a vila de Aveiro a frei Bernardo de Santa Maria

(quando da passagem deste por Aveiro para nessa vila estabelecer o mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, canonicamente fundado em 1613, tendo os primeiros religiosos ali dado entrada em 1620) nos seguintes termos: «Entre as notáveis deste reino tem avantajado lugar, por ser empório tão frequentado de naus estrangeiras e naturais, que excede as muitas grandes e e compete com as maiores da nossa costa». Nessa época, ainda a vila de Aveiro era «aprazível» sítio, tão temperado no clima, tão mimoso de frutas e pescaria, e finalmente tão provida de tudo o necessário para o sustento da vida humana, (que) se faz, sobre estimada, apetedida».

Pelo ano de 1667 construíam-se em Aveiro naus, navios, barcas e varinas (pequenas embarcações de remos) e do seu porto saíam navios não só para a Terra Nova, como para a Terra Alta, na costa ocidental de África, à pesca do atum.

Em 1864, a vila já só tinha 1610 fogos, conforme indicava o rol feito pelos párocos locais.

Devido à ruína da marinha mercante aveirense, o que impossibilitava nomeadamente, a continuação de fornecimento de bacalhau à Inglaterra, este país apoderou-se da Terra Nova, lá se estabeleceu e passou a abastecer Aveiro.

Ferreira Neves publicou, no n.º 145 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1971), dois aranzéis (regulamentos) que indicam as principais mercadorias que então se transaccionavam em Aveiro, assim como a proveniência de algumas delas. Dizem esses regulamentos respeito, um a 1667/8, sendo o outro talvez de cerca de oito anos mais tarde (1676). Já então o comércio marítimo de Aveiro, que era o fulcro da actividade local e se fazia pelo seu porto, se encontrava em fase de grande decadência.

No aranzel considerado de 1667 constam as seguintes mercadorias e produtos: pescada fresca, sardinha salgada e bacalhau (provenientes do Porto); frutas várias, cebolas, queijos, mel, caça, azeite, açúcar, vinho, sal, carvão, lenhas, cera, tecidos, tomento (estopa grossa), cabedais (cordão e carneiras); louça de Castela, da Beira e de Coimbra, tijolos, telha, vidro; esteiras, gamelas, tabuleiros, ferro, breu, etc.

Aí se salientava, ainda, que toda a gente da vila de Aveiro que fosse «à terra da Feira comprar frutas em canastras, madeira e outras coisas para tornar a vender, pagaria meia sisa».

Ainda por esse documento se fica a saber que por essa data se construíam em Aveiro naus, navios, barcas e varinas — e que daqui saíam alguns barcos a pescar atum na costa ocidental de África.

No segundo aranzel (quase seguramente, como se disse, do ano de 1676), as mercadorias citadas são pra-

ticamente as acima referidas, indicando-se as taxas a cobrar pela Câmara de Aveiro por medir ou pesar (**ver de peso**) mercadorias, sendo pelo município fornecidos os respectivos pesos e medidas.

DO ARANZEL DE «TEMPO IMEMORIAL» À FEIRA DA MADEIRA

Cada feira ou mercado dispunha, também, do seu regimento ou regulamento (aranzel) local, onde se esmiuçavam as práticas de compra e venda, as almoçatarias estipuladas, as horas de abertura e de encerramento, além de muitos outros pormenores. Os impostos mais frequentes eram as açougagens, portagens ⁽¹⁰⁾, ocharvas ⁽¹¹⁾ e alcavalas ⁽¹²⁾.

O primeiro aranzel conhecido directamente relacionado com a Feira de Março data de um dos anos entre 1727 e 1730, garantindo-se, em Janeiro de 1796, que se tratava do «verdadeiro e o do costume imemorial, e por ele sempre se regulou a Feira».

Nesse documento, regulador da «cobrança dos assentos» da Feira, referem-se produtos e profissões que nos permitem fazer uma ideia relativamente aproximada de algumas das características da Feira de Março.

Não se considerando de interesse para o leitor o traslado completo do aranzel em causa (por não se dispôr de elementos que permitam fazer comparações com o nível de vida de então), a seguir se evocam, simplesmente a título de curiosidade, que os vendedores de arados pagavam cinco réis, assim como os de «gamelas grandes de amassar», os de esteiras e os de eixos para rodas; por sua vez, os picheleiros, os seralheiros e os ferreiros pagavam, por cada banca, 150 réis; os latoeiros, 200 réis, os ourives, com tenda «de trás da fonte», 1200 réis, tanto como os feirantes que armavam as suas barracas «debaixo dos Balcões».

Da leitura do aranzel também se conclui que, então, ainda não fora criada a Feira da Madeira (ou de S. José), nada se indicando acerca dos dias de abertura e encerramento da Feira de Março.

Até começos do século XVIII, os alugueres de **terrados** (espaços ocupados pelos feirantes para exercício do seu comércio) eram cobrados pelos proprietários dos respectivos prédios. Esse direito foi-lhes negado a partir de 1728, data em que proprietários moradores nos Balcões se fizeram representar em causa levada para a Relação do Porto, alegando-se que a referida prática provinha de «tempo imemorial», pelo que os agravados não entendiam ser justo que, naquele ano de 1728, os «mercadores tendeiros», que armavam, na Feira de Março, «de baixo dos seus Balcões e terrados de suas casas», tivessem pago essa utilização não a eles, pro-

prietários, mas sim ao procurador do Conselho do Distrito.

É este o documento o único que pode levar a inferir-se que pelo menos desde há «tempo imemorial» a Feira de Março se realizava fora das muralhas da vila, em espaço da actual freguesia da Vera Cruz.

Entretanto, Aveiro foi elevada de vila a cidade por alvará do rei D. José, de 11 de Abril de 1759 e carta régia de Julho desse mesmo ano.

No primeiro tomo do seu «Portugal antigo e moderno», Pinho Leal, assinalando a elevação de Aveiro a cidade, salienta que o respectivo nome foi então mudado para o de **Nova Bragança**, «não só porque os aveirenses assim o requereram, mas para fazer esquecer o título do duque de Aveiro, título que ficava extinto com a condenação de D. José de Mascarenhas», acusado de ter participado com outros cúmplices, no atentado contra o rei D. José.

Contudo, não se conhece documento oficial de que conste a nova designação e, em 1777, com a subida ao trono de D. Maria I, foi restituído a Aveiro o seu antigo e tradicional nome.

(Saliente-se, a propósito, que a revisão dos processos referentes ao atentado, ordenada por D. Maria I, não ilibou o duque de Aveiro da acusação que lhe fora feita, e que levava à sua execução).

Em 1756, era de cerca de sete mil o número de habitantes de Aveiro, e apenas uns quatro mil nos finais do século XVIII.

É natural que, com a abertura da barra, em 1808, tenham melhorado as condições locais e mercantis da Feira de Março, acompanhando a ressurreição da cidade e da região dela dependente.

LOCALIZAÇÃO DA FEIRA

Tanto quanto se pode afirmar — e antes de se «apoderarem» do Rossio —, os feirantes expunham ao longo da rua do Cais (hoje de João Mendonça), até à Praça; ocupavam os Arcos (ou Balcões, como antigamente era designado esses espaços); os ourives instalavam na estreita ruela actualmente início da rua de Viana do Castelo; os merceiros assentavam tendas na então ponte da Praça.

No espaço hoje conhecido como o Rossio existia um pelourinho em frente da rua de Veneza (agora de Trindade Coelho) e, desde os inícios do século XVII, a capela de S. João (construída em 1607, nada tendo de especial sob o ponto de vista arquitectural ou de conteúdo artístico), demolida após a implantação da República, além de incluir a marinha Rossia (conhecida por

«Rexia», no século XV), expropriada em 1850 e já só no nosso século completamente aterrada e terraplanada.

De acordo com os elementos disponíveis, apenas a partir de 1829 é que a Feira de Março começou a «ocupar» o Rossio, com a transferência dos correiros da rua do Cais para aquele local, a pedido do cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra, com alegações que chamavam a atenção para a estreiteza da rua, a dificuldade causada ao desembarque no Cais e o prejuízo que diziam sofrer os proprietários do outro lado da artéria, a cujas casas os feirantes amarravam as cordas que entendiam úteis ao seu comércio.

NOVIDADE NOS DIVERTIMENTOS

Em 1837, houve grande novidade no sector de divertimentos da Feira: de facto, foi então que se solicitou ao arrematante da Feira ou ao director dos abarracamentos que no largo do Rossio se demarcasse o local onde Francisco Abrilom, proprietário de uma companhia equestre, pudesse implantar o seu «Circo Olímpico», que seria uma novidade em Aveiro. Teve que ser a própria vereação a resolver o assunto, no dia 8 de Março de 1837, interrompendo uma sessão de trabalho e deslocando-se ao Rossio, para se aperceber, *in loco*, das possibilidades de aceder ao pedido. Entretanto, o arrematante da Feira, muito possivelmente com a intenção de defender as suas receitas, procurava opor-se a uma solução positiva. Mas a municipalidade, atendendo à expectativa que estava a despertar a apresentação daquele espectáculo (que tinha um momento muito especial de exaltação à figura de D. Pedro IV, sempre vibrantemente aplaudido pelo público das diversas localidades onde se exhibia), acabou por solucionar o problema a contento do empresário do «Olímpico» e dos aveirenses e forasteiros.

Em 1834, um termo de vereação, de 12 de Novembro e redigido após reunião com elementos da nobreza e do povo, considerava «o rendimento da Feira de Março o primeiro de interesse da Câmara e sem o qual não podia satisfazer as suas despesas ordinárias», acrescentando-se que fora então decidido arrematar por um período de seis anos a respectiva renda, com evidente intenção de animar os possíveis arrematantes a concorrer com mais entusiasmo (financeiro...).

Entretanto, fora resolvido, em 1816, a nível camarário e por sugestão do corregedor da Comarca, que, anos seguintes, não se vendessem na Feira de Março madeiras de pinho ou castanho antes do dia de S. José (19 de Março), «e que só neste dia, e nos dias vinte e vinte e um se venderia ao público, e nunca aos revendedores, salvo ao arrematante da Feira, a quem

se poderia vender a necessária para estabelecimento das barracas». Assim terá sido oficialmente estabelecida a Feira da Madeira ou de S. José. Definindo localizações, a Feira da Madeira abrangeria, na freguesia da Glória, o terreno compreendido entre o Cais desse lado e as casas fronteiras, entre as pontes da Praça e da Dobra-doura, exceptuando a parte da estrada já macadamizada, e ainda a rua das Barcas até à travessa também assim chamada e, na freguesia da Vera Cruz, a praça do Comércio e o terreno entre o Cais e as casas fronteiras, até ao Rossio, exceptuando uma faixa junto das casas, permitindo o cruzamento de dois carros.

A partir de 1836, a Feira da Madeira (principalmente de pinho, castanho e carvalho) passou a funcionar na zona do Alboi, incluindo a da actual rua de José Rabumba, de modo a descongestionar o outro lado do Cais, onde teria de se ir montando a Feira de Março.

Em 1839, os negociantes aveirenses manifestaram à edilidade, de que era presidente Mendes Leite, a sua preocupação com uma certa irregularidade quanto à duração da Feira, reclamação a que, em 23 de Março desse ano, terá sido dada satisfação pelos vereadores, garantindo-se que, a partir do ano seguinte, não haveria margem para novas questões, sendo de crer que, fundamentalmente, não terá a Feira de Março sofrido muito com a deliberação, atendendo ao seu enraizamento tradicional, que continuou a exercer a sua atracção junto das populações.

«LUTA» POR NOVO REGULAMENTO

Em Janeiro de 1854, foi posto em causa, a nível camarário, o regulamento da Feira de Março, pois «era antiquíssimo e desproporcionado não só entre si mesmo mas também com os preços dos lugares e abarracamentos das feiras principais do Reino, como eram as de Viseu, Coimbra e outras», sendo por isso necessário reformar com urgência o aranzel ainda em vigor.

Foi então redigido (aproximava-se a data de mais uma Feira) novo regulamento, estabelecendo-se preços mais elevados para a maioria dos produtos e mercadorias, embora outros se mantivessem (os dos sapateiros, serralheiros, espadeiros, picheiros e latoeiros) e ainda outros baixassem (caso dos ourives). Dez tostões era o preço máximo, estabelecido para barracas de dez palmos de comprimento, sete de fundo e dois e meio de largura.

Pela primeira vez se mencionam feirantes livreiros e se referem barcos e bateiras — o que pode significar a consagração oficial de situações já existentes em Feiras anteriores. Entretanto, subsistiria o costume de os feirantes do Concelho montarem barracas à sua custa, desde que o requeressem até ao dia 1 de Março, pa-

gando apenas metade do preço dos espaços ocupados.

Cerca de duas semanas antes da abertura da Feira desse ano (1854), o vereador-fiscal que se batera pelo novo regulamento, Francisco António do Vale Guimarães, atendendo a que não havia concorrentes à construção de abarracamentos com dez palmos de comprimento, propôs a redução deste para nove palmos, como o usado na feira de Viseu e mais de acordo com o comprimento vulgarizado nas tábuas à venda.

Os feirantes que se consideravam prejudicados com o novo regulamento protestaram junto do Conselho do Distrito, que resolveu suspender o novo regulamento, devendo manter-se em vigor o antigo, «até à revisão do recurso».

Daí adviria acalorado diferendo entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Conselho do Distrito, alegando a primeira entidade que cumprira todas as formalidades habituais e que o Conselho as tinha atempadamente aprovado.

Enquanto se estabelecia a confusão entre os feirantes acerca da inesperada situação, os vereadores decidiram formalizar um protesto junto do Conselho do Distrito, atribuindo-lhe a responsabilidade moral ou qualquer outra das perdas e danos que da suspensão do novo regulamento «infalivelmente iam resultar» para o Município, acrescentando que a situação apenas podia solucionar-se com a revogação da citada suspensão. Mais ainda, deliberou a vereação enviar ao Conselho uma cópia do aranzel antigo, acompanhado das seguintes observações:

«Primeiro — que nesse aranzel feito há mais de trezentos anos, faltavam mais de dois terços dos objectos de madeiras que hoje se vendiam.

Segundo — que, devendo ser lançadas as contribuições com relação aos valores das mercadorias e senda antigamente muito mais baratas as madeiras nestes sítios do que são hoje, porque o progresso da agricultura tem diminuído as matas e os pinhais e devezas, eram hoje as madeiras muito mais caras e por isso desproporcionados os preços dos terrados.

Terceiro — que, tanto isto era verdade que já pela prática estavam há muitos anos aumentados os preços do aranzel e fora para evitar os abusos dos arrematantes, que levavam aos donos das madeiras os preços que lhes pareciam, que esta Câmara reconheceu a necessidade de confeccionar a tabela nova.

Quarto — que a esta confecção presidiram minuciosas informações de pessoas que esta Câmara reconheceu por mais entendidas nos valores e qualidades das madeiras da Feira. E que, finalmente,

não fora o ânimo de vexar os povos ou restringir o comércio o que presidira à formação da nova tabela, mas sim a regularidade e a legalidade dela, em harmonia com os interesses do Município, cujas rendas eram tão escassas que mal chegavam para as suas despesas obrigatórias, como todos sabiam».

Fez-se esta transcrição integral (apenas actualizando ortografia e pontuação) porque, além do caso que a motivou, nos apresenta pormenores relevantes sobre outros interessantes aspectos, tais como: estarem à venda muitos mais produtos **de madeira** do que os indicados no aranzel, não referindo outros de diferente espécie, o que leva a admitir que a Feira de Março pouco evoluíra desde a sua fundação, continuando a manter as características medievais através dos tempos, os preços expressos nessa tabela já não eram cumpridos desde há muitos anos, dada a compreensível necessidade de actualização; o aumento da área dedicada à agricultura fizera com que diminuíssem as superfícies de matas, pinhais e devezas, o que provocara o aumento do preço das madeiras; finalmente, reafirmava-se a importância das cobranças relacionadas com a Feira para ser possível equilibrar as finanças municipais.

Contudo, o Conselho do Distrito manteve-se renitente na posição assumida — o que forçou a vereação, com o seu presidente (Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães), a apresentar, respeitosamente e acrescentando argumentos de carácter político local, a sua demissão, após reunião em 21 de Fevereiro de 1854, ao regente do Reino.

E no dia 5 de Abril seguinte a vereação aveirense deixou de se reunir, sendo substituída por uma comissão administrativa, presidida pelo Dr. João de Moura Coutinho, cuja posse se verificou no dia 6 de Junho de 1854.

Entretanto, não havia dúvida de que era necessário (e urgente) resolver o problema da substituição do aranzel velho, agora com mais de quatro séculos de vigência, partindo-se do princípio de que fora o estabelecido no reinado de D. Duarte.

O documento precisava de reforma profunda — e o próprio governador civil de então participou nesse trabalho, sendo o novo regulamento sujeitado à apreciação da Câmara Municipal no dia 31 de Outubro de 1854. Examinado minuciosamente, o documento acabou por ser aprovado, com leves modificações. Curiosamente, pouco diferia do anteriormente proposto e que tanta celeuma e polémica suscitara.

Entre os aditamentos ao regulamento havia uma cláusula segundo a qual «o barraqueiro não poderá arrumar os feirantes nas suas lojas sem que estes primeiro apresentem o bilhete de terem pago no cofre da Câmara o preço dos lanços que pretenderem ocupar».

Assim ia a Câmara defendendo os seus interesses, aliás admissíveis.

Quanto ao já referido antigo costume de cobrar somente meio preço aos comerciantes da Cidade ou do Concelho que montassem barracas à sua custa, e que, como se assinalou, se mantinha no inicialmente proposto novo aranzel, foi resolvido, desta vez, desobrigar completamente os seus munícipes de pagar o assento quer de barracas ou mesas, quer do simples lugar onde expusessem os seus artigos à venda.

DE CARPINTEIRO E ARREMATANTE DA FEIRA A PIONEIRO INDUSTRIAL

Do historial da Feira de Março (limitado, forçosamente, pela falta de elementos que proporcionem evocar uma evolução mais ou menos contínua e coerente), resalta, precisamente naquele ano de 1854, o nome de alguém que viria a fazer parte, importante e obrigatória, do sector industrial aveirense, com prestígio e repercussão nacional e internacional.

Trata-se de Jerónimo Pereira Campos, que em hasta pública arrematara «os alugueis dos terrados» da Feira — e que, então, já cobrara (como podia fazê-lo) pela nova tabela uma grande parte desses mesmos alugueis, tendo-se também avançado, como era tradicional, com quase todos os outros donos das madeiras para venda na Feira.

Foi esse um ano difícil da Feira, dado o desencontro das posições assumidas pela Câmara e pelo Conselho do Distrito. Na sequência desse desentendimento, vira-se a Câmara na obrigação de defender a posição do arrematante Jerónimo Pereira Campos, a quem tinham sido concedidos direitos «por um contrato que só o poder judicial podia rescindir».

Parece, pois, vir a propósito evocar nestas páginas um vulto cujo relevo continua a evidenciar-se na indústria nacional, através da obra que ergueu e prestigiou.

Jerónimo Pereira Campos nasceu na freguesia da Vera Cruz, em 1828. Era filho de Manuel Pereira Campos e D. Ana Rosa Pereira, e casou-se com D. Maria Engrácia de Pinho Pereira Campos. Faleceu na rua de Manuel Firmino, em Aveiro, a 12 de Dezembro de 1907.

Quando jovem, exerceu a profissão de carpinteiro da Câmara Municipal de Aveiro, sendo simultaneamente fornecedor de barro para a fábrica de Cerâmica das Devezas (em Gaia), a primeira do seu ramo existente em Portugal.

O lugar onde Jerónimo Pereira Campos viria a fundar a segunda fábrica do género era então designada **Praia** e constituído por pequenas elevações de terreno que o fundador aproveitou para transformar em **barreiras**, isto é locais de onde extraía barro.

Entretanto, o fundador da Cerâmica das Devezas tivera necessidade de se domiciliar durante algum tempo em França para conseguir acesso ao que então era considerado segredo daquela indústria. Jerónimo Pereira Campos aprendeu-os já em Portugal, nas Devezas, apesar das naturais dificuldades que a sua curiosidade teve de enfrentar e vencer.

Assim, foi realmente a sua a segunda fábrica de barro vermelho a fundar-se em Portugal, e a primeira em Aveiro. Inicialmente, pouco mais era do que uma medíocre oficina, montada num barracão de madeira, com um rudimentar forno intermitente, destinado apenas à cozedura de «tijolo burro».

Entretanto, contou desde logo com o entusiasmo dos filhos, especialmente de Domingos Pereira Campos, nascendo então a Fábrica das Agradas.

Alberto Souto, referindo-se àquele industrial, considerou heroico o seu esforço, digno de uma pequena epopeia, ao erguer a altaneira chaminé que marcaria o arranque para nova fase da vida económica aveirense.

Para a nova indústria foi adquirido um conjunto mecânico (fiação e prensa), de origem francesa, para fabricar tijolo vasado de $22 \times 11 \times 6$, com nove furos, e telha de tipo marselha e mourisca. Isto representava então um investimento invulgar de capital, conseguido pelo crédito que o fundador e seus filhos já mereciam.

(A maquinaria era, até então, accionada por tracção animal; inclusivamente, eram carros puxados a muas que transportavam a telha e o tijolo para a estação dos caminhos-de-ferro).

Seguiu-se a construção de novos fornos e o aumento sistematizado das instalações — existindo no Cartório Notarial de Aveiro registo da primeira firma, em 1896, com um capital de três contos de réis. Jerónimo Pereira Campos tinha então 68 anos de idade — pelo que a dinâmica da já próspera indústria passara a estar entregue aos filhos que na sequência da capacidade paterna, acabariam por converter o complexo no mais importante do País, no seu género.

Após a morte do fundador formou-se uma sociedade, em 11 de Fevereiro de 1911, que funcionou até 1923, com um capital de 40 contos de réis.

Em 27 de Março de 1923 a anterior sociedade colectiva (Jerónimo Pereira Campos, Filhos), transformou-se em sociedade anónima, com um capital de 2700 contos, todo ele investido em novos edifícios e maquinaria.

Actualmente, as Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL, são formadas por três complexos fabris: o de Aveiro, com fabrico cerâmico para a construção civil e grés para saneamento; o de Meadela, com fabrico de louças domésticas e decorativas; e o de Alvarães, com fabrico de barro vermelho, grés e refractários — sendo

estes dois últimos complexos situados no distrito de Viana do Castelo, onde a empresa possui uma das mais importantes jazidas de caulino da Península Ibérica.

Assim se esboçou rápido perfil de uma figura da indústria nacional, cujo nome nos surge relacionado com a Feira de Março de Aveiro.

AVEIRO EM FINS DO SÉCULO XIX E NOVAS POSTURAS SOBRE A FEIRA

Segundo se lê no «Dicionário» de frei Francisco dos Prazeres Maranhão, reimpresso em 1862, em 3.ª edição actualizada pelo padre Manuel Bernardes Branco, a cidade de Aveiro tinha então 1403 fogos em duas freguesias (Nossa Senhora da Glória 814, e Vera Cruz 589); no Concelho 2721 fogos; na Comarca 7741 fogos; no Distrito 58 103 fogos.

A exportação de Aveiro reduzia-se, nessa época, a sal, laranja, cortiça, vidro e porcelanas da Vista Alegre.

Em 1861 entraram na barra 341 navios e saíram 357.

Em 1863, a população do Distrito de Aveiro era, em 31 de Dezembro, de 252 563 habitantes (sendo 118 214 do sexo masculino e 134 349 do feminino), com 62 526 fogos, sendo, portanto, de 76 habitantes a média por quilómetro quadrado.

Em 1871, a população da cidade seria de sete mil habitantes, aproximadamente, calculando-se em 365 mil réis o rendimento anual da Ria em sal, peixe, caça, paludal, junco, **bônho** ou **bunho**, espécie de junco com que se tapam as medas de sal nas marinhas, para as resguardar da chuva) e molicho. Havia então umas 400 marinhas de sal. Com o junco e o bônho fabricavam-se também milhares de esteiras. Nesse mesmo ano de 1871, a exportação de Aveiro limitava-se ao sal (entre 18 mil e 20 mil moios por ano), a alguma cortiça, pouco vinho, e minério das minas do Baçal e Palhal, na maioria exportado nos navios ingleses que traziam o carvão para aquelas minas.

O comércio marítimo era quase todo de cabotagem — e a fruta seguia de caminho-de-ferro para o Porto, dali sendo exportada — e isto também devido às dificuldades da barra. O marisco e peixe era exportado por via férrea para Badajoz.

Entretanto, das Gafanhas vinham para o mercado de Aveiro anhos, milho, feijão, ervilha, batata, hortaliça, galinhas, ovos, etc. — mas pouco fruta, por não ser profunda a camada de terra produtiva naquelas zonas.

Já com a barra aberta em definitivo, entrava-se numa nova era de progresso em Aveiro que era preciso aproveitar e desenvolver. Daí a necessidade de novas revisões, a curtos prazos, do regulamento da Feira de Março.

Assim, em 1866, alguns comerciantes, contrariando velho costume, preferiram ocupar casas contíguas ao recinto da Feira, em vez de se estabelecerem nos locais que tradicionalmente lhes estava destinado desde sempre. Tal situação levou a vereação (tal como se procedia, aliás, noutras feiras, como nas de Viseu e Coimbra), para se precaver contra tais prejuízos, proibir a qualquer comerciante, morador ou não no Concelho, abrir novos estabelecimentos na cidade durante a Feira de Março. Em casos especiais, as referidas casas podiam ser utilizadas, mas na prática tal era bastante difícil, dada a carga fiscal com que era onerada, em comparação com a das barracas.

Na década de 1860, a Feira começava a 25 de Março e durava oito dias.

«Interiormente Aveiro assemelha-se às cidades transtaganas. O mesmo silêncio e solidão nas ruas, o mesmo hermético encerramento das janelas das casas, a mesma arcada na praça para servir de abrigo às lojas dos mercadores, e talvez dentro delas as mesmas conversas e discussão de política local ou assuntos pessoais só com a diferença de nomes. Mas em roda da cidade e ainda no próprio jardim ou passeio público, a vegetação é mais vigorosa que no Alentejo, as árvores mais altas e copadas, a terra mais húmida e verdejante, o ar mais fresco e agitado. A influência do mar próximo patenteia-se até na voz, na fisionomia e perfeição física dos aveirenses, e mais em particular nas mulheres, cuja beleza e elegância são conhecidas».



Entrada da Feira de Março nos 550 anos.

De 1868 a 1873, o Distrito de Aveiro ocupava o segundo lugar como fornecedor, em relação ao País, de contingente para a emigração; nesse período, emigraram 7 996 indivíduos, equivalendo a cerca de um por cento da população.

Entretanto, no ano de 1875, foi de 535 898 o número de prédios inscritos na matriz aveirense.

Vem a propósito a transcrição de excertos de cartas escritas, em 1873, pelo médico Augusto Filipe Simões a um destinatário que não é conhecido:

«Escrevo-lhe de Aveiro, desta formosa terra, outrora mais animada pelo comércio e mais rica do que hoje, apesar dos muitos e importantes melhoramentos que deve à influência política e amor filial de José Estêvão.

«(...) não lhes serve unicamente a ria para comunicar entre si. À beira da de Aveiro e da de Ílhavo, e sustentadas por suas águas estão as importantes marinhas destes concelhos. Para se avaliar a importância delas e o muito que rendem, bastaria dizer que em 1869 eram em número de 266 e empregavam 438 operários (**marnotos e moços**).

«É grande a extensão total das ilhotas ou tractos de terra cercados pelas águas e que produzem com abundância pastos para o gado e estrumes. Estes últimos, porém, pouco são comparados com o **molico**, estrume natural formado por várias espécies de algas ⁽¹³⁾, que nascem e vegetam espontaneamente no fundo da ria.

«Calcula-se que em cada ano se carregam 200 000 barcos destes despojos. Cada barco leva

seis carradas, e o seu carregamento na malhada de qualquer esteiro importa em 1\$000 e 1\$500 réis. Calcula-se, portanto, em 200 000\$000 o total do estume tirado em cada ano do fundo da ria.

«Enfim na ria se colhe também grande quantidade e variedade de marisco e de peixes, tais como linguados, solhas, enguias, sabogas, tainhas, sáveis, etc. As classes pobres alimentam-se especialmente de caranguejos, berbigões e ameijoas. O peixe vende-se por bom preço no mercado de Aveiro, nos de outras povoações do distrito e até fora dele».

«(...) Assim, pela força física e perfeição dos homens, pelas grandes riquezas naturais que os cercam, pela facilidade de comunicação por meio dos braços da ria, e finalmente pela proximidade do caminho de ferro, os povos aveirenses poderiam ser dos mais industriais, ricos e felizes de todo o reino. Estão, porém, muito distantes da felicidade e ainda mais da riqueza por desaproveitarem (...) os recursos que a natureza lhes pôs à mão.»

«(...) As plantas que formam o moliço, bem como os peixes e marisco, têm épocas próprias para se desenvolverem, e outras para, depois de desenvolvidos, se colherem e entregarem ao comércio. Ora a apanha do moliço e as pescas em todo o tempo, e pelo modo por que as fazem, são condenáveis e por consideração nenhuma se deveriam permitir».

Em 1878, a cidade de Aveiro tinha 7 137 habitantes.

Nesse mesmo ano, e em relação à Feira de Março: novas posturas municipais eram ainda mais pormenorizadas quanto às obrigações dos vendedores de madeiras, diferenciando as taxas das de pinho (200 réis), de **canal** ou canavial (300) e das de nogueira, castanho e outras (500) para cada.

As licenças para venda de barcos e bateiras, que tinham começado por ser, respectivamente, de 480 e 240 réis, passaram para, também respectivamente, 200 e 100 réis, o que talvez seja devido ao facto de se tratar de uma actividade de todo o ano, com ou sem Feira, com necessidade de resolver as carências ao longo das semanas ou dos meses de trabalho.

Entretanto, chegava-se à conclusão de que não resultara a disposição camarária a propósito da preferência dos comerciantes pelas casas vizinhas da zona da Feira, dispensando os incómodos abarracamentos que eram propostos ao comércio. Foram então estabelecidas novas taxas de licença para todos os estabelecimentos abertos, durante a Feira de Março. Mais ainda, os comerciantes locais que decidissem permanecer a vender nos estabelecimentos de todo o ano, deveriam

pagar taxas idênticas — o que hoje se consideraria uma prepotência. Desta obrigação isentavam-se as «mercearias, as tabernas para a venda de vinhos e bebidas alcoólicas e géneros de consumo».

Curiosamente, cobrava-se uma licença mais barata por uma loja de rés-do-chão (nove mil, réis) do que de primeiro andar (doze mil réis). A explicação possível é a de que as primeiras estavam muito mais sujeitas às marés altas e consequentes inundações dos terrenos baixos onde a Feira era montada, numa época do ano a que deveriam acrescentar-se as chuvas normais da estação, em terrados de incipientes (ou inexistentes) saneamentos e esgotos — sendo mesmo de admitir, logicamente, a não realização da Feira de Março em alguns anos em que as circunstâncias tenham sido excepcionalmente adversas.

Em Janeiro de 1879, e em resposta a reclamações sobre o que alguns feirantes e proprietários consideravam exagero nas taxas fixadas, a atribuição das mesmas passou a basear-se no número e janelas de cada prédio, tanto em lojas de rés-do-chão como de primeiro andar, embora, e também curiosamente, se não ligasse importância à superfície proporcionada pelo comprimento e largura dos fundos.

A 2 de Junho de 1887, o vice-presidente do Município, Elias Fernandes Pereira, propôs à Câmara que, para se tentar acabar com a confusa legislação em curso quanto ao mercado anual, se regulamentasse convenientemente a actividade da Feira, sistematizando num mesmo documento todas as posturas mais ou menos dispersas sobre o assunto. Daí surgiu um documento com 42 artigos e cinco tabelas anexas, fixando expressamente datas e durações, atribuindo-se diferentes designações às feiras que, após terem sido tornadas distintas em 1816, se haviam entretanto tornado simultâneas, sem especificações próprias. Assim, ficou então estabelecido que «a feira que anualmente tem lugar na cidade de Aveiro, conhecida pela denominação de **Feira de Março**, compreende dois períodos: um que vai de 13 a 19 de Março, e outro que começando a 25 desse mês, não poderá estender-se além do dia 8 de Abril seguinte. O primeiro daqueles dois períodos tem o nome de **Feira de S. José**, e o segundo é conhecido pelo nome de **Feira de Nossa Senhora de Março**».

Sempre que o dia 25 de Março coincidia com Quinta ou Sexta-feira Santa, a abertura da Feira de Março, a pedido dos feirantes, era geralmente adiada para o Domingo de Páscoa, e até para datas posteriores, como aconteceu em 1875, ano em que foi inaugurada no dia 5 de Abril. Com as novas posturas muni-

cipais, ficou decidido que, em casos idênticos, o adiamento da inauguração ficava desde logo estabelecido para o dia de Páscoa, passando o respectivo encerramento para o segundo domingo seguinte.

Quanto a imprevistos (embora os deste género dessem ser numerosos e, por vezes, impeditivos da realização do mercado anual), assinala-se o acontecido em 1886, devido às «muitas e contínuas chuvas e continuadas tempestades que tem havido e cheias no Rossio», o que impossibilitou o arrematante do abarracamento de acabar na data prevista os respectivos trabalhos, o que levou a só poder a Feira ter início no dia 5 de Abril.

Entretanto, o novo regulamento da Feira de Março funcionou durante muitos anos. A título de curiosidade, aqui se anota que o local da venda de barcos e bateiras era «na parte da ria que se estende das Pirâmides e malhada dos Santos Mártires até à extremidade da ria, no Côjo e malhada da Fonte Nova». Nos dois dias anteriores ao começo da venda, nenhuma embarcação era autorizada a encostar aos canais abrangidos pelas zonas citadas, sem pagamento de licença, havendo excepções para os saleiros que dos cais se servissem simplesmente como ancoradouro.

«À PROCURA» DE DATAS DEFINITIVAS

Reconheça-se que, no novo regulamento, os preços não tinham sido substancialmente aumentados, mas já apareciam produtos e mercadorias que não constavam dos anteriores, tais como canastras burriqueiras, objectos de cristofle, etc. Cada lanço de barraca custava de 1300réis (para violeiros, picheleiros, chapeleiros, sapateiros, correeiros, caldeireiros e tamanqueiros) a 1800 (para os negociantes de panos), ao passo que os ourives, relojoeiros e vendedores de quinquilharias, estampas ou livros, rouparia branca e bordados já pagavam 1700 réis por lanço.

Os feirantes sem terreno abarracado pagavam menos (com um máximo de 1000 réis por metro quadrado para «dentistas, vendedores de águas medicinais ou de toucador, com ou sem folhetos de receituário».

Ao Pamporrilhas (o mais conhecido arranca-dentes da região) não faltavam clientes; era dos que pagava pela tabela mais alta, tal como os charlatães e exploradores da credence popular.

Vendedores ambulantes eram taxados a par dos «de bazares, rifas ou jogos em que haja de sair à sorte um objecto de pouco valor» (copo, garrafa, boneco e em geral objecto de valor inferior a 120 réis) e «os expositores de cosmoramas ou de quaisquer outras máquinas ou aparelhos chamados de vistas».

Era de 60 réis por metro quadrado a taxa para «taberna, botequim, casa de pasto ou de espectáculos públicos, já com simples exposição de figuras, ou animais de qualquer ordem, já com representação dramática, já com cavaleiros, fantoches, pim-pam-pum, etc.».

A demolição da capela de S. João proporcionou espaço para mais uma rua de abarracamentos. Estávamos já nos primeiros anos do século XX, e a vetusta Feira de Março mantinha, na prática, as principais características da sua fundação, com as pequenas mudanças que as incipientes indústrias iam timidamente introduzindo, sem contudo chegar a modernizá-la, no bom sentido (situação que, aliás, se foi mantendo até ao nosso tempo).

Os seus principais abarracamentos continuavam a instalar-se ao longo da rua do Cais, até junto da praça do Comércio. A área que fora da antiga marinha Rossia, ainda não totalmente terraplanada, era o local reservado aos divertimentos.

Neste último âmbito, seria injusto não salientar a actividade da Companhia Teatral Dalot, que durante anos, no decurso de três meses e aproveitando o tempo da Feira, sempre entusiasmou aveirenses e forasteiros. Instalada no Rossio, com êxitos e enchentes consecutivos, pode dizer-se que marcou uma importante época cultural, com o seu variado repertório: mágicas e comédias, tragédias, dramas e operetas. Dos respectivos títulos recordam-se, por exemplo: «Os dois garotos», «As duas órfãs» e «Porteira da fábrica», entre os que emocionavam até às lágrimas os espectadores mais sensíveis. Para os apreciadores de música, ali se escutaram «Os sinos de Corneville», «O processo do Rasga», «O moleiro de Alcalá», «A mascotte». Dos espectáculos mágicos mais impressionantes, lá estiveram «O raminho de oiro», «Castelo de fogo», «A Pera de Santanás».

A própria maneira de ser dos artistas, com a sua natural descontração em contraste com a não menos natural sisudez do cidadão local contribuía para animar a morna tranquilidade local, pelo menos numa ou outra zona mais «boémia». Por isso, ficaram nomes inscritos na saudável e bem-humorada (con)vivência dessa época: Domingos (actor, cenógrafo, por vezes autor de revistas, sucessor de Dalot no comando do grupo), o Santos e a Lola, pais de Ricardo Santos Carvalho; José Vítor e seu irmão Henrique Taíinha (comediante e substituto do maestro Simara na regência da orquestra — e pai de Ausenda de Oliveira, então nos primeiros passos do que viria a ser excepcional carreira artística) e o Joaquim Taíinha, cujos ossos ficariam, praticamente anónimos, a «adubar» terra aveirense.

Nesse tempo — tal como viria a acontecer posteriormente, quando o futebol passou a dominar os espectáculos... — havia quem empenhasse joia ou pechisbe-

que de algum valor para não faltar à actuação da companhia —, o que com tudo o que contém de triste, não deixava de ser marco positivo a ajudar a definir a mentalidade popular aveirense.

Em fins de 1910, cidadãos concorrentes à Feira de Março solicitaram à edilidade (que anuiria ao pedido) que o começo da Feira passasse para 19 de Março, para terminar no primeiro domingo de Abril. Logo no ano seguinte, porém, no dia 23 de Março, ainda a Feira estava no princípio, a Câmara, entendendo haver inconveniente na alteração, decidiu restabelecer o dia 25 de Março como começo da Feira.

Nos princípios do século XX, a Feira duraria cerca de 15 dias, com o começo no dia 25 de Março e prolongando-se até ao dia 9 de Abril.

Nessa época, os abarracamentos chegavam, ao longo do Cais, até à chamada ponte dos Arcos.

DECADÊNCIA E TENTATIVA DE RENOVAÇÃO DA FEIRA

José Tavares evocava, anos atrás, em número do «Arquivo do Distrito de Aveiro», «o teatro desmontável dos actores Santos e Domingos e da actriz Lola, mulher do primeiro —, que tanta gente arrastava com as suas mágicas e operetas; o circo de cavalinhos; as barracas de bonifrates ou fantoches, de pim-pam-pum e da **escola de tiro**», num dos espaços mais concorridos da Feira de Março, no princípio do século.

Por sua vez, Eduardo Cerqueira recordava assim a sua ida à tradicional manifestação popular aveirense, nessa mesma época:

«(...) a feira da minha infância — a feira dos meus amores e da minha saudade. Lá namorei, com extasiados olhos cobiçosos, o triciclo com que um dia corresponderam à mais exigente das minhas aspirações e me proporcionou alguns momentos de pleno triunfo nos torciclos audazes que, incitado pelo aplauso carinhoso do Dr. Joaquim de Melo Freitas ou de algum outro respeitável **habitué** da Arcada, descrevia em torno dos canteiros da Praça do Comércio. Lá comprei um desnorteante brinquedo, conhecido pelo esdrúxulo nome de bússula, que foi o meu espanto de muitos dias na sua inconcebível obstinação de apontar irremissivelmente a mesma direcção; e também a espada de lata que me hierarquizou nas eminências do comando de uns tantos garotos traquinas da vizinhança, soldados rasos, com sabres de ripa, da batalha desinquieta que causava o desassossego e o destempero do plácido largo, à sombra da complacência de uns cívicos benignos e bonacheirões. Por lá entretive as minhas irreverentes gaiatices a arremedar o Zé Manhanhas,

o das bichas de rabiir e dos toscos berços para bonecas — **bercos**, anunciava o desafortunado velho na tabuleta de letras desajeitadas — a mais risível caricatura de homem que algum dia o Criador concebeu para albergar a alma de um pobre diabo. Oh! o sádico, o cruel prazer com que assolávamos os irados desmandos do cómico velho, valetudinário e curto de vista, a demandar-lhe a irritação, com capiciosa ingenuidade, infindáveis vezes, numa cega-rega sarnenta, sempre a repetir a mesma impertinente e atormentadora pergunta: — Tem **bercos**?!

«E pasmei com o arrojo e as habilidades, para mim inéditas, dos saltimbancos pelintras do exuberante Zé das Mentiras, estorei de riso com as suas facécias grossas. Por uns magros cobres admirei as vistas das grandes capitais europeias, por um óculo... E só não vi o Papa às janelas do Vaticano, também eu, porque Sua Santidade, segundo assegurava na sua parlapatice especuladora o empresário da barraca... acabara de retirar-se. Aprendi de cor os diálogos fanhosos dos façanhudos «robertos»; mirei e mrespeito a soberba juba e os caninos afiados de um sonolento leão enjaulado, o primeiro que os meus olhos miraram em carne e osso e, daí, para sempre, o mais impressionante e majestoso. Lembro, com rigor fotográfico, o «Bazar Turco», sei lá com quantas maravilhosas bugigangas, de muito dúbio gosto, porventura, para as minhas exigências de agora, o «Bazar dos três vinténs», com uma mole inesgotável de brinquedos para todas as inclinações, ao preço único estipulado, acessível a qualquer, que recobriam longas prateleiras, mas não saciariam a minha desmesurada ambição.

«Fixei, com indelével nitidez, o «Silva 5», antonomásia que ganhara, com a reputação da sua marca, cuteleiro que era já um atributo da feira e — sei lá bem!, pelos dentes maciços e raros, um bigode obsoleto, um todo de homem voluntarioso e aberto, um jeito de falar destoante da pronúncia de Aveiro — personificou na minha imaginação infantil os veteranos das guerras civis, a que alguma vez ouvira aludir nos serões burgueses da botica do meu avô Ala. Quantas reminiscências inesquecíveis! O infalível oculista que experimentava o alcance da vista dos clientes fiéis no circunspecto «Comércio do Porto»; a tranquila mulher das flores de papel, tão garridas e tão frescas, tão ornamentais no enfeite dos oratórios modestos, e tão pretendidas que se esgotavam inevitavelmente antes do encerramento da feira. Os grandes tachos de cobre reluzente; os queijos da serra sobre os listrados cobertores de papa; os algibebes com as mirabolantes e eternas artes de provar que um mesmo fato

assentaria como uma luva a qualquer pau de virar tripas ou ao mais pantafaçado latagão; os correios de Penafiel; os homens dos barquinhos e dos caramelos; a barraca das feras, com o ramerrão fatigante do realejo e a nauseabunda pestilência que espalhava em torno; uns farroupilhas com coragem de heróis que engoliam espadas e tochas acesas. A feira de Março! Posso considerá-la inútil porque desmereceu em utilidade prática? Não sei eu que outras crianças estão colhendo agora, e receberão amanhã, idênticas impressões, com outros motivos embora, mas tão sedutoras e perduráveis como a da minha infância?».

Em 1919, já tudo preparado para o início da Feira de Março, esta não chegou a ser inaugurada — por um motivo que vem dar corpo à hipótese de que, por motivos idênticos ou outros, tal deverá ter acontecido algumas vezes (quantas?) ao longo dos seus agora completados 550 anos de existência.

Dessa vez, a razão foi a epidemia de tifo exantemático, que tantos milhares de vidas ceifou na sequência da primeira Grande Guerra, e que grassava com especial virulência no Porto e sua região.

Depois, em 1921, a Feira de Março surgiu, com grande novidade, que ali chegou cerca de meio ano antes de alegrar a cidade propriamente dita: a luz eléctrica, pela primeira vez apresentada ao ar livre, a partir de um gerador montado numa das barracas e fornecida gratuitamente a feirantes e visitantes, por gentileza da recém-fundada Empresa Auto-Metalúrgica, de Francisco António Soares. (Entretanto, a partir de 1846 já Aveiro dispunha de iluminação a gás).

Registe-se, a título de interessar para se aquilatar do nível de vida de então, que, em Março de 1925, Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, em carta enviada a Francisco Manuel Homem Cristo, a propósito de obras na barra, assinala em determinado passo que «em Aveiro já está adoptado em alguns casos o salário-hora (...). Um serralheiro, por exemplo, ganha de 2\$00 a 2\$60 por hora, o que dá por um dia de trabalho em Aveiro (nove horas, para os operários) respectivamente 18\$00 a 23\$40 (...). O carpinteiro em Aveiro ganha por dia de 15\$00 a 20\$00 (...)».

O certo é que a Feira de Março se mantinha em franco declínio, até que, em 1936, devido ao dinamismo de Carlos Aleluia e ao interesse evidenciado por Cipriano Neto, chefe da secretaria do Município, adoptou uma fisionomia diferente, mais de acordo com a inexorável evolução dos tempos e dos costumes. De facto, a partir

de então, passou a ser um recinto praticamente fechado, ostentando uma fachada que era simultaneamente sugestivo pórtico, «piscando» os olhos à cidade e atraindo a população com um certo ar de cumplicidade. A isso se acrescentava um «salão de chá», música e publicidade diversa, que (já talvez demasiado) potentes altifalantes difundiam insistentemente, a tudo se juntando a realização de festivais de variados géneros, nem todos eles terminando na melhor harmonia... Desta nova dimensão resultou um novo sopro de vida para a decadente manifestação popular, cujo principal «milagre» consistia em resistir mais ou menos galhardamente à passagem dos séculos.

Entretanto, também foram subindo os preços a pagar pelos abarracamentos, que era, em 1947, de 130\$00 cada lanço, contra 110\$00 no anterior. Por outro lado, as tendas e barracas pagavam, também em 1947, uma taxa de um escudo por merto quadrado. Assim, a Feira rendia então à Câmara cerca de trinta contos (em 1854 rendera 107 950 réis).

Calcula-se que, nesse ano de 1947, a quantia arrecadada pelo Município, proveniente dos alugueres da Feira de Março, equivaleria a uma centésima parte das receitas camarárias, sendo praticamente investida nas despesas feitas para a realização do certame.

Acrescente-se que, segundo posturas camarárias publicadas, em colectânea, em 1945, a Feira de Março realizava-se, desde há anos, de 25 de Março a 15 de Abril, podendo alongar-se por decisão municipal.

QUE FUTURO: MORTE OU RECONVERSÃO?

Decorreram os anos — e a Feira de Março manteve as suas características básicas, essencialmente medievais, um anacronismo vivo, tendo admitido apenas aquele mínimo de modificações imposto pela modernização das técnicas, como a iluminação e a venda dos produtos e mercadorias não em tendas, mas em módulos (cuja funcionalidade foi envelhecendo ao mesmo tempo que as madeiras de que eram feitas), e com a introdução de um ou outro novo factor de animação, de acordo com as poucas exigências dos feirantes, compradores e forasteiros.

Os preços dos lanços alugados foram aumentando (dentro do razoável), com a certeza de que as receitas assim recolhidas eram, acrescentadas, reinvestidas na realização do certame.

Entretanto, o Rossio começou a ser um «espartilho» para a Feira anual. Mesmo para a também popular «Feira dos 28» (efectuada mensalmente e à espera de uma monografia, mesmo simples) o espaço disponível já era «apertado».

Assim, e dado que Aveiro passara a dispôr de um adequado e continuamente beneficiado Parque Municipal de Exposições, foi decidido transferir para essa zona a realização da Feira de Março, tanto mais que chegara o momento de urbanizar capazmente o Rossio, transformando-o em local de convívio cidadão—obra actualmente em curso, em simultâneo com a que normalizará a altura da água nos canais que proporcionam a Aveiro uma fisionomia única no País e rara no Mundo.

Por outro lado, o irreversível surto de progresso que se vive na Cidade e no Concelho desde há alguns anos, obriga a rever a razão de a Feira de Março continuar a existir—e assim se põe, actualmente, um dilema, com toda a clareza: reconversão ou agonia e morte. Situação essa que já realizações similares tiveram de enfrentar o que conduziu a idêntica conclusão; e muitas foram as feiras que acabaram, pura e simplesmente, por desaparecer.

Não se deve pretender retirar à Feira de Março o seu vincado cunho popular—mas há que atender, em definitivo, à realidade que a envolve e às perspectivas de **resistência** ao que o futuro próximo lhe reserva.

Desse futuro emergem desde já obras da magnitude das que estão a modernizar o porto de Aveiro—e que o transformarão num dos melhores e mais funcionais da Península Ibérica, a nível internacional, e também as que ligarão a Cidade e o seu renovado porto à Europa de além-Pirinéus, através da Espanha, com entrada e saída por Vilar Formoso. Assim se estabelecerá, internamente, a ligação de um **porto marítimo**, directa e rapidamente, a um **porto seco**, para usar linguagem medieval, cruzando o País de lado a lado e abrindo perspectivas de progresso a todo um vasto **interland** que inclui numerosas aldeias, vilas e cidades, cujo desenvolvimento se tornará mais fácil, praticamente obrigatório.

Portanto, a Feira de Março, para subsistir, terá de enquadrar-se num novo esquema de vida sócio-económica, deixar de ser a «feira do plástico» em que se transformou, e enveredar pela via de tipo industrial, mais de acordo com a exigências, as realidades e as características da região que poderá (e deverá) continuar a servir.

Dispondo de um espaço revestido da dignidade desejável, de acomodações apropriadas, a Feira de Março (a manifestação viva mais antiga de Aveiro) completou cinco séculos e meio de existência e atingiu a encruzilhada do seu destino.

Desaparecerá, se a apatia, o imobilismo, a asfixia-rem em mais ou menos lentamente; sobrevirá se a indústria aveirense a souber aproveitar, revitalizando-a e proporcionando-lhe novo e vivificador fôlego.

Março de 1984.

NOTAS

- (1)—**Feira franqueada** (ou **franca**) — feira aberta a todos, sem imposto aos mercantes.
- (2)—**Sisa** — Imposto indirecto que recaía sobre as mercadorias que entravam em contrato de compra e venda e troca. As primeiras notícias do lançamento de sisas datam do princípio do século XIV e surgem como um imposto municipal de carácter transitório, cobrado para subsidiar determinadas despesas extraordinárias do concelho. Então, nem sempre abrangiam todos os produtos comerciáveis. Mas em breve se transformou em produto régio, de princípio também arrecadado a título provisório e recebido apenas de um ou outro concelho, depois com carácter permanente e geral (a partir de D. João I) e do qual pessoa alguma estava isenta, nem sequer o rei ou a rainha. Recaía sobre todas as mercadorias, excepto ouro, prata, pão cozido, cavalos e armas. O imposto era pago metade pelo vendedor, metade pelo comprador, e diversos regulamentos foram feitos, através dos tempos, para regular a sua cobrança. O povo não aceitou bem esta apropriação, pela Coroa, de um tributo municipal, e muitas foram as vezes que, nas Cortes, reclamou contra a sua cobrança, mas as sisas tinham-se transformado num imposto de tal forma considerável, avultavam de maneira tão nítida entre as demais receitas do Estado, que esse pedido nunca foi atendido (já no reinado de D. João I as sisas contribuíam com 60 milhões dos 82 milhões de libras, total das rendas da Coroa). Os abusos da cobrança da sisa levaram a dar à palavra **sisar** o sentido de **furtar, apanhar indevidamente**.
- (3)—**Corregedores** — Os primeiros magistrados da comarca, competindo-lhes fiscalizar a administração da justiça; podendo suspender os juizes e mais oficiais, que tinham de lhe dar conta dos casos mais graves. A sua principal função, no sentido literal da palavra, era **corregger** ou emendar os erros, violências ou quaisquer outras faltas na administração da justiça — e era também esse o sentido jurídico do termo. Nas terras dos donatários, eram intitulados **ouvidores**. Esses cargos foram extintos em 1790.
- (4)—**Meirinhos** — Na última fase da sua evolução, este termo designava o oficial de justiça encarregado de executar as mandadas dos magistrados judiciais ou do tribunal. O vocábulo **meirinho** deriva de **maiorinus** e significa nos documentos visigóticos asturo-leoneses, aquele que tem «**maioria**», que dispõe de maiores poderes por investidura directa ou indirecta do rei e os exerce em certa área do território onde se delimita a sua jurisdição. Da corruptela de **maiorinus** nasceu **maiorino** e, por queda do **o** e nasalização no **n**, surgiu **maiorinho** ou **meirinho** e entrou na linguagem para significar vários cargos e funções. Começou por designar o agente do rei investido de poderes latos, para, em nome do monarca, proceder à cobrança das taxas dos impostos e administrar a justiça, presidindo ao tribunal e sentenciando. A partir do século XV a palavra **corregedor** começou a impôr-se nas áreas dos **meirinhados** e veio, gradualmente, a substituir o de **meirinho do rei**, não se devendo estranhar, nos documentos da época, as referência a um certo **corregedor** no meirinhado da Beira, por exemplo. No século XV há alusões a um **meirinho dos homens do mar**, que foi indevidamente nomeado pelo almirante de Portugal; por sentença de 6 de Agosto de 1460 decretou-se que o almirante não podia pôr **meirinho** nem alcaide das **coisas do mar**. Há poucos anos ainda se designava por **meirinho** o agente hoje conhecido por **oficial de diligências**.
- (5)—**Correição** — ou **corrección**, actividade ou acção do corregedor, nudesempenho das suas funções.
- (6)—**Homens-bons** — Na Idade Média: notáveis não nobres, e que eram, nas cidades e vilas, ricos mercadores e, nos campos, proprietários ou empresários agrícolas abastados; eram, em princípio, os mais respeitados chefes de família, as pessoas mais honradas por excelência; monopolizavam os cargos municipais e a representação nas Cortes, intervinham nos julgamentos como conselheiros, decidiam questões administrativas e económicas, etc.
- (7)—**Açougagem** — Tributo cobrado nos mercados medievais locais (os **açougues**, como então se designavam), em relação a alguns produtos transaccionados, a carne e o peixe. Na maior

parte do País, o tributo que incidia sobre todas as transacções efectuadas no mercado local e que abrangia uma vasta gama de artigos (desde géneros alimentícios a panos), tinha a designação de **açougagem**, embora o tributo devido pela compra e venda se chamasse também **alcavala**, e para a transacção de cereais, farinhas e frutos houvesse, na maior parte dos concelhos, um lugar próprio — as **fangas**. **Carceragem** — Quantia que o preso pagava ao carcereiro quando era posto em liberdade, após cumprimento da pena. **Tavolagem** — Jogo, vício.

(8) — **Mortório** — fase de falecimento; prestes a morrer.

(9) — A propósito de **escravos**, apresentados como a «mercadoria» mais cara à venda, e que eram utilizados nos serviços mais duros e pesados, nomeadamente nos campos, saliente-se que, até à sua abolição, já nos fins do século XIX, nunca deixou de haver escravatura em Portugal, desde a fundação da nacionalidade.

De facto, após o tempo da Reconquista, em que eram todos exterminados pelos cristãos, os mouros, a partir do século IX, começaram a ser poupados à morte e a ser aproveitados como escravos.

Na Idade Média, a designação de mouros abrangia, na Península Ibérica, não só os árabes como os sírios, os berberes ou os peninsulares convertidos ao Islamismo.

Com D. Afonso Henriques, foi-lhes algumas vezes concedida **carta de foral**, podendo viver em diversos concelhos em relativa liberdade, mas devendo pagar à Coroa pesados impostos.

Quando, no reinado de D. João IV, pela primeira vez se navegou para as Canárias, também foram feitos cativos, e com o cultivo de açúcar na Madeira começaram a ser introduzidos nessa ilha muitos escravos; negros, mulatos, mouros e canários.

Embora viessem a ser expulsos, em 1496, por D. Manuel I, muitos mouros continuaram a viver em Portugal na situação de escravos ou cativos (a partir do século XVII estavam já misturados com a restante população).

Entretanto, com os Descobrimentos, a vinda dos negros ampliou muito o número de escravos — e a colonização provocaria enorme desenvolvimento desta nova forma de tráfico.

Aliás, os **servos**, enquanto existiram, também mais não eram do que escravos, mesmo quando adstritos à **gleba**, que jamais podiam abandonar, transmitindo a sua condição através de gerações.

Como acima se assinalou, os escravos eram realmente considerados uma mercadoria, e como tal transaccionados nas feiras e mercados.

(10) — **Portagem** — Imposto indirecto sobre a compra e venda de mercadorias. Imposição directamente derivada do **portorium**, tributo alfandegário cobrado pelos romanos. Imposto em reconhecimento da «protecção e segurança» que o monarca concedia aos mercadores. Em muitos concelhos, o tributo de portagem era pago apenas pelos mercadores alheios ao grémio municipal. O local de cobrança era habitualmente à entrada (às portas) da povoação, embora também em muitas estradas, pontos e regatos fosse exigido o seu pagamento.

(11) — **Ochavas** — Direito que recaía sobre os cereais, sal, castanhas, nozes, legumes secos, cal e outros géneros vendidos ao alqueire nas **fangas** (mercados de cereais). Mas os mercados de trigo e farinhas estavam sempre sujeitos ao imposto das ochavas, onde quer que negociassem a sua mercadoria. Pelas Inquirições de 1395 sabe-se que, pelo menos em alguns concelhos, se pagava de ochavas por cada alqueire uma «garfa de mão» (1/32 do alqueire), e que esse imposto era em algumas outras localidades do dobro ou mais.

(12) — **Alcavalas** (vd. nota 7).

(13) — A propósito de molico, salienta Tomaz Tavares de Sousa, in n.º 7 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1936): Apesar do número de espécies de algas que entram nos molicos ser muito superior ao de fanerogâmicas que quase totalmente os formam, não podemos dizer que estes são algas.

CERQUEIRA, Eduardo — «A estreita colaboração de dois aveirenses a favor da sua terra» — in n.º 162 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1975).

— «Curiosidades do passado aveirense — Relance sobre a evolução da Secular Feira de Março» — in n.º 52 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1947).

COSTA, Eduardo — «Os inquéritos paroquiais no século XVIII» — in n.º 82 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1955).

GASPAR, João Gonçalves — «Aveiro — Notas Históricas» — Ed. da Câmara Municipal de Aveiro (1983).

MADAHIL, A. G. da Rocha — «Impressões de Aveiro recolhidas em 1871» — in n.º 2 de «Aveiro e seu Distrito» — Ed. da Junta Distrital de Aveiro (1966).

— Organização, leitura e revisão de «Milénário de Aveiro — Colectânea de documentos históricos» — Edição da Câmara Municipal de Aveiro — I vol. (1959), II vol. (1968).

NEVES, F. Ferreira — «Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVIII — Dois aranzéis das sisas e taxas cobradas pela Câmara» — in n.º 145 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1971).

RAU, Virginia — «Feiras medievais — Subsídios para o seu estudo» — Editorial Presença (Ed. de 1982).

SERRÃO, Joel — «Dicionário de História de Portugal» — Direcção de Joel Serrão — Ed. Iniciativas Culturais (1971).

SIMÕES, Augusto Filipe — «Cartas relativas a Aveiro escritas por Augusto Filipe Simões (1835 - 1884)» — in n.º 161 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1975).

SOUTO, Dulce Alves — «Origens de uma feira secular — a feira de Março de Aveiro» — Separata do n.º 1398 do jornal «Correio do Vouga» de 17 de Maio de 1958.

TAVARES, José — «Aveiro e o seu progresso» — in n.º 97 do «Arquivo do Distrito de Aveiro» (1959).

Problemas da Região de Aveiro

Por Jaime S. Pato

A VIDA DAS ENGUIAS • EROSÃO • LAGUNA
OBRAS DA BARRA • ESTRAGOS DO MAR EM ESPINHO

PREFÁCIO

A ideia da publicação deste estudo nasceu da leitura de vários apontamentos, relatórios e papéis soltos, onde se encontram registados vários episódios da minha vida oficial. Na parte que se refere à Capitania do Porto de Aveiro, entre muitas coisas que por ali vi e registei, encontrei duas notações que dizem:

1.^a—É preciso estudar com atenção as causas do aumento da amplitude das marés na laguna que, a meu ver, se atribue, erradamente, às obras da barra.

2.^a—É preciso ver as causas do exagerado número de transgressões ao Regulamento da Pesca e Apanha do Moliço na Ria de Aveiro que eu julgo serem inerentes ao próprio Regulamento.

Sob estas epígrafes fui registando as informações que me davam, vários esclarecimentos que pedia, o resultado de várias experiências que mandava fazer, observações obtidas directamente quando, em serviço, visitava a ria e propriedades limítrofes e, finalmente, tudo quanto me parecia ter ligação com estes dois problemas. Cinco ou seis meses depois da minha chegada a Aveiro, comecei a convencer-me de que a legislação da ria não era mais do que um produto do espírito dinâmico da nossa época em que se começa a correr antes de aprender a andar, isto é, a legislação da ria não assentava naqueles conhecimentos exactos que só se adquirem com experiências feitas com todo o vagar e depois interpretadas com todo o rigor.

Estava eu então na fase por quem passa todos os trabalhos de investigação. As minhas ideias chocavam-se e as minhas opiniões mudavam de dia para dia porque umas destruíam as outras; mas no fim, as que prevaleceram, julgo que devem traduzir noções exactas ou pelo menos muito próximas da verdade.

As conclusões a que cheguei constituem dois paradoxos que só depois de muito bem explicados podem ser compreendidos, e por isso, eu comecearei por dar a definição do termo «paradoxo» tal qual eu o compreendo.

Paradoxo é uma forma de ver contrária à opinião geralmente adoptada e que aparentemente é absurda mas que na realidade é verdadeira; ou, ainda para maior simplicidade, paradoxo é uma verdade que parece mentira enquanto não for devidamente explicada.

E como este estudo vai revolucionar tudo quanto se tem dito e escrito sobre os problemas da Ria de Aveiro que eu me proponho discutir, julgo também indispensável dizer qual o significado que os termos «ria» ou «laguna» devem ter, sempre que forem empregados no decurso da minha argumentação.

Os termos «ria» ou «laguna» aplicam-se exclusivamente ao conjunto de canais, esteiros, lagóas e outros reservatórios le água que, pela sua proximidade do mar, estão sujeitos ao regime de marés com correntes de enchente e de vazante.

Os canais, esteiros, lagóas e outros cursos de água que, pela sua distância à barra, estão fora do alcance das marés já não fazem parte da «ria» ou «laguna».

A Ria de Aveiro, assim definida, pode comparar-se a um grande estuário; pois um estuário não é mais do que um alargamento dos rios onde a água das marés se mistura com a água doce e onde se fazem sentir as correntes de enchente e de vazante.

Prestados estes esclarecimentos, vamos então ver em que consistem os dois paradoxos.

Na Ria de Aveiro começou a dar-se um fenómeno que consiste no aumento da amplitude das marés e que, por acaso, só foi notado depois da conclusão de uns trabalhos a que dão o nome de obras da barra.

Este fenómeno parecia demonstrar que os referidos trabalhos tinham dado resultados visíveis e palpáveis, porquanto a subida do nível das marés não podia ser senão uma consequência da maior quantidade de água entrada pela barra, e essa maior quantidade de água entrada era a prova evidente da desobstrução dos bancos da barra e dos canais que dão acesso à ria.

Na verdade, a subida do nível das marés dentro da laguna podia ser causada pela maior quantidade de água entrada pela barra durante o período da enchente, mas, na realidade, isso não se dá.

O fenómeno da subida do nível das marés dentro da laguna é uma coisa muito diferente e não tem a menor ligação com as obras da barra.

A sua explicação não é muito fácil e por isso mesmo constitue um dos dois paradoxos a que me referi:

«Quanto maior for a subida do nível das marés dentro da laguna, menor é a quantidade de água que entra pela barra em cada período da enchente».

Sobre pesca há também a noção de que na Ria de Aveiro não há enguias em completo estado de crescimento porque os pescadores, usando redes de malha inferior à que está regulamentada, as apanham ainda pequenas, impedindo assim o seu completo desenvolvimento.

É este o segundo paradoxo:

«Se os pescadores deixarem de pescar as enguias pequenas, isto é, as únicas que existem na ria, o seu desenvolvimento ainda será menor».

A explicação destes dois paradoxos constitue o objectivo deste estudo, que não sendo um trabalho completo, deixa, contudo, o caminho da experiência e da observação aberto a toda a gente.

Tudo quanto li depois da minha saída de Aveiro, só serviu para confirmar esse axioma que por ser vulgar não passa duma banalidade, que nos diz valer mais um grama de experiência do que uma tonelada de preceitos, e isto em todos os aspectos da vida.

Toda a nossa legislação marítima deve ser precedida de observações completas e feitas sem precipitação. Só assim se evitam prejuízos para aqueles que têm de cumprir leis que não tendo sido devidamente estudadas, são simplesmente autoritárias.

É com esta noção de encarar as responsabilidades que eu vou tentar explicar as conclusões a que cheguei e que se acham concretizadas no enunciado dos dois paradoxos.

Mas para que este trabalho possa ser compreendido de forma a deixar o menor número de dúvidas no espírito de quem o lê, é absolutamente indispensável dar uma ideia dos conhecimentos actuais da vida das enguias e dizer, embora de forma sucinta, em que consiste o fenómeno da erosão.

Estes dois assuntos serão tratados em primeiro lugar e em capítulos separados, visto constituírem, por assim dizer, as coordenadas do ponto de partida para a viagem que vamos empreender.

E para terminar direi ainda que, ao iniciar este estudo, não estava no meu pensamento ocupar-me de um outro problema da região de Aveiro, tão fértil em enigmas.

Refiro-me aos estragos causados pelo mar na Praia de Espinho.

Foi o acaso que chamou a minha atenção para este fenómeno que de tempos a tempos ali se repete e que constitue uma ameaça constante para aquela povoação.

Já que o acaso me favoreceu, não quero deixar de pôr em foco um conjunto de circunstâncias que nos poderão levar ao conhecimento da forma como actuam as forças naturais responsáveis pelas corrosões que ali se produzem com bastante irregularidade.

Este assunto será tratado na parte final deste trabalho.

A VIDA DAS ENGUIAS

CAPÍTULO I

O que é uma enguia?

No Livro «Science and Everyday Life» publicado em 1941 pela empresa inglesa «Penguin Books Limited», apresenta-se a enguia como um peixe que perdeu as barbatanas trazeiras, como as cobras perderam os dois pares de pernas e o homem perdeu a cauda.

Lê-se ainda no mesmo livro que as enguias são grandes trepadores, capazes de subir rochas verticais revestidas de musgo e que nos tempos em que o abastecimento de água às cidades era feito sem filtros, sucedia por vezes que as enguias, subindo pelas canalizações, obstruíam de tal forma os tubos, que as torneiras dos andares superiores dos prédios deixavam de deitar água.

Na parte que se refere ao seu ciclo vital diz-se que a enguia sofre uma metamorfose semelhante à da rã.

Já noutro livro da mesma empresa «The Childhood of Animals» publicado em 1940, se encontra um artigo com algumas referências à vida das enguias.

O seu autor Sir Chalmers Mitchell apresenta a enguia como um exemplo pouco vulgar entre os animais vertebrados, mas comum nos insectos, de a vida ser passada quase toda no período da juventude.

As enguias vivem o tempo que viverem ou atinjam o tamanho que atingirem, devem considerar-se sempre no período da juventude até deixarem de se alimentar, para se reproduzir e morrer.

É durante o período em que as enguias vivem sem se alimentar que os órgãos sexuais se desenvolvem.

A «Enciclopédia Britânica» aponta como uma das várias particularidades da enguia, o hábito de andar de noite na erva húmida, saindo dos rios para os poços, lagos e outros depósitos de água doce isolados e a qualquer distância do mar, fazendo da mesma forma a viagem de retorno.

Apesar de todas estas excentricidades, está hoje provado cientificamente que a enguia é um peixe com todas as suas características: — Tem cabeça, tronco e cauda e só respira por meio de guelras.

O facto de poder viver muito tempo fóra de água só se explica pela sua grande resistência à asfixia e à dessecação.

Os conhecimentos actuais sobre a vida das enguias são completos ou ainda têm pontos misteriosos?

Em 1942 foi publicado o Livro «Les Anguilles» de Léon Bertin, subdirector do Museu de História Natural de Paris, que é o repositório de conhecimentos que serve de base a uma parte deste trabalho.

As duas primeiras linhas do prefácio dizem:

«On a parlé souvent de la vie mystérieuse de l'anguille. Cette expression pouvait être exacte il y a vingt ans. Elle ne l'est plus».

TRADUÇÃO: — Falou-se repetidas vezes da vida misteriosa da enguia. Esta expressão podia ser exacta há vinte anos. Hoje deixou de o ser.

Voltando outra vez ao livro «Science and Everyday Life» lê-se também sobre a vida das enguias, o seguinte:

«Last Saturday a Group of the unemployed hooked a number of eels in the tresches which had been dug for Air Raid Protection on Primrose Hill. It is of course, a great mystery how these eels got there. But the whole story of eels is mysterious and it is with other mysteries that I shall deal in this article».

TRADUÇÃO: — «No sábado passado um grupo de desempregados apanhou uma quantidade de enguias nas trincheiras que tinham sido abertas no Primrose Hill para protecção contra os ataques aéreos. A forma como estas enguias chegaram até ali constitue um grande mistério. Mas toda a história das enguias é misteriosa e é de outros mistérios que eu vou tratar neste artigo».

Constatando-se que estes dois livros foram publicados, um a seguir ao outro, apenas com o intervalo de um ano, é caso para perguntar: — Então, afinal de contas, em que ficamos?

A vida das enguias ainda é misteriosa ou já deixou de o ser?

Eu direi. De tudo quanto li, julgo poder concluir que, sobre a vida das enguias, há pontos devidamente esclarecidos, há opiniões pessoais que divergem de biologia para biologista e há, finalmente, certos pontos misteriosos em que ainda ninguém conseguiu penetrar.

Mas esses pontos que ainda hoje constituem a parte misteriosa da vida das enguias só podem interessar aos biólogos, e são em maior ou menor número conforme a ambição de saber de cada um.

Para mim, por exemplo, a quem só interessava encontrar a explicação daquilo que não me oferecia dúvidas mas que eu não podia afirmar por falta de autoridade científica, para mim, digo, esses mistérios não existem porque não me interessam.

Eu só tinha uma ambição que era saber explicar o caso especial da Ria de Aveiro no que diz respeito à falta de enguias com um certo grau de desenvolvimento.

Essa explicação encontrei-a primeiramente no livro «Les Anguilles» e mais tarde na resposta a um questionário que fiz para a Itália, sobre a forma como se faz a criação das enguias na lagôa de Comacchio.

A minha ambição ficou satisfeita porque era muito limitada. Eu só pretendia saber o necessário para não viver à margem dos problemas da Ria de Aveiro, pois,

em minha opinião, quem sabe o bastante para o desempenho consciente das suas funções, sabe tudo quanto precisa saber.

Mas como na evolução dos conhecimentos sobre a vida das enguias intervieram todas as faculdades humanas, desde a imaginação que dá lugar às lendas mais atractivas até ao poder da observação que nos conduz aos conhecimentos exactos, julgo desculpável afastar-me um pouco do meu objectivo para deixar aqui registados os nomes dessa pleiade de homens ilustres cujas descobertas marcam as datas históricas que destruíram as lendas e nos conduziram às realidades da vida.

Das lendas aos conhecimentos exactos — Datas históricas do estudo das enguias

Já Aristoteles no ano 350 antes de Cristo, constatou a emigração das enguias para o mar; mas julgava que elas vinham das entranhas da terra, querendo dizer com essa expressão — «entranhas da terra» — que as enguias surgiam dos lugares onde se produzem grandes putrefacções.

Plínio, no seu livro «História Natural» que é um conjunto de observações mais ou menos exactas à mistura com lendas próprias da ignorância, afirma que as enguias novas são provenientes de fragmentos soltos da pele quando as enguias velhas se esfregam nos rochedos.

Durante muitos anos se manteve na Inglaterra, e creio eu que também entre nós, a ideia popular de que deitando na água cabelos de rabo dum garanhão, estes se transformam em enguias.

Os primeiros conhecimentos mais ou menos exactos, pode dizer-se que datam de 1684, ano em que Redi, escritor e poeta toscano, observou a saída das enguias adultas para o mar e a subida pelos rios das enguias novas.

A partir dessa data, foram aumentando os conhecimentos embora duma forma muito lenta.

Em 1777, Mondini, professor da Universidade de Bolonha, descobriu os ovários das enguias.

Esta descoberta aparece no seu livro «De Anguilles Ovaris» e nele se regista o facto de o ovário esquerdo ser mais comprido do que o direito, ultrapassando ambos o anus e terminando em ponta.

Em 1856, o alemão Kaup descreve pela primeira vez uma larva que designou pelo nome de *Leptocephalus brevirostris*, sem saber, contudo, que se tratava da larva da enguia.

Em 1874, Sirski, naturalista de origem polaca, descobriu os testículos da enguia, não nos exemplares maiores como até então se fazia por instinto, mas nas enguias médias.

Hoje sabe-se com toda a segurança que os machos são mais pequenos do que as fêmeas e que raras vezes ultrapassam o comprimento de 45 centímetros.

Em 1893, Grassi e Calandruccio, biólogos italianos, descobriram pela primeira vez a identidade anatómica do *leptocefalo* e da enguia (número de segmentos musculares do *leptocefalo* igual ao número de vértebras da enguia, a mesma forma e estrutura do tubo digestivo, etc., etc.).

Em 1896, os mesmos biólogos observando um *leptocefalus brevirostris* (!) apanhado no estreito de Messina, descobriram a sua metamorfose em enguia, e, finalmente, em 1897 tiveram a sorte de capturar no mar, também no estreito de Messina, a primeira enguia macho sexualmente desenvolvida.

Em 1920, Johannes Schmidt, oceanógrafo e biólogo dinamarquês, apresenta o resultado das suas investigações iniciadas em 1904 que o levaram à descoberta da zona do Atlântico onde as enguias vão desovar.

Esta zona encontra-se no mar dos Sargãos e abrange uma área cuja parte central está sensivelmente a igual distância de Porto Rico e das Bermudas.

Neste caso como em tantos outros da vida humana quem chega primeiro à meta é que ganha a medalha, mas nem sempre é o vencedor da corrida que faz o trabalho mais difícil.

Hoje Schmidt é um nome mundial que anda ligado ao estudo das enguias, deixando na obscuridade todos os seus antecessores cujos trabalhos foram a base dos conhecimentos actuais.

Sem a descoberta da metamorfose do *leptocefalo* em enguia que se deve aos biólogos italianos Grassi e Calandruccio, todas as investigações de Schmidt seriam impossíveis.

Lugar onde as enguias vão desovar

TRABALHO DE SCHMIDT

Uma vez descoberta a larva marinha que mais tarde se transforma em enguia, formulou-se a hipótese de que a enguia se reproduz no mar e da hipótese se passou à confirmação; mas o problema não estava completamente resolvido, faltava saber onde se reproduzem as enguias e onde nascem os *leptocefalos*.

Foram estes dois pontos que Schmidt veio esclarecer com as suas investigações que se arrastaram de 1904 a 1920.

Em 1904, andando em estudo ao largo das ilhas dinamarquêsas Feroer, situadas entre a Islândia e a Escócia, encontrou entre as larvas de vários peixes, um *leptocefalo* da enguia com 77 milímetros de comprimento.

Nos anos de 1905, 1906, 1908 e 1910, Schmidt deslocou-se para o sul e entrou no Mediterrâneo.

No Golfo da Gasconha pescou centenas de *leptocefalos* e teve ocasião de observar que estas larvas se

conservam a 100 metros de fundo durante o dia e a cerca de 30 metros durante a noite.

No Mediterrâneo apanhou uma grande quantidade de leptocefalos e notou que não havia nenhum de dimensões inferiores a 60 milímetros e, ainda mais, que o seu tamanho ia aumentando à medida que se afastava do estreito de Gibraltar para o Mediterrâneo Oriental.

Destas observações foi levado a admitir que todos os leptocefalos vêm do Atlântico e entram no Mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar e que, sendo assim, as enguias da Itália, da Grécia, do Norte de África, etc., etc. não se reproduzem no Mediterrâneo.

Não tendo navio apropriado para continuar os seus estudos, Schmidt pediu aos capitães dos navios dinamarqueses para procederem à captura de leptocefalos durante as suas viagens de longo curso.

Foi assim que, de 1911 a 1915, a marinha mercante dinamarquesa apanhou uma grande quantidade de leptocefalos cujas dimensões iam diminuindo à medida que os navios se afastavam do continente europeu e se aproximavam da América Central.

Em 1913, Schmidt conseguiu prosseguir nos seus estudos e fez uma viagem desde as ilhas Feroer até aos Açores, seguindo daqui para a Terra Nova e Antilhas.

Na travessia do mar dos Sargãos teve ocasião de verificar que os leptocefalos ali colhidos já não tinham mais de 10 milímetros de comprimento e por isso foi levado a concluir que tinha chegado ao local onde as enguias se reproduzem e onde nascem os leptocefalos.

Estava, pois, descoberta a região onde as enguias vão desovar e que fica na vizinhança das Antilhas, entre 22.º e 30.º de latitude Norte e 48.º e 65.º de longitude Oeste.

É desta área que as larvas são arrastadas para a Europa pelas correntes marítimas, durante a sua viagem cerca de dois anos e meio a três anos.

As larvas das enguias, durante todo o seu percurso desde o mar dos Sargãos até perto das águas continentais da Europa, alimentam-se do «plancton» do Gulf-Stream (2) e assim conseguem fazer um trajecto tão longo.

Só quando se aproximam das águas pouco profundas que cercam o continente europeu é que as larvas sofrem a metamorfose para enguias transparentes, sendo nesta fase que entram nas águas litorais e nos rios.

Enguia da Europa, enguia vulgar ou enguia de água doce

Schmidt em 1914 e 1915 fez um estudo comparativo das enguias da Europa com as enguias do Japão, dos Estados Unidos e de outras regiões do Globo.

Este estudo permitiu-lhe estabelecer que todas as enguias da Europa têm sensivelmente o mesmo número

de vértebras que oscila entre 114 e 116, ao passo que as enguias da América do Norte têm um número de vértebras que anda à volta de 107, sendo as do Japão mais parecidas com as da Europa sob este aspecto.

Deste estudo comparativo do número de vértebras e ainda de outras particularidades, como por exemplo a duração da vida larval que para as enguias europeias é de dois anos e meio a três anos e para as da América do Norte e do Japão é apenas de um ano, chegou à conclusão de que todas as enguias da Europa constituem uma espécie única e distinta de todas as outras.

E assim temos de assentar de forma positiva que todas as enguias de Portugal não só são da mesma espécie, como também pertencem à espécie única das das enguias da França, da Espanha, da Itália, da Grécia, do Norte de África, etc., etc..

E isto é perfeitamente compreensível, uma vez que o local da reprodução é o mesmo para todas.

As enguias que vão de Portugal para o mar dos Sargãos não constituem reprodutores à parte; misturam-se com muitos milhões de enguias de outras proveniências, dando lugar aos cruzamentos mais variados que no fim não podem dar senão uma espécie única que depois é distribuída por toda a Europa indiscriminadamente.

Estes cruzamentos entre reprodutores vindos dos pontos mais diversos e que têm lugar todos os anos na mesma região do mar dos Sargãos, fazem desaparecer qualquer acção local do meio em que viveram.

O que há em Portugal, como de resto em toda a Europa, são enguias que se distinguem pela sua coloração, conforme o seu grau de desenvolvimento.

As enguias chegadas ao termo do seu crescimento, têm o dorso negro, os flancos cor de cobre e o ventre de um tom branco brilhante.

Chamam-se por isso enguias brancas ou enguias prateadas.

As enguias durante o seu período de crescimento têm uma cor um tanto amarelada e por isso chamam-se enguias amarelas.

Estas enguias amarelas estão ainda afastadas da sua maturidade sexual e toda a energia é empregada na procura de alimentos, ao contrário do que sucede com as enguias prateadas cujo estômago está sempre vazio.

Está pois averiguado que a enguia da Europa, enguia vulgar ou enguia de água doce constitui uma espécie única e que nenhuma raça ou variedade local pode descobrir-se entre os indivíduos que a compõem.

A enguia que se encontra nos nossos rios pertence a uma das cinco espécies que existem nas águas temperadas, havendo ainda outras espécies nas águas tropicais cujo número para alguns biólogos é de dez e para outros é de quinze.

Ciclo vital da enguia da Europa

Para resumir o que se sabe ou se julga saber sobre a vida da enguia da Europa é conveniente seguir passo a passo todas as fases que constituem o seu ciclo vital.

A) Área da postura (3) dos ovos

Como todas as larvas inferiores a dez milímetros estão localizadas entre os paralelos 22.º e 30.º Norte e os meridianos 48.º e 65.º Oeste, chegou-se à conclusão de que a área da postura está assim perfeitamente limitada por aqueles paralelos e meridianos, podendo definir-se como situada sensivelmente à mesma distância das Bermudas e de Porto Rico, coincidindo com a parte central e mais profunda do mar dos Sargaços.

B) Duração da postura dos ovos

Como as larvas inferiores a dez milímetros só se encontram na área da postura desde Março até Julho, chegou-se à conclusão de que a desova começa na Primavera e termina no meio do Verão, durante assim cerca de cinco meses.

Julga-se que a postura e incubação têm lugar a uma profundidade de 400 a 500 metros, onde se reúnem todas as condições favoráveis de pressão, obscuridade, salinidade e temperatura de 16 a 17 graus; mas o que é facto é que até hoje ainda ninguém apanhou uma enguia no mar dos Sargaços, antes ou depois de desovar, viva ou morta; o mesmo sucedendo com os ovos que ainda ninguém ali viu ou pelo menos foi capaz de distinguir dos ovos dos outros peixes.

Neste ponto misterioso da vida das enguias entra ao serviço da imaginação dos biólogos que por enquanto não tem o apoio da observação.

C) Profundidade a que vivem as larvas

D) Pouco depois do seu nascimento, as larvas começam a aproximar-se da superfície, vivendo algum tempo entre 100 e 300 metros de profundidade. — Mais tarde quando já estão mais desenvolvidas, podem ser apanhadas a uma profundidade média de 50 metros durante o dia e de 20 a 30 metros durante a noite.

D) Dispersão das larvas

Apanhadas pelas correntes de superfície, as larvas dispersam-se em todas as direcções em torno da área da postura. As que são arrastadas para o norte morrem sob a influência da corrente fria do Labrador, as que vêm para o sul têm a mesma sorte sob a influência

das correntes quentes da zona equatorial e as que são desviadas para oeste, chegando às costas americanas cedo de mais para suportar a metamorfose, morrem também. Só podem viver as larvas que são arrastadas para nordeste pela corrente do México (Gulf-Stream), visto que esta corrente reúne todas as condições necessárias à sua vida, e o seu percurso até à Europa, sendo bastante longo, permite-lhes atingir um grau de desenvolvimento compatível com a metamorfose em enguias transparentes.

E) Duração da migração larval

A duração da migração larval é normalmente de dois anos e meio a três anos e por isso os leptocefalos podem ser repartidos em três grupos anuais, atingindo em Junho de cada ano, respectivamente, 25, 53 e 75 milímetros de comprimento médio.

Durante o seu regresso até à Europa ao mesmo tempo que se alimentam de alguns organismos animais ou vegetais, que constituem o «plancton» do Gulf-Stream, servem também de alimento a outros peixes e por isso, nem todos chegam ao fim da viagem, mas, mesmo assim, o número dos que escapam pode considerar-se astronómico se atendermos os milhares de milhões de reprodutores que se reúnem no mar dos Sargaços e à quantidade de ovos que uma só enguia pode pôr e que oscila entre cinco milhões e dez milhões.

F) Metamorfose dos leptocefalos em enguias

A metamorfose dos leptocefalos em enguias transparentes tem lugar no Outono já perto das águas continentais.

A larva com o feitio de uma folha de salgueiro mantém geralmente a sua forma achatada após a transformação em enguia transparente, mas o seu comprimento e peso diminuem consideravelmente; os dentes larvais caem e são substituídos pelos dentes definitivos.

Um leptocefalo de 75 milímetros dá em média uma enguia transparente de 60 milímetros e o peso diminui de 1,5 gramas para 0,15 gramas, isto é, enquanto que 700 leptocefalos dão um quilo de peso, são necessárias 7 000 enguias transparentes para dar o mesmo quilo.

G) Chegada das enguias transparentes às costas do continente europeu

A chegada das enguias transparentes às costas do continente europeu é regulada pela extensão do planalto continental e pelo percurso a fazer desde a área da postura até aos diversos mares da Europa.

Desde Outubro que as enguias transparentes chegam às costas de Portugal e do Norte da Espanha, enquanto que só em Fevereiro chegam aos mares da Irlanda e só em Abril e Maio é que entram no Báltico.

Duma maneira geral, pode dizer-se que a grande maioria chega às costas do continente europeu de Outubro a Março depois de uma viagem de dois anos e meio a três anos e que são as costas expostas ao Atlântico e mais próximas da área da postura que recebem os maiores contingentes.

Assim, Portugal é um dos países mais favorecidos, sobretudo na costa ocidental.

H) Chegada às águas litorais

As enguias transparentes acabam a sua metamorfose logo que chegam às águas litorais. — Adquirem a forma perfeitamente cilíndrica e o seu emagrecimento é tão grande que ficam reduzidas ao estado de filamentos, com uma cabeça que parece enorme em relação ao corpo. Passado algum tempo, o seu tamanho aumenta, transformando-se em pequenas enguias amarelas perfeitamente definidas.

I) Crescimento da enguia amarela

Um dos métodos para determinar a idade das enguias consiste no exame das escamas.

Estas, sendo rudimentares e estando enterradas na pele, passam despercebidas à vista desarmada e ao tacto, e, assim, não admira que pouca gente saiba que as enguias também têm escamas.

É tardio o seu aparecimento; as escamas só começam a formar-se quando as enguias atingem o comprimento de 15 a 20 centímetros, isto é, cerca de três anos depois da entrada nas águas continentais.

Está averiguado por outros métodos mais exactos para a determinação da idade que uma enguia de 15 a 20 centímetros tem cerca de seis anos de existência, isto é, as enguias com menos de seis anos ainda não têm escamas.

De todos os estudos que se fizeram sobre o crescimento das enguias só se chegou a uma conclusão: — o crescimento das enguias amarelas é de uma grande irregularidade.

Duas enguias da mesma idade podem ter dimensões tão diferentes que o comprimento ou peso de uma pode ser cinco vezes superior ao da outra; da mesma forma que duas enguias do mesmo comprimento ou do mesmo peso podem fazer diferença de um a cinco anos de idade.

As irregularidades de crescimento têm causas diferentes: — idiosincrasias individuais, influências internas como a do sexo e influências externas como a temperatura, espaço vital e alimentação.

Duas enguias da mesma idade, sendo uma fêmea e outra macho, fazem uma grande diferença.

As enguias fêmeas são mais compridas, mais gracas e mais pesadas. Além disso as enguias fêmeas têm uma vida mais longa, atingindo em média a idade de vinte anos, havendo até casos em que as enguias fêmeas chegam a atingir a idade de 50 anos, enquanto que os machos não vivem além de 15 anos.

Todas as enguias velhas apanhadas em água doce são fêmeas que por vezes têm mais de um metro de comprimento e chegam a pesar dois e três quilos, enquanto que os machos só excepcionalmente atingem 50 centímetros.

Pelo que diz respeito à temperatura, a sua influência sobre o crescimento não está bem averiguada e alguns biólogos entendem que o efeito da temperatura sobre o crescimento das enguias deve ser combinado com o grau de salinidade da água.

Esta hipótese parece confirmar-se no mar Báltico que é pouco profundo e pouco salgado. Neste mar as enguias vivem durante cinco a doze anos e quando entram nos rios da Suécia e Finlândia já têm 20 a 50 centímetros de comprimento. O mar Báltico é como um imenso estuário onde se dá uma grande parte do crescimento das enguias.

Quanto ao espaço vital admite-se a seguinte lei: — O tamanho dos animais varia na razão directa da capacidade do lugar em que vivem.

É claro que pelo enunciado desta lei se deve compreender que o espaço vital para a mesma capacidade está na razão inversa do número de ocupantes; quanto menor for o número de ocupantes maior é o espaço vital de cada um.

E assim o espaço vital está ligado com a densidade da população, ou o que é a mesma coisa, com a concorrência alimentar. Experiências feitas com enguias mostram que o seu peso médio está na razão inversa do seu número por hectare.

As enguias são tanto mais pequenas quanto maior for o seu número por hectare, partindo do princípio, é claro, que a alimentação é a mesma para a mesma capacidade.

Outras experiências mostram ainda que o crescimento das enguias é mais rápido nas águas calmas do que nos locais sujeitos a correntes, como por exemplo nos estuários dos rios onde o regime das marés obriga as enguias a dispendir muita energia para vencer a corrente.

J) Metamorfose da enguia amarela em enguia prateada

A enguia amarela quando se aproxima da sua maturidade sexual, deixa de alimentar-se. Este jejum tem lugar duas vezes na sua vida; a primeira vez, de alguns

meses apenas, quando se dá a metamorfose de leptocefalo para enguia transparente e a segunda de cerca de um ano quando se dá a transformação da enguia amarela para enguia prateada.

Da segunda vez a enguia deixa definitivamente de se alimentar, vivendo assim até ao termo da sua viagem migratória para o mar dos Sargaços, onde chega cinco ou seis meses depois da partida das costas europeias para se reproduzir e morrer. Quando a enguia amarela deixa de se alimentar a sua coloração adquire reflexos metálicos; o dorso e flancos são quase negros assim como as barbatanas dorsais e peitorais; o ventre tem a cor branca da prata e a barbatana anal apresenta um tom cor de rosa.

Esta transformação dá-se em Agosto e logo a seguir, nos meses de Outubro a Dezembro, começa a descida dos rios para o mar e só depois de entrar no mar é que a enguia atinge a maturidade perfeita.

Esta transformação da enguia amarela para enguia prateada é acompanhada de um desgaste dos órgãos do corpo; a sua força muscular diminui em consequência do jejum, os tecidos tornam-se flácidos, os ossos perdem a sua consistência, o intestino contrai-se e os olhos aumentam e deformam-se. Enquanto que a enguia amarela gosta dos lugares fundos para se abrigar, chegando mesmo a enterrar-se no lodo, a enguia prateada deixa de ser vigorosa, nada afastada do fundo ao sabor da corrente e deixa-se apanhar com grande facilidade.

A sua emigração para o mar dos Sargaços, para onde é arrastada pelas correntes de profundidade, é, pois, em grande parte, passiva.

Migração reprodutiva

Logo às primeiras chuvas do Outono, as enguias prateadas deixam os rios e lagos do interior das terras e começam a descer pelos vários cursos de água, aproximando-se gradualmente da costa até que por fim entram no mar.

Em certos países esta descida da enguia que é mais intensa nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, dá lugar a grandes pescarias.

O sistema usado é o mesmo em toda a parte, e consiste na construção de barragens à saída das lagoas e nos rios e canais por onde elas passam, obrigando-as a ficar presas nas redes armadas para esse fim.

Na lagoa de Comacchio, na Itália, onde se pescam anualmente cerca de 1 000 toneladas de enguias, a sua grande maioria é apanhada por este processo na ocasião em que iniciam a sua viagem reprodutiva.

As pescarias alemãs no Báltico e no Mar do Norte, também por este sistema, estão calculadas em cerca de 2 000 toneladas por ano.

O mar Báltico, por ser pouco profundo, presta-se admiravelmente ao estudo da migração das enguias prateadas.

Estas, saindo dos rios e lagoas da Alemanha e dos grandes lagos da Suécia e da Finlândia, convergem todas através do Báltico para o Sund, Grande Belt e Pequeno Belt, por onde alcançam o Mar do Norte.

Enguias pescadas na sua descida para as costas do mar Báltico são marcadas com placas de metal que se prendem na base das barbatanas dorsais. Nessas placas são registados o lugar e data da captura.

Estas enguias deitadas outra vez na água prosseguem na sua viagem, voltando mais tarde a ser capturadas depois de um percurso mais ou menos longo em direcção às saídas da mar Báltico para o Mar do Norte.

Comparando a data das duas capturas, nota-se que as enguias se vão aproximando sempre das saídas do mar Báltico para o Mar do Norte e que a distância percorrida por dia é de 13 a 52 quilómetros.

Esta grande diferença na distância percorrida deve atribuir-se sobretudo à alternância dos dias e das noites e à intensidade da luz que por vezes as obriga a parar para se abrigarem nos lugares escuros, pois sendo o Báltico um mar pouco profundo e a enguia um peixe lucífugo, as zonas escuras não podem ser alcançadas à custa da profundidade como sucede no Atlântico.

Desde há muito que os pescadores têm constatado que as enguias fazem a sua viagem dos rios e lagos interiores para o mar, de preferência nas noites escuras.

Um céu estrelado ou uma noite de lua cheia ou mesmo fogueiras acesas nas margens impedem os seus movimentos.

Na lagoa de Comacchio o número de enguias presas nas barragens é por vezes tão elevado que os pescadores, não tendo confiança na sua solidez, acendem fogueiras para acalmar os seus movimentos.

As enguias depois de chegarem às águas profundas do Atlântico, não podendo ser apanhadas pelos processos de pesca actuais, escapam-se à observação.

A única enguia prateada capturada no Atlântico a grande distância das costas do continente europeu foi encontrada no estômago de um cachalote pescado pelo Príncipe de Monaco ao largo dos Açores.

Calcula-se, no entanto, que as enguias, uma vez chegadas às águas profundas do Atlântico, percorrem por dia distâncias que variam entre 50 e 100 quilómetros.

E assim, as enguias que partem da Europa em Outubro podem chegar ao mar dos Sargaços no princípio da Primavera seguinte.

Como, porém, o período da postura abrange alguns meses é de crer que os reprodutores cheguem sucessivamente e não simultaneamente ao local da postura.

Aspectos fisiológicos da enguia

A) Resistência às variações de salinidade do meio exterior

A enguia tem uma grande resistência às variações de salinidade do meio exterior, sendo essa resistência que lhe permite passar, sem a menor perturbação, do mar para a água doce e vice-versa, no decurso das suas migrações.

Essa resistência às variações de salinidade é máxima no estado de larva e no estado de enguia prateada, exactamente nos períodos da sua existência em que se dão as migrações.

Durante a maior parte da sua vida, a enguia é um peixe de água doce, podendo também viver na água salobra.

Daqui resulta que à enguia da Europa ou enguia vulgar se dá geralmente o nome de enguia de água doce para a distinguir do congro que só vive na água salgada e que por isso se chama também, embora erradamente, enguia do mar.

A pele da enguia está revestida de um muco viscoso que impedindo as trocas osmóticas lhe permite passar da água doce para a água salgada e vice-versa, sem qualquer inconveniente.

Este muco é mais abundante e mais viscoso na enguia prateada. Se esse muco viscoso for tirado esfregando a pele com qualquer objecto áspero, a enguia deixa de suportar essas mudanças e morre da mesma forma que uma carpa tirada da água doce para a água salgada.

B) Toxidade do sangue

O sangue das enguias como o sangue dos congros e das moreias é venenoso.

O contacto do sangue das enguias com a mais ligeira ferida pode dar lugar a um envenenamento de carácter grave com inflamação, supuração e edemas muito complicados.

Os operários das fábricas de conservas encarregados de cortar as enguias às postas, devem ter sempre as mãos muito sãs, sem a menor beliscadura na pele.

É a toxidade do sangue que dá às enguias a sua resistência geral aos factores morbidos.

As enguias como alimento

As enguias são utilizadas como alimento em três fases da sua existência:—enguias transparentes, enguias amarelas e enguias prateadas.

Como enguias transparentes são muito apreciadas pelos espanhóis e franceses e com elas se faz a célebre «omelette aux civelles».

Como enguias amarelas acumulam uma grande quantidade de gordura e por isso são consideradas como peixe gordo que nem toda a gente deve comer. Em todo o caso é nesta fase que elas se encontram à venda nos mercados, na sua grande maioria fêmeas com os ovários imaturos.

A gordura desaparece com o jejum a que estão submetidas as enguias prateadas, adquirindo estas então um sabor muito fino.

São as enguias prateadas que constituem o grande comércio de exportação de alguns países da Europa.

Distribuição das enguias pelas águas continentais

As enguias, entrando nas águas continentais distribuem-se pelos estuários, lagôs do litoral, rios e seus afluentes, e lagôs do interior.

Esta dispersão vai até aos pontos mais afastados das costas marítimas, encontrando-se enguias desde o nível do mar até 1 000 metros de altitude.

A lei a que obedece esta dispersão das enguias é um dos tais mistérios que ainda ninguém conseguiu desvendar; sabendo-se apenas de forma positiva, que tanto a sua aproximação das costas do continente como a sua penetração nas lagôs ou estuários se faz sempre no sentido da salinidade decrescente.

Há enguias que, entrando nas águas continentais sobem imediatamente os rios e seus afluentes, fazendo todo o seu crescimento em água doce e há outras que se demoram algum tempo nos estuários onde por vezes a água tem uma grande concentração salina, só mais tarde subindo os rios para completarem o seu crescimento em água doce ou salobra.

Há biólogos que se têm dedicado ao estudo da distribuição das enguias pelas águas continentais, mas se algumas observações orientam a questão num certo sentido, outras há que dão resultados opostos.

São deste género as observações que apresentam as enguias machos vivendo de preferência nos estuários e lagôs do litoral e as enguias fêmeas unicamente em água doce.

Neste caso da distribuição das enguias pelas águas continentais, julgo ser preferível constatar factos com observações completas e bem feitas, pondo de parte aquilo que está fora do alcance da nossa inteligência que é muito limitada, para compreender todas as formas de actuar as forças naturais.

Isso basta quase sempre para nos orientar na vida prática.

Está averiguado por observações feitas em vários pontos da Europa que uma enguia com liberdade de movimentos, só completa o seu crescimento em água doce ou em água salobra e nunca em águas cuja salinidade exceda certos limites.

Todos os seres fora do seu habitat morrem ou vivem mal.

O caso que sucede no mar Báltico é dum realismo perfeito para nos ilucidar sobre este ponto de vista da vida das enguias: — a sua distribuição pelas águas continentais.

Como todos nós sabemos, o Báltico é um mar pouco profundo e pouco salgado, assemelhando-se muito a um grande lago cavado nos planaltos da Europa septentrional.

Este mar com os seus 400 000 Kms. quadrados recebe a água de um grande número de rios e a amplitude das marés não excede 30 centímetros.

A sua salinidade é apenas a quinta parte da salinidade do Atlântico e a sua fauna é constituída por peixes de água doce.

Apesar desta baixa concentração salina e da pequena intensidade das correntes das marés, nem mesmo assim as enguias atingem ali o seu completo desenvolvimento.

Após uma demora de 5 a 12 anos a quando têm 20 a 50 centímetros de comprimento, começam a subir os rios da Suécia e da Finlândia, indo assim completar o seu crescimento em água doce.

Vale a pena transcrever aqui a conclusão unânime a que chegaram alguns biólogos que procederam ao estudo da distribuição das enguias pelo mar Báltico e pelos rios que nele desaguam.

«La Baltique est comme un immense estuaire où s'accomplit la plus grande partie de la croissance».

TRADUÇÃO — «O Báltico é como um imenso estuário onde se faz a maior parte do crescimento».

Na lagôa de Comacchio, na Itália, ao sul de Veneza, e no delta do Pó, faz-se a criação das enguias e também de alguns peixes de água salgada; mas para que no mesmo reservatório possam viver, digamos, enguias e robalos, é necessário analisar a água para ver o seu grau de salinidade e só depois é que se juntam.

A dourada, por exemplo, que só vive em água com uma grande concentração salina, já não pode criar-se em convivência com as enguias. Os reservatórios são diferentes.

Parece, pois, não haver dúvida que a enguia só completa o seu crescimento em água doce ou salobra.

Este ponto é importante quando se tratar do caso especial da Ria de Aveiro que é, afinal de contas, onde eu quero chegar.

EROSÃO DO SOLO

CAPÍTULO II

Em 1933 numa visita que fiz à ponte do Zambeze, nessa data em construção, alguém me disse que na abertura das fundações para os pilares que haviam de suportar os tabuleiros, a 10 ou 15 metros de profundidade se encontravam troncos de árvores que eram extraídos pelas dragas ali em serviço.

Em 1912 tinha estado na Esquadilha do Zambeze e um dos serviços das conhoneiras nesse tempo, consistia na remoção ou destruição das árvores que, vindo pelo rio abaixo em ocasiões de cheias, se fixavam num ou noutro ponto, causando graves riscos para a navegação quando as águas começavam a baixar outra vez.

Quando ouvi falar das árvores encontradas a 10 ou 15 metros de fundo do rio, imediatamente estabeleci a sua identidade com as árvores que eram removidas ou destruídas pelas canhoneiras em 1912.

Umas e outras tinham sido arrastadas pela corrente e umas e outras marcavam o fundo do rio em épocas muito afastadas.

Entre essas duas épocas o rio Zambeze tinha sofrido um assoreamento que no local da ponte ia de 10 a 15 metros.

Como se explica essa elevação do fundo que não é privativa do rio Zambeze?

A sua explicação vamos encontrá-la nas transformações contínuas do solo produzidas pela erosão nos seus resultados secundários.

Costuma-se dizer-se que cada latitude tem os seus problemas especiais.

Isto é certo; mas pode também dizer-se com igual fundamento que há problemas comuns a todas as latitudes e que a erosão é um deles.

Ainda mesmo depois desta explicação não deixa de ser natural que se estranhe a semelhança entre o que se passa na Ria de Aveiro, numa latitude norte já um tanto elevada, com o que se observou no Continente Africano na sua maior parte dentro da zona intertropical.

Mas as coisas são como são e não ficam por aqui.

Quando tratarmos dos estragos causados pelo mar na Praia de Espinho, teremos de voltar de novo à região intertropical e desta vez em lugar de estabelecermos confrontos com o que ali se passa, iremos lá procurar a própria origem desses estragos.

O que é a erosão?

E erosão é um fenómeno natural que se faz sentir desde o começo do mundo e que pode definir-se como o processo pelo qual a destruição lenta e imperceptível das rochas deu origem às camadas superiores da Terra e moldou a sua topografia.

Hoje, porém, o termo «erosão» também se aplica às transformações mecânicas do solo produzidas pela acção da água e do vento, e é neste sentido que deve ser tomado no presente trabalho.

O solo cobre-se naturalmente de uma camada vegetal que até certo ponto o protege contra a acção daqueles elementos, mas as necessidades da vida humana obrigam à destruição dessa cobertura natural para transformar terrenos incultos em propriedades agricultadas.

Esta condição que liga o homem à terra vem agravar a acção dos factores naturais — água e vento — e dá lugar a transformações mais bruscas na topografia duma região e na composição do solo, as quais, sobretudo em África, podem ir até ao ponto de reproduzir alterações químicas no solo com redução da sua fertilidade, levando em casos extremos à sua completa deterioração.

Tipos de Erosão — Seus efeitos

A erosão pode ser provocada pela acção da água ou produzida pela acção do vento.

A primeira forma tem lugar sobretudo nas regiões montanhosas onde os terrenos agricultados têm grandes declives.

A segunda forma é mais vulgar nas planícies desabrigadas e expostas ao vento.

Mas de uma maneira geral, pode dizer-se que tanto as montanhas como as planícies estão sujeitas a uma e outra forma de erosão.

O efeito principal da erosão causada pelos dois elementos — água e vento — consiste, como já se disse, na remoção das partículas mais finas da terra que suportam a vida das plantas; mas a erosão tem resultados secundários dos quais o mais importante para o estudo que estamos fazendo, consiste no assoreamento dos rios, lagos e outros depósitos de água.

Nas regiões acidentadas a erosão que começa por ser superficial pode ser seguida da formação de pequenos regos de água que depressa se transformam em verdadeiros barrancos.

Estas transformações sucedem-se quando a falta de vegetação torna o solo incapaz de absorver a água da chuva.

Desta incapacidade para absorver a água das chuvas e alimentar as nascentes resulta que alguns rios ficam em regime de correntes caudalosas no inverno e secos ou quase secos no verão.

O Rio Vouga e a Ria de Aveiro

O Vouga por enquanto ainda não pertence ao número dos rios de correntes periódicas, mas no Verão fica reduzido a um ligeiro fio de água que serpeia pelo seu

leito cheio de areia, mal permitindo a flutuação de pequenos barcos.

No Inverno o seu volume de água é por vezes excessivo e produz inundações.

É nesta ocasião que o rio Vouga inunda os campos e arrasta na sua torrente grandes quantidades de terras e areias que vai depositar na Ria de Aveiro, onde as condições para reter essas terras e areias são as mais favoráveis.

Por um lado a corrente do rio Vouga diminui de velocidade quando entra na laguna e aí deposita as terras e areias que arrasta das regiões montanhosas; por outro lado as plantas existentes no leito da ria e nas margens dos vários canais reteem nas suas raízes e folhas as lamas em suspensão.

As terras detidas pelas plantas junto das margens começam com o tempo a fazer parte das mesmas margens, dando lugar a novos crescimentos de vegetação e a nova retenção das terras arrastadas pela corrente.

É esta a mecânica do desaparecimento de vários canais e lagôas que antigamente faziam parte da ria e que hoje constituem terra firme.

Nos canais mais largos as plantas que aí existem exercem a sua acção produzindo assoreamentos que se apresentam sob a forma de bancos descobertos em baixamar.

O rio Vouga não desagua directamente no mar; desagua na laguna que encontra no seu curso já próximo da costa.

As terras e areias que seriam arrastadas para o mar se não existisse a laguna, na sua maior parte não chegam a sair a barra porque encontram no seu caminho um grande reservatório de água onde se depositam.

Mas vejamos agora o que se passa propriamente na região à volta da laguna.

A região é plana, existindo, contudo, pequenas ondulações em diversos pontos.

A falta de vegetação que ainda hoje se faz sentir em diferentes zonas deixa o solo exposto à acção do vento que sopra durante todo o ano de um ou de outro quadrante, mas com maior frequência de norte e noroeste, não tendo grande importância o quadrante donde sopra, visto haver canais em todas as direcções.

Por outro lado o aumento muito sensível da população à volta da laguna obriga ao aproveitamento, cada vez mais intenso, de terrenos que noutros tempos ninguém cultivava.

A ria é a estrema natural de quase todas as propriedades; poucas há que não venham ali terminar.

As culturas, sempre que é possível, estendem-se até à beira da laguna e no praiamar pode dizer-se que o nível da ria e de algumas propriedades é sensivelmente o mesmo.

Daqui resulta que a erosão produzida pela água e pelo vento, quando as terras nos intervalos das culturas estão despidas de vegetação, tem um campo magnífico para despojar o solo das suas camadas superficiais e depositá-las na ria sob a forma de lamas ou de poeiras.

Esta forma de erosão superficial é a mais insidiosa porque só no fim de muitos anos pode tornar-se perceptível pelo abaixamento do nível das propriedades. Mas, não obstante o carácter plano da região, na Gafanha da Encarnação, tive ocasião de ver um enorme barranco com a sua origem num pequeno canaleta aberto pelos Serviços Florestais para drenagem das águas, das plantações para a ria.

Este canaleta que a princípio não excedia muito as dimensões de um pequeno rego de água, transformou-se nalguns pontos num barranco de tão grande profundidade e largura que poz em risco a segurança de várias casas que ali fui encontrar escoradas com troncos de árvores.

Só neste local devem ter sido arrastados para a ria alguns milhares de toneladas de areia.

No intuito de conhecer todas as causas do asso-reamento da ria, era minha intenção visitar também a ilha do Monte Farinha onde a criação do gado que ali se faz deve ter grande influência na destruição das plantas, dando assim também lugar à erosão acelerada.

Só depois de conhecer bem todos os factores que exercem a sua acção sobre os terrenos à volta da laguna, seria possível estudar o processo de os combater, atenuando tanto quanto possível os seus efeitos.

No entanto comecei a tomar algumas providências que me pareciam convenientes para diminuir os efeitos da erosão.

Nas terras confinantes com a ria, de acordo com os seus proprietários, procedi a novas demarcações para que as culturas fossem afastadas alguns metros da margem, ao mesmo tempo que lhes mostrava a necessidade de construir motas para impedir o escoamento das lamas para a ria, pois é este um dos processos de combater os efeitos da erosão nas propriedades agricultadas à beira das correntes fluviais.

Enfim, de tudo quanto vi e ouvi cheguei à conclusão de que a Ria de Aveiro, devido principalmente ao fenómeno da erosão, tem sofrido com o decorrer dos anos uma enorme redução na sua capacidade e que a redução da capacidade nos últimos tempos se tornou mais sensível, uma vez que a elevação dos fundos já chegou ao ponto de os fazer descobrir no baixamar.

Não é preciso ter grande espírito de observação para notar as transformações que a Ria de Aveiro vem sofrendo. Basta reparar para o canal da Costa Nova que de ano para ano se vai transformando num imenso areal; basta ver a rapidez com que os locais de embarque e desembarque aparecem assoreados, obrigando

a constantes dragagens; basta navegar pela ria em baixa-mar para ver bancos descobertos por toda a parte e basta ainda falar com pessoas de idade e ouvir o que elas dizem sobre canais que desapareceram e lagões prestes a extinguir-se.

LAGUNA

CAPÍTULO III

Regulamento da pesca e apanha do molicho na Ria de Aveiro

Nos capítulos anteriores deu-se uma noção dos conhecimentos actuais da vida das enguias e do fenómeno da erosão.

É à face destes conhecimentos que nós vamos fazer uma análise da legislação da Ria de Aveiro. Mas, antes de entrar propriamente no assunto, vejamos qual era o estado de espírito das populações marítimas quando cheguei a Aveiro em 1936 com o regulamento no seu vigésimo ano de existência.

Efeitos das leis simplesmente autoritárias

A má impressão que me causou o exagerado número de transgressões ao Regulamento da Pesca e Apanha do Molicho na Ria de Aveiro, pretendi explicá-la nos primeiros tempos pela minha falta de prática na aplicação de multas, pois nunca na minha vida tinha multado ninguém.

Mas não foi preciso muito tempo para me convencer de que estava em presença de algumas disposições de lei cuja execução era difícil ou mesmo impossível por lhe faltar a contribuição da parte daqueles a quem se aplicam.

Isto sucede geralmente com as leis simplesmente autoritárias, isto é, com as leis que não assentando em conhecimentos exactos, representam apenas maneiras de ver que variam de indivíduo para indivíduo e que às vezes não chegam mesmo a passar de palpites ou critérios, como lhe queiram chamar.

A minha experiência tinha-me ensinado que a obediência imposta para o cumprimento das leis deste género, cria um mal estar que se reflecte primeiramente pela reacção, depois pela troca e no fim pela indiferença.

Creio que tudo isto aconteceu; mas quando cheguei a Aveiro já tinha passado os períodos da reacção e da troca para dar lugar à indiferença com que os marítimos recebiam as sentenças condenatórias, dando a impressão de que vivam fisicamente activos, mas moralmente inertes.

Esta última fase que se traduz pela indiferença das classes trabalhadoras tem o seu reflexo nos funcionários encarregados de dar cumprimento às leis.

A burocracia, conhecendo as leis mas não conhecendo os assuntos, limita-se ao expediente diário das repartições e toda a sua energia é consumida no cumprimento das leis, transformando-se assim as repartições oficiais numa espécie de frigoríficos onde os erros da legislação se conservam por tempo indefinido.

Haja em vista o que se passa com a legislação da pesca da enguia na Ria de Aveiro.

Mas as reacções são diferentes de indivíduo para indivíduo, sendo talvez essa inércia moral das classes marítimas que chamou a minha atenção para os diversos casos que me apareciam.

A pouco e pouco, fui notando que a grande maioria das transgressões, digamos mesmo quase a sua totalidade, recaía sempre sobre duas disposições do Regulamento: — a que se refere à pesca da enguia e a que regula a forma de apanhar o molicho.

Experiências com as redes legais

Quando me convenci de que a rede legal não podia ser utilizada pelos pescadores sob pena de perderem o seu tempo à procura de enguias que não existiam, resolvi mandar fazer várias experiências com as redes mais usadas na ria: — o chinchorro na pesca da enguia e a garatêa na pesca da tainha.

Mas antes de dar as instruções sobre a forma como as experiências deviam ser feitas, mandei chamar as praças da Armada que fazem o serviço de fiscalização e perguntei-lhes se alguma vez tinham encontrado companhias de pesca de enguia fazendo uso da rede legal.

A resposta foi a que eu esperava. Estando há muitos anos na Capitania nunca tinham encontrado companhia alguma a pescar com a rede legal.

Imediatamente dei ordem às praças para assistirem às pescarias, obrigando as companhias a fazer uso da rede que o regulamento permite.

Como a pesca é feita desde o começo da noite até de madrugada, as praças que acompanhavam os pescadores deviam apresentar-me a pescaria logo de manhã, ainda a tempo de poder seguir para o mercado, depois de eu a ver.

Cito apenas um exemplo que é de todos o mais desvantajoso para as conclusões a que pretendo chegar, pois vou referir-me à pescaria que deu maior porção de enguias.

Esta porção de enguias, produto do trabalho de uma noite, foi vendida no mercado de Aveiro, pela «fabulosa» quantia de Esc. 3\$20.

Pago o imposto do pescado que é receita do Estado, pago o imposto municipal e ainda o impresso, aquela

quantia ficou reduzida a 2\$30 para dividir pelos 7 homens da companhia, isto é, cada pescador recebeu pelo trabalho de uma noite qualquer coisa como 30 centavos.

Pouco mais ou menos na mesma ocasião fez-se a experiência com a garatêa.

A pescaria com esta rede, perfeitamente legal, consistia quase exclusivamente de tainhas com dimensões muito inferiores às da tabela superiormente aprovada, pois, salvo duas ou três entre cerca de mil, nenhuma chegava a ter 15 centímetros.

Os resultados das outras experiências não se afastavam muito destes dois exemplos e por isso não vejo vantagem em os mencionar.

Todos eles foram bem ilucidativos: — Os pescadores de enguia precisam transgredir a lei para governarem a sua vida, e mesmo assim, muito mal, e os pescadores de tainha podem muito bem pescar com a rede legal porque não só apanham tainhas de dimensões superiores às da tabela como, na sua grande maioria, outras de dimensões muito inferiores.

Eis a razão porque os pescadores de enguias estão sempre a ser multados e os da tainha nunca são autuados.

Mas este erro da legislação foi da maior utilidade para as minhas investigações, levando-me a pôr de lado a noção de que na Ria de Aveiro não há enguias em completo estado de crescimento porque os pescadores não as deixam desenvolver.

Legislação da pesca da enguia em diferentes zonas do país: — Conhecimentos adquiridos pela observação e pelo estudo: — Ilacões que devem ser confirmados por outras experiências

Para melhor compreensão da lógica que vamos seguir neste estudo é conveniente fazer-se uma análise do quadro onde se encontra condensada a legislação da pesca da enguia em algumas zonas do país.

Z O N A S	Dimensões mínimas das enguias	Dimensões mínimas da malha	DEFEZO
Águas Interiores do País (Serviços Aquícolas)	25 centímetros	Não estão fixadas	Não há
A V E I R O	25 centímetros	9 milímetros	Proibido o emprego do chinchorro de 23 de Março a 25 de Junho, mas permitida a pesca por outros processos
C A M I N H A	Não há legislação especial para a pesca da enguia		
FIGUEIRA DA FOZ	25 centímetros	12 milímetros	Não há
LAGOA DE ÓBIDOS	25 centímetros	Não estão fixadas	Junho, Julho e Agosto

Pelo exame deste quadro vê-se que a legislação é diferente de zona para zona e tão diferente que não há duas legislações iguais.

As enguias de 25 centímetros que em Aveiro só podem ser apanhadas com redes de 9 milímetros, são capturadas na Figueira da Foz com redes cuja malha mínima é de 12 milímetros.

Em Caminha não há necessidade de legislação especial para a pesca da enguia; na Lagôa de Óbidos e nas águas interiores do País estão fixadas as dimensões mínimas das enguias, mas nada consta com relação às dimensões mínimas das redes e em parte alguma há defeso para a pesca da enguia a não ser na Lagôa de Óbidos, e em Aveiro no que respeita ao emprego do chinchorro.

O que é que nós podemos concluir pelo exame deste quadro?

Eu, pela minha parte, depois de tudo quanto li e observei, só posso concluir que, de uma maneira geral, a nossa legislação de pesca da enguia se baseia ainda no Regulamento Geral dos Serviços Aquícolas nas águas interiores do País que foi aprovado pelo Decreto de 20 de Abril de 1893, isto é, há mais de meio século, e que nessa data os conhecimentos científicos sobre a vida das enguias eram sensivelmente iguais aos que existiam no tempo de Aristoteles que julgava que elas vinham das entranhas da terra.

Hoje à face dos conhecimentos actuais, a nossa legislação não tem nada que a justifique.

Antes de ir para Aveiro, eu, não sei bem porquê, tinha a noção de que a jurisdição das capitánias abrangia unicamente as áreas sujeitas ao regime de marés, isto é, eu tinha a noção de que as capitánias eram repartições de água salgada e que a partir da linha que limita o máximo alcance das marés se entrava na jurisdição dos Serviços Aquícolas que no nosso país se encontram devidamente organizados.

Em Aveiro, pelo menos, não se dá isso, pois a jurisdição da Capitania entra pela água doce, sendo limitada no rio Vouga pela ponte de Cacia.

Este facto no que diz respeito à pesca da enguia, obrigava a duas legislações, uma para a água salgada e outra para a água doce, sendo necessário estabelecer os limites das áreas em que cada uma delas se devia aplicar.

A enguia da Europa ou enguia vulgar, a que existe no nosso país, tendo liberdade de movimentos, só atinge o seu desenvolvimento completo em água doce ou em água salobra; na água salgada como é a dos nossos estuários, as enguias que ali se demoram algum tempo antes de se deslocarem para as águas doces ou ligeiramente salgadas, só fazem uma parte do seu crescimento.

Foi esta a conclusão a que cheguei pelo que vi e observei na Ria de Aveiro, mas essa conclusão guardei-a para mim por não ter autoridade científica que me permitisse fazer afirmações.

Pelas experiências que mandei fazer com as redes legais cheguei à conclusão de que os pescadores de taíinha apanham tudo quanto fica ao alcance da rede, desde as taínhas no começo do seu crescimento até às taínhas em completo estado de desenvolvimento, enquanto que os pescadores de enguias, trabalhando dentro da legalidade, não apanham coisa nenhuma ou quando muito uma ou outra enguia que se adiantou no seu crescimento.

E apesar disto, ninguém nota a falta de taínhas bem desenvolvidas e toda a gente sabe que na Ria de Aveiro há muitas enguias, é certo, mas todas elas de dimensões que só muito excepcionalmente excedem 15 a 20 centímetros de comprimento.

A par desta conclusão a que cheguei pelas experiências realizadas, era também do meu conhecimento que a 10 ou 15 quilómetros da Ria de Aveiro, na Pateira de Fermentelos, sob a jurisdição dos Serviços Aquícolas, havia uma grande abundância de enguias bem desenvolvidas, não obstante a pesca intensa que ali se pratica por todos os processos e fora da fiscalização rigorosa que se faz na Ria de Aveiro.

Foram estas anomalias que me levaram a ler tudo quanto encontrei sobre a vida das enguias e ainda a fazer uma consulta para a Itália com o fim de esclarecer algumas dúvidas que ainda tinha e de encontrar a explicação das conclusões a que tinha chegado.

E agora podemos entrar na análise dos conhecimentos actuais para explicar o que se passa na Ria de Aveiro e certamente noutros pontos do país.

a) — No capítulo sobre a vida das enguias, na parte que trata do ciclo vital, viu-se que o seu crescimento é de uma grande irregularidade; duas enguias da mesma idade, podem ter dimensões tão diferentes que o comprimento ou peso de uma pode ser cinco vezes superior ao da outra.

As causas desta irregularidade de crescimento são várias, mas para as enguias que vivem nas mesmas condições, a irregularidade de crescimento é devida unicamente a idiosincrasias individuais que, de resto, não são exclusivas das enguias.

Entre os outros animais existem também as mesmas irregularidades.

Assim, por exemplo, entre os pintainhos da mesma ninhada há sempre um ou outro que se destaca pelo crescimento mais rápido.

Estas enguias que por idiosincrasias individuais têm um crescimento mais rápido, atingindo grandes dimensões em relação às outras, constituem raríssimas excepções e não podem ser tomadas em linha de conta para

qualquer legislação a fazer. Foram elas talvez que levaram a concluir erradamente que todas as enguias da Ria de Aveiro podiam atingir o mesmo crescimento se fossem protegidas por uma legislação apropriada.

Mas o erro podia também ser originado pela passagem das enguias prateadas que no Outono, descendo das águas interiores atravessam a ria na sua viagem para o mar dos Sargaços.

Podia julgar-se que essas enguias fazem parte da fauna da ria quando, afinal, a sua demora ali é só o tempo bastante para alcançar o mar.

O caso das enguias amarelas que por idiosincrasias individuais se destacam das outras pode ser devidamente esclarecido empregando um processo rigoroso para a determinação da idade.

Este processo consiste no exame dos atolitos que são concreções de carbonato de cálcio contidas nos ouvidos dos peixes e que nas enguias aparecem em zonas alternadamente escuras e claras correspondendo cada uma dessas zonas a determinados períodos da sua vida.

Por este processo podia mostrar-se qual o grau de exactidão do meu ponto de vista que é o seguinte:

«As enguias na Ria de Aveiro, salvo uma pequeníssima percentagem que devido a idiosincrasias individuais se destaca pelo seu crescimento mais rápido, não atingem dimensões muito superiores a 15 a 20 centímetros que é o comprimento das enguias com cerca de seis anos de idade, estando incluído neste número de anos o período larval que vai de dois anos e meio a três anos. Algumas enguias que entram pela barra de Aveiro podem ficar na ria de três a cinco anos devido à sua resistência à salinidade, mas no fim desse período passam para as águas doces onde vão completar o seu crescimento».

Não hesito em apresentar este meu ponto de vista em face da analogia que existe entre o que se passa na Ria de Aveiro e o que se dá no mar Báltico e na lagôa do Comacchio; assunto que foi tratado na parte final do capítulo sobre a vida das enguias.

A Ria de Aveiro, devido à sua situação geográfica, é, sem dúvida, a região do país que recebe o maior contingente de enguias.

O Gulf-Stream que transporta as larvas das enguias do mar dos Sargaços para as águas do continente europeu, vem embater com um dos seus braços na costa de Portugal ao norte da barra de Aveiro e ao sul de Espinho, e por isso a ria é por assim dizer o primeiro porto de abrigo que as larvas encontram no termo da sua viagem migratória.

Estas larvas depois de sofrerem a primeira metamorfose à chegada às águas continentais, entram pela barra de Aveiro no estado de enguias transparentes e

em tal quantidade que a ria não tem condições para suportar a vida de todas quantas ali se recolhem e que devem contar-se por milhares de milhões se atendermos à enorme fecundidade das enguias que é, como se viu, tão extraordinária que o número de ovos da postura de uma só enguia oscila entre cinco milhões e dez milhões.

A ria não tem capacidade nutritiva para tão grande número de enguias que por uma forma ou por outra tem de ser reduzido às devidas proporções sob pena de não se desenvolverem ou de suceder, embora em menor escala, o mesmo que aconteceu no Aquário do Jardim das Plantas de Paris numa experiência ali realizada.

Numa parte deste aquário absolutamente despida de vegetação foram lançadas mil enguias transparentes.

Como as condições alimentícias eram precárias, ao fim de um ano, das mil enguias ali postas só existiam 71, todas as outras tinham sido devoradas, e, pouco tempo depois, as mil enguias estavam reduzidas a uma só que foi encontrada com a última a ser devorada, ainda atravessada nas guelras, com uma parte fora da boca.

A enguia é um animal omnívoro que absorve toda a qualidade de alimentos até mesmo à própria espécie.

Na Ria de Aveiro o equilíbrio entre a sua capacidade nutritiva e o número de enguias é, até certo ponto, conseguido pelas tainhas que ali abundam e que são o seu principal inimigo e também um pouco pelos pescadores que transgridem a lei.

Na lagôa de Comacchio onde se faz a criação científica de enguias há o cuidado de não as juntar com as tainhas que também ali se criam, sobretudo enquanto as enguias são pequenas.

As condições da Ria de Aveiro onde a salinidade da água é em certas ocasiões sensivelmente igual à do mar e onde se fazem sentir as correntes das marés, são as piores para o desenvolvimento das enguias, sucedendo exactamente o contrário na Pateira de Fermentelos onde as águas são doces e calmas. Aqui as enguias têm um desenvolvimento mais rápido porque não dispendem energia a vencer as correntes e completam o seu crescimento porque estão no seu habitat próprio que é a água doce.

Na Ria de Aveiro a existência de correntes e a falta de espaço vital retardam o crescimento das enguias que será ainda tanto mais lento quanto maior for o seu número.

E aqui está explicada a razão porque eu disse no prefácio deste estudo: — «Se os pescadores deixarem de pescar as enguias pequenas, isto é, as únicas que existem na Ria, o seu desenvolvimento ainda será menor».

Experiências a fazer na Ria de Aveiro para a pesca das enguias em completo estado de desenvolvimento

Antes de ir para Aveiro, eu já tinha alguma experiência em questões de pesca.

Em 1927 concluí um trabalho na costa de Moçambique que tinha em vista a localização dos baixos entre a barra de Chai-Chai e a Ponta Zavora.

No decorrer deste estudo encontrou-se um banco de pedra onde o peixe era tão abundante e tão ingénuo que não precisava de isca para pegar no anzol.

Numa questão de 15 ou 20 minutos tínhamos uma embarcação cheia de magnífico e variado peixe.

Embora a descoberta deste pesqueiro não fosse o objectivo do estudo que me tinha sido confiado, eu não deixei de lhe fazer referência no relatório final dos trabalhos que depois entreguei no Departamento Marítimo da Colónia que por sua vez o mandou imprimir.

Nesse relatório foram dadas indicações sobre a posição do banco, sua extensão e espécies ali encontradas.

Alguns anos depois passei por Lourenço Marques e ali fui abordado por um indivíduo que me contou a história da sua vida.

Tendo lido o relatório que entreguei no Departamento, comprou uma embarcação e dirigiu-se ao baixo, confiado no que eu tinha escrito.

A sua sorte foi tão boa ou tão má que na ocasião em que falou comigo já tinha umas poucas de embarcações ao seu serviço e estava a fazer um negócio lucrativo com a exportação de peixe para o Transval.

Poucos anos depois, estando eu na Beira, apareceu ali uma companha da Póvoa de Varzim que trazia consigo uma embarcação de vela e motor.

Pedi-me para lhe dar indicações sobre os locais de pesca. Aproveitei esta oportunidade para me certificar da existência de bancos de pedra que eu julgava serem o prolongamento dos baixos que tinha estudado e que sabia estenderem-se até ao Cabo de São Sebastião.

Disse-lhes que saíssem a barra da Beira e, uma vez no mar, seguissem ao rumo leste e que fossem prumando sempre até aos grandes fundos a ver se encontravam bancos de pedra.

De facto, a cerca de 70 milhas da barra da Beira, lá foram encontrar os bancos de pedra cuja existência eu tinha previsto.

Também nesses bancos o peixe era tão abundante que o mercado da Beira era insuficiente para o seu consumo. Nasceu assim o problema da sua colocação que eu resolvi arrançando mercado na Rodésia.

E depois de tudo isto a colónia de Moçambique deixou de importar peixe fresco para o seu consumo e

começou a sua exportação para o Transval e Rodésia do Sul.

Enquanto estive em Aveiro lembrei-me muitas vezes destes dois casos passados comigo e fiz tudo quanto me vinha à imaginação para ver se conseguia dar qualquer informação útil aos pescadores da ria.

Só agora chegou a oportunidade.

Eu não lhes vou dizer de forma peremptória onde estão as enguias que podem apanhar, como fiz no caso do pesqueiro que encontrei na costa de Moçambique, mas vou-lhe indicar qual a experiência que devem fazer para as encontrar, exactamente como fiz na Beira aos pescadores da Póvoa de Varzim.

Na consulta que fiz para a Itália eram ventiladas várias questões e entre elas figurava uma pergunta sobre a forma de fazer a pesca na Lagôa de Comacchio onde anualmente se apanham cerca de 1000 toneladas de enguias, certamente muito mais do que em todo o nosso país.

Na Lagôa de Comacchio as enguias são apanhadas durante todo o ano, mas as grandes pescarias só têm lugar na época em que as enguias iniciam a sua viagem reprodutiva, saindo da lagôa para o mar através de canais abertos para esse fim e onde há disposições apropriadas para as apanhar.

Considerando o que se pratica na Lagôa de Comacchio e noutros pontos da Europa, eu sou levado a crer que a forma de pescar enguias na Ria de Aveiro deve obedecer aos mesmos princípios.

Como se viu, as enguias das águas interiores do país tendo atingido o seu completo desenvolvimento, sofrem a metamorfose de enguias amarelas para enguias prateadas e logo após esta metamorfose iniciam a sua viagem para o mar nos meses de Outono — Outubro, Novembro e Dezembro — quando o rio Vouga e seus afluentes começam a aumentar o seu volume de água devido às chuvas das regiões interiores.

É nestes meses ou mesmo ainda durante o Inverno que eu julgo prováveis as grandes pescarias na Ria de Aveiro.

Os trabalhos ultimamente realizados e a que dão o nome de obras da barra vieram facilitar muito a colocação de redes para a pesca da enguia visto terem reduzido a largura do canal que dá acesso à barra e que é única saída que as enguias têm para alcançar o mar.

A colocação destas redes entre os molhes e o triângulo regulador de modo a não interferirem com a passagem dos navios que só tem lugar durante o dia e dentro de um período de tempo muito limitado, a espécies de redes a empregar, tendo em vista que as enguias prateadas são peixes lucífugos e nadam habitualmente a uma certa distância do fundo arrastadas pela corrente de vazante, tudo isto constitui o objectivo

das experiências a fazer pelos pescadores, entregues apenas aos seus próprios recursos ou, melhor ainda, trabalhando sobre a direcção dos Serviços Officiais se estes não preferirem suportar as despesas e chamar a si o estudo de um problema tão curioso. Sou levado a crêr pelo que li, que se os pescadores da Ria de Aveiro fizerem esta experiência podem apanhar dezenas de toneladas de enguias durante o Outono; sendo ainda conveniente continuar com esta experiência durante os meses de Inverno, pois é muito natural que também ainda nesses meses passem pelos canais que dão acesso à barra as enguias que vêm dos pontos mais afastados da costa.

Enfim, são experiências a fazer com todas as probabilidades de êxito e sem o menor inconveniente, podendo então a malha da rede ser de dimensões superiores às que estão regulamentadas.

Para terminar, eu direi que as probabilidades de êxito das experiências que aqui deixo apontadas, são muito grandes em vista da nossa legislação actual não esquecer o menor detalhe para deixar fugir todas as enguias para o mar.

Para demonstração do que afirmo, basta transcrever dois artigos do Regulamento Geral dos Serviços Aquícolas nas Águas interiores do País.

ART.º 31.º, n.º 4—Proibir através dos rios, rias, valas, canais e esteiros, bem como nas bacias e lagoas, a colocação de estacadas, ramagens, redes ou quaisquer aparelhos ou obstáculos contínuos, moveis ou fixos, que possam impedir por completo a derivação e circulação das espécies.

ART.º 54.º—São proibidas para a pesca nas águas interiores do País os grandes aparelhos fixos de fundo conhecidos pelo nome de botirões fixos ou armadilhas de tapa-esteiros.

Estas mesmas disposições se encontram na legislação da Ria de Aveiro e por isso as enguias partindo dos pontos mais afastados da costa têm todo o seu caminho desimpedido para fazerem sem o mínimo obstáculo a sua viagem para o mar dos Sargãos.

Parece mesmo que a nossa legislação não teve outro objectivo senão deixar perder essa enorme quantidade de enguias que tendo atingido o seu completo desenvolvimento adquirem um sabor finíssimo devido ao seu emagrecimento.

Tantas restrições para a pesca da enguia durante o seu período de crescimento para depois as deixar fugir livremente para o mar quando atingem o seu completo desenvolvimento.

Toda a nossa legislação da pesca da enguia precisa ser adaptada aos conhecimentos actuais.

OBRAS DA BARRA

CAPÍTULO IV

O aumento da amplitude das marés dentro da laguna e as obras da barra

A minha atenção concentrou-se neste problema depois de uma queixa que alguns proprietários apresentaram quando viram as suas propriedades invadidas pelas marés que em sua opinião e na de muita gente, tinham começado a subir depois de concluídos os trabalhos a que dão o nome de obras da barra.

Este mal da invasão das propriedades pelas águas das marés e tantos outros que já hoje se fazem sentir na Ria de Aveiro hão-de agravar-se com o decurso dos anos e pouca ou nenhuma relação têm com as obras da barra.

Para melhor compreensão do que vamos tratar é conveniente, antes de mais nada, dar a definição do termo «barra» e dizer em que consistem os trabalhos realizados.

O termo «barra» aplica-se aos bancos de areia que se formam no mar por fora da linha da costa e que constituem a parte mais baixa da entrada para a embocadura dos rios.

Os bancos de areia que se formam por dentro da linha da costa chamam-se simplesmente bancos ou baixos.

Em Aveiro os bancos que constituem a barra ficam no mar a cerca de 700 metros da embocadura do rio e os trabalhos a que dão o nome de obras da barra ficam já por dentro da linha da costa.

Eu não conheço trabalhos de carácter permanente que, só por si, tenham modificado para melhor as barras de areia, cujo controle está dependente única e simplesmente das dragagens.

Essas obras de carácter permanente podem, é certo, facilitar e dar maior segurança ao trabalho das dragas, mas, que eu saiba nunca deram resultados directos.

O que eu acabo de dizer sobre a forma de controlar as barras de areia quase que é desnecessário para explicar o caso de Aveiro, tal é a sua simplicidade.

A distância entre a barra e o local onde foram realizadas as obras é suficientemente grande para se ver à simples vista que nenhuma relação é possível estabelecer entre as obras e as transformações contínuas a que estão sujeitas todas as barras de areia.

Qualquer que seja o estado da barra de Aveiro, as suas transformações para melhor ou para peor, nunca podem atribuir-se aos trabalhos a que dão o nome de obras da barra.

E desta forma as obras da barra não podem servir para explicar o maior volume de água que dizem entrar devido à sua acção sobre os bancos.

Mas por outro lado podia ainda argumentar-se com a maior largura do canal entre os molhos — o do sul com muitos anos de existência e o do norte acabado de construir — pois o maior volume de água que dizem entrar, tanto pode explicar-se pela maior profundidade da barra como pela maior largura do canal de entrada.

Tendo demonstrado que não se verifica a hipótese do aumento da profundidade da barra, vamos fazer uma análise do que se passa no canal entre os molhes.

Como se pode ver por uma simples visita, o molhe do norte em certas ocasiões fica no meio de uma duna de areia e só em pequena extensão está em contacto com a água.

Esta duna que já existia antes da construção do novo molhe e que formava a margem norte do canal da entrada, está sujeita a transformações periódicas que a ampliam ou reduzem, podendo essas transformações atribuir-se à direcção e força dos ventos, estado do mar e correntes marítimas junto da costa.

Umaz vezes chega quase a desaparecer, mas em certas ocasiões abrange mais de metade da distância entre os molhes.

Por outro lado o dique regulador que se assemelha muito a um ilheu no meio de um canal, também não pode servir para explicar o maior volume de água que dizem entrar.

O seu efeito pode ser exactamente em sentido contrário visto ter reduzido a largura do canal.

Não há pois alterações na barra e no canal entre os molhes que possam explicar de forma compreensível um maior volume de água entrado para dentro da laguna.

E então nós temos de procurar outra forma de explicar o aumento de amplitude das marés dentro da laguna, mas antes de entrar propriamente neste assunto, eu julgo conveniente ver a questão ainda sob outro aspecto, para acabar de uma vez para sempre com essa história que anda repetida de boca em boca sem a menor consistência e sem mesmo aquela parte atractiva que muitas vezes anda ligada às lendas criadas pela nossa fértil imaginação.

Admitamos então por um momento que o nível das marés dentro da laguna subiu em consequência da maior quantidade de água entrada pela barra.

Esta hipótese é aceitável e compreensível na parte que se refere à subida do nível no preamar, mas coloca-nos numa situação embaraçosa na parte que se refere à descida de nível da maré no baixamar para a qual nós não conseguimos encontrar explicação.

A quantidade de água que teria entrado a mais durante a enchente voltaria a sair para o mar na vazante, pois a água que entra é sempre igual à que sai, e, sendo assim, o nível do baixamar não se modificava.

É preciso, pois, encontrar outras causas que possam explicar de forma compreensível o aumento de amplitude das marés dentro da laguna.

Como se explica o aumento de amplitude das marés pela redução da capacidade da laguna

Para melhor compreensão do raciocínio que vamos seguir é necessário ter em atenção que o aumento da amplitude das marés dentro da laguna só se faz sentir a partir de uma certa distância da barra; nas suas proximidades o regime das marés na laguna é sensivelmente igual ao da barra, tanto no que diz respeito à hora do preamar e baixamar como na parte relativa à sua amplitude.

Até uma certa distância da barra não há alterações sensíveis no regime das marés.

E então tudo quanto vamos dizer só se aplica a uma determinada faixa cujos limites podem ser determinados por observações em vários pontos da ria.

A chave do enigma

O Estado ainda hoje está na posse de certos terrenos à beira da ria, cujas ervagens são arrematadas anualmente na Capitania, constituindo receita da Junta o produto dessas arrematações.

Como as glebas do domínio público marítimo não estão demarcadas, são frequentes os litígios entre os arrematantes e os proprietários das terras com eles confinantes, tendo o capitão do porto de resolver esses litígios quase sempre duma forma discricionária por falta de elementos em que possa fundamentar as suas decisões.

Como do simples exame dos terrenos e da discussão das partes litigantes nada era possível concluir, adoptei o processo de cada uma das partes se fazer acompanhar de pessoas de idade que, residindo há muitos anos na região, tivessem perfeito conhecimento das transformações por que tinham passado os terrenos em litígio.

Ouvia sempre essas pessoas de idade com interesse e até com prazer porque nas suas informações estava condensada toda a história da Ria de Aveiro dos últimos quarenta ou cinquenta anos.

Na Murtosa tive ocasião de ver os restos da Lagôa do Loureiro que segundo o testemunho de pessoas que ouvi, tinha noutros tempos uma grande superfície e bastante fundo e nela navegavam os barcos. Na ocasião em que a visitei já estava reduzida a proporções insignificantes e quase assoreada; e à medida que a lagôa ia diminuindo iam aumentando à sua custa as propriedades confinantes.

Na viagem de regresso a Aveiro comecei a pensar na forma como se distribuiria pela ria a água que noutros tempos enchia a Lagôa do Loureiro e de raciocínio em raciocínio, fui levado a concluir que a água das marés que antigamente ia para essa lagôa e para tantos outros espaços que hoje são terra firme, só pode distribuir-se pela ria à custa da subida de nível.

A Lagôa do Loureiro foi, pois, a chave do enigma que tanto me custou a decifrar por não conhecer as transformações que a laguna vinha sofrendo.

O aumento de amplitude das marés e a sua mecânica

O mar e a laguna são dois vasos comunicantes que só deixam de despejar água de um para o outro no momento em que os níveis da maré da barra e na laguna são iguais, pois só então é que se dá a inversão da corrente.

A corrente do mar para dentro da laguna só muda de sentido cerca de duas horas depois do preamar na barra, isto é, na barra e suas proximidades a maré começa a descer logo após o preamar, mas a corrente do mar para dentro da laguna mantém-se até que o nível da maré na laguna seja igual ao nível da maré na barra, o que só vem a dar-se cerca de duas horas depois do preamar na barra.

E assim é fácil de ver que a amplitude das marés vai diminuindo à medida que nos afastamos da barra, o que de resto acontece em todos os rios sujeitos ao regime de marés.

Mas no caso especial da Ria de Aveiro, esta diferença de amplitude é mais brusca devido à sua grande capacidade em relação com a quantidade de água que entra por unidade de tempo.

E sendo mais brusca esta queda de amplitude, a maré na laguna é mais susceptível de se aproximar do regime das marés da barra quando se derem reduções sensíveis na sua capacidade, quer essas reduções sejam devidas unicamente à diminuição da sua superfície, quer sejam devidas unicamente à elevação do fundo e ainda com mais forte razão quando as duas causas actuarem simultaneamente, que é de facto o que se passa na Ria de Aveiro.

Se nós tivermos um tanque com a capacidade de 100 metros cúbicos e lhe deitarmos para dentro 50 metros de areia, bastam 50 metros cúbicos de água para o encher.

Este é o caso da Ria de Aveiro na sua máxima simplicidade.

Mas quando se explica uma questão é sempre bom apresentar um exemplo que é uma espécie de prova real.

Para isso consideremos o caso especial das marés vivas cuja amplitude na barra é de 3,60 metros.

Tendo em linha de conta o facto real e comprovado de a água do mar correr para a laguna durante cerca de oito horas, não podemos deixar de concluir que o nível da laguna em preamar só é igual ao nível da barra quando a maré aqui já tiver cerca de duas horas de vazante a que corresponde um abaixamento de nível de 90 centímetros aproximadamente.

Daqui se conclue que, no caso presente, o nível da maré na laguna ficou 90 centímetros abaixo do nível do preamar na barra.

Suponhamos então que a laguna sofreu uma nova redução na sua capacidade de tal forma que a maré subindo mais rapidamente dentro da laguna atingiu o nível da barra no fim de sete horas em lugar de oito. O que acontece então?

Aconteceu que a quantidade de água entrada durante a corrente na enchente foi menor, visto que a duração dessa corrente diminuiu de oito para sete horas.

E quando este caso se verificar o nível da maré na laguna em preamar terá subido mais 67 centímetros, não obstante ter entrado menos água.

E aqui fica explicado o paradoxo que se refere à subida do nível das marés dentro da laguna e que foi mencionado no prefácio deste estudo. «Quanto maior for a subida do nível das marés dentro da laguna menor é a quantidade de água que entra pela barra em cada período de enchente».

Mas quando se entra em matéria de especulação devemos ir sempre até onde o nosso raciocínio nos conduz para não deixarmos as questões em meio. Neste caso é preciso ainda ver as deduções que se podem tirar do paradoxo e que não passam dum simples corolário: — Se a duração da corrente de enchente diminuiu, a duração da corrente de vazante teve necessariamente de aumentar e a esse aumento de tempo de vazante terá necessariamente de corresponder um maior volume de água despejada da laguna para o mar e por consequência uma maior descida de nível na laguna em baixamar.

Partindo deste exemplo que me parece ter ilucidado a questão, sou levado a concluir que se houvesse registos de observações de marés referentes a muitos anos passados, feitas em vários pontos da ria, a certa distância da barra devia notar-se uma diferença na hora do preamar que se vai aproximando da hora do preamar na barra à medida que o nível da maré vai subindo na laguna.

Antes de prosseguir no meu raciocínio é conveniente notar que o exemplo apresentado para melhor explicação do paradoxo, sendo verdadeiro em teoria, não pode certamente verificar-se na prática, ainda mesmo que à subida de nível causado pela redução da capacidade da laguna tenhamos de juntar a subida do nível proveniente do maior volume de água que possa

entrar em consequência da desobstrução dos bancos da barra, pois, à medida que o nível da maré vai sendo mais elevado, a subida do nível vai sendo cada vez mais lenta em virtude de a área inundada ir aumentando sempre devido ao carácter plano e alagadiço da região confinante com a ria; mas é conveniente salientar também que, no estado em que a laguna já hoje se encontra basta uma subida de nível de 20 ou 30 centímetros para causar graves prejuízos em certos pontos da região.

Posta a questão neste pé julgo ter dito o bastante para se poder formar um juízo seguro sobre este problema vital para a região à volta da laguna e parece-me também ter demonstrado com suficiente clareza que o aumento da amplitude das marés na Ria de Aveiro não tem a menor ligação com as obras da barra; mas como é mais cómoda aceitar as opiniões dos outros sobre determinados fenómenos do que proceder ao exame reflectido das suas causas, eu julgo ainda necessário insistir num outro ponto.

Refiro-me à maior extensão da laguna que hoje se vê descoberta no baixamar.

Se para explicarmos a maior extensão da laguna que hoje se vê descoberta em baixamar, recorressemos simplesmente à elevação dos fundos provocada pelo assoreamento, a explicação ficaria incompleta.

Da mesma forma ficaria incompleta a explicação, se recorressemos simplesmente à maior descida de nível da maré em baixamar.

É claro que a causa fundamental e única de hoje aparecer descoberta uma maior extensão da ria, reside na elevação dos fundos, mas nem tudo quanto se vê fora da água representa assoreamento como sucederia num reservatório fora do alcance das marés.

Na Ria de Aveiro, dos bancos que no baixamar aparecem fora da água, alguns há que não chegariam a descobrir e outros há que não descobririam tanto, se ao assoreamento não houvesse a juntar o abaixamento de nível da maré que no fim de contas não é senão uma consequência da elevação dos fundos.

Só entrando em linha de conta com estes dois factores — elevação dos fundos e descida do nível das marés em baixamar é que a explicação fica completa.

Mas para que a explicação, além de completa, fique também clara, é conveniente ainda estabelecer a cadeia de fenómenos que se sucedem uns aos outros: — O assoreamento a que está sujeita a laguna dá lugar dá lugar à elevação dos fundos; e elevação dos fundos por sua vez dá lugar à redução da capacidade da laguna; a redução da capacidade da laguna dá lugar à subida mais rápida da maré e por consequência à menor duração da corrente de enchente e menor quantidade de água entrada, e a esta menor duração da corrente de enchente e menor quantidade de água entrada, corresponde uma maior duração da corrente de

vazante e uma maior quantidade de água despejada da laguna para o mar que tem como consequência uma maior descida de nível em baixamar.

É esta a mecânica do aumento da amplitude das marés na Ria de Aveiro cuja explicação, pela sua monotonia, pode fazer lembrar aquela lenga-lenga muito conhecida do «gato que papa o rato» mas eu não encontrei outra forma de a expôr com mais clareza.

E agora para terminar vou responder a uma pergunta que ninguém me fez, mas que por ser muito natural, toda a gente tem o direito de fazer.

Se o aumento da amplitude das marés é devido unicamente à elevação dos fundos, porque é que esse aumento só agora começou a sentir-se quando é certo que a elevação dos fundos deve ser tão antiga como a própria laguna?

Em primeiro lugar eu não sei se o aumento de amplitude das marés na laguna é um fenómeno recente; é muito possível que esse aumento venha a dar-se de uma forma imperceptível desde há muitos anos, devido unicamente à diminuição da sua área e ligeira redução da sua capacidade.

O aumento da amplitude das marés só agora se manifestou claramente porque os fundos da ria foram diminuindo até ao ponto de as sondas serem negativas, isto é, a elevação dos fundos deu lugar à formação de bancos que ficam descobertos no baixamar, reduzindo assim de maneira sensível a capacidade da laguna.

Enquanto os fundos da ria não começaram a descobrir com os assoreamentos, a sua elevação nenhuma influência teve na redução de capacidade da laguna e, por isso, as marés mantiveram-se com a mesma amplitude, embora os fundos viessem diminuindo, pois desde que eles não descubram é indiferente que a profundidade da laguna seja de um ou mil metros.

É claro que neste trabalho se designa por «capacidade da laguna» — a quantidade de água que ela pode receber desde o máximo baixamar até ficar cheia sem inundar as margens e, por isso, não se entra em linha de conta com a parte que fica sempre coberta, cuja profundidade para efeito das marés nenhuma influência tem.

Consequência da redução da capacidade da laguna

Se este vasto reservatório de água que se chama Ria de Aveiro e que o Rio Vouga encontra no seu curso, já próximo do mar, estivesse fora da influência das marés, como sucede, por exemplo com a Pateira de Fermentelos, a redução da sua capacidade não teria certamente um carácter muito grave.

Suponho que a despreocupação em que vivemos, considerando o solo como um elemento fixo e constante, se transmite às gerações vindouras, o assorea-

mento gradual e constante, a que está sujeita a Ria de Aveiro, se esta não estivesse dentro do alcance das marés, teria como simples remate o seu desaparecimento.

E as consequências do seu desaparecimento resumiam-se na transformação da laguna numa extensa área de terrenos que pela sua fertilidade podiam compensar a perda do peixe que ainda hoje ali se pesca e até o sistema de transportes que ainda proporciona.

Não é este, porém, o caso da Ria de Aveiro.

A sua função não é simplesmente económica; a Ria de Aveiro é salvaguarda de muitas propriedades cuja altitude é inferior ao nível das marés na barra em preamar de águas vivas e que hoje não são inundadas pela água salgada, única e simplesmente porque a grande capacidade que a laguna ainda tem não dá tempo a que as marés subam até as inundar.

É difícil dizer, mesmo só com a aproximação, quais as propriedades que seriam inundadas com a redução da capacidade da laguna; poder-se-á dizer no entanto, que as propriedades numa faixa próxima da barra não seriam afectadas, visto que o nível das marés nessa faixa já se aproxima muito do nível das marés na barra. O mesmo se pode dizer acerca das propriedades muito distantes da barra onde a redução da capacidade da laguna só teria como consequência uma ligeira subida da água ou uma simples diminuição de velocidade na corrente do rio Vouga.

Há, porém, uma faixa compreendida entre dois círculos cujo centro está na barra, que deve sofrer o efeito da subida das marés na laguna, provocada pela redução da sua capacidade.

Qual a situação dessa faixa é que não é possível determinar com um simples golpe de vista. Só um estudo muito completo poderá fixar os seus limites.

No entanto, eu tive ocasião de notar que as ruas de Aveiro, junto aos canais que atravessam a cidade, começam a ser invadidas pelas marés das águas vivas, não, como ali se afirma, por causa das obras da barra, mas, sim, por causa da redução da capacidade da laguna.

E então aos prejuízos resultantes da inundação e consequente esterilização de certas propriedades confinantes com a ria, nós temos ainda de juntar a possibilidade de uma parte da cidade de Aveiro ficar debaixo de água nas marés vivas.

É este o carácter mais grave da redução da capacidade da laguna, que, sem dúvida alguma, irá sendo cada vez mais acentuada se tudo continuar entregue à Providência.

Em todo o caso eu julgo que a capacidade da laguna ainda hoje é bastante grande para se ver num futuro próximo a ruína da região causada pelas inundações da água salgada; mas é bom ter bem presente no espírito que tudo quanto se projecte fazer na barra tem de

ser considerado conjuntamente com as transformações que se estão dando na laguna.

O facto de as obras da barra até hoje realizadas não terem prejudicado muitas propriedades agrícolas, não quer dizer que se possa melhorar a barra sem consequências graves para a região.

Os melhoramentos da barra e a defesa de algumas propriedades confinantes com a ria, são problemas contraditórios.

CONCLUSÕES

CAPÍTULO V

É NATURAL que os problemas da Ria de Aveiro ventilados neste estudo venham a ser objecto de crítica, sobretudo na parte que se refere à contradição que eu disse existir entre as transformações da laguna e quaisquer projectos de futuras obras a realizar na barra.

A crítica é sempre necessária, pois a verdade só pode aparecer sempre com toda a nitidez quando se dá o choque de opiniões contrárias.

As nossas conclusões podem ser modificadas ou aparecer com mais brilho se de facto correspondem à verdade. Em qualquer dos casos a discussão bem orientada só tem vantagens e é sempre um estimulante.

E então para facilitar a crítica deste estudo, é conveniente apresentar as conclusões a que cheguei, tanto na parte que se refere à pesca da enguia, como no que diz respeito às transformações da laguna relacionadas com as obras da barra.

I PARTE

Quadro Ilucidativo do que se passa em Aveiro com a pesca da enguia

A população à volta da laguna, já a braços com um nível de vida mais baixo do que é admissível em qualquer país civilizado, encontra na legislação da ria um novo agravamento das suas dificuldades que estão bem patentes na sua indumentária.

Muitas foram as situações difíceis que tive de enfrentar pela vida fora, mas nunca, antes de ir para Aveiro, tinha visto na sua forma exuberante, um conflito entre a legalidade e a razão.

Este conflito aparece na legislação da pesca da enguia e arrasta-se desde 1917 sem a menor tentativa de se lhe pôr termo.

A concessão de licenças para pescar enguias que não existem nem podem existir na Ria de Aveiro, dá

lugar a um ciclo vicioso das mais desastrosas consequências.

Um pescador tendo gasto o seu dinheiro numa licença que lhe é passada pelo Estado para pescar enguias que não existem, faz, muito naturalmente, aquilo que toda a gente faria: — Vai diminuindo as dimensões da malha até poder capturar as enguias que, de facto, encontra.

Comete assim uma transgressão que é punida com multa, e como os seus proventos vêm unicamente da pesca, a forma de arranjar dinheiro para o seu pagamento, consiste na reincidência da transgressão.

E assim quanto mais multas forem aplicadas mais transgressões se cometem e quanto mais transgressões se cometem mais multas são aplicadas, não havendo forma de sair deste ciclo vicioso enquanto não se modificar a legislação vigente, de forma a ficar de harmonia com os conhecimentos actuais da vida das enguias na parte relativa ao seu habitat.

Na crítica que possa fazer-se a este trabalho pode argumentar-se da seguinte forma: — Se os pescadores sabem que não há enguias com 25 centímetros de comprimento, para que é que tiram as licenças?

Esta forma de argumentar é razoável, mas apresenta a questão apenas sob um aspecto, pois a essa observação poder-se-á responder: — Se o Estado, o autor da lei, sabe que na Ria de Aveiro, as dimensões das enguias são inferiores a 25 centímetros e que só muito excepcionalmente pode aparecer uma ou outra de dimensões iguais ou superiores a 25 centímetros, não pode nem deve passar tais licenças sob pena de levar os pescadores ao cometimento de transgressões e o capitão do porto ao cometimento de injustiças com a aplicação das multas.

Quando as leis não se podem cumprir, quem julga só faz justiça quando absolve porque não há maneira de conciliar a justiça com a benevolência ou com a legalidade.

Mas nesta questão não há má fé de qualquer das partes; o que há da parte dos pescadores, é simplesmente a necessidade mais imperiosa da vida que nos obriga a comer para não morrer; e da parte do Estado a organização dos seus serviços que se concentra no expediente diário das repartições fora do contacto com os problemas cuja solução só pode encontrar-se no campo das experiências e da observação.

E pelo que me foi dado observar, a região que se estende desde a barra de Aveiro até à Pateira de Fermentelos é, por assim dizer, um grande laboratório onde se podem fazer todas as experiências necessárias para conhecimento exacto da forma como se distribuem as enguias pelas águas litorais e do interior.

Só depois de feitas essas experiências por quem tiver calma para andar devagar, não se contentando

com observações incompletas, é que a nossa legislação poderá ser feita com toda a segurança.

O regulamento da pesca da enguia na Ria de Aveiro tal como está, procura proteger os exemplares com menos de 25 centímetros, e quando as enguias atingem o seu completo desenvolvimento, abre-lhes o caminho para o mar dos Sargaços, deitando fora uma enorme quantidade de alimento que podia ser tão útil à população.

Refiro-me às enguias prateadas que, tendo deixado de se alimentar, não podem ser apanhadas à sertela e que tendo deixado de ser peixes de fundo não podem ser pescadas com redes de arrasto.

A única forma de apanhar estas enguias de um sabor finíssimo devido ao seu emagrecimento, e que chegam a pesar dois Kgs. e mesmo mais, consiste no emprego de aparelhos fixos e na construção de barragens; mas tudo isto é proibido sob o pretexto de que esses aparelhos fixos e barragens produzem assoreamentos, quando por outro lado durante três meses em cada ano, ninguém pode tocar nas plantas da ria que formam uma barragem muito mais perigosa para a conservação da capacidade da laguna.

É este um dos aspectos a considerar em qualquer estudo que venha a fazer-se e que tenha por objectivo a publicação de leis sobre a pesca da enguia e ainda sobre as medidas a tomar para a conservação da capacidade da laguna que é um dos problemas vitais da região.

Sobre a pesca da enguia, ao fazer-se uma análise do quadro onde se encontra o resumo da nossa legislação marítima, apontou-se o facto de essa legislação se basear no Regulamento Geral dos Serviços Aquícolas nas águas interiores do País, onde se foi buscar a disposição que proíbe a pesca de enguias com menos de 25 centímetros de comprimento.

Adoptando-se esta disposição cometeu-se o erro fatal que na Ria de Aveiro dá lugar, como se disse, ao tal ciclo vicioso das mais desastrosas consequências.

A disposição que no Regulamento Geral dos Serviços Aquícolas fixa em 25 centímetros o tamanho mínimo das enguias que se podem pescar ao abrigo da lei, é uma disposição perfeitamente compreensível e justificável, digamos mesmo necessária, para as águas doces onde aqueles Serviços exercem a sua jurisdição, mas que de forma nenhuma pode ser aplicada às águas sob a jurisdição das Capitanias.

A enguia da Europa ou enguia vulgar, a única que povoa os nossos estuários e rios é um peixe que só completa o seu crescimento em água doce, fazendo apenas uma parte do seu crescimento nas águas sob a jurisdição das Capitanias, onde a salinidade é elevada.

Na Ria de Aveiro, pelo que me foi dado observar, as enguias não demoram ali mais de três a cinco anos

até entrarem nas águas doces, e, por isso, as suas dimensões só muito excepcionalmente podem atingir os 25 centímetros fixados na lei.

De uma maneira geral pode dizer-se que as enguias na Ria de Aveiro não têm mais de 20 centímetros; só uma ou outra ultrapassa aquele comprimento, ou porque fique ali mais tempo até penetrar nas águas doces ou porque se desenvolva mais rapidamente devido a idiosincrasias individuais.

É a esta conclusão que nos levam os estudos feitos no mar Báltico, os cuidados necessários para a criação das enguias na Lagôa de Comacchio e, de uma maneira geral, os conhecimentos actuais da vida das enguias.

II PARTE

Modificações a introduzir na legislação actual da Ria de Aveiro. Experiências a fazer para a pesca das enguias prateadas durante a sua viagem migratória para o mar

Para melhor compreensão das conclusões a que somos levados por este estudo é conveniente estabelecer ainda um confronto entre o mar Báltico e a Ria de Aveiro no que respeita ao desenvolvimento das enguias.

A Lagôa de Comacchio não pode ser utilizada para nos orientar nas nossas conclusões porque as enguias são transportadas para ali com todos os cuidados e enquanto são pequenas ficam isoladas para não serem comidas pelos outros peixes que também ali se criam. Além disso na Lagôa de Comacchio prepara-se tudo para que as enguias encontrem ali o habitat adequado ao seu desenvolvimento.

Isto não sucede no mar Báltico nem tão pouco na Ria de Aveiro onde são as enguias que têm de procurar as águas que a natureza lhes oferece para o seu desenvolvimento.

Sendo assim, podemos então estabelecer o confronto entre as condições favoráveis e desfavoráveis que o mar Báltico e a Ria de Aveiro reúnem para facilitar ou dificultar o seu crescimento.

Quando se tratou da distribuição das enguias pelas águas continentais viu-se que o mar Báltico podia comparar-se a um imenso estuário.

Também no prefácio deste estudo a Ria de Aveiro foi definida como um grande estuário onde a água doce se mistura com a água salgada.

No Báltico, onde a salinidade da água é apenas uma quinta parte da salinidade do Atlântico as enguias podem viver de cinco a doze anos.

Na Ria de Aveiro onde a salinidade nos meses de verão é pouco inferior à do Atlântico, as enguias não podem viver mais de três a cinco anos.

No mar Báltico as enguias atingem o comprimento de 20 a 50 centímetros porque podem ali fazer a maior parte do seu crescimento.

Na Ria de Aveiro as enguias, salvo raríssimas excepções, não chegam a atingir vinte e cinco centímetros porque só fazem uma pequena parte do seu crescimento.

No mar Báltico, devido à sua imensa capacidade, não surge o problema da concorrência alimentar e sendo a amplitude das marés de trinta centímetros apenas, pode dizer-se que não existem as correntes que, obrigando a um grande dispêndio de energia, atrasam o seu crescimento.

A Ria de Aveiro, devido à sua posição geográfica, recebe todos os anos um enorme contingente de enguias, que sendo exagerado para as suas possibilidades de nutrição, faz nascer o problema da concorrência alimentar, agravado ainda pelas correntes das marés.

E assim, o crescimento das enguias no mar Báltico é mais rápido do que na Ria de Aveiro.

Posta a questão neste pé, nasce naturalmente esta pergunta:— Então qual deve ser o caminho a seguir para resolver o problema da pesca da enguia na Ria de Aveiro?

Este estudo, embora tenha ainda alguns pontos fracos, já nos pode servir de guia para responder àquela pergunta.

Toda a legislação da pesca deve ter como objectivo proteger as espécies, permitindo a sua reprodução e o seu desenvolvimento normais, de forma que possa sempre tirar-se do mar ou dos rios a maior quantidade de alimento.

Vamos então aplicar este princípio à pesca da enguia na Ria de Aveiro que é o nosso único objectivo.

No capítulo da vida das enguias ficou dito que na Lagôa de Comacchio, na Itália, se pescam anualmente 1000 toneladas de enguias, mas não se mencionou o peso médio atribuído a cada uma.

Neste cálculo adoptou-se o peso médio de 300 gramas para cada enguia, embora apareçam exemplares com mais de dois quilogramas.

Adoptaremos também aquele peso médio de 300 gramas para os nossos cálculos.

Viu-se que o número de ovos da postura de uma só enguia oscila entre cinco milhões e dez milhões.

Sendo assim, se todas as enguias provenientes da eclosão dos ovos atingissem aquele peso, uma só enguia daria uma quantidade de alimento que vai de 1500 a 3000 toneladas.

Basta considerar a enorme fecundidade das enguias para não haver preocupações com o possível desaparecimento da espécie se a pesca não for regulamentada, mas desde que elas fornecem uma parte de alimento da população, é natural que essa quantidade de alimento seja elevada ao máximo com leis adequadas.

Em certos países da Europa a pesca da enguia é feita em todas as fases do seu crescimento sem qualquer lei que fixe as dimensões mínimas, e até hoje não consta que tenha surgido qualquer problema que leve a modificar essa prática.

Em todo o caso, este sistema de pesca faz perder uma enorme quantidade de alimento que para nós é de grande utilidade.

E então na Ria de Aveiro só deve ser permitida a pesca das enguias mais desenvolvidas, e estas, como se viu, ficando ali apenas de três a cinco anos, só muito excepcionalmente atingem dimensões superiores a vinte centímetros.

Reduzindo-se para quatro ou cinco milímetros as dimensões da malha das redes empregadas na pesca da enguia, não só os pescadores podem trabalhar ao abrigo da lei, como a concorrência alimentar é atenuada de forma a não embaraçar o crescimento das enguias mais pequenas.

Além disso, indo a enguia reproduzir-se no mar, ao contrário do que sucede com o salmão que entra nos rios para desovar, também não se justifica qualquer período de defeso.

A pesca deve ser permitida durante todo o ano como se faz na Itália, onde o estudo da vida das enguias tem merecido a atenção dos melhores biólogos.

E agora, antes de terminar estas conclusões, é conveniente insistir ainda nas experiências a fazer para a pesca das enguias prateadas.

Se entrarmos em linha de conta com o grande número de rios, valas, lagôs e outros depósitos de água doce que por uma forma ou por outra têm a sua ligação com a Ria de Aveiro, estas enguias devem contar-se por muitos milhares e a sua saída livre para o mar representa uma enorme quantidade de alimento que se perde sem vantagem nenhuma para as populações da região.

Só experiências bem orientadas nos poderão mostrar qual o processo prático de pescar estas enguias.

Em todo o caso, tudo leva a crer que as pescarias mais abundantes no canal entre os molhos devem ter lugar na vazante durante a noite.

Por outro lado, sendo a enguia prateada um peixe lucífugo, a sua viagem terá de ser interrompida durante o dia para se poder abrigar da luz debaixo de plantas que se criam na ria e, por outro lado, tendo a sua força muscular bastante reduzida por causa do jejum a que está submetida, a corrente de enchente é também um obstáculo à sua descida para o mar.

Se tudo se passar assim, o lançamento de redes no canal de entrada não terá a menor interferência com os navios que só passam pelo canal durante o dia.

III PARTE

As obras da barra e a defesa da região à beira da laguna

Como é constituída a defesa da parte baixa da cidade de Aveiro e de algumas propriedades confinantes com a laguna que não são invadidas pela água das marés, não obstante a sua altitude ser inferior ao nível do preamar na barra.

Na manhã de 28 de Janeiro de 1937, devido a um violento temporal de oeste que coincidiu com a cabeça de água, a força do vento que soprava enfiado pelo canal de entrada não permitiu que se estabelecesse a corrente de vazante depois do preamar.

Na parte baixa da cidade de Aveiro podia andar-se de barco e uma grande parte da região em volta da laguna ficou submersa.

Depois do que se passou com este temporal pode dispensar-se qualquer trabalho de nivelamento para se ver que uma grande parte da região em volta da laguna tem uma altitude inferior à do nível das marés na barra em preamar de águas vivas.

Estando esta região tão próxima do mar, parece-nos estranho que as inundações não tenham lugar sempre que as marés se aproximam da sua maior amplitude e essa estranheza faz-nos reflectir e procurar saber quais os elementos naturais que a defendem.

Quem tiver conhecimento de que as marés fluviais atingem com frequência pontos muito distantes do mar, não pode deixar de notar o caso especial do rio Vouga.

Comparando, por exemplo, o que se passa no Tejo com o que se observa no Vouga, encontramos uma diferença tão grande que, mesmo sem querer, somos levados a procurar a sua explicação.

Enquanto que no Tejo as marés se fazem sentir a cerca de 100 Kms. do mar, no rio Vouga as marés desaparecem a uma distância da barra que não vai muito além de 15 Kms.

Como se explica este caso especial do rio Vouga?

Esta pequena distância a que se fazem sentir as marés no rio Vouga é devida à colaboração de três elementos naturais: — A grande capacidade da laguna, a pequena largura do canal que dá acesso à ria e a pequena profundidade da barra.

Da acção conjunta destes elementos resulta que a amplitude das marés vivas diminui à razão de vinte e quatro centímetros por quilómetro desde a barra até ao ponto em que deixam de se fazer sentir no rio Vouga.

Nesta queda brusca de amplitude reside a defesa da parte baixa da cidade de Aveiro e de muitas propriedades confinantes com a ria.

Cada um daqueles elementos desempenha o seu papel.

A laguna, ainda em tempos não muito remotos, absorvia toda a água que entrava pelo canal que dá acesso à ria.

Hoje, devido à redução da sua capacidade, a laguna, nas marés vivas, já deixa transbordar uma parte da água que recebe do mar, começando assim a dar-se a inundação de alguns pontos da região.

O canal que dá acesso à ria, sendo estreito, impede que a água do mar entre numa quantidade incompatível com a capacidade da laguna e com o carácter alagadiço dos terrenos que a cercam.

Os bancos da barra, formando por sua vez uma trincheira, reduzem também o volume da água que entra em cada período da enchente, colaborando assim com os dois primeiros elementos da defesa da região.

O assoreamento constante a que está sujeita a laguna não deve ser protegido pelo Estado, nem tão pouco o canal de entrada e a barra devem sofrer alterações que prejudiquem a região.

Laguna

A conservação da capacidade da laguna é um problema vital para a região, devendo por isso figurar sempre à frente de todos os outros.

Se a função que exerce tivesse sido oportunamente apreciada, talvez que a sua capacidade ainda hoje fosse suficiente para receber toda a água das marés sem despejar uma parte por cima das margens.

Mas o assoreamento da laguna nos últimos 25 ou 30 anos, caminhou a passos gigantesco devido à intervenção do Estado.

Segundo informações colhidas de algumas pessoas de idade, era prática corrente a extracção dos lodos e terras do leito da ria e mesmo das praias particulares, sendo estes lodos e terras transportados em barcos para vários pontos da região e dali, depois, em carros para as propriedades agrícolas.

Eram muitos os barcos que se empregavam neste serviço de extracção de lodos, trabalhando todos os anos em vários pontos da ria durante os meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro.

Calcula-se em cinco metros cúbicos a quantidade de terra que cada barco levava todos os dias para os vários pontos da região onde se fazia a descarga.

Esta prática que vinha sendo seguida desde há muitos anos, teve de ser abandonada, segundo ouvi dizer, por ordem expressa da Capitania, há talvez uns vinte e cinco ou trinta anos.

Não é fácil compreender o alcance desta medida do Estado.

Esses trabalhadores, independentemente do serviço que prestavam à agricultura, combatiam o assoreamento da laguna devido, como se disse, aos efeitos secundários da erosão.

Essas terras e lodos que hoje estariam aumentando a fertilidade das propriedades agrícolas, encontram-se ainda na ria fazendo parte dos bancos que descobrem por toda a parte e fechando os canais que vão desaparecendo.

Dos trabalhadores da ria, uma parte teve de arranjar outro modo de vida, outra parte continuou na apanha das plantas que constituem o molicho, mas sob uma fiscalização da Capitania que limita a sua acção no combate do assoreamento.

No corte das plantas empregava-se uma alfaia conhecida pelo nome de gadanha que, cortando as plantas rentes, limpava o leito da ria e chegava mesmo a trazer alguma terra juntamente com o molicho.

Este processo de trabalho foi proibido, substituindo-se a gadanha pelo ancinho que nunca limpa bem o fundo.

Não satisfeito ainda com estas duas primeiras medidas, o Estado fixou um período de três meses em cada ano, durante o qual é proibido apanhar molicho, ficando assim as plantas a colaborar no assoreamento da ria.

O Estado conseguiu assim proteger a acção dos factores naturais que produzem o assoreamento da laguna.

Não consegui descobrir as vantagens destas disposições regulamentares que nem mesmo as plantas que constituem o molicho conseguiram salvar.

Essas plantas, há talvez uns quinze anos, eram a «fita», a «folha» e o «cirigo».

A «fita» já desapareceu, a «folha» está a definhar e só o cirigo se mostra resistente às transformações por que está passando a laguna.

Todas estas medidas, quaisquer que fossem os seus objectivos, mostram bem o desconhecimento do papel que a laguna desempenha na defesa da região.

Canal de entrada

O aumento da velocidade da corrente do canal de entrada que se verificou depois da construção do molhe norte e do dique regulador, pode dar a impressão de a barra estar mais larga e mais funda; mas esta impressão desaparece facilmente com um prumo e, uma vez posta de parte, nós temos de procurar outra forma de explicar o que se passa.

O molhe norte e o dique regulador reduziram a largura do canal de entrada e por isso não podem ser apontados como elementos responsáveis pela subida do nível das marés dentro da laguna.

Esta redução da laguna do canal entre os molhes, dificultando a entrada da água do mar, dá lugar a que as marés dentro da laguna subam mais lentamente do

que as marés na barra, produzindo-se assim um desnível que provoca o aumento de velocidade da corrente.

Esta é queé, a meu ver, a maneira exacta de explicar o que se passa.

E sendo esta a verdadeira explicação, nasce o problema da largura que o canal deve ter para atender simultaneamente à segurança dos navios e à defesa da região em volta da laguna.

BANCOS DA BARRA—É este o terceiro elemento da defesa da região em volta da laguna.

A existência dos bancos reduz a quantidade da água que entra em cada período de enchente e, por isso, se algum dia desaparecerem, essa quantidade de água será então maior do que é hoje.

As obras da barra e a defesa da região em volta da laguna são problemas contraditórios

Antes de fechar este capítulo julgo da maior importância fazer ainda uma análise dos trabalhos levados a efeito pelo Estado no canal da entrada entre os mo-

lhes e dos que se projectam fazer sob a designação de obras complementares.

A melhor forma de atingir o seu objectivo será talvez fazer incidir essa análise sobre uma passagem que se encontra a páginas 39 do livro «AVEIRO E A SUA LAGUNA» publicado em 1944.

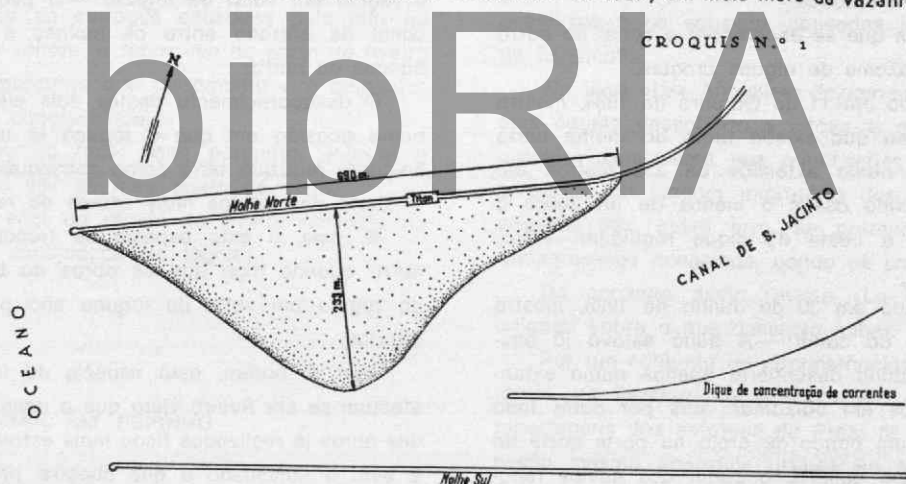
Afirma-se ali o seguinte:

«Com o alargamento e aprofundamento do canal da barra resultantes das obras já realizadas e consequente aumento de amplitude das marés, o volume de água que entra e sai em cada maré segundo informação oficial, deve actualmente andar à volta de 90 milhões de metros cúbicos — quatro vezes por dia, duas na enchente e duas na vazante».

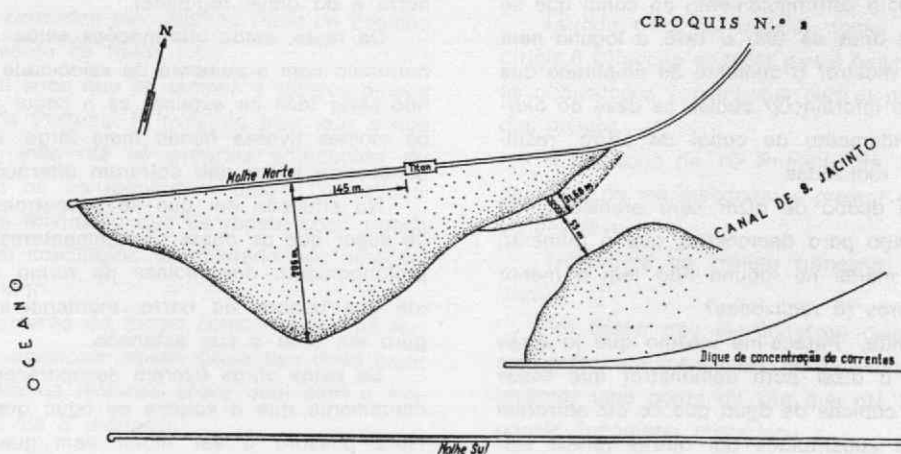
O aumento da amplitude das marés já foi explicado pela redução da capacidade da laguna, mas, quando nós estamos agarrados a uma ideia durante muito tempo, não é fácil fazê-la desaparecer completamente.

No caso presente, aqueles que explicam o aumento da amplitude das marés, pelo maior volume de água que começou a entrar depois de concluídas as obras

Estado do canal da Barra de Aveiro em 11 de Outubro de 1937, em meia maré da vazante



Estado do canal da Barra de Aveiro em 30 de Junho de 1938, em baixamar



no canal da barra, podem transigir um pouco e procurar uma solução média: isto é, podem ficar agarrados em parte ao seu ponto de vista e em parte ao ponto de vista contrário, atribuindo assim o aumento da amplitude das marés à acção conjunta das obras do canal da barra e da redução da capacidade da laguna.

Esta transigência não deixaria de representar uma condenação das obras da barra que assim ficariam responsáveis em parte pelo aumento da amplitude das marés na laguna que a pouco e pouco vem trazendo a ruína a vários pontos da região.

Até agora o Estado não prejudicou a região com os trabalhos já executados, mas é muito natural que a venha a prejudicar com a execução das obras complementares.

Para justificação do meu ponto de vista vou mostrar com novos elementos como fui levado para a minha maneira de ver o problema do aumento da amplitude das marés.

Enquanto estive em Aveiro o canal da barra apresentou sempre um estado deplorável. O seu assoreamento era de tal ordem que a condução dos navios para dentro do porto punha em risco a reputação dos pilotos mais experimentados.

Este estado em que se encontrava o canal da barra pode ver-se pelo exame de alguns croquis.

Um deles tirado em 11 de Outubro de 1934, mostra o seguinte: A duna que existia junto do molhe norte ficava descoberta numa extensão de 233 metros em meia maré, reduzindo assim a menos de um terço a largura do canal a oeste do dique regulador. — Croquis n.º 1.

Um outro tirado em 30 de Junho de 1938, mostra um novo aspecto do canal: — A duna estava já bastante reduzida ficando descoberta apenas numa extensão de 106 metros em baixamar, mas por outro lado tinha-se formado um banco de areia na parte norte do dique regulador que deixava o canal dos navios reduzido a 55 metros de largura em baixamar. — Croquis n.º 2.

Não obstante este estrangulamento do canal que se manteve durante os anos de 1937 e 1938, a laguna nem por isso deixou de mostrar o aumento da amplitude das marés que, segundo informação oficial, se deve ao alargamento e aprofundamento do canal da barra, resultante das obras já realizadas.

Depois do que acabo de dizer será preciso ainda dispendar mais tempo para demonstrar que o aumento da amplitude das marés na laguna não tem a menor ligação com as obras já realizadas?

Eu julgo que não. Parece-me mesmo que já disse tudo quanto tinha a dizer para demonstrar que esses milhões de metros cúbicos de água que se diz entrarem a mais, devem ser substituídos por outros tantos me-

tros cúbicos de terra que se depositaram na laguna e que reduziram a sua capacidade.

O que há na laguna a mais, não é água, é terra. Esclarecido mais uma vez este problema do aumento da amplitude das marés, resta saber qual será o resultado das obras complementares.

Conhecendo apenas vagamente o projecto que foi aprovado, vejo-me obrigado a entrar em várias conjecturas e mostrar as conclusões a que cada uma delas nos conduz.

Para fazer de Aveiro um porto de fácil e seguro acesso à navegação, seria necessário que a laguna ficasse ligada com o mar por um canal largo e fundo que permitisse a entrada e saída dos navios em qualquer altura da maré sem que a sua manobra fosse prejudicada por correntes de grande velocidade.

Esta espécie de porto só poderia conseguir-se alargando mais o canal actual da barra e prolongando os molhes de forma a manter-se esse alargamento em toda a sua extensão até aos bancos que, por sua vez, seriam removidos, ficando assim a barra desobstruída.

Estas obras teriam como consequência o desaparecimento de dois dos elementos naturais que defendem a região em volta da laguna: — a pequena largura do canal de entrada entre os molhes e a barreira dos bancos da barra.

O desaparecimento destes dois elementos naturais, numa ocasião em que a laguna já tem a sua acção bastante reduzida teria como consequência a inundação imediata dos pontos mais baixos da região.

É, pois, a esta espécie de trabalhos que eu me refiro quando digo que as obras da barra e a defesa da região em volta da laguna são problemas contraditórios.

Não é, porém, esta espécie de trabalhos que vai efectuar-se em Aveiro visto que o canal da barra depois das obras já realizadas ficou mais estreito do que estava. É esta a conclusão a que cheguei pelas investigações a que procedi, ouvindo as pessoas mais familiarizadas com a barra antes e depois da construção do molhe norte e do dique regulador.

De resto, estas informações estão perfeitamente de harmonia com o aumento de velocidade da corrente que não seria fácil de explicar se o canal de entrada entre os molhes tivesse ficado mais largo, uma vez que os bancos da barra não sofreram alteração.

Na situação em que se encontram os trabalhos é de supor que as obras complementares se resumam ao prolongamento dos molhes de forma a levar o canal até aos bancos da barra, mantendo-se a mesma largura em toda a sua extensão.

Se estas obras fizerem desaparecer os bancos, evidentemente que o volume de água que entra em cada maré passará a ser maior sem que, todavia, atinja

aquele aumento que resultaria do alargamento do canal juntamente com a remoção dos bancos.

Estas obras, se for conseguido o seu objectivo, terão como resultado o aumento de velocidade da corrente, tornando assim mais difícil e mais arriscada a condução dos navios e, embora não tenham consequências tão imediatas na inundação dos terrenos mais alagadiços da região, nem por isso deixarão de dar um grande passo para fazer aproximar o dia em que alguns habitantes da cidade de Aveiro poderão ir de bateira até à porta de casa, como há-de vir a suceder com o decorrer dos anos devido simplesmente à redução da capacidade da laguna.

Pode ainda apresentar-se uma outra espécie de obras complementares que consistiriam no prolongamento dos molhes de forma convergente para se reduzir a largura do canal na sua extremidade do lado do mar. Este estreitamento do canal, embora também com os seus inconvenientes, parece-me ser a melhor solução visto que ficaria assim reduzido o volume de água que há-de entrar a mais com o aprofundamento da barra.

Enfim, eu já disse o bastante para mostrar como é complexo este problema do porto de Aveiro, mas apesar disso, ainda não ficarei por aqui.

Quando tratar de estragos causados pelo mar na Praia de Espinho voltarei a referir-me ao porto de Aveiro para fazer uma pergunta que certamente virá aumentar ainda mais essa complexidade.

Antes, porém, de fazer essa pergunta, voltarei a insistir mais uma vez no meu ponto de vista.

O problema vital da região de Aveiro consiste na conservação da capacidade da laguna.

ESTRAGOS DO MAR EM ESPINHO

Corrosões produzidas pelo mar na costa de Portugal em frente de Espinho

Os estragos causados pelo mar na Praia de Espinho são do conhecimento de todos nós.

Toda a gente sabe que de tempos a tempos aquela parte da costa de Portugal é investida pelo mar e que não só a praia mas até as próprias edificações da povoação sofrem as consequências dessas investidas.

Até hoje este fenómeno que se repete com grande irregularidade tem constituído um mistério que ninguém conseguiu desvendar.

O desconhecimento da forma como actuam as forças naturais que ameaçam aquela praia tem dado lugar a discussões entre os técnicos sobre qual será a maneira mais eficaz de a defender.

Vamos a ver se para o estudo desse problema também nos será possível fornecer alguns elementos de utilidade ou pelo menos chamar a atenção para um fenómeno que tem a sua origem na região intertropical e cuja descoberta tem ainda pouco tempo de existência.

Foi o caso que me levou para o campo destas investigações

Quando no verão de 1944 li no jornal «O Primeiro de Janeiro» as reportagens dos estragos que o mar estava causando na Praia de Espinho, surgiu no meu espírito uma ideia que nunca mais me abandonou.

No estudo da vida das enguias tinha encontrado uma referência ao facto de em certos anos as enguias chegarem às costas da Europa num grau de desenvolvimento mais adiantado e em maior quantidade.

Este fenómeno observado em diferentes pontos do continente europeu tem sido objecto de várias explicações, entre as quais aparece uma baseada nas transgressões oceânicas que foram descobertas não há talvez ainda trinta anos.

A ideia que surgiu no meu espírito foi, pois, esta: — «Não haverá qualquer ligação entre as transgressões oceânicas e os estragos causados pelo mar na Praia de Espinho?».

No livro «Les Anguilles» faziam-se algumas referências àquela descoberta e citava-se a revista «La Géographie» como uma das publicações consultadas para o estudo da viagem migratória das enguias que pela primeira vez, salvo erro, se pretendia explicar pelas transgressões oceânicas, pondo de parte o Gulf-Stream.

Da consulta desta revista «La Géographie» nada adiantei sobre o que desejava saber.

Por um conjunto de circunstâncias felizes, o mesmo jornal «O Primeiro de Janeiro» em que tinha lido as reportagens dos estragos da Praia de Espinho, publicou nesse mesmo ano dois artigos na secção «Visto lido e respigado» sob o título «Atinge o Gulf-Stream as costas da Europa?» que esclareciam o assunto um pouco mais do que a revista «La Géographie».

Levado pela curiosidade, tomei a liberdade de me dirigir à Direcção daquele jornal pedindo para me indicar as publicações consultadas para a preparação dos citados artigos.

A Direcção de «O Primeiro de Janeiro» quiz ter a gentileza de me responder e prestar as informações que eu desejava.

Tratava-se da revista francesa «La Science et la Vie».

Foi assim que eu consegui colher uma parte dos elementos indispensáveis para, quanto mais não seja, levantar uma ponta do véu que até hoje tem envolvido aquele fenómeno misterioso.

Como entre os cientistas da época, após a descoberta das transgressões oceânicas, se travou uma polémica sobre a existência ou não existência do Gulf-Stream que para alguns não passava de uma transgressão Oceânica, julgo conveniente deixar aqui registada a diferença que existe entre o Gulf-Stream e as transgressões oceânicas para melhor compreensão do que se passa na costa de Portugal em frente de Espinho.

Correntes marítimas

As águas do oceano, pondo mesmo de parte as correntes das marés, estão em movimento contínuo.

A diferentes profundidades certas porções de água parecem mover-se mais rapidamente de que o corpo principal a que pertencem.

A estas massas de água movendo-se em direcções definidas e com uma velocidade sensivelmente uniforme, dá-se o nome de correntes marítimas.

A causa destas correntes conservou-se desconhecida durante muitos séculos e ainda hoje, até certo ponto, se mantem no campo das teorias.

De uma maneira geral admite-se que as causas principais são os ventos predominantes em certas regiões oceânicas e a desigualdade de aquecimento das águas nas regiões polares e equatoriais.

As correntes de superfície têm geralmente a direcção dos ventos predominantes, havendo também as correntes de superfície causadas pelo aquecimento das águas tropicais que se expandem para os polos, onde por sua vez se formam as correntes de profundidade em direcção ao Equador, dando tudo isto lugar a uma circulação constante.

A direcção das correntes de superfície causadas pela desigualdade de temperatura é modificada pelos ventos que sopram durante o seu curso, e tanto nas correntes de superfície como nas de profundidade a sua direcção é ainda modificada pelos continentes que as interceptam e desviam e também pela rotação da Terra sobre o seu eixo.

Um dos efeitos mais importantes das correntes marítimas consiste no aquecimento desigual de regiões na mesma latitude, sendo as costas ocidentais mais quentes do que as orientais, embora a sua latitude seja a mesma.

Isto verifica-se de uma forma flagrante na Groenlândia onde a costa ocidental oferece condições de habitabilidade muito superiores às da costa oriental.

Entre as muitas correntes marítimas de importância deixaremos aqui mencionadas pelos seus nomes as duas que nos interessam: — A corrente Equatorial e o Gulf-Stream.

Corrente Equatorial

Esta corrente tem cerca de 1 000 milhas de largura e corre de leste para oeste com uma velocidade que vai de 10 a 15 milhas por dia, dando volta à Terra, excepto nos pontos onde os continentes a interceptam.

A corrente Equatorial do Atlântico Norte encontrando o Continente Americano divide-se em dois ramos, correndo um para o norte e outro para o sul.

O ramo norte corre em parte para o mar das Antilhas e deste mar para o Golfo do México, saindo dali outra vez para o Atlântico pelo Canal da Flórida.

Gulf-Stream

Esta corrente também designada pelos nomes de corrente do México ou corrente da Flórida, mas geralmente conhecida pela designação inglesa de Gul-Stream, não é mais do que uma continuação da corrente Equatorial que passa a ser designada pelo nome de Gulf-Stream depois de atravessar o Canal da Flórida.

Esta corrente é considerada como a mais importante das correntes marítimas e tem sido estudada de uma forma mais completa do que qualquer outra, resultando do seu estudo uma grande diferença de opiniões sobre o papel que desempenha.

Quando deixa o Canal da Flórida é estreita e profunda e tem uma coloração azulada que a faz distinguir perfeitamente das águas claras que atravessa.

Ao sair do Canal da Flórida a sua velocidade que varia com os ventos, estações e fases da lua, é de 3,5 e 5,5 milhas por hora, mas quando avança para o norte ao longo da costa da América a sua velocidade diminui muito.

Ao chegar à latitude do Cabo Hatheras, na Costa das Carolinas, inflecte vagarosamente para leste, tornando-se mais larga e menos profunda até que passa a ser uma corrente de superfície de grande largura e pequena velocidade.

Ao aproximar-se das costas da Europa divide-se em duas partes, das quais uma se dirige para o sul e outra para o oceano Ártico ao longo da Escandinávia, onde o seu calor mantém o porto de Hammerfest livre de gelos.

O ramo que se desvia para o sul é o que vem embater na costa de Portugal.

O Gulf-Stream, como sucede com outras correntes marítimas, transporta muito material que vai depositar em pontos muito afastados do seu local de origem.

São bem conhecidas as conchas de animais marinhos que tendo a sua origem no mar das Antilhas aparecem na costa das Carolinas transportadas pelo Gulf-Stream.

Não irão muito além do que aqui fica resumido, os conhecimentos actuais do Gulf-Stream no que respeita ao objectivo que temos em vista.

São tão grandes as dificuldades que rodeiam os estudos das correntes marítimas, são tantas e tão variadas as circunstâncias que modificam a sua direcção, velocidade, profundidade e temperatura que o assunto, como ciência, está ainda na sua infância.

Bastaria a sua influência na fisiografia do globo para o seu estudo constituir um assunto do maior interesse.

A configuração dos continentes, as alterações a que estão sujeitas as costas marítimas, o clima, a vida do globo, tudo isto é influenciado pelas correntes marítimas.

Transgressões oceânicas

As águas quentes da região intertropical, devido a influências cósmicas, estão sujeitas a movimentos alternados de transgressão ⁽¹⁾ e regressão ou, para maior simplicidade, a um avanço e a um recuo periódicos.

No Atlântico Norte as águas da região intertropical expandem-se para nordeste em direcção às costas da Europa, regressando depois outra vez ao seu ponto de origem.

Por analogia com o ritmo cardíaco chamam-se às transgressões «diastoles» e às regressões «sístoles», do Atlântico.

Devido aos seus movimentos alternados de expansão e regressão, as transgressões oceânicas podem definir-se com toda a propriedade como marés de grande amplitude.

Estas marés de grande amplitude são de duas espécies: — superficiais e submarinas. Uma transgressão quente superficial é precedida de uma transgressão profunda de salinidade elevada.

Quanto ao grau da sua intensidade, as transgressões oceânicas classificam-se pela sua ordem decrescente em 5 grupos distintos.

1.º grupo — Transgressões seculares que se repetem em períodos de 111 anos.

2.º grupo — Transgressões que se repetem em períodos de 18,6 anos.

3.º grupo — Transgressões que se sucedem às do 2.º grupo com intervalos de 9,3 anos.

4.º grupo — Transgressões que se sucedem às do 2.º e 3.º grupos em períodos de 4,6 anos.

5.º grupo — Transgressões anuais. ⁽²⁾

A sua maior intensidade tem lugar nas transgressões seculares quando estas atingem o seu máximo ao fim de 111 anos, decrescendo essa intensidade à medida

que elas correspondem a períodos cada vez mais curtos, sendo por isso as transgressões anuais aquelas a que corresponde a intensidade menor.

A última transgressão secular atingiu o seu máximo em 1885, mas as suas repercussões fizeram sentir-se nos anos anteriores e seguintes: — de 1876 até 1894.

As outras transgressões fazem sentir-se também nos anos anteriores e posteriores àquele em que atingem o seu máximo, mas o período da sua repercussão é tanto mais limitado quanto menor for o grau da sua intensidade.

As revoluções da «linha dos nodos» da orbita lunar comandam as periodicidades das transgressões, mas a variação do magnetismo terrestre resultante do deslocamento das manchas solares exerce também a sua acção.

As manchas solares que são centros activos de emissões corpusculares deslocam-se entre as latitudes 10.º e 40.º nos dois hemisférios em períodos de 111 anos.

Levando mais longe a teoria das transgressões para procurar a concordância dos diferentes períodos, verifica-se que a onda da revolução dos nodos da orbita lunar cuja duração é de 93 anos coincide com a onda solar de 111 anos, apenas uma vez todos os 10.323 ⁽³⁾ anos ou sejam 555 períodos de 18,6 anos.

Quando se dá esta concordância as transgressões atingem o máximo dos máximos.

As transgressões anuais começam a formar-se em Março avançando para as costas da Europa durante o verão e regressando ao seu ponto de origem nos meses de inverno.

As transgressões dos outros grupos, obedecendo também a periodicidades fixas, têm o seu início em meses variáveis de ano para ano.

Na revista «La Science et la Vie» (tomo n.º 226, de Agosto de 1939) encontram-se registados os anos das últimas transgressões. É conveniente deixar aqui registados esses anos não só para ver a forma como as transgressões se sucedem umas às outras mas também para mais adiante estabelecer a sua ligação com os estragos causados pelo mar na Praia de Espinho.

1.º Grupo	...	...	...	...	...	1885
3.º »	...	...	...	...	...	1894
4.º »	...	...	...	...	...	1898
2.º »	...	...	...	...	...	1903
4.º »	...	...	...	...	...	1907
3.º »	...	...	...	...	...	1912
4.º »	...	...	...	...	...	1916
2.º »	...	...	...	...	...	1921
4.º »	...	...	...	...	...	1926
3.º »	...	...	...	...	...	1930

Além da sua influência na fisiografia do globo é também um facto averiguado que as grandes transgressões oceânicas comprimem os peixes de encontro às costas marítimas, produzindo assim grandes perturbações no mundo das pescarias. Isto sucedeu ainda em 1921 com o bacalhau, harenques e ostras, não obstante a transgressão daquele ano ser apenas do 2.º grupo

Nas transgressões seculares essas perturbações atingem o seu máximo, mas o estudo do efeito das transgressões sobre o mundo das pescarias só pode ter interesse prático quando estiverem devidamente localizadas e se conhecerem as consequências biológicas sobre cada uma das espécies.

Por vezes a quantidade de peixe arremessado para as prais é tão grande que pode ser apanhado à pá.

Esta abundância de peixe que em certos anos se nota junto das costas marítimas dava lugar em tempos remotos às chamadas «pescarias milagrosas».

Pelo exame dos arquivos de alguns conventos suecos que cobravam a dizima do pescado, verificou-se que nos anos de transgressões seculares, esse imposto dava uma receita exagerada em relação aos outros. De 111 em 111 anos a contribuição atingia somas excepcionais.

Estas pescarias, tendo entrado no campo científico depois de arrancado da natureza o seu segredo, deixaram de ser milagrosas e já hoje nos países onde as transgressões oceânicas são objecto de estudo, as suas repercussões sobre as várias espécies são previstas com antecedência e levadas ao conhecimento dos armadores.

O Gulf-Stream e as transgressões oceânicas não serão os agentes responsáveis pelos estragos causados pelo mar na Praia de Espinho?

Pela forma como se definiram as correntes marítimas pode concluir-se que o Gulf-Stream, pela sua continuidade, pertence ao número dessas correntes, enquanto que as transgressões oceânicas, sendo uma espécie de marés de grande amplitude com movimentos alternados de expansão e regressão, não têm essa característica fundamental das correntes marítimas que é, como se disse, a continuidade.

O Gulf-Stream e as transgressões oceânicas são, pois, coisas distintas desde a sua origem até à forma como se apresentam. É este o ponto de vista mais geralmente seguido, considerando-se o Gulf-Stream como a continuação da corrente Equatorial. Mas após a descoberta das transgressões oceânicas levantou-se uma grande polémica entre os cientistas da época acerca da origem do Gulf-Stream que alguns atribuíam à acumulação das águas transgressivas no Golfo do México, pondo de parte a ideia desta corrente ser a continuação da corrente Equatorial. No livro «Les Anguilles» publicado em 1942, encontra-se uma referência a esta discussão que diz o seguinte:

«On a fait grand bruit, depuis une vingtaine d'années, autour d'une découverte qui paraît en effet capitale: celle des transgressions océaniques qui, loin de se substituer, au Gulf-Stream comme on l'a répété à tort, le complètent et l'amplifient en direction des côtes d'Europe».

TRADUÇÃO — Durante os últimos vinte anos tem-se feito um grande alarido em volta de uma descoberta que parece realmente da maior importância: a das transgressões oceânicas que, longe de se substituírem ao Gulf-Stream como se tem repetido sem razão, o completam e ampliam em direcção às costas da Europa.

No estudo dos estragos causados pelo mar na Praia de Espinho adoptaremos esta maneira de ver com um pequeno aditamento.

Se é certo que as transgressões oceânicas completam e ampliam o Gulf-Stream, também não podemos deixar de notar que as transgressões oceânicas encontram o caminho preparado para se expandirem com toda a facilidade em direcção às costas da Europa.

Enquanto que as marés vulgares têm de vencer a corrente dos rios em sentido contrário para se expandirem, as transgressões oceânicas encontram uma espécie de rio marítimo correndo no mesmo sentido em que se dá a sua expansão.

O Gulf-Stream que vem embater na costa de Portugal com uma velocidade quase a extinguir-se não é suficiente para, só por si, explicar as penetrações profundas que o mar produz naquela povoação com longos períodos de intervalo.

Mas se entrarmos em linha de conta com as transgressões oceânicas, talvez seja possível encontrar-se a explicação do que ali se passa.

Vejamos o que sucedeu quando a Praia de Espinho foi investida pelo mar em 1944.

A primeira coisa que é necessário verificar antes de se prosseguir na explicação dos ataques do mar, é se o ano de 1944 correspondeu uma grande transgressão.

Consultando o registo a páginas 70 pode concluir-se que àquele ano correspondeu o máximo de uma transgressão do 4.º grupo, pois que a última ali mencionada teve lugar em 1926, havendo por consequência outra em 1935 e a seguir a esta a de 1944.

Verificada esta coincidência, passaremos a um exame minucioso do fenómeno.

Em primeiro lugar constata-se que naquele ano os estragos causados pelo mar nos seus repetidos ataques, não atingiram o carácter grave que a história de Espinho nos apresenta em tempos remotos.

Sem dúvida que esta pequena investida do mar se deve ao facto de a transgressão de 1944 ser apenas do 4.º grupo.

A importância das corrosões está pois dependente de três factores:—da intensidade da transgressão do ângulo de incidência e da duração dos ataques.

Em 1944 as corrosões da praia tiveram lugar em dias sucessivos no mês de Julho e repetiram-se em Setembro e Outubro do mesmo ano.

Como se explica isto?

A explicação que eu encontro é a seguinte:

O Gulf-Stream vem embater na costa de Portugal ao sul de Espinho com uma direcção aproximada de noroeste para sueste e como a costa corre sensivelmente na direcção norte-sul, o ângulo de incidência permite-lhe uma fácil inflexão para o sul sem produzir corrosões sensíveis, qualquer que seja a sua intensidade — maior ou menor conforme aparece ampliada ou não ampliada pelas transgressões oceânicas

É assim que as coisas se passam normalmente, mas o Gulf-Stream, como sucede com todas as correntes marítimas, devido a circunstâncias várias que ainda hoje não estão devidamente estudadas, sofre por vezes alterações na sua direcção que umas vezes abrangem toda a massa de água em movimento e outras vezes apenas uma parte que se desvia do corpo principal.

E assim, sucede por vezes, que o Gulf-Stream em lugar de embater obliquamente na costa de Portugal, é desviada do seu curso normal, chegando a ponto da sua incidência ser perpendicular e não permitir inflexão, desfazendo-se então à custa de corrosões profundas nos terrenos de pouca consistência.

Este é o caso de Espinho que ficando quase no extremo norte da faixa marítima sujeita aos ataques, sofre as consequências da sua posição geográfica.

Esta faixa marítima que tem cerca de vinte quilómetros de extensão é limitada ao sul pelo Furadouro e ao norte pela povoação de Francelos.

O facto de haver períodos longos ou curtos entre as repetições dos ataques do mar não quer dizer que o Gulf-Stream deixe de embater na costa de Portugal de uma maneira contínua, mas sim que esta corrente não se desviou do seu curso normal ou então se desviou para o sul encontrando a costa mais obliquamente e por consequência com uma inflexão mais fácil.

Ainda no ano de 1943 que passou sem produzir estragos na Praia de Espinho, se deu um caso que merece ficar aqui registado.

Em 9 de Novembro daquele ano deu à costa ao sul do Furadouro um navio carregado com folhas de Flandres, e passado algum tempo essas folhas de Flandres vieram fixar-se nas praias do Farol de Aveiro, da Costa Nova e da Vagueira, para onde foram arrastadas pela corrente junto à costa que não era nem mais nem menos do que a continuação do Gul-Stream ainda tal-

vez sob a influência de uma transgressão do 2.º grupo que teve o seu máximo em 1940.

Tanto os estragos produzidos pelo mar na Praia de Espinho como o aparecimento das folhas de Flandres nas praias ao sul do local onde se deu o encalhe do navio em 1943, coisas bem distintas no seu aspecto, dimanaram dos mesmos factores naturais:—o Gulf-Stream e as transgressões oceânicas.

Esta referência à fixação das folhas de Flandres nas praias ao sul do local onde se deu o encalhe do navio que as transportava, oferece-nos a melhor oportunidade para fazer a tal pergunta a respeito das obras complementares do Porto de Aveiro que sem dúvida virá aumentar ainda mais a sua complexidade.

Essa pergunta é a seguinte:

No estudo do prolongamento dos molhes até aos bancos da barra que ficam a cerca de 700 metros da linha costa, tomou-se em consideração a existência das grandes transgressões oceânicas a que eles terão de resistir?

Análise a uma Comunicação apresentada no 1.º Congresso Nacional de Engenharia pelo Engenheiro Francisco Perdigão

Os estragos produzidos em 1944 que abriram o caminho para estas investigações podiam perfeitamente atribuir-se a uma simples coincidência sem a menor ligação com as transgressões oceânicas.

E então é de toda a conveniência conhecer-se a história das investidas do mar sobre a Praia de Espinho para se ver se a coincidência de 1944 é um caso esporádico ou se tem precedentes que nos levem a estabelecer uma ligação firme entre as transgressões oceânicas e os estragos ali produzidos pelo mar.

Para maior facilidade deste estudo faremos a transcrição de algumas passagens que se relacionam com o nosso objectivo.

A Comunicação começa assim:—«As maresias da primeira quinzena de Março último provocaram uma forte erosão no areal que forma a praia de Espinho tendo posto em risco a balastrada da Avenida à beira mar ultimamente ali construída pela Comissão de Turismo e vieram pôr de novo em foco o problema da defesa da povoação contra as investidas do mar».

Como o folheto em que se acha impressa a Comunicação tem a data de 3 de Junho de 1931, tudo leva a crer que se trata do mês de Março daquele ano, e, sendo assim, transcreve-se também uma outra passagem a páginas 27 que se relaciona com a primeira.

«Todavia nos anos de 1929 e 1930 a praia começou a diminuir de largura e os temporais de Março último com a corrosão que produziram...».

Vê-se, pois, que a Praia de Espinho sofreu estragos nos anos de 1929, 1930 e 1931, estragos estes que coincidiram com uma transgressão do 3.º grupo que teve o seu máximo em 1930.

A páginas 22 lê-se: — «Entretanto nos fins de 1911 e começos de 1912 foi a costa açoutada por temporais intermináveis que provocaram novas derrocadas na povoação».

Trata-se de outra transgressão do 3.º grupo que atingiu o seu máximo em 1912.

Está ainda na memória da gente daquela região o temporal de 28 de Janeiro de 1937 cuja violência só muito excepcionalmente poderá ser excedida e que não deixou o menor vestígio de corrosões na Praia de Espinho, não obstante o vento soprar de oeste para leste.

Essas derrocadas causadas pela transgressão oceânica do 3.º grupo que atingiu o máximo em 1912, podiam dar-se da mesma forma com o mar calmo.

A páginas 14 estão registados outros estragos.

«Durante três anos o mar não fez novos estragos; mas no começo de 1896 voltou à sua tarefa, destruindo várias casas e atirando abaixo com a sacristia da Igreja Paroquial (22 de Fevereiro)».

O ano de 1896 estava sob a influência da transgressão do 3.º grupo que teve o seu máximo em 1894.

A páginas 8 lê-se o seguinte:

«É interessante citar nesta altura um facto que se deu em 1922. Existe ao norte de Espinho um pequeno ribeiro chamado Rio Largo ou Rio do Mõcho, que na última parte do seu curso traz uma direcção proximamente normal à costa e assim desagua no mar a uma distância de 400 metros das primeiras casas da povoação. Em virtude da acumulação de areias que naquele ano se produziu junto à foz, esta obstruiu-se pouco a pouco e o ribeiro começou a correr de norte para sul.

Ainda desta vez se nota que a obstrução da embucadura do rio do Mõcho coincidiu com uma grande transgressão do 2.º grupo que teve o seu máximo de intensidade no ano anterior (1921).

Deve ter-se dado qualquer ataque do mar ao norte da embucadura do rio, sendo esse ataque numa direcção que ainda permitiu a inflexão da corrente para o sul juntamente com as areias que revolveu dos baixos fundos que ali existem ou que arrancou da parte da costa onde se deu o embate.

A Comunicação refere-se unicamente às corrosões da Praia de Espinho porque são estas as únicas que dão origem a reclamações que o Estado procura atender. Quando os ataques do mar incidem sobre pontos da costa onde não há interesses, as corrosões passam despercebidas porque ninguém lhes liga importância.

Tendo assim mostrado esta série de coincidências entre as transgressões oceânicas e os estragos mais graves de que há notícia a partir de 1885, continuare-

mos na análise de outras passagens da Comunicação que também não deixam de ter o seu interesse. A páginas 4 lê-se: — «Não deve subsistir dúvida de que em tempos não muito afastados, o sítio onde hoje está assente a parte poente da Vila de Espinho, delimitada proximamente pela linha férrea do norte, era ocupado pelo mar. A tradição oral que afirma este facto é corroborada pelo aparecimento de numerosas conchas sempre que se procede à abertura de poços nessa zona e pela existência no subsolo de rochas com a superfície perfeitamente polida como as das que hoje se encontram no litoral expostas à acção do mar e das areias».

Esta simples exposição mostra claramente que os avanços e recuos a que está sujeita esta parte da costa não têm a menor ligação com os esporões que ali começaram a ser construídos há perto de quarenta anos.

A páginas 8 e 10 encontra-se uma observação curiosa que também merece ser analisada: — «Todavia, a singularidade do fenómeno que se dá em Espinho e se não repete em nenhum outro ponto da costa ocidental da península, pode ter um começo de explicação na sua posição geográfica especial. Com efeito, observando a carta vê-se que nenhum outro ponto da orla marítima ocidental tem uma coordenada de menor longitude (O.º 27 E. LISB.) e que a sua posição é no vértice de um ângulo cujos lados se estendem para N. N. W. até ao cabo Finisterre e para S. S. W. até ao cabo da Roca.

Desta circunstância resulta que as correntes marítimas que acompanham o litoral sofrem uma mudança na sua direcção geral de 25 graus. Esta mudança é bastante para explicar pelas correntes reversas a que dá lugar, o depósito do enorme volume de areias que se faz em frente de Espinho, produzindo uma extensa zonas de baixos fundos em toda a costa que enfrenta o vértice daquele ângulo. O jogo dessas areias depositadas sobre um fundo de rocha ericado de saliências, sob a acção complexa dos ventos, da rebentação do mar, que se estende o enorme distância da costa em virtude dos baixos fundos, do fluxo e refluxo da maré e das correntes marítimas litorais é que traz como resultado final o assoreamento ou a corrosão da costa».

A meu ver, o facto de a posição de Espinho ser a mais oriental da orla marítima não serve para explicar o fenómeno das corrosões a que está sujeita aquela povoação.

A reentrância da linha da costa que ali se verifica é que é uma consequência dos efeitos fisiográficos das correntes marítimas.

A páginas 13 diz-se que foi nomeada uma Comissão em 1892 para dar o seu parecer sobre qual a forma mais segura de defender Espinho. A referência aos trabalhos dessa Comissão termina assim: — «A Comissão sugeriu que talvez se tivesse entrado num período de

descanso e até possivelmente na terminação dos ataques do mar».

As corrosões verificadas depois daquela data são a prova evidente de que tal sugestão deve ser posta de parte de uma vez para sempre, tendo de se admitir em seu lugar a possibilidade de novos e repetidos ataques do mar que podem pôr em risco essa linda e progressiva povoação que se chama Espinho.

Como a partir de 1885, das três transgressões oceânicas do 3.º grupo que atingiram os seus máximos em 1894, 1912 e 1930, nenhuma delas deixou de afligir os habitantes de Espinho, aguarde-se o resultado da próxima transgressão daquele grupo que deve atingir o seu máximo em 1949.

Será possível defender a Praia de Espinho contra os ataques do mar?

Pelo conhecimento das datas dos ataques do mar registados na Comunicação e de outros elementos resultantes das várias investigações a que procedi, cheguei à conclusão de que as corrosões causadas pelo mar na Praia de Espinho estão em perfeita ligação com as transgressões oceânicas.

O problema de Espinho pode, pois, apresentar-se da seguinte forma:

«Não há ataques do mar sem transgressões oceânicas, mas há muitas transgressões oceânicas que não causam estragos naquela praia nem tão pouco em qualquer outra parte da costa de Portugal».

O Gulf-Stream, correndo sensivelmente na direcção de noroeste para sueste e a costa de Portugal de norte para sul, forma com esta um ângulo de 45 graus que lhe permite uma fácil inflexão.

Isto é o que sucede normalmente, não se dando então corrosões na costa ainda mesmo que aquela corrente venha ampliada pelas transgressões oceânicas.

Mas o Gulf-Stream, como todas as correntes marítimas, sofre alterações na sua direcção que umas vezes abrangem toda a massa de água em movimento e outras vezes se limitam a certas porções daquela corrente que se projectam para os lados do corpo principal.

Quando o Gulf-Stream vem ampliado pelas transgressões oceânicas que lhe aumentam a velocidade, estas porções de água que se projectam para os lados do corpo principal dão lugar a uma espécie de estoques de água conhecidos pela designação inglesa de «lobes» (*).

Pelo exame que fiz à Praia de Espinho em Julho último tive ocasião de ver os destroços de alguns esporões ali construídos e de constatar um facto muito importante para me elucidar sobre a forma como se dão as corrosões.

Refiro-me à pequena extensão da costa que sofre os ataques do mar, que, às vezes, não vai muito além de 100 metros.

Este facto constatado pela observação directa e confirmado pelas informações colhidas de pessoas que ouvi, levou-me à conclusão de que os ataques do mar que ali se repetem com frequência, são uma consequência da formação dos «lobes» e não o resultado da incidência de toda a massa de água em movimento que forma o corpo principal da corrente.

Sem ter a pretensão de dizer a última palavra sobre o problema dos ataques do mar à Praia de Espinho, poderei, no entanto, expôr o meu ponto de vista cujo grau de exactidão poderá ser avaliado por meio de experiências a fazer com fluctuadores na ocasião em que a praia estiver a sofrer as investidas do mar.

O meu ponto de vista é, pois, o seguinte:

Como o Gulf-Stream tem sensivelmente a direcção de noroeste para sueste e a costa de Portugal corre na direcção norte-sul, sucede que aquela corrente se aproxima gradualmente da linha da costa que a partir de uma certa altura começa a ser atingida pelos «lobes» que se projectam do corpo principal da corrente do lado da terra.

Esta porção da costa atingida por aqueles estoques de água e que tem uma extensão aproximada de vinte quilómetros, é limitada ao sul pelo Furadouro onde o Gulf-Stream vem embater, e ao norte pela povoação de Francelos.

Ao sul do Furadouro, o Gulf-Stream, ampliado ou não ampliado pelas transgressões oceânicas, começa a correr ao longo da costa depois de se ter dado a inflexão.

Como a corrente se dirige para o sul apertada de encontro à costa, os «lobes» já não podem formar-se do lado da terra, e de Francelos para o norte como a costa começa a ficar muito distante da corrente, os «lobes» também não devem formar-se visto a corrente passar ao largo dos baixos fundos.

São estas as conclusões a que cheguei pelo estudo, pela observação e pelas investigações a que procedi, ouvindo alguns marítimos de Espinho.

Entre as várias perguntas que ali fiz, vale a pena mencionar as mais elucidativas.

Tendo perguntado se os pescadores a uma certa distância da costa em frente de Espinho não notavam por vezes que as suas embarcações descaíam para o sul, a resposta foi afirmativa.

Estas embarcações a uma certa distância da costa são por vezes apanhadas pelas transgressões oceânicas que as arrastam para o sul.

Uma outra pergunta foi a seguinte:

Os ataques do mar dão-se só com a enchente ou também durante a vazante?

A resposta foi a que eu esperava: — Os ataques do mar só se dão durante a enchente.

Isto é perfeitamente compreensível, uma vez que os «lobes» em lugar de serem diminuídos de intensidade pela corrente de vazante em sentido contrário, são ampliados pela corrente de enchente que tem a mesma direcção e que também não deve ser estranha à sua formação.

Os estoques de água que produzem as corrosões são, pois, o somatório de três correntes: — O Gulf-Stream, a transgressão oceânica e a corrente da maré local.

Uma outra pergunta que também aqui deve ficar registada foi esta:

As corrosões na praia dão-se sempre com agitação do mar ou podem dar-se também com o mar calmo?

Ainda desta vez a resposta não me surpreendeu.

Os ataques do mar que produzem as corrosões na Praia de Espinho dão-se por vezes com o tempo calmo e sem a menor agitação do mar.

Estas e outras respostas ao meu questionário preparado antecipadamente com todo o cuidado, vieram dar mais força ao meu ponto de vista que tem como seguimento o problema da defesa de Espinho.

Conhecida a forma como actuam as forças naturais responsáveis pelos estragos que o mar ali causa de tempos a tempos, o problema da defesa de Espinho é uma questão de raciocínio e nada mais.

Mas para que esse raciocínio possa ser tão completo quanto possível, julgo ainda necessário deixar aqui transcrita uma outra passagem de Comunicação que se encontra a páginas 10.

Essa passagem diz o seguinte:

«Já agora não passarei adiante sem citar a opinião que encontro escrita de que os terrenos onde existe o estuário que forma a Ria de Aveiro, assim como os de Ovar e as areias para o norte até Espinho e para sul até ao Cabo Mondego, não existiam ainda na época da dominação romana na península».

É pena não se conhecer a data em que teve lugar esta grande transformação da costa de Portugal, pois, só assim se poderia estabelecer com rigor a sua ligação com as transgressões oceânicas.

A dominação romana na península terminou no princípio do século quinto e por isso a formação da Ria de Aveiro é posterior àquela data. Isto é tudo quanto se sabe.

Mas a formação desse cordão de dunas que hoje se estende desde Espinho até ao Cabo Mondego, não pode ser senão o resultado de uma transgressão secular cujo ângulo de incidência sobre a costa de Portugal, só lhe permitiu a inflexão à custa de grandes corrosões e deslocamentos de areias que arrastou para o sul. Foi certamente toda a massa das águas transgressivas

que se desviou do seu curso normal e veio incidir em cheio sobre a costa durante o período de tempo em que se fazem sentir as transgressões seculares; que é, como se viu, de 18 anos.

O caso da acumulação de areias junto à foz do rio do Môcho que teve lugar em 1922, conforme ficou referido, pode apresentar-se como um exemplo em pequena escala dessa grande convulsão que modificou a configuração da linha da costa em épocas remotas.

Se considerarmos um ataque do mar produzido por toda a massa de água de uma transgressão secular, julgo que não haverá defesa possível e por isso não devemos perder tempo à procura de soluções que não existem.

Não é esse, porém, o caso que nos interessa, visto que os ataques do mar contra a Praia de Espinho que ali se repetem com frequência, são, como se viu, o resultado de pequenas porções de água que se desviam do corpo principal da corrente e tomam uma direcção perpendicular ou quase perpendicular à linha da costa, não havendo exemplos desses estoques de água passarem para o quadrante nordeste e atirarem para o norte com as areias resultantes das corrosões.

A formação desses estoques de água ou «lobes» não é privativa da costa de Portugal. Ainda em 1920 e 1921 penetraram no mar do Norte dois «lobes» de águas transgressivas, dos quais um contornou a Inglaterra e outro atravessou o Pas-de-Calais.

Estes dois estoques de água tiveram a sua origem na transgressão oceânica do 2.º grupo que atingiu o máximo de intensidade em 1921 e que em 1922 se fez sentir também na costa de Portugal com a formação de um outro estoque de água que fechou a foz Rio do Môcho com a acumulação de areias que para ali arrastou.

A sua formação pode ser uma consequência do embate da corrente com os baixos fundos ou de encontro com outras correntes de direcção diferente.

Seja qual for a sua origem, julgo que não haverá forças humanas que possam impedir a sua formação e por isso só nos resta descobrir qual será a maneira prática de nos precavermos contra eles.

Esta maneira prática de defender a Praia de Espinho contra os ataques do mar produzidos pelos «lobes» ou estoques de água é que é uma questão de raciocínio e nada mais.

Vejamos então onde nos conduz o nosso raciocínio.

Se fosse possível dar um pequeno movimento de rotação à linha da costa em torno de um ponto situado em Espinho, de forma a ficar com a direcção de noroeste para sueste, aquela povoação, sem alterar a sua posição geográfica, ficaria imediatamente livre dos ataques do mar, visto que aquela orientação da costa era o bastante para que os «lobes» pudessem inflectir para o sul.

Mas como isto não é possível, resta-nos a solução de construir em frente de Espinho uma espécie de costa artificial orientada de noroeste para sueste de forma que o ângulo de incidência daqueles estoques de água lhe permita uma fácil inflexão para o sul.

Esta ideia já se encontra exposta a páginas 13 da Comunicação e foi sugerida pelo Engenheiro Nogueira Soares em 1892 que propoz «a construção de um quebra-mar paralelo à costa por meio de grandes blocos lançados a uma distância ainda a determinar».

Este engenheiro teve a intuição da defesa de Espinho excepto na parte que se refere à orientação do quebra-mar que, sendo construído paralelamente à costa, dificilmente poderia resistir aos estoques de água das grandes transgressões oceânicas que o atingissem perpendicularmente, como sucede à Praia de Espinho.

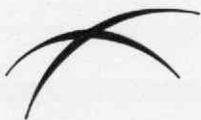
Aqui termino este trabalho sem ter a pretensão de o considerar como a última palavra, mas absolutamente convencido de que desbravei uma charneca, abrindo assim o caminho que nos conduz aos conhecimentos exactos, sem os quais tudo quanto se faz pode ser inútil ou mesmo prejudicial.

Este é o caso da região de Aveiro que bem merece um estudo cuidadoso dos seus problemas.

Águeda — Barrô, 31 de Agosto de 1946.

NOTAS

- (1) — O termo «postura» pode hoje empregar-se com toda a segurança para designar a forma como as enguias se reproduzem, embora os ovos só tenham sido encontrados num muito reduzido número de enguias, visto estas só atingirem a maturidade sexual completa quando já se encontram no mar depois de iniciada a sua viagem reprodutiva. As enguias que não conseguem alcançar o mar estão condenadas à esterilidade. — A maturidade completa foi observada numa enguia apanhada no estreito de Messina e descrita por Grassi e Calandruccio em 1897, e mais tarde em 1906, numa outra pescada num «fjord» da Dinamarca e descrita por Schmidt. O exame dos ovos destas duas enguias foi suficiente para fazer desaparecer a ideia da viviparidade da enguia que se manteve durante séculos e para se poder afirmar com toda a segurança que a enguia é um animal ovíparo.
- (2) — O termo «transgressão» deve considerar-se como sinónimo de «expansão».
- (3) — $10.323 = 111 \times 93$.
- (4) — O termo inglês «lobe» corresponde ao vocábulo português «lóbulo» que se emprega para designar algumas partes arredondadas que se projectam do corpo principal como por exemplo, os lóbulos das orelhas ou os lóbulos das folhas de algumas plantas, mas que na linguagem marítima se deve traduzir por «estoque de água».



bibRIA

NA CAPA:

- 1 — Regata de moliceiros (Festa da Ria)
- 2 — Entrada da Feira de Março nos 550 anos

Sumário

	Página
★ A Vila Maruja 5	5
Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim	
★ Nos 150 anos da «Banda Amizade» — Aveiro 13	13
Por João Gonçalves Gaspar	
★ Da Emílio ao Casal de Lausato 27	27
Por Deniz de Ramos	
★ A arte parietal do Dolmen da Aliviada — Escariz 37	37
Por Fernando Augusto Pereira da Silva	
★ A propósito dos 550 anos da Feira de Março 46	46
Por Júlio de Sousa Martins	
★ Problemas da Região de Aveiro 64	64
Por Jaime S. Pato	